UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Priscila Souza Vicente Penna

**Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma
perspectiva psicanalítica da política de assistência social**

São Paulo
2017

PRISCILA SOUZA VICENTE PENNA

**Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma
perspectiva psicanalítica da política de assistência social**

(versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Psicologia

Área de concentração:
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
Humano

Orientadora: Profa. Livre Docente Dr^a Ana
Maria Loffredo

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Penna, Priscila Souza Vicente.

Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma perspectiva psicanalítica sobre a política de assistência social / Priscila Souza Vicente Penna; orientadora Ana Maria Loffredo. -- São Paulo, 2017.

219 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: **Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade**) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Adolescência2. Ato infracional3. Responsabilidade4. Direito5. Política de assistência socialI. Título.

BF724

Penna, P. S. V.

Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma perspectiva psicanalítica da política de assistência social

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Desde a tenra infância o verbo é descobrir.
...verbo este que não cessa de se inscrever e mesmo conjugar...*

Aos que me oportunizaram esse feito!

Desde que uma pergunta sem resposta se transforma em um problema de pesquisa no doutorado passamos longo período sem esquecê-la sequer por um instante. Aos muitos que me instigaram a respondê-la, aos que me questionaram sobre sua viabilidade, aos que me fizeram esquecê-la, ainda que por breves instantes. Um trabalho só se realiza plenamente se não for solitário, assim, a minha gratidão:

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo fomento a esta pesquisa durante o período de sua realização, enquanto bolsista de pesquisa de pós-graduação do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, do Instituto de Psicologia da USP.

Ao Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) pela bolsa concedida durante a realização da Preparação Pedagógica e Estágio Supervisionado em Docência, realizado na Graduação do Instituto de Psicologia da USP, sob supervisão da profa. Dra. Ana Maria Loffredo.

À Ana Loffredo, por sua amorosa receptividade e convite permanente à descoberta. Minha gratidão por depositar confiança e estímulo ao meu trabalho, e pela importante rede de afetos tecida ao longo desta experiência, o que contribuiu para minha saída da posição de estrangeira para a confortável posição de pertencimento!

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia e do PSA, pela contribuição na resolução e encaminhamento das questões institucionais, especialmente, à Olívia e Sandra.

À generosidade de duas grandes colaboradoras, Maria Lívia Tourinho Moretto e Mara Caffé, por aceitarem o convite para a Banca de Qualificação, reviraram o meu texto e adentraram no labirinto de ideias ainda em construção. Em sua escuta mais do que atenta e perspicaz, é isso mesmo, escutaram o meu texto, ou será que acessaram vias do desejo pontuais? Assim que se constrói um pesquisador: provocando-o!

Ao Erico Bruno Viana Campos, pela rica interlocução tecida nas reuniões, sua leitura atenta trouxe vigor e contribuições à investigação e à escrita do texto.

À querida Paula de Souza Birchall que soube vislumbrar um futuro próximo de descobertas guiadas pela curiosidade científica. Quem me apresentou à USP, com quem também muito aprendi sobre fazer pesquisa, sobre psicanálise e desenvolvimento humano. E, a maior de todas as lições é extraclasse: aprendi que é possível ser leve, ainda que na universidade.

À Araújo Sanches, pela criteriosa e cuidadosa postura com que assumiu a tarefa de esmiuçar o texto e seus formatos. A quem pude confiar inteiramente o dispendioso trabalho de revisão, normalização e formatação do texto.

Aos pacientes que me permitem, diariamente, percorrer os meandros da Clínica, em cuja trajetória sou acometida pela surpresa e o vislumbre de uma suspensão no tempo-espço. Aos muitos alunos com quem tenho tido o privilégio de aprender a ser professora e pesquisadora.

À Marly Sorel, analista sensível, onde essa história de desejo começa a desvelar-se, a fazer sentido, e encontrar ressonâncias.

À Lúcia Mello, por sua parceria, pela coragem com que comigo enfrenta o cotidiano da delicada Clínica, cuja vitalidade e tenacidade de rica interlocução nas supervisões clínicas revigoram o desafio de enfrentá-la!

À Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Itabira, por acolher a realização desta pesquisa, sobretudo a Natércia Aguiar Barbosa e Vânia Lage. Aos colegas de trabalho do CREAS, especialmente Tatiana Gavazza, pelo incentivo e interlocução e, principalmente, aos muitos adolescentes com quem tive o privilégio de escutar e aprender.

A Renata Barbosa e Diogo Luna Moureira, pelo apoio, incentivo e imprescindível diálogo. Especialmente a Diogo pela leitura perspicaz e ricas contribuições que muito colaboraram na articulação da interface com o campo do direito.

Às minhas queridas amigas, pela sensível presença, com quem já brindei e celebrei tantas conquistas e realizações: Roberta Barros, Camille Hallais, Alessandra Duarte e Mariléa Castro, com quem compartilhei intimamente desta experiência intensa que é realizar um doutorado. Camille Hallais, além da preciosa amizade e pela presença durante este percurso, e por ter se tornado minha professora de francês, desde a entrada no doutorado e durante a preparação para uma possível incursão da pesquisa fora da USP, projeto que, devido a muitos entraves burocráticos e institucionais não pôde ser realizado no doutorado. Aos colegas pesquisadores do Laboratório de Psicanálise e Análise do Discurso (LAPSI/ USP), pela rica interlocução: Maria Carolina Garcia, Lucas Lima, Paulo Cabral, Marília Marques, Tiago Novaes, Débora Moraes, Fabíola Borges, Erico Campos, Miriam Grajew, Elisa Bernal e Lucas Palaia.

Aos meus queridos avós, José Mario e Maria do Amparo Vicente, desde muito cedo presentes em minha vida, em cuja companhia lá em casa, na brasa do fogão a lenha e sempre um bom vinho, nos aquecem com tanto afeto e gargalhadas deliciosas ao escutar os seus “causos”. À querida vovó Ana Marta Martins da Costa Penna, de quem tenho muitas saudades de sua presença e lucidez, lembrança que me aperta o peito e faz sorrir ao lembrar de sua preocupação sobre o que eu faria da minha vida além de estudar...e estudar.

Ao Paulo, grande companheiro, que aceitou o desafio de transformar distância e ausência em descobertas e aberturas! No meio do caminho formamos uma família, e ele em momentos muito delicados tratou de criar brechas e intervalos vitais, onde sempre encontrei ternura, sorriso e aconchego. Com quem compartilho diária e entusiástica alegria de crescer e crescer juntos! Ao lado de quem meu coração, a cada manhã, transborda de alegria! A Jordão e Jenisse, meus sogros, pela delicada e sensível presença em minha vida.

Às minhas queridas irmãs, Izabella e Bruna, que no meio de tanta diversidade, escolhas e caminhos nos encontramos mais do que irmãs, grandes companheiras de vida! Com quem compartilhei desde o princípio isto que ora se realiza! Os meus muito queridos cunhados, Eduardo e Bruno, transformaram-se nos irmãos que eu não tive. Pela felicidade ainda maior dos

meus dois pequenos e amados sobrinhos: Stella e Gabriel, através de seus sorrisos inocentes e ternos me inspiram a olhar o mundo com simplicidade e curiosidade, a quem um dia contarei destas peripécias.

Eduardo e Izabella, por abrirem as portas de sua casa, este aconchegante lar que se transformou no meu reduto em São Paulo e tornou menos desconfortável a turbulenta mudança de cultura quando mudei-me para essa cidade. E, quando fora da USP, estávamos lá desfrutando de tudo que essa fantástica cidade que nunca dorme pode nos oferecer: cinema, cafés, teatro, museus, livrarias, exposições, parques, e paisagens diversas. E das incontáveis vezes, nestas idas e vindas, que tentamos salvar nossos Bilhetes Únicos, mas isso é segredo que escapou de nossa herança estudantil e tornou-se motivo de muita gargalhada entre todos nós!

Aos meus queridos pais, Regina e Alonso, de onde certa dimensão de cuidado começa a ser gestada: dentro de casa! Por me possibilitarem ao longo da vida, e desde muito cedo, escolher com muita liberdade e autonomia o que não vem desacompanhado de responsabilidade e surpresa! Por incentivarem mais uma vez e de forma corajosa a realização dos meus sonhos e projetos, deixam para mim a mais rica herança que se transforma no meu maior patrimônio: educação.

O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces de uma casa sobre orvalhos.
A mãe reparou que o menino gostava mais do vazio do que do cheio.
Falava que vazios são maiores e até infinitos.
Com o tempo aquele menino que era cismado e esquisito
Porque gostava de carregar água na peneira
Com o tempo descobriu que escrever seria o mesmo que carregar água na peneira.
(O menino que carregava água na peneira — Manoel de Barros)

RESUMO

Penna, P. S. V. (2017). *Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma perspectiva psicanalítica sobre a política de assistência social*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O problema de pesquisa sobre o qual esta tese se ocupou diz respeito à questão da responsabilização do adolescente autor de ato infracional. A interface dos campos de saber da psicanálise e do direito demonstrou-se fundamental para a apreensão da relação entre medida socioeducativa (MSE) e responsabilidade do adolescente neste contexto. A compreensão das motivações para a prática do ato infracional foi abordada a partir do referencial teórico-metodológico psicanalítico, aliado à experiência de acolhimento e atendimento junto aos adolescentes em cumprimento de MSE em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Utilizamos estratégias de investigação referenciadas na concepção de Clínica Extensa, conforme desenvolvida por Herrmann (1991), vinculada à proposta de exercício do método psicanalítico fora do *setting* convencional. Elegemos quatro histórias de vida de adolescentes acolhidos e acompanhados no cumprimento da MSE, as quais nos subsidiaram para dar encaminhamento às questões inspiradoras do trabalho. Pudemos demonstrar que as motivações para a prática do ato infracional devem ser apreendidas num âmbito multifatorial, no qual convergem aspectos particulares da vida de cada sujeito e que devem ser tratados durante o cumprimento da MSE, para possibilitar a construção de um saber e de uma significação subjetiva acerca do ato praticado. Nesse sentido, este estudo comprova que a responsabilização do adolescente frente ao ato praticado não pode consistir apenas na tarefa do cumprimento da medida, uma vez que o processo de responsabilização implica lidar com a história do sujeito e como este se posiciona perante esse ato. A interseção da psicanálise e do direito revelou também a complexidade que envolve a efetivação de uma política de assistência social que promova e assegure de modo satisfatório os direitos do cidadão, conforme rege a Constituição Federal do Brasil de 1988. No contexto da emergência do Estado Democrático de Direito, é dever não somente do Estado, mas também da sociedade civil, zelar pela efetivação desses direitos. Portanto, cabe aos profissionais que executam essa política de assistência viabilizar, na medida do possível, um trabalho que potencialmente permita a responsabilização do adolescente autor de ato infracional.

Palavras-chave: Psicanálise. Adolescência. Ato Infracional. Responsabilidade. Direito. Política de assistência social.

ABSTRACT

Penna, P. S. V. (2017). *Adolescent author of infraction and responsibility: a psychoanalytic perspective on social assistance policy*. (Thesis). São Paulo University, Psychology Institute, São Paulo.

The research problem on which this thesis is concerned refers to the question of the accountability of the adolescent author of an infraction. The interface of the fields of knowledge of psychoanalysis and Law has been fundamental for the apprehension of the relationship between socio-educational measure (MSE) and responsibility of the adolescent in this context. The understanding of the motivations for the practice of the infraction act was approached from the psychoanalytic theoretical and methodological reference, together with the experience of reception and attendance to the adolescents in compliance with MSE in a Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS). We used research strategies referenced in the concept of Extensive Clinic, as developed by Herrmann (1991), linked to the proposal to exercise the psychoanalytic method outside the conventional setting. We chose four life histories of adolescents welcomed and followed up in compliance with the MSE, which subsidized us to give direction to the inspiring questions of the work. We could demonstrate that the motivations for the practice of the infraction act must be apprehended in a multifactorial context, in which particular aspects of the life of each subject that must be treated during the fulfillment of the MSE converge, to enable the construction of a knowledge and a subjective signification about the act practiced. In this sense, this study proves that the responsibility of the adolescent before the act practiced can not consist only in the task of compliance with the measure, since the process of accountability implies dealing with the history of the subject and how he stands before this act. The intersection of psychoanalysis and right has also revealed the complexity involved in the implementation of a social assistance policy that promotes and assures the rights of the citizen in a satisfactory manner, according to the Federal Constitution of Brazil of 1988. In the context of the emergence of the Democratic State of Law, it is the duty not only of the state but also of civil society to ensure the realization of these rights. Therefore, it is up to the professionals who execute this assistance policy to make feasible, to the extent possible, work that potentially allows the responsibility of the adolescent author of an infraction.

Keywords: Psychoanalysis. Adolescence. Infringement. Act. Responsibility. Law. Social assistance policy.

RÉSUMÉ

Penna. P. S. V. (2017). *Adolescent auteur de l'acte infractionnel et responsabilité: une perspective psychanalytique de la politique de protection sociale*. Thèse (Ph.D.). Université de São Paulo, Institut de Psychologie, São Paulo.

La problématique de la recherche sur laquelle cette thèse est basée concerne la question de la responsabilité de l'adolescent qui commet une infraction. L'interface des domaines de la connaissance de la psychanalyse et du droit s'est démontrée fondamentale pour la compréhension de la relation entre les mesures socio-éducatives (MSE) et la responsabilité de l'adolescent dans un tel contexte. Pour comprendre les motivations qui poussent à la réalisation de l'infraction, le cadre théorique psychanalytique a été associé à l'expérience de soins et d'assistance aux adolescents de moins de MSE dans un Centre de Référence Spécialisé de l'assistance Sociale (CREAS). Nous avons utilisé des stratégies de recherche référencées par la conception de Clinique Extensive, telle que développée par Herrmann (1991), liées à l'exercice du cadre non conventionnel de la méthode psychanalytique proposée. Nous avons choisis quatre trajectoires d'adolescents, accueillis et accompagnés selon les MSE, dont les histoires de vie nous ont permis de faire avancer notre recherche. Nous avons pu prouver que les motivations à la pratique d'une infraction doivent être comprises dans un contexte multifactoriel dans lequel convergent des aspects particuliers de la vie de chaque sujet ; ceux-ci devraient être abordés au cours de la mise en œuvre des MSE de façon à permettre la construction d'une connaissance et d'une signification subjective à propos des mesures prises. Cette étude prouve donc que la responsabilisation des adolescents pour des actes pratiqués ne peut pas se limiter uniquement à la conformité aux mesures, puisque le processus de reddition de comptes implique de prendre en compte l'histoire du sujet et la façon dont il s'est positionné avant l'acte en question. Le croisement de la psychanalyse et du droit a également révélé la complexité qui implique l'exécution d'une politique de protection sociale pour promouvoir et assurer la satisfaction des droits des citoyens, telle qu'établie par la Constitution fédérale du Brésil de 1988.

Dans le contexte de la naissance de la règle de droit démocratique, la réalisation de celui-ci est non seulement le devoir de l'Etat mais aussi de la société civile. Il appartient donc aux professionnels responsables de cette politique de réaliser un service, dans la mesure du possible, permettant potentiellement la responsabilisation des adolescents ayant commis un acte infractionnel.

Mots-clés : Psychanalyse. Adolescence. Acte infractionnel. Responsabilité. Droit. Politique d'assistance sociale.

LISTA DE SIGLAS

APA	American Psychological Association
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CNAS	Conferência Nacional de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CERSAM	Centro de Referência em Saúde Mental
COMBEM	Conselho Municipal do Bem Estar do Menor
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAD	Centro de Referência Estadual em Álcool Outras Drogas
CRIAMS	Centros Integrados de Atendimento ao Menor
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEMZA	Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FUNABEM	Fundação de Bem-Estar do Menor
FUNCESI	Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MSE	Medida Socioeducativa
MP	Ministério Público
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIA	Plano Individual de Atendimento
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDS	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 Adolescência	24
1.1 O sujeito adolescente	24
1.1.1 Adolescentes autores de ato infracional	33
2 O nascimento e a implantação da Política de Assistência Social no Brasil..	45
2.1 O contexto brasileiro e a nova constituição federal da república.....	45
2.2 Da história preliminar ao nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	47
2.2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	56
2.2.2 O cenário pós-ECA.....	62
2.3 As políticas públicas de assistência social.....	67
2.3.1 A política de assistência ao adolescente autor de ato infracional	72
2.3.2 A violência, criminalização da juventude e judicialização da vida.....	81
3 Breve evolução histórica do campo do direito	87
3.1 Introdução	87
3.2 Breve apresentação de alguns fundamentos filosóficos e históricos da ordem jurídica	88
3.2.1 Do pensamento clássico à modernidade: o direito natural e o direito positivo	88
3.2.2 A Idade Moderna e a racionalização do direito	95
3.2.3 O positivismo jurídico e a dissolução do direito	99
3.2.4 A filosofia kantiana como fundamento do direito	107
3.3 Ainda sobre o Direito	110
3.3.1 Benjamin e a crítica da violência	110
3.3.2 Arendt e o estatuto da violência	115
4. A experiência no CREAS	119
4.1 Preâmbulos	119
4.2 Os antecedentes históricos à implantação da política de assistência	122
4.3 A experiência no CREAS – Itabira, suas vicissitudes e ressonâncias.....	123
4.3.1 O nascimento da pesquisa no CREAS.....	124

4.3.2 As motivações para o ato infracional.....	129
4.4 Aspectos introdutórios do método	132
4.4.1 A escuta dos adolescentes como elemento preliminar à construção do método	136
4.4.2 A construção do método a partir do referencial teórico psicanalítico	137
4.5 Histórias de vida.....	143
4.5.1 Rodolfo	144
4.5.2 Marcelo	147
4.5.3 Rodrigo	154
4.5.4 Henrique	158
5. A interface psicanálise & direito.....	169
5.1 Dos fundamentos do mal-estar na civilização e a gênese do sentimento de culpa em Freud.....	169
5.2 Sobre o conceito de responsabilidade.....	179
5.3 A responsabilidade jurídica	180
5.3.1 A doutrina finalista de Hans Welzel.....	181
5.4 Sobre o criminoso em Lacan e o nascimento da responsabilidade subjetiva...	186
5.5 Ressonâncias.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS	202
ANEXO.....	218

INTRODUÇÃO

“Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”

(Guimarães Rosa)

Em poucas linhas farei uma brevíssima apresentação pessoal a fim de indicar a trajetória que percorri até a proposição da pesquisa de doutorado. Graduei-me em Psicologia em dezembro de 2008 no Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) e, logo em seguida, março de 2009 iniciei o mestrado nessa mesma instituição. Conduzida pelos interesses advindos da descoberta da clínica na graduação e de seus aportes teóricos, levei para o mestrado meus interesses de pesquisa vinculados à psicanálise freudiana e suas interseções com a filosofia. O tema da alteridade tem perpassado meus interesses de pesquisa há longa data, desde o trabalho de conclusão de curso na graduação, que produziu ressonâncias que puderam ser trabalhadas na dissertação de mestrado. Embora ele não esteja no título, mas mencionado nas palavras-chave, considero que constitui um elemento ou categoria fundamental para as questões que foram gestadas nesta tese. Juntamente com a categoria da alteridade, o tema da violência se presentifica com a mesma intensidade e motiva as questões aqui protagonizadas.

Também herdeira de interrogações surgidas no mestrado no qual trabalhei a terceira fonte do mal-estar do texto freudiano “O mal-estar na civilização” (1930/2010), qual seja, a relação dos homens com os outros homens, isto é, a relação intersubjetiva, e aproximações com a categoria de alteridade na filosofia de Emmanuel Lévinas. Interseção produtiva entre a psicanálise freudiana e a filosofia de Lévinas que destacou a irredutibilidade da situação de desamparo e mal-estar da condição humana, bem como a inescapável consideração do atravessamento do outro na constituição subjetiva. A proposta de pesquisa no doutorado, apesar de não abandonar interesses de investigação metapsicológicos ganhou, contudo, novos contornos

após o amadurecimento de ideias. No primeiro ano de pesquisa decidi estender a proposta a uma investigação de campo que, *a posteriori* pude constatar o quanto estava influenciada pela minha prática clínica e de muitas questões que a última experiência de campo havia deixado em aberto e sem resposta, o que me conduziu ao retorno daquela instituição.

Após a conclusão do mestrado iniciei a trajetória docente, e também lancei-me a um novo trabalho, uma experiência curta, porém intensa, como técnica no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No ano seguinte, 2012, fui aprovada no concurso de Doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) marcando o término do meu trabalho como professora substituta no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e também a renúncia ao trabalho como técnica no CREAS.

O meu trabalho como técnica no CREAS consistia em acompanhar famílias em situação iminente de risco social, já que um serviço especializado denotava situação de urgência em quaisquer instâncias que possamos considerar: urgência de caráter subjetivo, físico, material e psicológico. Durante essa experiênciameu trabalho estava vinculado ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), e consistia no atendimento de famílias em situação de risco e vulnerabilidade sociais. A promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares e inserção dos indivíduos e famílias nos demais serviços da rede e diversos serviços socioassistenciais correspondia os principais objetivos do programa, cuja finalidade maior consistia em retirá-los do contexto de vulnerabilidade e risco social.

O quadro institucional circunscrevia o trabalho com crianças e famílias em condições de vida precárias, o que desenhou para mim uma experiência extremamente delicada, pois ao ver um cenário intrafamiliar quase sempre homogêneo no que tange à privação de cuidados básicos, de higiene, alimentação e afeto, conduziu-me a pensar em qual seria o meu trabalho, isto é, eu precisava entender de que forma poderia contribuir para possivelmente

alterar a realidade de vida daquelas pessoas. A grande questão que se impunha era: em que consistia prestar assistência? Qual trabalho deveria ser realizado? O que aquelas pessoas e famílias demandavam? Ou melhor, havia demanda? Se sim, de onde e de quem vinha? Como responder a essas muitas questões?

No atendimento às famílias eu observava que havia uma recorrência de casos em que, além de inscritos no PAEFI, adolescentes eram também acompanhados em programa para cumprimento de medidas socioeducativas. Comecei a questionar a relação entre a configuração do contexto sociofamiliar e a participação dessas famílias na política de assistência social. A grande questão que se colocou para mim durante essa experiência diz respeito a qual seria o papel da política de assistência no tocante ao atendimento às famílias e indivíduos e, principalmente, no que consiste prestar assistência.

Diante dessas questões resolvi retornar ao CREAS com o intuito de investigar as motivações para a prática de ato infracional e trabalhar junto aos adolescentes acolhidos para o cumprimento de medidas socioeducativas. Após a apresentação da proposta de pesquisa à coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Prefeitura Municipal de Itabira, iniciei um período de pesquisa participante no CREAS que durou 15 meses. A frequência à instituição, a realização do acolhimento e acompanhamento dos adolescentes no cumprimento da medida socioeducativa foram decisivos para o delineamento das questões relativas à pesquisa, seu objeto e, principalmente, sobre a configuração do método de pesquisa.

No decorrer desta experiência tive a sensação de que estava conquistando, gradativamente, uma espécie de esclarecimento do meu objeto de investigação. A questão da responsabilidade assumiu o protagonismo de meus interesses que, circunscrita em uma complexa temática, pôde ser eleita como objeto *príncipeps* de pesquisa, desenhando a interface de dois campos de saber: psicanálise e direito, que serão amplamente explorados nesta investigação. Por um lado, a referência ao direito inscreve-se devido à medida socioeducativa estar prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que esboça uma face orientada pelo ordenamento jurídico. Por outro lado, a

referência à psicanálise justifica-se pela tentativa de apreensão do ato infracional segundo os aportes teóricos psicanalíticos que orientarão uma proposta de intervenção prática, por meio da escuta dos adolescentes.

Nesse sentido, em que consiste a responsabilização do adolescente frente ao ato infracional? O cumprimento da medida socioeducativa significa responsabilizar-se pelo ato praticado? Estas são questões que fundamentaram a realização desta pesquisa, cuja apresentação da gênese, desenvolvimento e metodologia são brevemente apontados e delimita o primeiro capítulo.

No segundo capítulo dedicamo-nos à exploração do campo conceitual da adolescência, segundo referencial teórico psicanalítico, cujas chaves teóricas são as seguintes: *acting out*, passagem ao ato, angústia, desamparo, alteridade, trauma, laço social, vulnerabilidade social, ambiente, família, que por sua vez orientaram a circunscrição da adolescência em um campo de investigação e interesse metodológico. Ainda nesse capítulo, problematizamos o adolescente autor de ato infracional ao tecer o contexto sociocultural no qual ele está inserido, contexto esse atravessado por dimensões de mal-estar que denunciam a condição pós-moderna da existência humana na civilização, de acordo com Birman (2014b), embora não seja apenas por meio da esfera do mal-estar que o sujeito pode ser pensado na contemporaneidade.

Na discussão tecida no terceiro capítulo apresentamos a gênese da política de assistência social no Brasil, na qual buscamos resgatar na história brasileira o trato às questões relativas à infância e adolescência. Essa trajetória nos conduziu à realização de um corte transversal na história, levando-nos à origem da sociedade brasileira, ainda colônia de Portugal, até os preâmbulos da Constituição Cidadã de 1988 e as políticas públicas advindas dessa nova constituição que representou o ideário de um Estado Democrático de Direito. O ECA é a legislação que inaugura no Brasil uma política de atenção integral à criança e ao adolescente, conferindo-lhes a condição de sujeito de direitos, antes não vislumbrada, reportando ao Estado, família e sociedade civil a responsabilidade sobre a garantia na íntegra dos direitos à criança e ao adolescente. Nesse item são também abordadas as políticas de assistência destinadas ao adolescente autor de ato infracional e, ainda, uma discussão

sobre a violência e a criminalização da juventude, cujo reflexo encontra-se igualmente na delicada questão acerca da redução da maioridade penal no Brasil, que mobilizou amplos debates – não reservados aos círculos acadêmicos – como também ocupou o espectro da sociedade civil.

Os interesses de pesquisa no quarto capítulo repousam sobre o direito. A tessitura desse capítulo tornou-se essencial para o entendimento crítico da ciência jurídica, que possibilitou pensar as questões da pesquisa que denunciaram o atravessamento da ordem jurídica no tocante às políticas públicas de assistência. A breve evolução histórica do campo do direito possibilitou-nos transcender uma visão tradicional e mesmo romântica do direito e sua função social. A referência a Benjamin (1921/1986) resultou em uma profícua reflexão sobre a ordem jurídica e localização do seu papel na sociedade, revelando que ao direito não se reserva apenas a regulação da ordem social, e que para isso são necessários, inclusive, a utilização de outros meios, como a violência enquanto instauradora e mantenedora de seu estatuto.

Em seguida, no quinto capítulo, nossos esforços dirigiram-se para a configuração da experiência no CREAS. Desde os elementos introdutórios de concepção desta pesquisa e seu nascimento na instituição, até a descrição do trabalho realizado junto aos adolescentes. Como subsídio metodológico utilizamos estratégias de investigação na perspectiva do método de interpretação característico da disciplina psicanalítica. A concepção de Clínica Extensa, conforme desenvolvida por Herrmann (1991), vinculada à proposta de exercício do método psicanalítico fora do *setting* convencional, fundamenta nossa proposta de investigação, a partir do acolhimento e escuta dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE). Nesse capítulo apresentamos também a história de vida de quatro adolescentes que participaram da pesquisa e nos possibilitou pensar as questões tanto de ordem prática no trabalho cotidiano com o adolescente no cumprimento da MSE, quanto as questões de ordem estrutural da política de assistência social que nos instigaram na proposição de possíveis contribuições da psicanálise para a compreensão do ato infracional e intervenção no campo das MSE.

No sexto capítulo delinea-se profícua interlocução entre psicanálise e direito no que corresponde ao problema de pesquisa forjado nesta investigação: pensar a questão da responsabilidade na interface destes dois campos de saber. A leitura do sentimento de culpa da psicanálise freudiana nos fornece subsídios teóricos que fundamentam a noção de responsabilidade arquitetada pela teoria psicanalítica. “O mal-estar na civilização” (1930/2010) é o texto base no qual encontramos a genealogia do sentimento de culpa que nos fornece elementos para pensar a questão da responsabilidade na psicanálise freudiana. Jacques Lacan aproximou os estudos sobre criminologia e responsabilidade e ratificou o atravessamento da esfera inconsciente na consideração dos atos criminosos e a inalienável condição de responsabilidade atribuída ao sujeito perante seu ato. Nas considerações acerca da responsabilidade no campo do direito trouxemos para a reflexão a doutrina finalista do jurista alemão Hans Welzel, a quem coube a transformação da teoria moderna do delito, segundo a qual a ação humana é guiada pela vontade e acompanhada de uma finalidade. A ação do homem não constitui um mero ato voluntário, e sim guiado por uma finalidade. Essa interlocução nos aponta vicissitudes no trato da questão da responsabilidade nesses dois campos do saber, e especialmente nesta pesquisa, implica a discussão acerca da concepção da política de assistência social.

1 Adolescência

1.1 O sujeito adolescente

Em meados da década de sessenta do século passado, Winnicott (1961/2011) iniciou um de seus textos, publicado na obra *A família e o desenvolvimento individual*, afirmando que a adolescência, e mesmo os problemas que acometem os sujeitos desta fase, despertava o interesse de especialistas dos quatro cantos do mundo. E, em *Privação e Delinquência* (1984/1987), podemos constatar novamente o interesse vivo e destacado desse autor pelo estudo e compreensão dessa fase do desenvolvimento humano. Aproximadamente cinco décadas após a publicação dessas obras, as questões acerca da adolescência e suas vicissitudes não ocupam um estatuto menos importante na literatura psicanalítica, muito pelo contrário.

Em publicação recente, Lauru (2013) destaca a importância do sujeito adolescente para a compreensão das novas configurações subjetivas na atualidade, na medida em que aquele pode ser considerado uma espécie de espelho dessas novas modalidades de subjetivação e estruturação psíquica emergentes na clínica¹: “No entanto, as novas subjetividades respondem melhor às nossas preocupações clínicas contemporâneas no que diz respeito à adolescência” (p. 23)².

Na teoria freudiana encontramos referência à adolescência no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”(1905/2016), nos quais Freud designa puberdade o período do desenvolvimento que corresponde à adolescência. Fruto de muitas oposições e objeção da comunidade científica, esse texto é um dentre aqueles da obra freudiana que imprimiu uma nova configuração e destino para a teoria psicanalítica, a partir da concepção da sexualidade infantil, o que tornou-se a pedra angular da psicanálise, pois a constituição subjetiva é integralmente influenciada pela experiência sexual. Em relação à puberdade, nesse texto encontra-se bem demarcada a ideia de que a

¹ Sempre que necessárias, as traduções serão de minha responsabilidade.

² “Cependant, les nouvelles subjectivités répondent mieux à nos préoccupations cliniques contemporaines concernant l’adolescence”.

iminência da puberdade produz mudanças significativas no que até então configurava a vida sexual infantil. Observa-se a transformação da pulsão quanto ao seu estatuto de objeto e meta. A sexualidade está inteiramente atravessada pelas primitivas experiências sexuais e, ao contrário do que se pensava até então, a sexualidade não tem como ponto de partida a puberdade, mas está presente desde os primeiros períodos da vida.

Freda (2009) expõe, conforme as concepções freudianas acerca da adolescência, que esse período constitui um momento de passagem compreendido entre a infância e a vida adulta, e localiza-se entre esses dois tempos: “período que encontra sua razão de ser em sua resolução. Este é o ponto final da adolescência que dá, retrospectivamente, sentido a esse tempo” (p. 11)³. Logo, o sentido da adolescência só pode ser apreendido *a posteriori*, elemento que torna eminente a noção de temporalidade na obra freudiana. Os sintomas tais como o autismo, o suicídio de adolescentes, a toxicomania e certos atos delinquentes, emergentes no contexto social da contemporaneidade, evidenciam justamente a intenção de encontrar uma inscrição no campo do Outro e, diante da impossibilidade dessa inscrição, segundo esse autor, são considerados sintomas de inscrição ou da não inscrição.

Para Freud esse período do desenvolvimento psíquico corresponderia à revivência da infância, através da reedição do complexo de Édipo, já que nesse período de maturação dos órgãos genitais o sujeito jamais esteve tão perto da realização da fantasia sexual construída na configuração edipiana. Contudo, o fantasma da ameaça de castração que sempre rondou o infante volta a assolar o púbere nessa reedição da vivência edipiana, implicando um intenso trabalho psíquico a ser realizado pelo sujeito na elaboração da não satisfação plena dos seus desejos e fantasias. E como podemos constatar ao percorrer a teoria freudiana, a satisfação parcial dos desejos constitui o grande motor do aparelho psíquico, bem como subjaz à formação dos sintomas.

³ “période qui trouve sa raison d’être dans sa résolution. C’est le point final de l’adolescence qui donne, rétrospectivement, sens à ce temps”.

Aberastury & Knobel (1981) mencionam, no percurso da adolescência, a existência de três lutos fundamentais pelos quais o sujeito atravessará: o luto pelo corpo infantil, uma vez que a maturação dos órgãos genitais faz-se eminente; o luto pelos pais da infância, cujos valores são agora na puberdade veementemente questionados, uma vez que uma nova configuração das relações com os pais é aqui construída; e o luto pela identidade infantil, já que a adolescência imprime a exigência por uma conquista de autonomia em direção à independência.

Winnicott (1961/2011) circunscreve a busca adolescente, em meio a uma avalanche de transformações e conflitos que caracterizam a adolescência nas suas peculiares características:

Vemos os jovens buscando um tipo de identificação que não os abandona sozinhos em sua luta: *a luta para sentir-se real*, a luta para estabelecer uma identidade pessoal, a luta para viver o que deve ser vivido sem ter de conformar-se a um papel preestabelecido. Os adolescentes não sabem no que se tornarão. (p. 123)

O limiar do século XXI apresenta-nos dimensões variadas de mal-estar vividas pelo sujeito (Freud, 1930/2010), legado de transformações antropológicas já anunciadas pela sociedade moderna, que interferem diretamente nos modos de subjetivação contemporâneos (Birman, 2009a), inseridos numa condição traumatogênica de existência, como bem atesta Rouanet (2006)⁴. Nesse contexto, o tema da ética emerge como uma das grandes questões a serem problematizadas ao tratarmos do sujeito e de sua inscrição na civilização atual. De modo que o estudo centrado na interseção da subjetividade e cultura é imperativo para tratar da inserção do sujeito na civilização: “a estruturação e funcionamento da vida psíquica são indissociáveis de um contexto sociocultural determinado” (Cardoso, 2014, p. 64). Desse modo, Birman (2009b) nos convida a refletir sobre a contemporaneidade e suas variadas manifestações de mal-estar:

A contemporaneidade revela-se ser uma fonte permanente de surpresa para o sujeito que não chega em geral a seguir e a antecipar os

⁴ Não é objetivo deste trabalho tratar das questões relativas às concepções de modernidade e pós-modernidade, que são bem desenvolvidas, por exemplo, por Birman (2006), Bauman (1998a), Giddens (1991, 1997) e Lyotard (1979). Abordo essa temática em minha Dissertação de mestrado, (Penna, 2011).

acontecimentos que jorram de toda parte. Lá onde quase tudo aparece de modo imprevisto e intempestivo, o efeito mais evidente para ele é a vertigem e a ameaça do abismo nos quais ele se vê mergulhado. (p. 7)

Da mesma forma, Lauru (2013) atesta a importância de se examinar as modalidades de subjetivação em questão no mundo contemporâneo, como resultado do desenvolvimento das culturas e sociedades que transformam os modos de relação entre os sujeitos. Aliada à condição de vulnerabilidade à qual está vinculada a adolescência, podemos observar que a entrada da criança na puberdade e sua saída do universo infantil anunciam uma série de transformações que atestam a ausência de um lugar de pertencimento. O sujeito adolescente transita entre dois lugares; por um lado, sem ter abandonado sua condição de infante e, portanto, de ser dependente, e, por outro, sinaliza a passagem para um momento ulterior do desenvolvimento que vai na direção da busca de autonomia. Logo, configura-se uma espécie de pêndulo, cujos extremos são, de um lado, a dependência, e do outro, a conquista de autonomia. Essa ausência de lugar é abordada por Finger (2014):

Este mesmo interregno marca a experiência de vida do adolescente contemporâneo: situado numa particular escansão entre dois tempos – nem criança, nem adulto –, ele denuncia com maestria a angústia da suspensão de sentido própria de nossa época, bem como a difícil articulação entre o singular e o coletivo próprios de nossa cultura. (p. 13)

Neste sentido, observamos que a conjuntura cultural contemporânea situa o sujeito adolescente em uma dimensão mesma de mal-estar, articulada às peculiaridades do contexto sociocultural. Embora saibamos que o mal-estar habita essa fase do desenvolvimento humano a adolescência não se restringe a uma experiência de mal-estar. Nessa reflexão constatamos que, em relação às singularidades do contexto sociocultural contemporâneo que encontra ressonância nos modos de subjetivação adolescente, os autores acima citados têm pensamento convergente. E, independentemente da influência do ambiente, a adolescência é uma via privilegiada de acesso a novas configurações psíquicas, tanto no plano individual quanto na dimensão intersubjetiva.

Poderíamos perguntar, de modo abrangente, que efeitos essa configuração social produziria sobre a constituição das subjetividades?

Qual(ais) modalidade(s) de sofrimento psíquico poderiam ocorrer deste novo contexto pleno de transformações? E, mais especificamente no âmbito de nossa pesquisa, as infrações adolescentes atestariam o espaço do mal-estar, por excelência, da dor e do sofrimento às quais o sujeito pós-moderno está subjugado? Escreve Lauru (2013):

De fato, a mutação social que transforma o sujeito da democracia, aquele do conflito, em sujeito empreiteiro de si, tem efeito sobre a construção das subjetividades, notadamente adolescentes. A constatação do desenvolvimento de subjetividades, provocando um sofrimento cada vez maior no sujeito, relacionado a uma profusão de prazeres possíveis em um espaço “vazio de existência”, nos convida a revisitar a clínica adolescente e sua construção metapsicológica a partir de gozos Outros: vícios, anorexia, obesidade, usos e abusos do corpo, paixão pelo risco. (p. 23)⁵

Ou seja, esse contexto pleno de transformações que atravessam os modos de viver na atualidade estimula e potencializa a inscrição de sintomas que evidenciam o mal-estar vivenciado pelos sujeitos, provocando saídas autodestrutivas, e não menos sem risco ao outro, colocando em cena uma pulsão agressiva e carregada de violência que requer contenção. O uso e abuso de drogas, por exemplo, tanto lícitas quanto ilícitas, situa-se no campo das denominadas “novas patologias”, evidenciando as particularidades da cultura contemporânea e convocando-nos a questioná-las (Cardoso, 2014). Nesse contexto, cabe destacar a utilização em larga escala de psicotrópicos prescritos como pílulas capazes de dar conta desse mal-estar, e do vazio que habita o homem pós-moderno, temática que tem ocupado muito espaço na literatura, caracterizando o que Birman (2014a) denominou de “medicalização da existência”:

Pode-se dizer assim que, se a iminência do risco marca as subjetividades em nossos tempos, isso se deve ao imperativo da performance que se impõe aos indivíduos no espaço social. Existiria então um risco permanente no imperativo da performance, fundado na desconstrução do espaço público e na inflação correlata do espaço privado, de forma que a tirania promovida na intimidade se desdobraria na cultura do narcisismo, o que promoveria a corrosão do caráter do sujeito. (p. 30)

⁵ “En effet, la mutation sociale qui transforme le sujet de la démocratie, celui du conflit, en sujet entrepreneur de soi, n’est pas sans effet sur la construction des subjectivités, notamment adolescentes. Le constat du développement de subjectivités laissant de plus en plus le sujet en souffrance, aux prises avec une profusion de jouissances possibles dans un “vide d’existence”, nous invite à revisiter la clinique adolescente et sa construction métapsychologique, à partir des jouissances Autres: addictions, anorexie, obésité, usages et mésusages du corps, passion du risque, etc”.

Nesse sentido, podemos observar que o panorama social evidencia o atravessamento de amplas transformações que têm, por sua vez, tanto incidência direta nos modos de regulação das relações intersubjetivas quanto na esfera da intimidade de cada sujeito. Se o grande trunfo inaugurado pela Modernidade foi poder pensar o homem habitando o espaço público e dele se apropriando como sujeito de suas escolhas e construtor de suas referências, o que assistimos no momento seguinte é o declínio desse espaço público e a inflação da esfera da intimidade, que tem por consequência a reconstrução e uma ressignificação do espaço social⁶.

Nessa atmosfera de mudanças, de supervalorização da esfera íntima, poderíamos supor que houvesse uma negação do outro e sua dimensão alteritária, uma espécie de acirramento das modalidades narcísicas no espaço social? De que forma se revela o estatuto da alteridade nessa nova economia das relações intra e intersubjetivas? Como escreve Birman (2014a) “De fato, nesta inflexão em direção aos registros do privado e do íntimo, as formas de subjetivação foram decididamente reconfiguradas, marcadas que seriam pelo narcisismo” (p. 29), sendo o risco o denominador comum dessa grande transformação. O reflexo disso nos modos de subjetivação adolescente é expressado na maneira como o sujeito adolescente coloca o corpo à prova, expondo-se diretamente ao risco por meio do ato, como atestaremos mais adiante.

Portanto, se nos propomos a refletir acerca destas supostas inscrições de mal-estar contemporâneas, não podemos deixar de considerar a emergência das chamadas novas patologias que imprimem desafios inéditos à clínica psicanalítica. O abuso de álcool e drogas, as perturbações alimentares, os transtornos de ansiedade generalizada muito presentes na clínica contemporânea, e as assim denominadas depressões, assumem nuances bem particulares no contexto e situação em que vivemos. Esses sintomas evidenciam uma nova economia subjetiva diante de uma dimensão social que se apresenta com características muito peculiares. Para Lauru (2013),

⁶ Essas questões são tratadas, por exemplo, por Lash (1983), Sennett (1999, 1980).

De fato, a clínica nos alerta sobre essas novas patologias que a modernidade permite constatar. Os adolescentes constituem a interseção da corrente das gerações e o elo frágil, reflexo de nossas sociedades tomadas na louca corrida do consumo do prazer desenfreado tanto de bens como de pessoas. (p. 24)⁷

Segundo esse autor a clínica, não somente do adolescente mas também a do adulto, nos oferece um olhar particular sobre a evolução das patologias e, igualmente, dos modos de estruturação psíquicos. Nesse sentido, para considerar que esse momento corresponde justamente a novos arranjos de subjetivação que o sujeito constrói na sua estruturação psíquica, continua esse autor, “Com efeito, o adolescente não é uma estrutura de passagem, mas uma passagem na estrutura” (p.24)⁸. Passagem cujas particularidades requerem dos especialistas intervenções e apreensão específicos em função de suas manifestações singulares no campo social. Para Rassial (2012),

Os jovens são certamente as principais testemunhas, agentes, ou mesmo vítimas, posto que a adolescência é o momento essencial, para cada um, de crise de valores e de restauração do laço social, quando as promessas edípicas, por não se cumprirem plenamente, conduzem para que se achem ou se criem novos ideais. (p. 64)

Assim se justifica nossa proposta de pesquisa que visa pôr no centro da cena o sujeito adolescente, com o objetivo de investigar a problemática da violência intersubjetiva e especificidades da incidência da alteridade em adolescentes em conflito com a lei, apoiadas no referencial psicanalítico, que justamente enfatiza o atravessamento do outro na constituição subjetiva, uma vez que é justamente no campo da alteridade que a subjetividade pode emergir (Souza, 2001). Mas essa relação, constitutiva e indispensável, também carrega um potencial traumatizante. Nas palavras de Cardoso (2008),

A recusa da alteridade e a conseqüente transgressão das fronteiras do outro vêm se articular aqui a uma recusa da Lei – situada num outro nível de transgressão, último recurso para inscrever a marca traumática, marca de um ataque, de uma transgressão pulsional, além do princípio do prazer, além do representável. (p. 79)

⁷ “Em effet, la clinique nous alerte sur ces nouvelles pathologies que la modernité nous offre à voir. Les adolescents sont la charnière dela chaîne des générations et le maillon fragile, reflet de nos sociétés prises dans la course folle de la consommation de la jouissance effrénée des biens comme des personnes”.

⁸ “Em effet, l’adolescence n’est pas une structure de passage, mais un passage dans la structure”.

De modo que examinar a adolescência, dentre outros aspectos, nos conduz à problematização da alteridade, tematização necessária sobretudo se consideramos o cenário atual em que a violência e a delinquência assumem uma imposição cada vez mais veemente no registro do laço social:

Centradas no registro do corpo, da ação e das intensidades, as formas de mal-estar que dominam o cenário da contemporaneidade indicam não apenas o alto nível de descarga pulsional presente, mas também o baixo nível de simbolização em pauta no psiquismo. (Birman, 2009a, p. 50)

Trata-se de um excesso pulsional que vem à tona e assume um potencial de violência, em detrimento da capacidade de simbolização pelo sujeito. E dentre as variadas manifestações de mal-estar na contemporaneidade, a que nos interessa e é objeto de nossas investigações concerne à adolescência, especialmente aos adolescentes autores de ato infracional. A problemática do excesso e das transgressões na adolescência, a violência autoengendrada e também dirigida ao outro, nos conduzem a formular a hipótese segundo a qual as leis da linguagem fracassaram, dando espaço para a operação da pulsão de morte (Freud, 1920/2010), cujo potencial destrutivo configura a tendência a uma experiência de (des) subjetivação (Lauru, 2013).

É assim que somos espectadores da emergência das chamadas patologias do ato, caracterizadas pela invasão de uma dimensão traumática no psiquismo, que exprimem uma falha nos mecanismos de simbolização e apontam para dificuldades no plano da contenção psíquica. Nesse caso, observamos uma ausência de mediação que se articula com a presença da intensa violência psíquica na adolescência. Como sintetiza Loffredo (2013):

Em suma, esse quadro encena a dinâmica de uma “desposseção de si”, que se expressa no incremento do registro do corpo, na ausência de limites para a ação e na “suspensão do eu” que, como instância psíquica, falha na sua função reguladora das relações entre corpo e o mundo (Birman, 2006, p.186). Imerso que está na dimensão traumatizante dos excessos, circunscrita pela definição de desamparo e tão bem expressa pela reação da angústia automática. (p. 113)

Mayer (2001) explicita a fundamental distinção entre as noções de *acting out* e passagem ao ato. A primeira permeia uma dimensão de convocação do outro, cuja direção do ato está endereçada e só poderá ser significada no

circuito da alteridade; ainda que se trate de uma ação ou ato, logo, a palavra falhou. Entretanto o ato está circunscrito no campo da linguagem, que está no lugar onde deveria operar a palavra, caso não ocorresse uma falha no processo de simbolização⁹. Não há eficácia das palavras, o ato assume a função de transmitir uma mensagem endereçada a esse outro. Se não houve a possibilidade de escuta e, por consequência, uma fala que signifique o ato, está instalado o circuito da violência (Finger, 2014). A segunda, por sua vez, ultrapassa essa dimensão de convocação do campo alteritário e, por meio do ato, constitui uma fratura:

Nesta perspectiva, a *passagem ao ato* propriamente dita costuma manifestar-se quando os *actings* reiteradamente fracassam em sua dimensão de *convocação*. Naquela o sujeito se precipita numa ação extrema que pressupõe uma ruptura e uma alienação radicais com desmoronamento de toda a mediação simbólica. (Mayer, 2001, p. 93)

Essa violência expressa nas “atuações” e “passagens ao ato” nos faz questionar se tais ações possuiriam algum valor estruturante para o sujeito, caso em que a delinquência poderia ser uma via, um caminho alternativo de possibilidade de nomeação e de identidade:

Considerando o crescente apelo na adolescência e juventude contemporâneas ao corpo e ao ato como modalidades de defesa radical, dentre elas as múltiplas formas de dependência a um objeto-coisa, pergunto se não estaríamos hoje diante de uma crise de subjetivação. Em razão da insistência do traumático, correlacionadas à má delimitação das fronteiras egoicas, a problemática-chave aqui é a do dentro e do fora, aliada à do estrangeiro e do familiar. Os objetos são instáveis, incertos nas configurações limites. Quando a perda do outro corresponde a uma perda de si, a verdadeira ameaça é a de não poder perder, e esta seria, no entanto, a condição necessária para se libertar do domínio do outro interno. (Cardoso, 2014, p. 72)

Podemos observar, então, a irrupção do traumático, ou melhor, a sua persistência, o que acaba por esvaziar a possibilidade de uma mediação simbólica, expondo aos riscos que a(s) atuação(ções) implicam. O sujeito apresenta um limiar cada vez menor a esta invasão, dispondo de poucos recursos no que concerne à dimensão de convocação. A esse respeito sublinha essa autora “a problemática das fronteiras psíquicas se articula de forma estreita à adolescência e, principalmente, quando se trata de analisar as

⁹ Essa importante diferenciação, entre os conceitos de *acting out* e *passagem ao ato*, como sabemos, foi desenvolvida por J. Lacan (1963-1964/2005), no *Seminário. Livro 10. A angústia*.

respostas atuadas com forte apelo ao corpo, tão frequentes na adolescência atual” (p. 70). Pode-se, portanto, constatar que as modalidades de defesa atuantes na adolescência contemporânea – o corpo e o ato – indicam uma proximidade à problemática relacionada às fronteiras egoicas, ou seja, à não delimitação dessas fronteiras. Diante de tal panorama, o referencial psicanalítico nos permite refletir, segundo Coelho Junior e Figueiredo (2004), sobre “as exigências éticas colocadas pela necessidade de reconhecimento da alteridade como elemento constitutivo das subjetividades singulares” (p. 10).

Contudo, ainda que tenhamos enfatizado a adolescência localizada em um contexto de mal-estar, como sintoma da contemporaneidade, consoante Whitaker (2010), não podemos situá-la toda e exclusivamente nessa dimensão, pois mesmo que na adolescência esteja implicada a noção de conflito há saídas possíveis que não estão vinculadas necessariamente a caminhos prejudiciais ao sujeito em resposta ao mal-estar. Isto é, o mal-estar da adolescência não pode ser localizado inteiramente no campo da destrutividade, enquanto resposta, há saídas sublimatórias que apontam, por exemplo, um outro destino perante a pulsão de morte.

1.1.1 Adolescentes autores de ato infracional

A proposta de tratar da temática da violência intersubjetiva em adolescentes em conflito com a lei será desenvolvida tendo como suporte prioritário o referencial psicanalítico freudiano, especialmente a rede teórica na qual estão inseridas as conceituações de angústia, desamparo, trauma e laço social, em seu diálogo com as concepções de outros autores, quando forem pertinentes.

Dessa forma, a presente pesquisa também se articula, necessariamente, com a tematização da ética implicada na reflexão psicanalítica, na medida em que pretendemos investigar o fenômeno da violência e a dimensão da alteridade em adolescentes autores de ato infracional. Isso nos possibilitará pensar a questão precípua desta investigação, ou seja, a responsabilidade

nesses jovens a partir de um referencial que anuncia a necessária presença trágica do outro (Lévinas, 2001).

Ao utilizarmos a concepção de Lauru (2013), que entende a adolescência como uma passagem pela estrutura, podemos destacar algumas mudanças ocorridas nessa experiência de subjetivação: o abandono do corpo infantil e a condição imposta de elaboração do luto advindo dessa perda, a superação da fase autoerótica, que dará lugar a um investimento libidinal e afetivo que estarão dirigidos a um outro, marcando, portanto, a entrada numa dimensão alteritária e o acesso à fase genital do desenvolvimento da psicosexualidade, que anuncia a possibilidade de escolha de novos objetos. Como sintetiza Lepastier (1991),

A puberdade inaugura uma reviravolta das referências espaço-temporais. Por um lado, trata-se de realizar o luto do corpo infantil e de se acostumar ao esquema flutuante de um corpo no qual se tornam evidentes os caracteres sexuais secundários. Por outro lado, é preciso passar de um universo relativamente fechado ao mundo exterior. Um “espaço psíquico ampliado”, assim como o definiu Philippe Jeammet em 1980, conduz, então, a uma multiplicação dos investimentos culturais e sociais. Para realizar essas complexas tarefas, o adolescente dispõe de um tempo limitado. Além disso, o desenvolvimento não se faz de maneira inteiramente harmônica. (p. 127; tradução livre)¹⁰

Ainda nesta direção de reflexão, aponta Marty (2008):

Nossa hipótese leva-nos a postular que o genital não se situa *inteiramente* nem de um lado nem do outro; constitui-se antes numa peneira de passagem, um entre-dois, tempo e trabalho psíquico de uma só vez, isto é, a adolescência, tomada aqui como processo psíquico. E se considerarmos que sem o genital a sexualidade infantil não teria sentido, nem tampouco, aliás, a sexualidade adulta, perceberemos então mais claramente o quanto o genital é a pedra angular do edifício inteiro. (p. 58)

Esse momento também diz respeito à revivescência do complexo edípico. Após a passagem do sujeito pelo período de latência, instante de “suspensão” das pulsões sexuais que poderão ser dirigidas, por exemplo, pela sublimação, o conflito edipiano será trazido à tona, na fase genital, constituindo

¹⁰ “La puberté inaugure un bouleversement des repères spatio-temporels. D’une part, il s’agit de faire le deuil du corps d’enfant et de s’habituer au schéma fluctuant d’un corps où sont désormais marqués les caractères sexuels secondaires. D’autre part, il faut passer d’un univers relativement clos au monde extérieur. Un “espace psychique élargi”, ainsi que le définit Philippe Jeammet en 1980, amène donc une multiplication des investissements culturels et sociaux. Pour réaliser ces tâches complexes, l’adolescent ne dispose que d’un temps limité. De plus, le développement ne peut se faire de manière entièrement harmonique”.

mais uma das inúmeras problemáticas singulares desse período, que requer transformações tanto no plano físico e corporal quanto na esfera psíquica.

Desse modo, a conquista da fase genital tem marcas significativas para o desenvolvimento do sujeito e uma delas diz respeito ao alcance fundamental desempenhado pela cultura nesse momento. Se antes a família era a grande referência para a criança, a perda dos pais da infância será outro luto a ser elaborado pelo sujeito adolescente, que conquistará um espaço social na cultura, habitando um lócus até então pouco visitado. A esfera extrafamiliar lhe oferecerá então novas referências, pois “o lugar onde o jovem pode completar seu processo de subjetivação é na cultura, para além dos limites da família e das significações parentais” (Minerbo, 2006, p. 95).

Nesse sentido, nossa reflexão ganha corpo se considerarmos a adolescência um processo psíquico e, como tal, passível de assumir uma lógica e temporalidade singulares, vinculando-se a um momento caracterizado essencialmente por um excesso pulsional que pode assumir destinos variados, dentre os quais a violência

A reflexão sobre o estatuto do objeto na adolescência aponta para um paradoxo importante, pois a adolescência é ao mesmo tempo um momento de confronto com a alteridade e com a solidão subjetiva como possibilidades criativas de existir no mundo, mas também um tempo em que as falhas nas relações com os objetos primordiais podem ser atualizadas em vivências de desamparo e fragmentação. Assim, se a adolescência é um momento lógico — e não cronológico — de apropriação subjetiva do sintoma que a criança era no discurso parental (Rassial, 1999), quando o confronto com a diferença e a falta são elementos essenciais ao trabalho de subjetivação, na clínica este trabalho muitas vezes é interrompido por uma identificação melancólica como defesa contra a perda do objeto, perda vivenciada não como investimento do vazio (Green, 1988), mas como uma falta a ser, que aponta para uma falha na função simbolizadora do objeto primordial (Roussillon, 2010). (Zornig, 2014, p. 52)

Birman (2009a) enfatiza como, até 1920, a teoria freudiana tratou o tema da agressividade enquanto restrita à relação do sujeito com o outro. Mas com as formulações freudianas relativas à segunda teoria pulsional, em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/2010), o conceito de pulsão de morte inaugura a possibilidade de inserir a agressividade em dimensões diversas no campo do sujeito: no âmbito do masoquismo, do sadismo, da autodestrutividade, bem como das relações estabelecidas entre as diferentes

instâncias psíquicas (Freud, 1923/2011). Nesta mesma linha de raciocínio, na qual assume primazia o estatuto da ordem simbólica, Cardoso (2008) formula uma questão fundamental para a nossa pesquisa:

O que vem a permitir que o sujeito possa lidar com o pulsional, representá-lo, realizando o trabalho de ligação, de simbolização, situa-se no registro da ordem simbólica, implicando possibilidades de mediação, de contenção daquela força. O mundo contemporâneo não se encontra especialmente amparado por essa ordem simbólica, mas parece se caracterizar, preferencialmente, por precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, incerteza e segurança; estamos, portanto, diante de uma carência de recursos de mediação. Do ponto de vista da constituição psíquica, o desamparo é inerente à subjetividade humana, em razão dos próprios limites do aparelho psíquico. Mas, na contemporaneidade, dada essa fragilidade da ordem simbólica, não tenderia este estado a se impor na vida psíquica de modo exacerbado? (p. 75)

Sabemos que em “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926[1925]/2014), a angústia passa a ocupar uma função defensiva e “a definição de situação traumática articula-se à conceituação de *desamparo* e se reporta a um afluxo de excitação, proveniente de fontes endógenas ou exógenas, que deixam o eu completamente fora de controle” (Loffredo, 2014, p. 314). Assim, o desamparo se apresenta como resquício da situação traumática e se vincula necessariamente a uma inscrição primordial e constitutiva do sujeito.

É consenso entre diversos autores, Roussillon (2008), Lauru (2013), Marty (2008), Mayer (2001), Cardoso (2006), e principalmente aos que se debruçam sobre a temática da adolescência, que observa-se na contemporaneidade a emergência das denominadas *novas patologias*. Quadros clínicos que, como já esclarecemos anteriormente, têm como ponto comum um contingente de excesso pulsional, que por sua vez produz ameaças intensas à economia psíquica, e cuja saída escolhida pelo sujeito pode ser a passagem ao ato ou o *acting out*, dada a precariedade dos mecanismos de simbolização:

Observamos um nítido incremento de quadros patológicos de maior gravidade, em que se pode destacar, dentre outros aspectos, a prevalência das atuações e das passagens ao ato, o apelo a mecanismos defensivos mais arcaicos e elementares, implicando precária elaboração, e que sinalizam, além de outras consequências, a intensificação de um estado de

desamparo e de desorientação subjetiva, em especial em adolescentes e jovens adultos. (Cardoso, 2006, p. 9)

Na perspectiva da teorização freudiana sobre a angústia,

Não deve nos surpreender, portanto, que a palavra de ordem da atualidade, que se expressa com proeminência na clínica psicanalítica, se vincula aos excessos de todo tipo, pois a angústia como “sinal” supõe justamente uma capacidade de operação de uma atividade de “interpretação” e de “leitura”, que deve se fundar numa capacidade elaborativa pertinente à simbolização. (Loffredo, 2014, p. 112)

Nesta direção, as *atuações e passagens ao ato* seriam uma tentativa de dar conta daquilo que excede e que ultrapassa qualquer possibilidade de representação. Se pode haver algo que excede a capacidade do aparelho psíquico de representar, estabelecemos uma íntima vinculação da adolescência com o campo do traumático, segundo a clássica definição de trauma:

Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos duradouros que provoca na organização psíquica. Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se por um afluxo de excitações. (Laplanche & Pontalis, 1982, p. 522)

Desse modo, vimos que o processo da adolescência lança invariavelmente o sujeito em condições potencialmente traumatogênicas, as quais apontarão como um dos destinos possíveis, no limite, as atuações ou passagens ao ato, situações que evidenciam intensa fragilização e exposição ao desamparo:

Esta indicação permite articular a adolescência a uma “situação fronteira” (Cardoso, 2001), na qual a dimensão narcísica e alteritária reaparece, ligada à problemática dos limites intra e intersubjetivos. Nesta perspectiva, o lugar de testemunha e de acompanhamento do analista é fundamental para propiciar a transformação da descarga pulsional em endereçamento ao Outro, num possível acesso aos processos de simbolização e síntese. (Zornig, 2014, p. 53)

Devemos lembrar as consequências da reformulação da teoria do trauma no quadro das postulações freudianas relativas ao segundo dualismo pulsional. Na primeira teoria, como sintetiza Lejarraga (1996), presente entre os anos de 1892 e 1897, a neurose era fruto invariavelmente de uma situação vivida pelo sujeito como traumática, ligada a uma cena concreta de sedução.

Concepção que foi substituída pela fundamental noção freudiana de realidade psíquica, na qual a fantasia ocupa papel central:

A primazia dada à fantasia deslocou a importância da realidade. Aqui a extensão da teoria traumática fica limitada, justamente por não se dar mais a mesma importância à realidade efetiva, mas antes às explicações advindas do conflito inconsciente. Conflito inconsciente de uma realidade, agora, psíquica, que se encena em fantasias. A partir da relação trauma e fantasia, Freud passa a enfatizar o valor do fator interno como o responsável pela vivência traumática. A consequência é o deslocamento do centro de suas formulações teóricas do externo para o interno: substitui, então a realidade objetiva da cena da sedução traumática pela realidade psíquica das fantasias inconscientes e dos desejos. (Knobloch, 1998, p. 40)

Se, ainda no limiar dos anos 1920, Freud vislumbrava mudanças inevitáveis no que tange à teoria do trauma, assistimos, neste início do século XXI, à emergência de situações clínicas que exigem e convocam, simultaneamente, o exame minucioso do fazer clínico e de sua técnica. O que excede é justamente o que não foi capaz de ser representado; em outros termos, estamos lidando com a ultrapassagem de limites entre o corpo e o psiquismo, entre o eu e o outro, entre o interno e o externo:

Se não há limite para as exigências pulsionais, não há, portanto, o estabelecimento de sólidos laços sociais. A economia pulsional tende a uma descarga radical no exterior, a uma evacuação imediata da energia pulsional, perturbadora no interior do psiquismo. “O afrouxamento nos processos de hierarquização social, de marcação de limites, de papéis e funções sociais tem como possível reação patológica, a des-inscrição psíquica dos elos coletivos” (Cardoso, 2001, p. 52). Parece haver confusão entre igualdade e mesmidade, com a consequente perda progressiva da capacidade do sujeito de lidar com o outro, numa crescente recusa da diferença. Este aspecto não pode deixar de ser invocado quando nos perguntamos sobre as possíveis determinações desse incremento de casos limites, fronteiriços, que a clínica e a subjetividade contemporâneas parecem exibir. (Cardoso, 2014, p. 72)

Nesse contexto, as noções de angústia, alteridade, trauma, desamparo e laço social constituem uma rede conceitual indispensável para as análises que esta pesquisa se propõe a realizar, e fornecem os fundamentos teóricos para problematizar a violência intersubjetiva nos sujeitos adolescentes em conflito com a lei. E, colocar no centro de nossa investigação o sujeito adolescente significa ainda considerar a interseção das esferas física, psíquica e social, isto é, considerá-lo indivíduo biopsicossocial e privilegiar a ideia de que, para o ato infracional, podemos arrolar uma série de hipóteses etiológicas: ou seja, fatores econômicos, sociais, culturais, sociopsicológicos e individuais são aspectos

imprescindíveis para apreender as motivações desse ato, o que significa enfatizar a importância de se abordar a etiologia da prática do ato infracional em uma perspectiva multifatorial, mesmo que se privilegie para esta investigação o recorte psicanalítico.

Esse conjunto está também intimamente vinculado à situação de vulnerabilidade social, bem como à presença de uma violência estrutural, isto é, uma violência intrínseca à esfera familiar, como esclarece Birman (2008):

Essa precarização das condições sociais e econômicas da juventude na atualidade estaria na base de um conjunto de signos de *anomia* (Durkheim, 1937/1996), que afetam tal segmento social na atualidade. Antes de mais nada, a violência, seja esta criminal ou não, que se transformou num signo maior de *mal-estar* (Freud, 1930/1971; Birman, 1999/2007) na sociedade contemporânea. No que concerne a isso, a violência não se restringe mais às classes populares, como ocorria anteriormente, mas se evidencia também nas classes médias, que passam a ser igualmente caracterizadas pela violência na contemporaneidade. (p. 84)

De modo que a família ocupa um espaço privilegiado dentre as instituições sociais que devemos considerar nesta pesquisa, pois sua presença ou ausência tem efeitos significativos na constituição subjetiva de seus membros, operando como fator de desenvolvimento ou como fator de risco.

Como ocorre com o comportamento delinquente geral, para violência juvenil existem muitos fatores de risco relacionados com a família. Ter um genitor que foi condenado por um delito criminal, práticas parentais de criação que compreendem vínculo fraco, disciplina rígida e pouca supervisão, abuso infantil, baixo nível socioeconômico e conflito familiar são fatores de risco para a violência juvenil, sendo o comportamento parental criminoso, as práticas de paternagem inadequadas e o baixo *status* socioeconômico os preditores mais fortes. (Lipsey e Derson, 1998). (Huss, 2011, p. 283)

Winnicott (1984/1987) já havia enfatizado o papel estruturante do ambiente na formação do psiquismo, e posiciona a família num plano de análise privilegiado ao destacar sua indispensável atuação como potencial fator de desenvolvimento: “De fato, a unidade familiar proporciona uma segurança indispensável à criança pequena. A ausência dessa segurança terá efeitos sobre o desenvolvimento emocional e acarretará danos à personalidade e ao caráter” (p. 21). Nesta direção o autor defende a presença de “um ambiente suficientemente bom” a fim de assegurar as possibilidades de um desenvolvimento saudável, uma vez que a ausência de condições favoráveis

ao desenvolvimento da criança na fase inicial de vida exigiria a tomada de providências e intervenções futuras que indicariam a restrição da liberdade.

Quanto mais pensamos nessas coisas, melhor entendemos porque os bebês e as crianças pequenas necessitam absolutamente do *background* de suas próprias famílias e, se possível, da estabilidade do ambiente físico; e, a partir dessas considerações, vemos que as crianças privadas de vida familiar ou são dotadas com algo pessoal e estável quando ainda são suficientemente jovens para fazer uso disso em alguma medida, ou então nos obrigarão mais tarde a fornecer-lhes estabilidade sob forma de um reformatório ou, como último recurso, das quatro paredes de uma cela de prisão. (Winnicott, 1987, p. 125)

No texto “Família e maturidade emocional”, Winnicott (1960/2011) esboça a indispensável participação da família no contexto do desenvolvimento do indivíduo, e sua função essencial no estabelecimento da saúde deste. Um elemento indispensável que circula em um ambiente suficientemente bom e a família, atuando como fator de desenvolvimento, é o afeto, de acordo com Birchall (2010) “Piaget (2001) considerou afetividade como um dos três aspectos do desenvolvimento humano, ao lado do social e do cognitivo (...) não há desenvolvimento cognitivo sem afetividade e vice-versa, pois a afetividade é a energia que faz funcionar a estrutura da inteligência” (p. 28). Assim, a afetividade assume posição central e fundamental para o desenvolvimento humano nos seus variados aspectos.

Para as concepções de Winnicott, temos que maturidade é sinônimo de saúde, isto é, uma criança de 12 anos é considerada madura, portanto, saudável para essa idade se ultrapassou os períodos anteriores de imaturidade. A maturidade advém da superação dos desafios impostos ao seu desenvolvimento naquele momento, e por isso não é qualificada como um adulto precoce e sim uma criança de doze anos madura. E após conquistada a condição de maturidade o sujeito não estará desprovido das etapas anteriores superadas, elas ficam acessíveis para seu uso. E o que a adolescência evidencia é a necessidade de trabalho psíquico permanente, não somente pelo adolescente, mas também pelos pais, ou os seus cuidadores, uma vez que estes são convocados a responder às demandas advindas ora pela exigência de tolerância, ora pela exigência de cuidados. É o que nos aponta Winnicott (1960/2011), na seguinte passagem:

Faz-se evidente, de imediato, que as referências à rebeldia e à dependência colocam em questão uma atitude que surge sobretudo na adolescência, e que pode ser bem observada nessa fase. Trata-se, na verdade, de um complexo problema de administração: como fazer para estar disponível quando o adolescente torna-se criança e dependente, e ao mesmo tempo ser capaz de absorver adequadamente a necessidade adolescente de rebelar-se para estabelecer a própria identidade? É provável que a família do jovem seja a estrutura mais apta a suportar essa dupla exigência: a exigência de tolerância face à rebeldia, e a exigência dos cuidados, do tempo e do dinheiro dos pais. Como se sabe, o adolescente que foge de casa não se livra de modo algum de sua necessidade de ter um lar e uma família. (p. 131)

Observamos, portanto, que a família opera como um elemento crucial na maturidade emocional do indivíduo, institui uma espécie de sustentáculo a fim de dar suporte nesse turbilhão de emoções em jogo no plano psíquico. Além do que as figuras parentais atuam na delicada transição da saída de um espaço intersubjetivo restrito à família, e a abertura e conquista de um espaço social mais ampliado. Desse modo “o indivíduo só possa atingir sua maturidade emocional num contexto em que a família proporcione um caminho de transição entre o cuidado dos pais (ou da mãe) e a vida social” (p. 136). Continua Winnicott (1960/2011),

Assim, a família contribui de dois modos (segundo a linguagem que escolhi usar neste capítulo) para a maturidade emocional do indivíduo: de um lado dá-lhe a oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento; de outro permite-lhe trocar os pais pela família mais ampla, sair desta em direção ao círculo social imediato e abandonar esta unidade por outras ainda maiores. (p. 137)

Pesquisando os prontuários de adolescentes autores de ato infracional – fonte precípua desta investigação – e que já passaram pelo CREAS ou que ainda estavam cumprindo alguma MSE, constatamos que a maioria dos adolescentes – mais de 90% – estava fora do espaço escolar quando da prática do ato infracional. Diante desse dado podemos questionar: qual papel estaria exercendo a escola na formação e na vida desses adolescentes? E um grande número de adolescentes, – o que também nos chamou a atenção – que estavam desassistidos no ambiente familiar, isto é, a ausência dos pais ou um dos pais, foi um dado corriqueiro nas estatísticas. Desse modo, podemos pensar que duas das principais instituições que exercem papel primordial na formação da subjetividade do indivíduo encontram-se praticamente ausentes no contexto dos adolescentes em acompanhamento nessa instituição. Nesse

quadro podemos entender porque o fenômeno da delinquência foi descrito por Winnicott (1961/2011) como uma das características prevalentes na adolescência, desde que seja considerado haver um íntimo vínculo entre os conflitos e dificuldades normais da adolescência e o que se denomina tendência antissocial. Ele afirma o seguinte “Na raiz da tendência antissocial há sempre uma privação ou carência” (p. 125).

No texto, “Os complexos familiares na formação do indivíduo”, Lacan (1938/2001) elucida o papel essencial presidido pela família na constituição do desenvolvimento psíquico dos sujeitos, a partir de três aspectos. Primeiro, a família é responsável por transmitir os valores da cultura no ambiente familiar, as expectativas de conduta, as representações sociais, isto é, os pais constituem a primeira referência para a criança. Segundo, atuar no importante papel de reprimir o desejo e inscrever a lei simbólica, no contexto em que as primeiras vivências de frustração e não satisfação são experimentadas pela criança. A lei social expressa pela interdição, elemento fundamental de inscrição do sujeito na cultura, tendo como marca precípua o recalque do desejo, das pulsões agressivas e eróticas. Este elemento torna possível a entrada do sujeito no seio da cultura, como bem desenvolve Freud em “O mal-estar na civilização” (1930/2010). O terceiro aspecto corresponde à aquisição da linguagem, que marca a entrada da criança no mundo, possibilitando-lhe apropriar-se dele e nele interferir.

Entre todos os grupos humanos, a família atua um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a preservação dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio lhe são disputadas por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, a repressão dos instintos, a aquisição da língua justamente nomeada maternal. Por ali, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a esta organização das emoções segundo os tipos condicionados pelo ambiente, que é a base dos sentimentos segundo Shand; mais amplamente, ela transmite as estruturas de comportamento e de representação cujo eu transborda os limites da consciência. (Lacan, 1938/2001, p. 24-25)

Justamente nas últimas décadas, especialmente na segunda metade do século XX, assistimos a mudanças fundamentais que dizem respeito à constituição e papel social da família. Em “A família em desordem” escreve Roudinesco (2003):

À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX. (p. 13)

Uma nova configuração na organização familiar ocidental está sendo, portanto, delineada. Anteriormente, as relações entre os membros estavam submetidas a uma hierarquia e verticalização de valores e comportamentos, e o que se observa atualmente é uma mudança radical nessa ordem. Esta instituição fundamental para a constituição da subjetividade enfrenta intensas mudanças, produzindo consequências diretas nos modos de subjetivação de seus membros.

Em relação à família, pode-se afirmar que o igualitarismo é a ideologia reguladora das novas relações familiares. Tanto na esfera da vida pública quanto na da vida privada, o sujeito contemporâneo depara-se com a ausência de autoridades rígidas, de regras e referenciais estáveis, encontrando-se imerso num contexto onde nada mais está “dado”, e no qual é convocado a construir suas próprias referências, a elaborar as normas que regulam a sua existência. (Cardoso, 2008, p. 75)

Arelada a essa nova composição das relações intrafamiliares, deparamo-nos com uma outra importante mudança, que contribuiu para as transformações da conjuntura familiar: o papel social da mulher tem assumido mudanças fundamentais a partir da década de 1960, herdeira de uma revolução sexual que imprimiu novos contornos à vivência sexual e ao prazer femininos, bem como promoveu sua entrada no laço social de forma distinta. Um corpo antes destinado à reprodução, agora, com o advento da pílula anticoncepcional, dá à mulher e aos casais a possibilidade de planejar o nascimento dos filhos e, conseqüentemente, alterar a configuração da constituição familiar. Considere-se, ainda, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o investimento na escolarização como garantia de acesso a um espaço social privilegiado o que contribui, por sua vez, para a não escolha e/ou o adiamento da maternidade, com significativas mudanças na natureza das relações. Vinculada a essa atmosfera de transformações sociais no plano da cultura assistimos às novas configurações familiares, isto é, a formação de famílias distintas do tradicional arranjo em nossa cultura ocidental: pai, mãe e filho(s). Como destaca Ceccarelli (2007),

Um dos grandes debates atuais gira em torno das chamadas novas organizações familiares — ou novas famílias, novos arranjos familiares —, formas de ligação afetiva entre sujeitos onde existe, ou não, uma forma de exercício da parentalidade que foge aos padrões tradicionais: famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinárias, temporárias, de produções independentes, e tantas outras. Temos, ainda, as mudanças que afetam diretamente as condições de procriação tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo e, muito mais brevemente do que se pensa, a clonagem. (p. 91-92)

E não somente a família é uma instituição social que está em crise, nutrindo grandes e substanciais mudanças; a escola também, como podemos constatar nesta pesquisa. O exame preliminar dos prontuários de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa revela alto índice de evasão escolar, o que nos conduz a refletir sobre as causas do abandono desse espaço primordial de formação. Aqui se insere uma questão fundamental para o nosso estudo: duas fundamentais referências para a constituição subjetiva, a família e a escola, poderiam não estar dando conta, em certos contextos, dos conflitos e contradições advindas do processo de desenvolvimento tão singular, como é a vivência da adolescência, herdeira dos excessos inerentes à infância. Como sublinha Birman (2008): “De qualquer forma um novo contrato social, entre as instituições familiar e escolar, terá que ser inevitavelmente construído no futuro, para superar e direcionar esses impasses, hoje existentes” (p. 99).

A psicanálise possui importantes contribuições para a discussão do campo infracional, evocando novamente Freud (1930/2010) constatamos que a entrada do homem nos domínios da civilização implica exercer o domínio das pulsões, o que poderia ser considerado um trabalho no campo da educação, ratificando a entrada do homem na esfera de ação da sociedade e na constituição do laço social que lhe é inerente. À dimensão ética da psicanálise podemos vincular seu comprometimento com a realidade psíquica; somente a partir da convocação do sujeito perante o seu ato será oportuno um trabalho a inaugurar perante o questionamento do ato. O adolescente autor de ato infracional tornou-se estatística da criminalidade; cabe à psicanálise a possibilidade de dar visibilidade ao adolescente infrator.

2 O nascimento e a implantação da Política de Assistência Social no Brasil

“Temos o direito de ser iguais quando
a nossa diferença nos inferioriza;
e temos o direito de ser diferentes quando
a nossa igualdade nos descaracteriza.
Daí a necessidade de uma igualdade
que reconheça as diferenças e de
uma diferença que não produza, alimente
ou reproduza as desigualdades”.

(Boaventura de Souza Santos)

2.1 O contexto brasileiro e a nova constituição federal da república

A primeira constituição brasileira emergente no início do século XIX, precisamente no ano de 1824, embora herdeira de feições marcadamente imperialistas, cuja influência da constituição francesa de 1814 faz-se notar, conclama um momento histórico de abertura e configuração de uma ampla evolução constitucionalista que será tecida até os dias de hoje na história do Brasil.

Bonavides (2012), nos indica três períodos constitucionais da história do Brasil que espelham seus valores políticos, jurídicos e ideológicos. O primeiro período – (1822-1889) – foi amplamente influenciado pelo constitucionalismo francês, cuja inspiração precípua deriva da Revolução Francesa (1789) e do Iluminismo (século XVIII). De acordo com Arendt (1994), esses valores seminais cultuavam o ideal racionalista e de educação da humanidade, atestando a maioridade do homem, fontes das quais a codificação é o pilar que fundamenta o direito o qual adquire a partir daí consistência política.

Outra proeminente influência desse período foi o constitucionalismo inglês do século XIX. Ainda na esteira de influência iluminista, essa corrente, liderada por Jeremy Bentham (1748-1832) e John Austin (1790-1859), valorizava a soberania da lei e a primazia da codificação, de modo que a constituição firmou-se como instrumento de progresso político. Contudo, um

golpe de Estado, dirigido por militares contrários à organização e poder centralizadores da monarquia, em 15 de novembro de 1889, pôs fim a uma era regida pelo sistema imperialista, inaugurando o momento ulterior que abriria as portas para a república.

O segundo período – (1891-1930) – anunciava em suas fontes uma ruptura com o período anterior ao abandonar sua ascendência do constitucionalismo francês e inglês. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição da República do Brasil, vigente durante os quase quarenta anos que marcaram a primeira república. Em 1930, por um golpe instaurador de um período de autoritarismo e ditadura no país, adotando a partir de então, o federalismo da tradição norte-americana, em cujas bases teóricas evidenciou-se o Estado Liberal de Direito.

O terceiro período – (1934-1988) – revela a influência do constitucionalismo alemão. Em 1934 foi promulgada a nova constituição, abrindo a terceira grande fase constitucional brasileira, repleta de acontecimentos atravessados por crises políticas, renúncias, revoltas, golpes, queda de governos, da república e de constituições. A terceira Constituição brasileira, promulgada em 1946, vigorou até meados da primeira metade de 1964, quando teve início um período de governo militar que assumiu as coordenadas do país por 24 anos, durante os quais Atos Institucionais marcaram uma época de amplas transformações em variados âmbitos da sociedade brasileira:

Com a Constituição de 1934 chega-se à fase que mais de perto nos interessa, porquanto nela se insere a penetração de uma nova corrente de princípios, até então ignorados do direito constitucional positivo vigente no País. Esses princípios consagravam um pensamento diferente em matéria de direitos fundamentais da pessoa humana, a saber, faziam ressaltar o aspecto social, sem dúvida grandemente descurado pelas Constituições precedentes. O social aí assinalava a presença e a influência do modelo de Weimar numa variação substancial de orientação e de rumos para o constitucionalismo brasileiro. (Bonavides, 2012, p. 378)

Um aspecto indubitável e comum a esses três momentos da constituição brasileira é a entrada e ascensão dos direitos sociais, sobretudo no que diz respeito não somente à sua garantia, mas à sua materialização, de modo que “O Estado social brasileiro é portanto de terceira geração, em face desses

aperfeiçoamentos: um Estado que não concede apenas direitos sociais básicos, mas os garante” (p. 385). Este parece ser o grande desafio: como aplicar e como concretizar o texto das diferentes constituições brasileiras. Os direitos sociais básicos tornam-se a grande raiz axial do Estado social brasileiro pautados no princípio de igualdade que sustentará a concepção de um estado democrático de direito.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, emergiu sob a concepção de um Estado Democrático de Direito, apoiado nos princípios de soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político. Embora tenhamos tido em 1937 a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), e em seguida, na década de 1940 a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a inserção da assistência social no campo de ação governamental é ainda muito tímida, e constata-se a necessidade de constituir para a assistência social um sistema e regime apropriados de gestão no qual possam figurar como direito garantido a assistência social, nunca antes colocado em pauta na história do Brasil, tampouco enfrentado como uma questão de responsabilidade do Estado (Brasil, NOB/SUAS, 2005].

2.2 Da história preliminar ao nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Atrelado ao nosso objeto de estudo, destacamos o atravessamento da ordem jurídica na promulgação da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa nova legislação é uma orientação jurídica inédita no Brasil, substituindo o antigo Código de Menores de 1927 e o Novo Código de Menores de 1979. Conhecida como Doutrina da Proteção Integral, a nova política consagrada por esse estatuto funda, dentre outros

direitos, a cidadania como corolário de princípios autenticados na Constituição Cidadã. Herdeiro direto dessa nova Constituição e tradução literal, dentre outros estatutos e leis que irão vigorar a partir desse novo momento político do país, da primazia de garantia de direitos sociais básicos à criança e ao adolescente.

Del Priore (2012) ao fazer referência à obra de Philippe Ariès, precursor nos estudos relativos à importância do estudo da criança e sua inserção na história, chama nossa atenção para o fato de que a criança passa a ser objeto de interesse consoante as transformações revolucionárias da Era Moderna que imprimiu novos hábitos e maneiras de tratar principalmente a vida privada, e a entender a criança como o motor da história. A escolarização é sinônimo de formação da moral e do espírito, e o advento da modernidade, ao propor a superação econômica e política de regimes obsoletos, estampou uma revolução do comportamento devido à valorização extrema do individualismo. A criança, antes considerada um adulto em miniatura, como bem discute Rousseau (1712-1778), assume uma nova posição no contexto das relações, tanto na esfera familiar quanto no espaço social mais amplo. A dimensão de cuidado e valorização da infância começam a ser gestados nesse período.

A modernidade imprimiu mudanças em diversas instâncias, tais como econômica, política, social, cultural, sobretudo nos países europeus que usufruíram com muita intimidade dos valores iluministas e positivistas, de valorização da razão e do progresso. De raiz essencialmente colonialista, agrária e escravocrata, o Brasil, colônia de Portugal, tem a insígnia da diversidade étnica que encontrou no índio, no negro e no português a formação de sua população. Como bem descreveu Freyre (2015), de modo fidedigno, a história de um Brasil rural, de monocultura latifundiária ambientado no século XIX. Ancorado na tradição de uma cultura patriarcal que revela as origens de um colonialismo e dominação que transcenderão um regime político e econômico, teve reflexos na estrutura social subsequente.

Este contexto de amplas transformações que inspirou, segundo preceitos do Iluminismo e da Revolução Francesa, uma nova maneira de tratar as questões de foro íntimo chegaram com atraso na cultura brasileira, como

destaca Del Priore (2012). Sua herança essencialmente colonialista, que nos seus primórdios contava com reduzidas escolas jesuítas das quais estavam excluídas as crianças negras e filhos de escravos, apontam os primórdios de um sistema de exclusão social: “A desigualdade social e racial inscrevia-se, portanto, nas origens do ensino público que não era para todos. Mas para alguns” (p. 237). Uma conquista e valorização do espaço íntimo na cultura brasileira que ocorreu de modo bastante destoante, se comparado ao modelo europeu – urbano, burguês e iluminista:

Quanto à evolução da intimidade, sabemos o quanto ela sempre foi precária, entre nós. Os lares monoparentais, a mestiçagem, a pobreza material e arquitetônica que se traduzia em espaços onde se misturavam indistintamente crianças e adultos de todas as condições, a presença de escravos, forros e libertos, a forte migração interna capaz de alterar os equilíbrios familiares, a proliferação de cortiços, no século XIX e de favelas, no XX, são fatores que alteravam a noção que se pudesse ter no Brasil, até bem recentemente, de privacidade tal como ela foi concebida pela Europa urbana, burguesa e iluminista. A noção de privacidade para escravos é ainda mais complexa de ser pensada. Ela não passa pela constituição de espaços de intimidade. Passa, sim, por seu corpo. Seu território privado é o “eu”, espécie de bolha irregular e protetora, mais ou menos desenvolvida de acordo com a sua condição na sociedade. (Del Priore, 2012, p. 239)

Desse modo, o resgate histórico nos permite constatar que, em uma sociedade essencialmente escravocrata, lograr a intimidade passa, inicialmente, pela conquista de um corpo que não pertence ao indivíduo, isto é, primeiro significa conquistar a liberdade de um corpo que pertence ao Senhor. A escravidão, nódoa da constituição histórica e cultural da sociedade brasileira, sinaliza a distância entre o modelo europeu que preconizou a razão e liberdade humanas, enquanto paralelamente temos a formação de uma cultura fundamentada no patriarcalismo que demorará longo período para considerar a criança um sujeito de direitos, que demanda cuidados e proteção. Até o limiar da década de 1990 quando da divulgação do ECA, o Estado exercia forte intervenção no âmbito da família ao julgá-la incapaz de prover e cuidar dos seus filhos. Portanto, além de configurar um novo lugar à criança e ao adolescente, de amparo e respaldo jurídicos, destaca-se a valorização da cidadania e a primazia da responsabilização da família diante da criança e do adolescente.

De fato, tanto a Constituição federal de 1988 quanto o ECA, ratificam valores não antes vislumbrados, seja em Constituições, Estatutos, Resoluções, Emendas, Constitucionais etc. Presenciamos, após o período de governo militar que perdurou vinte anos, e também foi uma paisagem que figurou em muitos países da América Latina, a esperança de um processo de redemocratização no país marcada pelo contraste entre uma atmosfera rarefeita dos direitos humanos que estava localizada mais no plano da ficção e a severa realidade da exclusão. E, anteriormente ao período de regência militar no Brasil, no pós-guerra, em 10 de novembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, momento de resgate da ética e da alteridade, que irá inspirar uma nova conjuntura fixada sobretudo na valorização dos direitos humanos, políticos e sociais.

Nessa convenção, no Artigo XXV, já constatamos a notória presença da infância como detentora de cuidados e assistência especiais, e segundo ponto dessa Declaração: “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social” (UNICEF, 1948/2009, p. 13). À família é resguardado um lugar de distinção e centralidade, gozando da mesma proteção tanto da sociedade quanto do Estado.

Para o historiador Eric Hobsbawm (1995), em nenhum outro momento da história a humanidade sofreu com tantas mortes e horrores. O século XX, caracterizado como uma grande era dos extremos, período assinalado entre o preâmbulo da Primeira Guerra Mundial em 1914, que atestou a crise e colapso da civilização ocidental e a queda do muro de Berlim, em 1989. De fato, a retomada da ética e dos direitos humanos é premente em meados desse século. Contudo, esse período não guarda com exclusividade essa ameaça aos direitos humanos e mesmo sua privação. No tocante à história da infância no Brasil constatamos que a exclusão e privação constituem a essência de um panorama que só começa a vislumbrar mudanças a partir da Constituição de 1988. Entretanto, mesmo após a promulgação do ECA, assistimos à persistência de razões semelhantes à institucionalização de crianças e, conseqüentemente, à privação de seus direitos, ou seja, “a renitente

continuidade de uma cultura de exclusão de crianças e adolescentes que se inicia no âmago das políticas ditas de proteção” (Rizzini, 2004, p. 8). No que concerne à assistência à infância no Brasil, conforme resgate histórico que remonta a documentos dos séculos XIX e XX, essa autora destaca que crianças nascidas em famílias cuja condição econômica não era favorável a um saudável crescimento e desenvolvimento, eram internadas em instituições, orfanatos e internatos de menores, o que as colocava na condição similar à de órfãs ou abandonadas. Isso atesta que o Brasil cultivava uma longa e expressiva tradição de crianças e jovens institucionalizados. Cabia às instituições religiosas e filantrópicas, antes do advento das políticas públicas para a assistência, assumir essa função social de acolhida àqueles destituídos de cuidados e condições dignas de vida, por meio das Santas Casas de Misericórdia.

A criação da Roda dos Expostos que remonta ao período colonial e ao império do Brasil, acolhia os bebês abandonados por suas mães, seja devido à falta de condições para seu sustento, seja por serem filhos ilegítimos e, portanto, mal-queridos:

Um dos aspectos de grande interesse desta análise centra-se nas iniciativas educacionais entrelaçadas com os objetivos de assistência e controle social de uma população que, junto com o crescimento e reordenamento das cidades e a constituição de um Estado nacional, torna-se cada vez mais representada como perigosa. A ampla categoria jurídica dos menores de idade (provenientes das classes pauperizadas) assume, a partir da segunda metade do século XIX, um caráter eminentemente social e político. Os menores passam a ser alvo específico da intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas. (Rizzini, 2004, p. 22)

As demandas dirigidas ao Estado nos séculos passados não foram tratadas segundo aporte de uma política de assistência, mas sim de modo eminentemente assistencialista: a pobreza constituía causa primeira para o encaminhamento dessas crianças às diversas instituições. Realidade social não muito distinta do que assistimos no limiar do corrente século (IBGE, 2001), os indicadores sociais registraram que o equivalente a 36,7% dos 60 milhões de brasileiros com idade entre 0 e 19 anos estavam inseridos em famílias com renda média *per capita* de até meio salário. Assim se evidencia que um grande contingente de famílias carece de recursos a fim de assegurar um

desenvolvimento minimamente saudável a suas crianças e adolescentes. A crescente urbanização e desenvolvimento das cidades atrela ao Estado a função de provedor de recursos à população, sobretudo às camadas mais necessitadas e economicamente desfavoráveis, bem como evidencia o caráter normalizador do espaço urbano, através de uma conduta eminentemente sanitarista e higienista (Souza, 2013).

Durante muito tempo perdurou a ideia de que as famílias não eram capazes de criar e educar os seus filhos. O Estado intervinha de modo demasiadamente autoritário nessa esfera íntima da família: “As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil. A ideia de proteção à infância era, antes de tudo, proteção contra a família” (Rizzini, 2004, p. 39). Havia condições que alimentavam essa aparente “necessidade” de internação de crianças e adolescentes: a maioria das mães trabalhava como empregada doméstica, longa jornada de trabalho, baixos salários, pouca ou nenhuma disponibilidade de tempo para acompanhar os filhos. Além disso, imaginavam que sendo encaminhadas para as instituições seus filhos teriam acesso a um ambiente seguro, providos de cuidados básicos como alimentação e vestuário e com formação tanto pessoal quanto educacional e profissional.

O Novo Código de Menores, instituído pela Lei N° 6.697, de 10 de outubro de 1979, ao criar a categoria do *menor em situação irregular*, ratifica essa postura autoritária ao intervir no convívio familiar com o intuito e tentativa, sobretudo, de manutenção da ordem e do controle. A doutrina da Proteção Irregular, através de suas medidas legais, compreendeu que seu cumprimento estava destinado aos pobres, ratificando uma noção historicamente concebida, segundo a qual pobreza e família desestruturada estavam intimamente ligadas, colocando no âmago do comportamento delituoso as condições de pobreza e a desestruturação familiar. Essa política de segurança nacional instituída no governo militar estabelecia a reclusão e internação como uma medida repressiva, de repúdio ao que viesse ameaçar a ordem (Rizzini, 2004; Finger, 2014; Souza, 2013).

Ao traçar este breve panorama histórico, vemos com nitidez, que o Estado antes da instituição de políticas de assistência exerceu o assistencialismo, o que deliberava uma forma de controle exercido às famílias que recorriam a ele com um pedido de ajuda ao se reconhecerem, sobretudo materialmente, incapazes de prover o mínimo necessário. Estabelece-se assim, uma aliança vitalícia entre Estado e a população, cuja desigualdade social e econômica apresenta uma lacuna abissal que não será solucionada pelas políticas públicas subsequentes. Relação intrincada que evidencia o desafio maior de transformar assistencialismo em assistência.

Nessa conjuntura evidenciada pelo papel intervencionista da figura estatal, temos a criação de órgãos nacionais de assistência. Em 1941 foi fundado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que preconizava a ideia amplamente disseminada do Estado como provedor das condições necessárias às crianças: como a família ou os pais não proviam as crianças com essas condições, aumentavam as chances de elas se tornarem delinquentes, aos quais se juntavam os desvalidos, e sua consequente internação, dando extensão à ideia de segurança nacional que por muito tempo esse órgão de proteção aos menores conservou. O que essa conduta preconizava era a internação e institucionalização fortalecendo a postura higienista de limpeza das ruas da cidade habitada também por jovens desvalidos e delinquentes. O afastamento do convívio familiar e comunitário era o objetivo primeiro do Estado, ao criar instituições como o SAM, o que comprometia diretamente os já frágeis laços afetivos e, principalmente, interferia no senso de responsabilidade da família sobre os seus filhos.

No início dos anos de 1960 o SAM foi substituído pela Fundação de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), devido ao não cumprimento das diretrizes anteriormente estabelecidas, dentre elas as de cunho administrativo que não cumpriram com as diretrizes para o atendimento aos jovens institucionalizados anteriormente estabelecidas. Em função da instituição da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), pela Lei nº 4.513, de 11/12/1964, a FUNABEM assume com o intuito de estabelecer uma conduta contrária ao que o SAM havia praticado. Isso criava uma barreira entre os jovens institucionalizados e a sociedade civil, cuja intervenção da imprensa à época preconizou uma imagem

de periculosidade das crianças e adolescentes que por ali passavam. A inovação trazida por essa lei, que se materializaria na intervenção da FUNABEM, consistia, no tocante ao jovem que chegava à instituição, na valorização do convívio familiar e sua integração à comunidade, sendo a internação último recurso. Contudo, a FUNABEM não logrou um lugar distinto alcançado pelo antigo SAM, e o preceito da segurança nacional vigorou, ratificando por mais uma vez a intenção de limpar as ruas dos delinquentes e desvalidos. Assim eram considerados os jovens que chegavam às instituições de *menores*, cuja intervenção estatal no seu internamento foi notória e incentivada:

Ao mudar o regime político, o Brasil já possuía uma vasta experiência na assistência à infância desvalida, intimamente relacionada à educação e à instrução populares. Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX. Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos menores. (Rizzini, 2004, p. 28-29)

Com o surgimento da República nasce a categoria jurídica de “menoridade”, qualificando-se de “menor” o indivíduo submetido ao emprego excepcional das leis. Essa categoria social foi construída num contexto de produção de políticas paternalistas, assistencialistas, autoritárias e centralizadoras. Com o intuito de exercer o controle social o Estado utilizou a instituição militar e a polícia para a atuação no sentido de instalação e garantia da ordem.

Podemos observar como a configuração do sistema de atendimento e espaço físico destinado ao atendimento dos adolescentes institucionalizados está vinculada ao modelo de atendimento espelhado no funcionamento e estrutura das “instituições totais”, e para a definição do que sejam estas instituições, encontramos em Goffman (2007):

As instituições totais de nossa sociedade podem ser, *grosso modo*, enumeradas em cinco agrupamentos. Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e

inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. (p. 16-17)

O modelo de atendimento dispensado ao adolescentes institucionalizados, cujas diretrizes encontram ressonâncias nesse sistema fechado que rege as instituições totais, e onde há uma observada regulamentação coletiva, contribui para a negação da subjetividade. Este modelo começa então a ser questionado, e o entendimento das raízes históricas da constituição da sociedade brasileira torna-se imprescindível para o enfrentamento das políticas, de modo que “tomava corpo a compreensão de que o foco deveria recair sobre as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e desigualdade social” (Rizzini, 2004, p. 47).

O questionamento dessa cultura institucional surgiu de diferentes setores: do interior das instituições, da sociedade civil, e também da esfera governamental. A ação predominantemente centralizadora e normatizadora das políticas PNBEM e FUNABEM foram substituídas, no período subsequente, por uma proposta de alternativas à internação no intuito de descentralização da política de assistência apregoada pelo Estado, preconizado pela legislação em vigor, através dos recém-criados Centros Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAMS), que atendia à necessidade de reestruturação da FUNABEM. A descentralização da assistência foi o mote das ações relativas à aplicação do ECA, sinalizando a necessidade de superação de um modelo que perdurou por um longo período, demonstrando uma insuficiência e ineficácia no trato das questões relativas à infância e adolescência no Brasil: “A história se repete. As

leis são sancionadas, mas sua implementação costuma se arrastar por muito tempo. Além disso, quando se afirma que existe proteção é preciso ponderar porque isso significa algum controle sobre o protegido” (Souza, 2013, p. 37). Nesse sentido assistimos às propostas de mudança inauguradas pelo ECA que marca uma maneira renovada de tratar as questões relativas à infância e à adolescência no Brasil.

2.2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O estatuto da criança e do adolescente emergiu em um contexto social e político de reconstrução de valores. A proposta e desejo de resgate da democracia está estampada na Constituição de 1988, que ensejou uma ruptura radical com elementos essencialmente constituintes da sociedade brasileira, dentre eles a exclusão social. As noções de prioridade absoluta atribuídas à criança e ao adolescente, o respeito às suas condições peculiares de desenvolvimento ratificam sua condição inédita de sujeito de direitos, antes não vislumbrada pelo Código de Menores de 1927 e o Novo Código de Menores de 1979. Direitos à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho constituem direitos inalienáveis da criança e do adolescente. Nessa atmosfera favorável a mudanças, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 20 de novembro de 1989 adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, encontramos aspirações condizentes às propostas que visam a uma nova conjuntura ética, especialmente, para a infância:

O Preâmbulo lembra os princípios fundamentais das Nações Unidas e as disposições precisas de vários tratados de direitos humanos e textos pertinentes. E reafirma o facto de as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma protecção e de uma atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos cuidados e protecção. Reafirma, ainda, a necessidade de protecção jurídica e não jurídica da criança antes e após o nascimento, a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança, e o papel vital da

cooperação internacional para que os direitos da criança sejam uma realidade. (ONU, 1989, p. 3)

O paradigma da proteção integral estampada nos artigos que constituem essa Convenção fundamentará os princípios norteadores do ECA, juntamente com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que ratifica à infância e à juventude um espaço privilegiado de proteção e direitos resguardados com caráter prioritário.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, p. 94)

Ao Estado, enquanto governante da sociedade, reserva-se o papel de responsável pela promoção, garantia e materialização dos direitos sociais básicos. À sociedade, ao Estado e à família cabem assumir a responsabilidade compartilhada (Guerra, 2016) sobre a criança e o adolescente, não antes vislumbrado, perante a doutrina de proteção integral inaugurada pela Constituição de 1988. Para tanto, são necessárias leis seguidas de políticas sociais que transformem direitos em realidade, e para sua efetiva materialização é indispensável a avaliação dessas políticas concebidas a partir da Constituição de 1988.

O ECA ratifica um respaldo jurídico no tocante às questões relativas à infância e à juventude no Brasil. O jovem ocupou durante muito tempo – e ainda ocupa – uma face negativa no imaginário social, e de certo modo esse estatuto assume o dever de mudar a deturpada visão ao tratar dos direitos e deveres dessa população, reconhecendo-os como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, e em condição peculiar de desenvolvimento:

Cumprida toda uma trajetória de avanços sociais, das Constituições já não se reclamam direitos, mas garantias. Os direitos existem de sobra, com tamanha abundância na esfera programática que formalmente o texto constitucional resolveu com o voto constituinte do todos os problemas básicos de educação, saúde, trabalho, previdência, lazer e, de último, até mesmo a qualidade de vida, consagrando um capítulo à ecologia ou, com mais propriedade, ao meio ambiente. (Bonavides, 2012, p. 394)

Acumularam-se direitos na história constitucional brasileira e o que se faz necessário e premente é a sua garantia. As políticas públicas, produto dessa nova Constituição, têm como grande objetivo a materialização dos direitos amplamente ofuscados, não somente na história recente do longo período ditatorial que o país enfrentara, mas também atrelada à essência de sua constituição histórica marcada pela exclusão (Souza, 2016; Drawin, 2016; Moraes, 2016), conforme traçamos na seção anterior.

Algumas mudanças de cunho social já estavam em curso nas constituições anteriores, mas jamais vislumbradas como direitos. E esta nova constituição imprimirá o caráter prioritário no trato das questões relativas não somente à assistência social, mas também à saúde e à seguridade social no país, constituindo o tripé da seguridade social inédito no país, ainda que em caráter de implementação e construção:

A Constituição de 1988 inaugurou novas perspectivas com: a unidade nacional da política de assistência social e não só federal; seu reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada a complementar a Previdência Social com papel público pouco ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais ajuda ou favor ocasional ou emergencial; a organização sob o princípio da descentralização e da participação rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental. O disposto constitucional conclama o reordenamento institucional dos entes federativos a uma nova concepção política das ações de assistência social e adoção de forma democrática de gestão. Constituir a assistência social como política pública que estende a proteção social não contributiva na condição de direito foi, antes de tudo, uma proposta de grande mudança no padrão civilizatório da proteção social pública no país. (Brasil, NOB/SUAS, 2005, p. 9)

Desse modo, a Constituição Cidadã emerge num cenário imbuído de uma atmosfera de transformação efetiva da assistência em direito, e ao governo cabe a tarefa de construir uma rede de proteção e promoção sociais, não antes existente. A cidadania e a família constituem o núcleo duro dessa nova doutrina, e podemos constatar sua presença nas diferentes legislações que nortearam a implementação dessa política pública: a Constituição Federal de 1988, o ECA, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Norma Operacional Básica que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

O artigo 4º da Lei n.869, de 13 de Julho de 1990, circunscreve com clareza a proposta de implementar uma nova configuração no plano da assistência à infância e adolescência:

Art.4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. **Parágrafo único.** A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (Brasil, Eca, 1990)

Com a inovadora proposta de política de assistência, advinda da promulgação do ECA vemos despontar a possibilidade de mudança no trato das questões relativas à infância e juventude. Uma complexa e extensa rede de serviços começa a ser tecida, fundamentada pela Constituição Federal e pelas leis e políticas advindas de sua promulgação. O Conselho Tutelar, conforme descrição e definição no ECA é o órgão autônomo e não jurisdicional a quem cabe o papel de zelar pelo cumprimento da carta de direitos extensivos à criança e ao adolescente definidos pela lei que institui o estatuto, ou seja, deve fiscalizar a aplicação da doutrina da proteção integral. Cada município deverá ter no mínimo uma instalação, sendo atribuição desse serviço atuar em situações nas quais sejam identificados risco social e pessoal à criança e adolescente, e constatados violação de algum dos direitos previstos na legislação, conforme expressa o artigo 98:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta. (Brasil, Eca, 1990)

A valorização da participação da família e a proteção a esse direito fundamental à criança e ao adolescente no convívio familiar constitui um dos maiores preceitos trazidos pelo ECA, conforme disposto no Artigo 19:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (Brasil, Eca, 1990)

O que altera de modo radical a maneira como a família é vista no contexto de formação e desenvolvimento da criança, outorgando-lhe a responsabilidade, compartilhada e extensiva ao Estado e à sociedade civil. O questionamento da cultura da institucionalização emerge no contexto político anunciando as transformações que estariam por vir: “Este momento histórico de transição política rumo ao processo de redemocratização do país trouxe, no tocante à questão em foco, um outro nível de conscientização para a mudança, impulsionado por diversos fatores” (Rizzini, 2004, p. 46). O ECA, de certo modo, foi o representante legislativo no tocante às muitas propostas de mudança e questionamento da ordem vigente.

No âmbito da lei, com a promulgação do ECA, observamos que a modalidade de abrigamento vem substituir a antiga prática da internação. O que figura na legislação antecedente ao ECA, e não se fez cumprir quando da reestruturação da FUNABEM é o abrigamento como último recurso, dados os preceitos desta nova legislação. O abrigamento, ao contrário do anteriormente preconizado, assume uma medida de caráter excepcional e provisório, aplicada em situações onde crianças e adolescentes encontram-se em situação de risco pessoal e social. E a internação será uma medida aplicada somente em situações em que houver o cometimento de ato infracional, aplicada como medida socioeducativa e atribuída a adolescentes:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – tratar-se de ato infracional cometido diante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide). § 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. (Braisl, Eca, 1990)

Se anteriormente a internação atendeu à necessidade de prover o sustento e não a assistência, isto é, salvaguardar crianças de situações de pobreza, a internação teve um outro trato após a Constituição de 1988 e, principalmente, após a vigência do ECA. Independente da aplicação dessas duas medidas, o que não existiu anteriormente foram mecanismos de garantia de direitos à criança e ao adolescente. O desafio maior parece ser superar uma

“cultura de institucionalização” (Pilotti e Rizzini, 1995) que vigora no Brasil, mesmo após a vigência de um estatuto que se constituiu, dentre outros aspectos, numa das legislações mais avançadas no que se refere à assistência à infância e à juventude.

A categoria “menor” será amplamente revista com a noção de sujeito de direitos impressa pelo ECA. Após a promulgação e vigência desse estatuto constatamos a presença de um sujeito de direitos ativo, respaldado pela Doutrina de Proteção Integral, mesmo que ele subsista teoricamente, na legislação, pois na prática testemunhamos o desafio de superar a passividade atribuída ao “menor”. Característica essa entranhada no imaginário social, transformando-se em um dos grandiosos desafios pertinentes à aplicação do ECA. As políticas públicas advindas do contexto da Constituição de 1988 lançam o desafio de justamente inverter essa relação de submissão do indivíduo ao Estado, ao imprimir a noção e defesa da cidadania; independentemente de ser criança, adolescente ou adulto, a cidadania está na essência dessa nova legislação.

Condutas necessárias a fim de materializar esta legislação são, em princípio, descentralização das políticas, bem como a municipalização dos serviços. Desse modo, a atuação integrada das esferas de governo – União, DF, Estado e Município – consistiria no ponto de partida, em termos de infraestrutura, para o emprego dessa nova proposta de descentralização da política de assistência. A família, anteriormente desqualificada quanto aos cuidados e educação de seus filhos, é convocada a assumir a responsabilidade, juntamente com o Estado e a sociedade civil, pelo resguardo, garantia e proteção dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Essa integração de ações e políticas historicamente ausente torna-se fundamental na conjuntura atual, pós-Eca. Ou seja, investimento em políticas de incentivo às famílias no cuidado aos seus filhos, ratificando o seu papel de responsável por eles.

Dados do Ministry of Foreign Affairs (2001 citado por Rizzini, 2004) evidenciam que o atendimento institucional é ineficaz e caro. Estimativas aproximadas revelam um custo de até seis vezes maior se comparado a

iniciativas que sustentam a família no exercício de seu papel de responsabilidade, cuidados e proteção aos filhos. Desse modo, constatamos que políticas integradas que atuam com potencial voltado para a formação, com educação de qualidade, acesso à saúde com dignidade, potencializam a prevenção de situações de abandono, risco pessoal e social, exploração e abuso, e instabilidade social, diminuindo expressivamente possibilidades de intensificação de conflitos intrafamiliares.

Durante um longo período da história brasileira a institucionalização de crianças foi decorrente de sua frágil situação social e econômica, o que alimentou durante muito tempo o desleal fomento à institucionalização de crianças e jovens. O ECA confrontou essa ideia, isto é, de que a pobreza não deveria ser motivo de institucionalização. Esse novo marco jurídico que ampara a infância e a juventude no Brasil preconiza a necessidade de fomento e desenvolvimento de políticas de proteção e cuidado, e sua veemente necessidade após séculos de história no qual essa população esteve à margem de direitos.

O Brasil optou por investir em uma “política” de assistência ao menor, cultivando as práticas de institucionalização de crianças, ao invés de garantir políticas e práticas justas e equitativas, por meio de políticas públicas integradas que visassem ampliar as oportunidades e melhorar as condições de vida de sua população infantil e juvenil. (Rizzini, 2004, p. 76)

Com o ECA a dimensão da educação assume um novo lugar, a partir do caráter pedagógico, por exemplo, que imputam as medidas socioeducativas. Educar, na realidade social anterior, estava vinculada à noção de disciplinar, intimamente relacionada às práticas de controle, de modo que a punição por meio de castigos físicos foi uma atitude amplamente adotada, inclusive nas instituições de ensino. Nas escolas, desde muito cedo os alunos vivenciaram uma relação unilateral que se estabelecia entre professor e aluno: ao professor cabia o papel de ensinar e manter a sala de aula em ordem, e, ao aluno, cabia o silêncio, a disciplina e o aprendizado.

2.2.2 O cenário pós-ECA

Após 25 anos de implantação do ECA assistimos ao amplo desafio de sua aplicação e implementação. As políticas públicas emergentes tanto desse estatuto quanto da Constituição, permitem-nos constatar que as políticas de proteção carecem de desenvolvimento para poderem romper com uma trajetória de exclusão tão entranhada em nossa história e sociedade. O patriarcalismo, emblema da sociedade brasileira nos seus primórdios, parece ser sensivelmente confrontado quando da promulgação da Lei 10.406/2002, prescrita no Código Civil de 2002 ao instituir o poder familiar aos pais, o que refuta a lei anterior que concedia o poder ao pai, enquanto figura de responsabilidade e centralidade, relativa aos filhos e à família. Essa lei desperta para a responsabilidade compartilhada entre os pais com os cuidados destinados aos filhos, o que antes concentrava-se, ao menos juridicamente, na figura do pai.

Em publicação recente do Unicef (2015) os dados do relatório permitem-nos constatar aspectos relativos tanto aos avanços concernentes às questões relativas ao público infanto-juvenil no país, após 25 anos de vigência e implementação do ECA, como também localizar onde e em quais áreas é preciso muito trabalho a fim de promover alguma mudança. A população brasileira nesse período – 1990 a 2015 – conquistou uma face mais urbana: em 1991 o percentual de concentração da população nas cidades era de 75%, e em 2013 esse número subiu para 84,8%. Entre os anos de 1991 e 2013, 36 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza extrema, e o país alcançou a 7ª posição no cenário econômico mundial como uma das maiores economias, ainda de acordo com o relatório do Unicef (2015).

A redução da mortalidade infantil alcançou sensíveis níveis de satisfação, muito próximos das exigências da Organização Mundial da Saúde: no período de 1990 a 2012, a taxa de mortalidade infantil registrou queda de 68,4%, apresentando 14,9 mortes para cada 1.000 nascidos, superando a meta prevista nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de 10 mortes para cada 1.000 nascidos. A região Nordeste alcançou o melhor índice nesse período, tendo a mortalidade infantil sofrido gradativa redução.

Sensíveis avanços foram igualmente registrados, no campo da educação, no período compreendido entre 1990 e 2013. Houve queda do percentual da população fora da escola de 64% conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontando que onúmero passou de 19,6% para 7%. Um dos fatores que contribuiu para essa significativa queda foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que instituiu a idade escolar obrigatória para a faixa etária de 7 a 14 anos, e em seguida, em 2009, outro marco decisivo foi a Emenda Constitucional 59 que ampliou a idade escolar obrigatória de 4 a 17 anos, vigente para ambos os sexos.

Tais mudanças causaram reflexo direto na taxa de alfabetização, que alcançou uma redução de 88%. Outro dado que potencializou essas mudanças em curso foi a aprovação, em 2014, do Plano Nacional de Educação que apresentou um texto com vinte metas para o desenvolvimento e melhoria da educação no país, uma vez que muitos desafios permanecem em meio a conquistas importantes nestes 25 anos de ECA. O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União, em janeiro de 2015, dados relativos ao Censo Escolar de 2014 apontando expressivo contingente de jovens adolescentes na idade de 15 a 17 anos evadidos do espaço escolar, com variados motivos, como a gravidez na adolescência, discriminação e necessidade de trabalhar. A escola não é atrativa, sobretudo para essa faixa etária, como expressa o referido documento, dado que constitui desafio para alterar esse contexto de exclusão. É necessário repensar o espaço escolar em consonância com a criação de políticas que atendam de modo personalizado esse público, buscando atender suas necessidades e demandas, conforme assevera o Unicef (2015).

Apesar de haver significativos avanços, esse período evidenciou que em muitos campos exige-se a criação de políticas diferenciadas. Dados do Pnad do ano de 2013, Unicef (2015) estimam um número expressivo de crianças e adolescentes ainda fora do ambiente escolar: 3 milhões. Essa exclusão afeta em maior grau e número, pobres, negros, indígenas e quilombolas, população que vive à margem e que tem o acesso à escolarização dificultado seja por situações econômicas, quando crianças e adolescentes abandonam a

oportunidade de estudar para trabalhar e colaborar na renda familiar. Esse público encontra-se concentrado nas periferias, na zona rural, Semiárido e Amazônia. Outro aspecto que chama muito a atenção e assinala para a implementação de uma política diferenciada de atendimento aos jovens no Brasil, diz respeito ao número de homicídios nessa população, que tem registrado progressivo aumento, conforme dados apontados acima. Dados dos Mapas da Violência, Waiselfisz (2013; 2016) evidenciam que o número de mortes no Brasil ultrapassa 10 mil e supera o números internacionais de países que estão em situação de guerra e de conflito armado.

De fato, a Convenção Internacional sobre os Direitos da criança, ONU (1989) que serviu de inspiração para a legislação brasileira – ECA – tratou de efetivar uma revolução de prioridades no campo da assistência a essa população. O Censo Demográfico de 2010 apontou no período de 1991 a 2010 uma queda no número de brasileiros com idade até 19 anos, de 45% para 33%, devido à tendência ao envelhecimento da população. Apesar de significativo êxito na redução da mortalidade infantil e da pobreza, da melhoria do acesso à escola, a desigualdade permanece como forte inscrição histórica e presente na sociedade brasileira. O Banco Mundial qualificou o Brasil um dos países mais desiguais do mundo no ano de 2015 (Unicef, 2015).

Em 2010, 37% da população de crianças e adolescentes pobres era branca, e 61% era constituída por negros e pardos, dados que nos permitem inferir que, ainda que a infância e a adolescência tenham assumido a agenda de prioridades após a Constituição de 1988, a desigualdade continua imperando e traça desafios ainda maiores quando o assunto refere-se à garantia e proteção de direitos, intimamente vinculada à condição social. “Para superá-la, é necessário, sobretudo, adotar políticas públicas capazes de combater as desigualdades geográficas, sociais e étnicas do país e de celebrar a riqueza de sua diversidade” (Unicef, 2015, p. 10)

No campo das intervenções relativas à adolescência, especialmente aos adolescentes autores de ato infracional, observamos importantes conquistas após 25 anos da promulgação do ECA. Como apontado anteriormente, após a promulgação da Constituição de 1988, o campo da infância e da juventude

alcança a posição de prioridade com respeito à condição peculiar de sujeito em desenvolvimento, uma vez que a proteção e garantia dos direitos infanto-juvenis é legalmente instituída e assegurada. “O Estatuto inaugura então um sistema de garantias e responsabilidades, em contraponto ao arbítrio do sistema tutelar existente anteriormente” (Unicef, 2015, p. 28), e, desse modo, a doutrina da situação irregular, prevalente no Código de Menores, é constitucionalmente superada.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) instituído em 2006 pela resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e aprovado como Lei em 2012, imprimiu conforme visto anteriormente, mudanças no trato quanto à aplicação e cumprimento das medidas socioeducativas previstas no ECA. Implicando os municípios a assumir a política de execução de medidas socioeducativas com a oferta de programas destinados a esse fim, e intervenções junto à família do adolescente autor de ato infracional. O SINASE representa um divisor de águas no campo das políticas de assistência ao jovem, especialmente ao adolescente autor de ato infracional. O modelo de responsabilização de adolescentes constitui a grande novidade, protagonizando um espaço antes ocupado pela concepção punitiva ao jovem infrator, cujo direito penal para menores era reflexo direto do direito penal aplicado aos adultos, em que a pena era o objeto direto de aplicação da punição. Nesse sentido, a noção de responsabilidade surgiu com o objetivo de imprimir o viés educativo e não mais plenamente sancionatório, como observado até antes da vigência do ECA.

O SINASE deve ser aperfeiçoado com o intuito de interromper a trajetória do adolescente na prática do delito, e este constitui o maior desafio, pois historicamente assistimos à valorização de práticas que preconizam a punição em detrimento daquelas que contribuem para o desenvolvimento do adolescente. Observamos que apesar de uma Constituição inovadora no campo dos valores e das práticas na assistência, há ainda um estigma e ressonâncias do sistema criminal fundamentado em penas aplicáveis ao adulto. Isto é, o direito penal juvenil deve tratar de modo distinto o adolescente, pois o cumprimento da medida socioeducativa implica a responsabilização do

adolescente, o que envolve a atuação multidisciplinar dos profissionais que com ele trabalham.

Um outro dado refere-se ao aumento exponencial do índice de homicídio de adolescentes no país no período de 1990 a 2013: conforme dados do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2013), os homicídios saltaram de 5 mil ao ano para 10,5 mil, o que representa a morte de 28 crianças e adolescentes assassinados por dia no país. Este dado aponta para a situação vulnerável em que se encontra a infância e a juventude no Brasil, apesar de uma legislação inovadora como o ECA. Isto requer premente intervenção da União, dos Estados e dos Municípios com o intuito de assegurar de modo efetivo a proteção à infância e à juventude.

Quanto à quinta e mais recente publicação do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2016), referente à letalidade das armas de fogo, “ficou evidente, nesse estudo, o progressivo, sistemático e ininterrupto incremento das taxas de homicídios por arma de fogo” (p. 8). A promulgação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) implicou mudanças expressivas no que tange às mortes de vítimas de armas de fogo; houve um impacto expressivo do desarmamento. Contudo, essa política não foi suficiente para aplacar o grave problema dos homicídios por armas de fogo, responsável pela morte, sobretudo, de jovens.

2.3 As políticas públicas de assistência social

A década de 80 do século XX encontrou sua expressão política maior na ideia de um estado de bem-estar social, ao sair de um longo período sob a regência de um austero governo militar. O processo de redemocratização do país inspirou a mobilização da sociedade civil e do Estado para a implementação de uma nova realidade tanto política quanto social e cultural no país. Neste sentido, a nova Constituição Federal (1988), constituiu a expressão e promessa de avanço social. Respondendo à legislação da incipiente

Constituição assistimos a criação de uma ampla rede de órgãos, secretarias, conselhos, e serviços a fim de efetivar toda essa atmosfera e proposta de mudanças radicais, constituindo uma extensa e complexa rede de serviços.

Um dos desdobramentos desse cenário de mudanças políticas no país foi a aprovação, em 1993, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, cuja finalidade é conceber condições de caráter institucional para que a Assistência Social assuma uma política de garantia de direitos no Brasil. Nessa ocasião, referenciando o documento que rege essa política “Temos a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) nº8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos” (Brasil, 1993, p. 4).

A regulamentação da política de assistência social atravessou toda uma década– de 1993 a 2003 – e ao término desse período houve a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social (CNAS), que deliberou pela implantação de um sistema de gestão próprio, descentralizado e participativo, a partir da gestão da política e organização das ações. As ações estariam compartilhadas entre os três níveis da gestão governamental: União, Estados e municípios, correspondendo à descentralização da política de assistência. As diretrizes da política de assistência social poderiam assim ser resumidas: “A assistência social tem como funções a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais” (Brasil, 2005, p. 16). Em 15 de julho de 2005, por meio da Resolução nº 130 foi instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na perspectiva de que

A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; territorialização; a proteção pró-ativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas. (Brasil, 2005, p. 17)

A PNAS, aprovada pela Resolução 145 de 15 de outubro de 2004, do CNAS, evidencia as diretrizes da concretização da LOAS. E, mais adiante, a

Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005 do CNAS, aprovou a Norma Operacional Básica da Assistência Social, (NOB/SUAS), que objetiva a implementação e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse processo de consolidação da política, cuja inspiração primeira foi a Constituição de 1988, e subsidiada pela LOAS, está fundada na premissa de um trabalho de assistência social cujas ações deverão compor um sistema descentralizado e participativo. O SUAS assume a responsabilidade pela gestão de serviços, programas e projetos. Após 18 anos de promulgação e vigência da LOAS, no ano de 2011, essa lei foi alterada pela Lei 12.435 que imprimiu significativos avanços advindos da implantação do SUAS, em concordância com as diretrizes da PNAS/2004:

O SUAS realiza a garantia de proteção social ativa, isto é, não submete o usuário ao princípio de tutela, mas à conquista de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social. (Brasil, 2005, p. 19)

Na legislação do NOB/SUAS encontramos descrito o funcionamento hierárquico do serviço de assistência divididos em proteção social básica e proteção social especial, sendo este subdivido em média complexidade e alta complexidade. O atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa está localizado na proteção social especial, assim como a ocorrência de situações em que seja identificado risco e/ou violação de direitos. O NOB/SUAS, portanto, é um instrumento teórico e técnico que regulamenta as diretrizes da PNAS. Nesse panorama de mudanças, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, o documento *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* (Brasil, 2009), importante conquista que contempla uma atmosfera de proteção e garantia de direitos aos cidadãos, não antes vislumbrados:

Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais. (Brasil, 2009, p. 4)

A oferta e garantia do direito socioassistencial foram amplamente reconfiguradas com a referida tipificação, levando à seguinte organização (Brasil, 2009):

- a) Serviços de Proteção Social Básica: contempla o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e o Serviço de Proteção Social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas;
- b) Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: contempla o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Serviço Especializado em Abordagem Social; o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- c) Proteção Social Especial de Alta Complexidade: contempla o Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; o Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências conferindo a esta política nacional de assistência a possibilidade de eficácia na garantia dos direitos básicos e proteção ao cidadão.

A primeira esfera dos serviços acima descritos, relativa aos Serviços de Proteção Social Básica, constitui uma proposta de trabalho que visa prevenir situações de qualquer tipo de violência que ameace o âmbito de proteção e garantia de direitos aos sujeitos. Nesse sentido, ela atua no fortalecimento de vínculos, trabalho desenvolvido no âmbito das comunidades, sendo o equipamento destinado ao seu desenvolvimento Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cuja instalação no município é feita por regionais, dependendo do número de habitantes. Dentre os serviços disponibilizado, destacam-se

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (Brasil, 2009, p. 12)

Neste cenário, temos a concepção e implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), serviço que responderá no âmbito da Proteção Social Especial de média complexidade, assumindo uma intervenção junto aos indivíduos e famílias, quando se verifica a violação de algum direito e/ou diante de situações de risco iminente resultantes de ameaça ou violência. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013),

O CREAS se materializa dentro do SUAS como uma unidade pública estatal de Proteção Social Especial de média complexidade, capaz de promover a superação das situações de violação de direitos tais como violência intrafamiliar, abuso e exploração sexual, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, trabalho infantil, contingências de idosos e pessoas com deficiência em situação de dependência com afastamento do convívio familiar e comunitário, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, dentre outros. (p. 31)

É um equipamento que se fundamenta na Política Nacional de Assistência Social, responsável por acolher crianças e adolescentes que estão em risco iminente de violação de direitos e violências diversas. O SUAS está organizado em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica (PSB), cuja oferta de serviços e programas visa a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e a Proteção Social Especial (PSE), reservada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação iminente de risco pessoal ou social, em que há violação de direitos na ocorrência de abuso e/ou exploração sexual, negligência, abandono, violência física e psicológica. É nesta última esfera que o CREAS comparece para o desenvolvimento de trabalhos junto à comunidade.

2.3.1 A política de assistência ao adolescente autor de ato infracional

Dentro do CREAS concretiza-se, em meio a outros serviços, a Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Uma equipe de técnicos multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados acolherá o adolescente para o início do cumprimento da medida socioeducativa (MSE). Este serviço pode ser sumariamente definido conforme o documento seguinte:

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. (Brasil, 2009, p. 34)

Após a realização do encaminhamento do adolescente à instituição, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é o instrumento utilizado no trabalho que envolve tanto o adolescente designado ao cumprimento da medida socioeducativa como sua família. Nesse documento deverão constar as metas e objetivos a serem alcançados durante a realização do trabalho de cumprimento da medida. É uma ação conjunta com o adolescente, sendo indicado que ele participe ativamente da construção dessas metas, devendo ser respeitadas suas necessidades e interesses. Desse modo, incentiva-se o estímulo à autonomia do adolescente e a responsabilização pelo seu trabalho.

O PIA é uma ferramenta a ser preenchida e trabalhada permanentemente; à medida que o trabalho de acompanhamento social do adolescente é realizado, pode sofrer modificações e alterações a qualquer momento. É indicada uma frequência semanal do adolescente à instituição, de modo a assegurar um acompanhamento sistemático que atenda às suas necessidades no cumprimento de medida socioeducativa, embora essa

frequência possa variar segundo a demanda de trabalho que se desenvolve em cada caso.

O PIA é um instrumento imprescindível que norteia desde a acolhida do adolescente até o término, isto é, o seu desligamento. É, portanto, uma ferramenta de trabalho valiosa, pois a partir dela e da forma como o técnico conduz sua aplicação que será possível vislumbrar um trabalho a ser construído entre o profissional e o adolescente. Um instrumento rico, pois atua como um objeto que possibilita a articulação e sobretudo a construção de algo que poderá resultar em um novo projeto para o adolescente fundamentado na escuta de sua demanda, caso ele a formule. Embora os adolescentes que chegam para o cumprimento da medida socioeducativa estejam sempre vinculados a um tipo de ato infracional, que inclusive os identifica e assemelha, o cumprimento dessa medida é um processo singular, isto é, dois adolescentes designados pelo poder judiciário para o cumprimento de medida em decorrência do mesmo ato infracional poderão ter uma trajetória diferente.

Inclusive é neste ponto que podemos destacar o aspecto singular da medida socioeducativa, conforme prevê o ECA: possibilitar ao jovem um espaço para que ele se coloque, enquanto sujeito, saindo portanto da posição de vítima à qual esteve vinculado até chegar aqui. “É uma questão premente na atualidade: como tratar este jovem, ainda não chamado à responsabilidade plena de seus atos por ser considerado menor, mas cujo ato fora da lei pede um posicionamento do campo social?” (Finger, 2014, p. 13). Aqui se insere a importância da contribuição do instrumental teórico-metodológico psicanalítico. A escuta orientada pela psicanálise possibilita ver o jovem para além do seu ato, promovendo assim a emergência do sujeito.

O PIA instrumentaliza a construção de possíveis saídas cujos caminhos possam ser apontados pelo próprio adolescente. Neste aspecto atestamos o atravessamento da subjetividade na lei (Melgaço & Almeida, 2016) o que constitui, e simultaneamente ratifica, a essência da nova legislação promulgada pelo ECA: pôr no centro da cena a criança e o adolescente enquanto sujeitos e protagonistas dessa incipiente política. A articulação estreita com a família do adolescente e com os demais dispositivos e serviços da rede, constitui

exercício fundamental, assim como a estreita articulação com a comunidade, o que revela a importância de uma construção democrática (Viganó, 2010). Desse modo, podemos inferir que o trabalho com o adolescente implica uma construção constante, envolvendo o técnico e o adolescente, operando uma via de mão dupla, cuja participação ativa de ambos é imprescindível. Nesse aspecto, é preciso estar atento para o risco de pedagogização da medida, conforme enfatiza Pedron (2014)¹¹ isto é, transformar a experiência do cumprimento da medida socioeducativa em um trabalho normativo e uniformizante. Esse risco existe, mas a proposta de poder aguardar pelo que o adolescente pode trazer para a experiência do cumprimento da medida, e inicialmente para o acolhimento, não corresponde a um trabalho de caráter normatizador. Trabalhar a capacidade de ampliação de resposta do adolescente constitui um dos aspectos essenciais a serem abordados.

A medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) deve ser realizada mediante parceria com as instituições e órgãos locais, como entidades sociais, programas comunitários, hospitais, creches, escolas, e outros órgãos governamentais. É uma tarefa gratuita e sua atuação deve responder a um interesse entre as partes, isto é, entre o adolescente e a entidade para a qual ele prestará o serviço, devendo-se respeitar o limite de oito horas semanais, divididas entre os dias da semana, dependendo da disponibilidade do jovem. A escolha pelo local do trabalho deve ser feita juntamente com o adolescente buscando atender às suas aptidões e interesses, de modo que essa atividade possa contribuir para seu desenvolvimento pessoal e social.

Mediante a prática do ato infracional, o ECA prevê a adoção de medidas socioeducativas, tal como podemos observar no artigo 112, transcrito abaixo:

Art.112 – Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I. advertência; II. obrigação de reparar o dano; III. prestação de serviços à comunidade; IV. liberdade assistida; V. inserção em regime de semiliberdade; VI. internação em estabelecimento educacional; VII. qualquer uma das

¹¹ Participação como ouvinte de Evento sobre O Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto, ofertado pela SEDESE/MG, no auditório do Ministério Público de Minas Gerais – Cidade de Belo Horizonte, em 25/07/2014, das 8h às 17h, Luciana da Silva Pedron. Tema da conferência e discussões: *A construção do PIA – Plano Individual de Atendimento*.

previstas no Art. 101, I a VI. § 1º – A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º – Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º – Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (Brasil, 2014, p. 49)

Um dos grandes vetores e objetivo precípua do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) compreende a possibilidade de criar condições para revisitar, se não construir, um projeto de vida para o adolescente, visando ao rompimento da trajetória da prática de ato infracional. A medida de responsabilização encontra expressão no contrato feito com o adolescente já no seu acolhimento no serviço, de modo que a regulação permanente dos compromissos e contratos firmados deve ser compreendida

As habilidades de confiança e autonomia devem ser estimuladas no trabalho com o adolescente durante o cumprimento da medida, assim como o desenvolvimento de potencialidades e competências, a fim de que aumentem seu repertório e ampliem seu universo cultural e informacional. É indispensável que o técnico esteja disponível à escuta e empatia, demonstrando interesse pelo adolescente e sua história, criando desse modo uma abertura ao contato e possível via de acesso. Ao jovem, não menos importante é o estímulo à convivência familiar e fortalecimento dos vínculos comunitários, outro objetivo essencial a ser alcançado no trabalho junto a ele. Desse modo, o trabalho fundamental deve seguir as seguintes diretrizes fundamentadas de acordo com a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, (Brasil, 2009):

Acolhida, escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários. (p. 35)

Assim, o serviço trabalha no sentido de contribuir para o estímulo e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, reduzir a reincidência da prática do ato infracional, diminuir a ocorrência de atos violentos, com consequente redução da prática do ato infracional. O trabalho de integração entre os diferentes dispositivos da rede socioassistencial é também uma importante contribuição para a efetividade do trabalho, como propõe Garcia (2003):

Uma rede de redes seria a matriz para se pensar uma nova estrutura de atendimento. Uma rede de redes seria a dimensão que convém ao espaço público destinado ao atendimento e cuidados que acolhem uma faixa da população. A integração far-se-á pouco a pouco. Mas, o princípio já seria o bastante para repensar o que entendemos por egresso, reincidente, repetente, indivíduo irrecuperável, caso perdido. (p. 6)

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi produto da articulação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que teve início no ano de 2004, e foi concebido na perspectiva do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) conforme os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Em 13 de julho de 2006 o CONANDA aprovou o SINASE em assembleia, instaurando mais um marco no que tange às políticas de assistência, especialmente e de modo inédito, no atendimento aos adolescentes autores de ato infracional. No ano seguinte à aprovação na assembleia do CONANDA, em 13 de julho de 2007, o SINASE foi exposto agora como projeto de lei (PL 1.627/2007) no plenário da Câmara dos Deputados, e em seguida foi constituída uma Comissão Especial para submeter esse projeto à análise. A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 estabelece o seguinte:

O SINASE é fruto de uma construção coletiva envolvendo diversos seguimentos do governo, representantes de entidades de atendimento, especialistas na área e sociedade civil que promoveram intensos debates com a finalidade de construir parâmetros mais objetivos no atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma política pública que verdadeiramente procura atender aos preceitos pedagógicos das medidas socioeducativas conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Veronese & Lima, 2009, p. 38)

Esse Sistema ratifica, de acordo com a política de assistência preconizada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a articulação primordial entre as esferas do Governo, a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na implementação da ação socioeducativa, conforme os princípios éticos, pedagógicos e dos direitos humanos, preconizados pelas políticas emergentes pós-Constituição de 1988, conforme SINASE (2006):

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção a esse público. (p. 22)

O Sinase, portanto, constitui o documento que orientará a operacionalização e implementação das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes autores de ato infracional. Fundamenta-se nas normativas tanto nacionais como a Constituição Federal e o ECA quanto internacionais, a Convenção da ONU sobre os direitos da criança, o Sistema Global e o Sistema Interamericano dos Direitos Americanos, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil – Regra de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos jovens Privados de Liberdade.

O SINASE constitui mais um ordenamento na legislação brasileira a fim de ratificar a concepção da Doutrina de Proteção Integral sob a tutela do Estado, e responsabilidade ampliada à sociedade civil e família, com o intuito de promoção e defesa dos direitos e controle social. Nessa atmosfera favorável à garantia e à satisfação dos direitos, o SINASE, assim como os outros serviços que compreendem a política de assistência, está circunscrito numa rede de atendimento que deve privilegiar uma articulação entre os diferentes dispositivos da rede a fim de constituir uma política de assistência integrada.

Assim, o Sistema Educacional, o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social são quatro esferas de atuação conjunta ao SINASE. A articulação destes diferentes sistemas e políticas é fator essencial para a efetiva implementação da assistência destinada aos adolescentes, assim como a participação da

sociedade civil possibilitaria maior efetividade nas ações. Para as ações pedagógicas preconizadas pelo SINASE podemos destacar, de fundamental importância, os seguintes princípios:

1. A prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios; 2. O projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo; 3. A participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas; 4. O respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa; 5. Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo; 6. A disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa; 7. A dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional; 8. A diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica; 9. A família e a comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa; 10. A formação continuada dos atores sociais. (SINASE, 2006, p. 39-40)

A Lei Federal n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 rege sobre a concepção do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão responsável pela deliberação da política de atenção à infância e à adolescência. No cenário anterior à concepção e implementação do ECA assistimos, conforme breve descrição, ao contexto histórico de exclusão e práticas de controle sociais, realidade que as incipientes políticas inauguradas pela Constituição Cidadã objetivam superar.

A partir da iniciativa do CNAS, as Conferências Nacionais de Assistência Social, são realizadas periodicamente com o intuito de avaliar a situação da assistência e trabalhar na proposição de novas diretrizes, a fim de promover o aperfeiçoamento do sistema. A primeira conferência data do ano de 1995, e teve como objetivo avaliar a situação da assistência e propor diretrizes para a implementação do sistema descentralizado e participativo da assistência social, aspecto amplamente difundido pela Constituição Federal (1988), pela LOAS (1993) e ratificado posteriormente pela NOB/SUAS (2005).

É extensa a carta de objetivos e itens a serem operacionalizados, desde a promulgação das normativas acima. Podemos destacar: o fomento a ações que prezam pela descentralização e implantação do comando único proposto pela LOAS; o estímulo à participação do Ministério Público na

operacionalização do sistema descentralizado e participativo; o trabalho visando o caráter preventivo das ações; a realização de diagnóstico como instrumento para auxiliar as intervenções e ações; a implementação do Plano Municipal de Assistência Social; a priorização das ações de reorganização da Assistência Social; ações direcionadas à política de atendimento ao adolescente infrator; a promoção, integração e responsabilidade do Ministério da Justiça; promover operacionalização imediata da LOAS; criação do Fundo Nacional de Assistência Social; ampliação da parceria entre Governo e Sociedade; realização de capacitação técnico-política e qualificação sistemática e continuada de recursos humanos na área da assistência social; priorização da política de atendimento às crianças e adolescentes; fomentar ações integradas entre as diferentes áreas atuantes; articulação entre as diversas instâncias – União, Estados, distrito federal e município; realização de Fórum de assistência social para fortalecer a participação da sociedade civil (CNAS, 2016).

Desde a realização da primeira Conferência de Assistência Social contabilizamos dez edições até o ano de 2016, e podemos destacar da leitura e análise deste documento, (CNAS, 2016), que os principais aspectos que compuseram a bancada da primeira conferência nacional permaneceram em pauta nas edições posteriores, o que nos permite inferir sobre a complexidade de implantação de uma política essencialmente incipiente. Ademais, é uma proposta que comunga com as ações e políticas implementadas nos governos anteriores, embora, conforme mencionado anteriormente, tenham havido iniciativas com a finalidade de promoção da assistência. Podemos vislumbrar avanços na implementação e operacionalização da política de assistência social e o aspecto que encontra maior destaque são as iniciativas que visam construir a composição de um sistema descentralizado e participativo, com vistas a assumir uma genuína política de assistência, opondo-se diametralmente ao assistencialismo prestado pelo Estado, que data das origens históricas da sociedade brasileira.

A realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2003, marca os dez anos de promulgação da LOAS. Dentre os principais eixos de discussão que mobilizaram essa Conferência encontram-se

a defesa pela implementação e ampliação de programas de prevenção e proteção aos destinatários da política de assistência, realização de diagnósticos fundamentados em indicadores locais, IDH, Censo IBGE, IPEA, com o intuito de fomentar o atendimento, o incentivo à ampliação e a parceria com a sociedade civil, por meio de convênios com universidades e conselhos, e promoção da intersetorialidade das políticas públicas. A criação de CRAS e CREAS, com o intuito de atuarem, respectivamente, nas proteções sociais básicas e proteções sociais especiais (CNAS, 2016).

Observamos que os programas de prevenção assumem a centralidade das propostas advindas pós-Constituição de 1988. Se anteriormente a essa legislação assistíamos a um Estado que, no plano da assistência, cuidava de socorrer aqueles economicamente desfavorecidos e que se encontravam, particularmente, em situações de vulnerabilidade, na vigência política e constitucional da Constituição Cidadã temos o incentivo de construção de uma política em favor da promoção da dignidade, autonomia, protagonismo e cidadania, afastando, portanto, do ideário político e constitucional esse viés assistencialista que corrobora as raízes brasileiras. Compondo ainda as diretrizes da IV Conferência, assistimos a promulgação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo contexto já foi descrito anteriormente.

As deliberações produtos da realização das Conferências nos permitem apontar alguns aspectos comuns que permeiam todas as edições: a primazia por um sistema descentralizado e participativo, no qual faz-se observar a centralidade da família, que tornou-se o núcleo base da intervenção da política de assistência; as ações assumiram um teor preventivo, corroborando uma política de proteção social com ação preventiva e as finalidades dos programas e ações articuladas a outros setores das políticas públicas prezam por isso. A capacitação continuada de recursos humanos é outro item veementemente mencionado; a integração da política de assistência ampliada a outras políticas como saúde, segurança e educação, ratificando a intersetorialidade das políticas públicas; ampliação das ações à sociedade civil por meio do trabalho de divulgação e informação à população, organização de fóruns, nacionais, regionais e municipais (CNAS, 2016).

2.3.2 A violência, criminalização da juventude e judicialização da vida

O Atlas da Violência 2016, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou um aumento da taxa de homicídios no Brasil, apresentando o alarmante índice de maior número absoluto de homicídios. Dados do Ministério da Saúde (2014) revelaram que 59.627 pessoas foram vítimas de homicídio no país, o que representa 29,1 mortes por 100 mil habitantes, representando 10% dos homicídios registrados no mundo. Os mais afetados são os jovens e negros, de acordo com Waiselfisz (2013) e IPEA (2016):

Além de outras consequências, tal tragédia traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que 46,4% dos óbitos de homens na faixa etária de 15 a 29 anos são ocasionadas por homicídios. Se considerarmos apenas os homens com idade entre 15 e 19 anos, esse indicador tem a incrível marca dos 53%, conforme destacado na tabela 1.1. (Waiselfisz, 2013, p. 6)

Dados desse estudo revelaram que a região Nordeste do Brasil assumiu a liderança no ranking de homicídios, atingindo um desenvolvimento progressivo superior a 100%. Constatamos a vitimização nefasta da juventude, e os números evidenciaram ainda que a idade de 21anos é o cume para vítimas de homicídios do sexo masculino. A escolaridade é um fator de destaque nos índices de violência, ficando constatado que indivíduos que tenham menos de oito anos de escolaridade estão sujeitos a um risco de vitimização 5,4 vezes maior, se comparado àqueles que possuem escolaridade igual ou superior a oito anos. No Brasil o risco de morte em decorrência de homicídios aumenta 15,9 vezes para aqueles que não atingiram uma escolaridade de até sete anos, quando comparada a indivíduos que cursaram o ensino superior. Quando a estatística refere-se a afrodescentes, pretos e pardos estes estão expostos a um risco de 147% maior de serem vítimas de homicídios, quando comparados aos brancos, amarelos e indígenas (IPEA, 2016).

Contudo, os números apontaram redução significativa de homicídios para o período de 2004 a 2014, em algumas regiões do Brasil: São Paulo 52,4%; Rio de Janeiro 33,3%; Pernambuco 27,3%; Espírito Santo 13,8%. Outras localidades, entretanto, apresentaram um aumento progressivo nesse mesmo período, como é o caso do Rio Grande do Norte, que registrou 308,1%, e o Maranhão que atingiu a marca de 209,4%. Para as unidades federativas onde se registrou queda acentuada observou-se a intervenção de políticas públicas com encorpadas ações que lograram a substancial queda nos índices. Porém o cenário geral ainda é preocupante: em 2014 para cada 100 mil jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, 61 foram vítimas de homicídio, com baixa escolaridade, revelando uma obtusa lacuna que afeta diretamente essa parcela da população, e altera sensivelmente a dinâmica demográfica, interferindo, consequentemente, nos indicadores econômicos e sociais. De modo que

Consideramos que escutar os jovens a respeito de assuntos que os afetam de maneira tão contundente seja um importante instrumento de análise dos contextos nos quais estão inseridos. É também um elemento fundante para a implementação de políticas e estratégias voltadas para as necessidades reais destes, assim como para a garantia de seus direitos e efetiva proteção. (Rizzini & Limongi, 2016, p. 40)

Observamos habitual estabelecimento da correlação entre a juventude e o aumento da violência (Rizzini & Limongi, 2016). A responsabilidade pela violência endêmica que acomete nossa sociedade tem recaído com significativa intensidade, principalmente sobre os jovens autores de ato infracional. Baseando-se nisso, a proposta de emenda constitucional (PEC) n.171/93, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em março de 2016, propõe a alteração do artigo 228 da Constituição Federal de 1988, ao dispor da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade.

Segundo essa proposta, o jovem a partir de 16 anos responderia ao código penal aplicado ao adulto, em decorrência da prática de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Em julho de 2015 foi aprovado o texto substitutivo ao Projeto de Lei (PL) do Senado n.333/2015, cuja proposta aumenta o período máximo de internação de três para dez anos, aplicado a adolescentes autores de ato infracional cometido sob

grave ameaça ou violência a pessoa, conforme dispõe o artigo 122 do ECA. Essa proposta viola a noção de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento prevista pelo ECA, artigo 121. Tais ações objetivam a contenção da violência ao acirrar a repressão e a punição (Rizzini & Vale, 2014), e, desse modo, testemunhamos um retorno, ou mesmo a manutenção, de uma cultura punitiva que esteve sempre presente em nossa sociedade, como já citado.

A discussão acerca da redução da maioridade penal ganhou manchetes em muitos veículos de comunicação, ocupou plenárias no congresso, mobilizou debates e delicados apontamentos em diversas instâncias de nossa sociedade. Observamos que a discussão sobre esta tão delicada tese acirra-se no momento em que assistimos a um recrudescimento da violência social protagonizada, sobretudo, por adolescentes. Este fato preocupa tanto cientistas, governantes, juízes, promotores, criminalistas, psicólogos quanto a sociedade civil. Produto de efervescentes debates observamos uma polarização entre os que são a favor e os que se posicionam contra essa proposta.

Por um lado, há os que defendem a redução da maioridade penal utilizando como principal argumento a tese de que o adolescente que comete uma infração é plenamente capaz de se responsabilizar penalmente pelos seus atos e, portanto, capaz de cumprir medidas equivalentes a um adulto submetido às sanções do código penal. Já outra esfera defende a ideia de que o adolescente é um ser em desenvolvimento, concepção essa que inclusive ratifica as disposições previstas pelo ECA de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Essa dimensão é contrária à proposta de incluir o jovem autor de ato infracional no sistema penal para adultos e reserva a este adolescente uma política educacional fundamentada no cumprimento de medidas socioeducativas, corroborando uma dimensão de reabilitação contrária à punição. Para estes, a responsabilidade penal corresponde à aplicação do código penal especial para menores, compreende considerar o ato infracional como um ato que comporta significados e que, portanto, devem ser trabalhados e ressignificados pelo adolescente autor desse ato.

Um dos aspectos do ECA que intenta modificar o tratamento dado às questões relativas à infração na camada infanto-juvenil, corresponde à medida socioeducativa que veio substituir a aplicação da sanção ou da pena. A medida socioeducativa corresponde a uma medida de responsabilização, portanto, diametralmente oposta à aplicação da pena com vistas à punição. Sabemos que o fenômeno da violência assusta e o desejo premente da sociedade é a punição do infrator. Considerar um jovem de 16 anos imputável penalmente, caso venha a cometer infrações, significa submetê-lo a penas previstas pelo código penal, conduta que teria como objetivo final punir a fim de coibir atos futuros. Contudo, sabemos que a punição é o caminho mais curto e, conseqüentemente, o mais sedutor quando a intenção resume-se a inibir determinado ato. Pesquisas já revelaram que a punição é mais dispendiosa para o Estado se comparada a medidas e propostas de ação que visam à prevenção, estimando-se que o atendimento institucional, caracterizado ineficaz e dispendioso, chega a custar até seis vezes mais se comparado a políticas de incentivo à integração das famílias nos cuidados aos seus filhos (Ministry of Foreign Affairs 2001), citado por Rizzini & Rizzini, 2004).

Dados dos Mapas da Violência (Waiselfisz, 2013, 2016), divulgado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça apontam que não atinge 1% a taxa de jovens envolvidos na prática de homicídios no Brasil. De acordo com dados do relatório do Ministério da Justiça (2014), o Brasil apresentou uma população prisional de 607.731, o que equivale a 300 presos a taxa da população prisional para cada 100.00 habitantes, números que posicionam o Brasil nas primeiras colocações, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia, apresentando uma alarmante taxa de ocupação prisional de 161%.

No período compreendido entre os anos de 1990 a 2014 temos uma evolução progressiva no número de pessoas privadas de liberdade: em 1990 registrou-se 90.000 presos e em 2014 esse número subiu exponencialmente para 607.731, constatando-se um aumento de 575%. Esse censo revelou que o perfil da população carcerária no Brasil é predominantemente constituída por jovens negros, com baixa escolaridade e de baixa renda. Os números revelam

um agravante aumento da população carcerária que corresponde à expectativa social de uma insegurança frente à violência urbana.

Ratifica-se, portanto, a prevalência de uma cultura que privilegia a punição, e um sistema penitenciário superlotado e falido, onde não vislumbramos estratégias de reabilitação. Considerar um jovem a partir de 16 anos imputável possibilitaria engessar ainda mais esse sistema. Ademais, as instituições totais, como as prisões, em muito favorecem e contribuem para o aumento das habilidades infratoras, ou seja, podemos observar um potencial iatrogênico do sistema penitenciário, estimulado por condutas e atitudes que buscam solução imediatista, mas que não resolverão o problema, sobretudo, a curto prazo, e, pelo contrário poderá contribuir para acirrá-lo.

Desse modo, podemos pensar que a ideia amplamente presente no imaginário social, ao vincular juventude e criminalidade, pode ser revogada pelos números. O percentual de jovens envolvidos em práticas de homicídios não alcança 1%, como mencionado acima, assim, o movimento para a redução da maioria penal, que registrou apoio majoritário da sociedade civil, alimenta-se da criminalização e judicialização da juventude, o que vai ao encontro de uma regulação normativa que visa ao controle, em favor do bem-estar e da proteção da sociedade. Aspecto este que corrobora uma cultura da punição e exclusão, indo de encontro diretamente à premissa da Doutrina da Proteção Integral, e às prerrogativas do ECA. Ações que fundamentam-se na punição, exaltando a face repressora do Estado em detrimento do fomento de políticas garantidoras de direitos, do investimento em práticas de cuidado e garantia de direitos básicos, o que não porá fim à criminalidade e ao amplo sentimento de insegurança. Atestamos, diante desta proposta de emenda constitucional, a manutenção e reforço de uma realidade de privação de direitos, uma privação inclusive, essencialmente histórica e radical:

Assim, demanda-se que a Justiça legisle sobre todos os aspectos do viver. Sob a justificativa de humanização do sistema jurídico, leis e processos passam a regular danos, afetos, interferências, humilhações. Entretanto, temos percebido que essa humanização que pretende garantir o bem-estar e a proteção dos direitos individuais é a mesma que perpetua uma lógica punitiva, enquadrando algumas vidas no banco dos réus. Contraditoriamente, em favor do ser humano e de seus direitos, clama-se por mais intervenções

jurídicas, práticas de controle, encarceramento e punição, alimentando a judicialização de nossas vida. (Oliveira & Brito, 2013, p. 85)

Portanto, enfrentamos transformações sociais que qualificam uma mudança de cultura, que, por sua vez, demanda uma mudança de postura do judiciário, da sociedade civil. Enfim, não carecemos de emendas constitucionais, e sim de programas de assistência social que contemplem as necessidades de apoio psicossocial para jovens crianças e adolescentes. Grande parcela da população apoia a redução da maioria justificando que a impunidade contribuiria para a participação dos jovens em atos ilícitos. Observamos, entretanto, que há um equívoco quanto à questão da impunidade e inimizabilidade penal.

A impunidade está relacionada ao fato de não haver punição; já a inimizabilidade diz respeito ao fato de o sujeito considerado inimizável referir-se à ideia de ausência de condições de responder perante um ato ilícito, como é o caso dos adolescentes resguardados pelo ECA. Conforme o artigo Art. 104, “São penalmente inimizáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei” (Brasil, 1990/2014). O adolescente é considerado inimizável devido à sua peculiar condição de sujeito em desenvolvimento, e perante situações de contravenção penal ele estará submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, respeitando suas condições singulares. O direito penal juvenil, portanto, encontra-se nos fundamentos do ECA fazendo distinção às penas estabelecidas pelo Código Penal. A medida socioeducativa constitui um dos aspectos inovadores do ECA, ao substituir a pena, já que esta tem um caráter de punição, de castigo, ao contrário da nova concepção ética e de respeito aos direitos humanos – a dimensão de responsabilização pelo ato cometido, oportunizando a reparação do dano.

Clamamos por uma posição de sujeito e não de assujeitado, por medidas de responsabilização e não por medidas de punição. Não existe sujeito sem responsabilidade, assim como este não existe se não considerado em suas condições particulares de desenvolvimento, como sujeito de deveres, sim, mas também primordial considerar que é um sujeito de direitos; esta é a atmosfera de proteção à criança e ao adolescente preconizada pelo ECA.

3 Breve evolução histórica do campo do direito

"Os juristas ainda estão buscando uma definição para seu conceito de direito"

(Kant)

3.1 Introdução

As medidas socioeducativas estão enquadradas no ECA e, portanto, são referidas diretamente à Constituição de 1988, que inaugura um novo olhar e maneira de tratar as questões relativas às crianças e aos adolescentes. A novidade concerne à dimensão de proteção, ratificada pela condição de sujeito de direitos, antes não vislumbrada. Fazer referência ao ECA e o que de novo a legislação constitucional de 1988 nos traz remete diretamente ao aparato jurídico. Logo, neste capítulo nos dedicaremos a traçar uma sumária evolução histórica do Direito, a fim de entrever seu atravessamento nas questões que nos ocupam nesta investigação para, em um próximo momento, apreender a relação estabelecida entre direito e psicanálise, e o modo como esta interseção poderá contribuir para pensar a realidade do adolescente autor de ato infracional.

A condição de existência e mesmo de sobrevivência do sujeito na cultura requer dele um ato responsável, isto é, agir com responsabilidade significa considerar a existência do mundo público e as leis que o regulamentam. Devemos, pois, indagar o que cabe ao Direito nesta intrincada relação que se estabelece entre responsabilidade, lei, conflito e justiça. Cabe a ele intervir quando qualquer ato perturbe a ordem social e a vida coletiva? Isto é, poderíamos assentir que quando o desumano emerge na cena social o aparato jurídico seria convocado? Em linhas gerais, cabe ao Direito assegurar a regulação da vida social?¹² Em caso afirmativo, algo mais estaria atrelado a

¹² Este capítulo tem como finalidade apresentar brevemente alguns fundamentos da ordem jurídica, uma vez que não constitui propósito desta pesquisa tecer uma análise epistemológica da ciência jurídica, e tampouco realizar uma hermenêutica acerca do Direito, mas sim

essa função jurídica? De fato, estas questões contemplam a natureza clássica dessa ciência jurídica, contudo, uma vez que esta pesquisa convoca transitar na interface, e portanto nos limites e fronteiras de dois campos de saber distintos – Psicanálise e Direito – devemos perscrutar os caminhos pelos quais o Direito se inscreve a fim de tornar clara e substantiva sua interseção com a psicanálise. A regulação da vida social consistiria para o Direito um meio ou um fim? Isto é, o Direito é um aparato jurídico que estaria a serviço de quem, ou do que, afinal?

3.2 Breve apresentação de alguns fundamentos filosóficos e históricos da ordem jurídica

“O juiz não é nomeado
para fazer favores com a justiça,
mas para julgar segundo as leis”

(Platão)

3.2.1 Do pensamento clássico à modernidade: o direito natural e o direito positivo

No pensamento jurídico Ocidental inevitavelmente encontraremos, no âmago de sua filosofia, a referência a duas escolas entre as quais busca-se uma concepção para o que vem a ser o Direito. A primeira, o jusnaturalismo, contempla a teoria do direito natural, e nela a filosofia constitui a raiz axial do direito natural clássico, que dela herdou a tradição metafísica e especulativa; um direito ontologicamente fundado que faria oposição ao direito positivo. O conceito de direito natural figura dentre os mais antigos da filosofia, sendo um conceito clássico que passou por mudanças tanto em sua forma quanto em seu sentido (Goyard-Fabre, 1996)¹³.

apresentar sumariamente alguns aspectos da constituição da ciência jurídica vinculados ao seu contexto histórico e seus efeitos para a crítica em construção neste trabalho.

¹³ Este texto constitui a referência fundamental deste capítulo para a construção deste recorte histórico do Direito, e assim justifico a incidência desta referência e citações ao longo de todo este capítulo.

A antiguidade deste conceito alude às comunidades dos povos primitivos, por exemplo, nas quais a lei ainda não se apresentava como um elemento institucionalizado, conforme a doutrina jurídica. Na literatura psicanalítica encontramos no texto freudiano “Totem e tabu” (1912-1913/2012), no símbolo do tabu, a referência mais íntima a um código de leis não escritas, e que portanto serve como uma analogia ao direito natural. Embora possamos atribuir o surgimento das leis concomitante e em razão do nascimento das cidades – *pólis* – aliada à figura do tabu no totemismo descobrimos o atravessamento de impedimentos e obrigações que remontam uma organização social da tribo que, em última instância, confere limites e mesmo atua em direção à própria sobrevivência de seus membros.

Fazendo oposição ao direito natural, uma outra escola, o juspositivismo, constitui a teoria do direito positivo com o objetivo de superar a tradição metafísica, exigindo a objetividade científica própria do contexto vigente, de modo que a verdade equivaleria ao conhecimento dos fatos. A distinção elementar entre natural e positivo está inicialmente disposta na natureza da linguagem. Bobbio (1995) faz referência ao que é por natureza – *physis* e o que é estabelecido por convenção, ou posto pelos homens, – *thésis* analogia esta que pode ser transposta para o campo do direito, uma vez que a alusão feita ao direito natural e o direito positivo sempre encontrarão ressonância para a definição do direito.

No pensamento clássico, Aristóteles (384–322 a.C), o grande filósofo das virtudes morais, ocupou-se em delinear as distinções conceituais concernentes aos direitos natural e positivo, precisamente no capítulo VII, da “Ética a Nicômaco” encontramos essa diferenciação,

A justiça política é em parte natural e em parte legal. A parte natural é aquela que tem a mesma força em todos os lugares e não existe por pensarem os homens deste ou daquele modo. A legal é o que de início pode ser determinado indiferentemente, mas deixa de sê-lo depois que foi estabelecida (por exemplo, que o resgate de um prisioneiro seja de uma mina ou que deve ser sacrificado um bode e não duas ovelhas), e também todas as leis promulgadas para casos particulares (como a que mandava oferecer sacrifícios em honra de Brásidas), e as prescrições dos decretos. Algumas pessoas pensam que toda justiça é desta espécie, porque as coisas que existem por natureza são imutáveis e em toda parte têm a mesma força (como o fogo que arde aqui e na Pérsia), ao passo que essas pessoas

observam alterações nas coisas reconhecidas como justas. Isso, porém, não é verdadeiro de modo absoluto, mas apenas em certo sentido; para nós existe algo que é justo mesmo por natureza, embora seja mutável. De qualquer modo, existe uma justiça por natureza e outra por convenção. (Aristóteles, 350 a.C/2012, p. 108)

As duas justiças descritas por Aristóteles, em analogia ao direito natural e o direito positivo, atravessarão a filosofia da história do direito para além dos limites do pensamento clássico. Por vezes, uma ou outra dessas duas escolas ocupará espaço centralizado, conforme os determinantes histórico-filosóficos em curso, mas jamais anulando quaisquer das duas, embora tenha havido momentos marcadamente críticos com relação à postura de ambas as escolas.

No pensamento medieval, o filósofo e grande pensador Abelardo (1079-1142), atribuiu à criação do direito natural algo que transcende a figura do homem, isto é, o direito natural origina-se da natureza mesma ou do próprio Deus. Possui caráter e alcance universal, apresentando um conjunto de leis e preceitos que fazem-se conhecidos através da razão, conjunto este imutável no tempo e espaço, cuja bondade, isto é, a qualidade do que é bom, é valorizada. Ao contrário do direito positivo, que é posto pelos homens, uma instância que emerge deles, é criada por eles, em cujo conjunto de leis funda-se na vontade de um legislador, portanto, é promulgada visando sobretudo a utilidade e não à bondade, conforme prescreve o direito natural. Tais leis podem sofrer alterações no tempo e no espaço, configurando um alcance menor e mais particular, restritas, pois, à comunidade na qual foi instaurada (Goyard-Fabre, 1996).

O momento histórico marcado pelo fim da Idade Média e transição para uma nova conjuntura seguinte, denominada Era Moderna,¹⁴ foi sinônimo de amplas transformações em distintos campos – político, social, cultural, econômico – cujas alterações convergiram repercussões, inclusive para o

¹⁴ A esse respeito ver o capítulo dois – “A problemática moderna da subjetividade”, em minha dissertação de mestrado, na qual problematizo a Era Moderna em uma conjuntura histórica, política e social favorável ao nascimento da categoria de subjetividade. Penna, P. S. V. (2011). Da concepção de subjetividade à questão da alteridade: a Psicanálise e a teoria crítica da cultura. (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós – graduação em Psicologia). Recuperado em http://www.pucminas.br/documentos/dissertacao_priscila_souza.pdf.

campo do direito. O direito natural, doutrina prevalente no pensamento medieval viu-se, diante das transformações em curso, convocado a se reinventar. Assim, a filosofia do direito dos modernos questionou a concepção metafísica e especulativa do direito natural, sobretudo devido às mudanças políticas, sociais, culturais e também econômicas em curso no momento histórico subsequente à Idade Média, que prepararam o terreno e inauguraram a Era Moderna. O direito natural moderno viu-se diante de uma concepção antropológica mais prática do que especulativa, proveniente dessa conjuntura histórica de transformações, em várias instâncias da sociedade, que a nova Era inaugurou:

O fato novo que assinala a ruptura do mundo moderno diante das épocas precedentes é exatamente representado pelo comportamento diverso que o homem assumiu perante a natureza: o cientista moderno renuncia a se pôr diante da realidade com uma atitude moralista ou metafísica, abandona a concepção teleológica (finalista) da natureza (segundo a qual a natureza deve ser compreendida como pré-ordenada por Deus a um certo fim) e aceita a realidade assim como é, procurando compreendê-la com base numa concepção puramente experimental (que nos seus primórdios é uma concepção mecanicista). (Bobbio, 1995, p. 136)

Com a dissolução da sociedade medieval testemunhamos o fim de uma sociedade holista, organizada sob os auspícios de uma economia feudal, cuja religião centrada na existência divina de um Deus foi capaz de alicerçar a comunidade e junto dela responder aos seus mistérios. Politicamente caracterizada como uma sociedade pluralista, isto é, o ordenamento jurídico estava a cargo da sociedade civil; logo, o poder encontra-se diluído, pulverizado, descentralizado. O ordenamento jurídico que antes estava reservado à sociedade civil sofrer mudanças significativas de modo que com a formação dos Estados Modernos a sociedade passa de pluralista para monista, devido à concentração do poder na figura do soberano, o representante legal do Estado, cabendo a ele a criação do direito. A partir de então, com a concentração de poderes nas mãos do Estado, observamos a monopolização da produção jurídica, da normatividade e da coação, e o enaltecimento da figura do soberano, como destacamos na passagem seguinte:

Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: *Cedo e transfiro meu direito de governar-me*

a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa (...) Àquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos. (Hobbes, 1651/1983, p. 105-106)

Portanto, a entrada em uma situação histórica distinta, que anunciava mudanças, dentre elas a política, o estabelecimento dos Estados Modernos alterou radicalmente o modo de pensar também o direito. A passagem acima ratifica o lugar de excelência ocupado pelo soberano, depositário do poder pleno, exclusivo e ilimitado, em cuja autoridade encontra-se o substrato da lei, como esclarece Bobbio (1995). O direito positivo, sancionado e a cargo do Estado é considerado exclusivo e legítimo direito, único a ter, a partir deste momento, aplicação nos tribunais. Apesar dessa radical mudança e nova posição de destaque assumida pelo direito positivo, o pensamento jusnaturalista permanece ativo e os direitos naturais, que são anteriores à criação do Estado, são conservados. O direito natural apenas não atua como protagonista, mas encontra ressonância e referência, assistindo ao fortalecimento contínuo dessa conduta positivista e a mais recente promessa do direito a adentrar os confins da ordem jurídica.

Anterior à criação de leis havia relações de justiça possíveis, segundo o célebre texto de Montesquieu (1748/2005). A lei atuaria como espécie de solução de compromisso frente à desordem e a arbitrariedade, representando a qualidade de uma regra, os fundamentos da ordem, do hábito e do rito, em conformidade, ainda, com os princípios da vida civilizada:

Na verdade, as coisas eram ainda mais complexas pois se, por um lado, a lei representava um ideal de *civilização* e assumia o aspecto de uma regra ou de um princípio de ordem, por outro, mostrava-se a expressão prática de um hábito, até mesmo de um rito, ou seja, de *uma maneira de fazer* estabelecida pelo uso e pela repetição. Nessa ambivalência, desenha-se a dualidade do que é de ordem *normativa* e do que é de ordem *positiva*. A dualidade entre o *dever ser* e o *ser* apresenta-se desde o início como o conflito entre *valores* e *fatos* de que se nutrirá, durante séculos a filosofia do direito. A descoberta da lei é portanto inseparável dos maiores problemas que ela suscitou. (Goyard-Fabre, 2002, p. 19)

O nascimento e constituição das cidades, então, é acompanhado da promulgação de leis que visam, num primeiro instante fazer incorporar o ideal de civilização, portanto, de organização e respeito à ordem. Contudo, nessa atmosfera de novidades instaura-se um conflito entre valores e fatos, entre *ser* e *dever ser*, dualidade esta que estará atrelada à filosofia do direito nos séculos seguintes, quando diversas escolas, de distintas fontes, continuarão o exercício de definir o que consiste o direito, para além do que seja natural ou positivo. Immanuel Kant ocupou-se do tratamento desta delicada questão do *ser* e *dever ser*, sobre a qual discutiremos mais à diante.

Platão (428/348 a.C) em sua célebre obra, “República” (380 a.C/2001), lança o desafio de definir justiça. Num intrincado diálogo travado inicialmente entre dois personagens – Sócrates e Trasímaco – na tentativa de melhor definir o que seja justiça, se ela figura entre o vício e a ignorância, ou entre a virtude e a sabedoria, e, ainda, se a injustiça é mais vantajosa que a justiça, e qual a sua relação com a felicidade. Esclarece Goyard-Fabre, (1996)

A justiça, diz Sócrates, é uma virtude especificamente humana, mas não é o indivíduo que se deve procurá-la; ela só encontra expressão na cidade Boa, isto é, na cidade que atende às exigências da natureza (...) Diferentemente do que sustentavam os sofistas, a justiça não implica a igualdade aritmética, o nivelamento: ela é, como dirá Aristóteles, distributiva e não comutativa, isto é, longe de ser igualitária, ela é hierárquica e insere-se numa escala orgânica em que tudo é ligado. (p. 23)

A questão da justiça implica pensar o surgimento da cidade e Platão, por meio do personagem Sócrates, lança a seguinte questão: “Uma cidade surge porque nenhum de nós é autossuficiente, mas carente de muitas coisas. Ou vocês acham que seja outro princípio que funde a cidade?” (Platão, 380 a.C/2001, p. 38). Tratar do direito implica considerar as leis, afinal, somente pelo fato de nos organizarmos em sociedade fez um dia necessário a criação de leis, a fim de regulamentar a vida na comunidade e mesmo torná-la possível. Hobbes (1651/1983) fará importante distinção entre direito e lei.

O direito está para a liberdade, assim como a lei está para a obrigação, sendo que o direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir; já a lei implica a obrigação de uma dessas duas coisas, isto é, no direito há possibilidade de escolha, para a lei esta possibilidade não existe, restando apenas, a obrigação

de respondê-la. “A lei primeira e fundamental da natureza, isto é, *procurar a paz e segui-la*. A segunda lei encerra a suma do direito de natureza, isto é, *por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos*” (Hobbes, 1651/1983, p. 78). A terceira lei fundamental da natureza, estipula que “os homens cumpram os pactos que celebrarem” (Hobbes, 1651/1983, p. 86). A fonte de justiça vincula-se a essa lei; uma vez estabelecido um pacto sua ruptura é sinônimo de injustiça.

O problema da justiça em Aristóteles, ainda em “Ética a Nicômaco”, livro V, capítulo I, tem sua acepção intimamente vinculada à ideia da justiça como virtude, de modo que o homem justo é aquele que age de modo a respeitar e cumprir a lei, convocando ainda uma dimensão de alteridade intrínseca à proporção entre um homem e outro, uma vez que não é possível ser justo consigo mesmo; assim sendo, a justiça implica sempre um *alter* (Reale, 2002).

Em conformidade com essas leis da natureza Montesquieu, aludindo à obra de Aristóteles, ao percorrer sobre as leis gerais, em seguida às leis da natureza, e por conseguinte às leis positivas, faz a tessitura do seu espectro. Propõe, assim, uma reflexão na mesma direção de Hobbes, ao traçar que a paz seria a primeira lei natural, uma vez que, anterior às leis positivas e, portanto, à organização da vida em sociedade, “todos se sentem inferiores; no limite, cada um se sente igual aos outros. Não se procuraria, então, atacar, e a paz seria a primeira lei natural” (Montesquieu, 1748/2005, p. 14). Porém, após o estabelecimento de leis positivas, em decorrência da vida organizada em sociedade, haverá motivos para os homens se atacarem e se defenderem. O desejo de viver em sociedade corresponde à necessidade dos homens de unirem-se, pois sozinhos, como no estado de natureza, não são autossuficientes. Contudo, a vida em sociedade apresentará inúmeros desafios, a começar pelo estabelecimento das leis que a governa:

Mas falta muito para que o mundo inteligente seja tão bem governado quanto o mundo físico. Pois, embora aquele também possua leis que, por sua natureza, são invariáveis, ele não obedece a elas com a mesma constância com a qual o mundo físico obedece às suas. A razão disto é que os seres particulares inteligentes são limitados por sua natureza e, portanto, sujeitos ao erro; e, por outro lado, é de sua natureza que eles atuem por si mesmos. Eles não obedecem, portanto, constantemente às suas leis primitivas; e

aquelas mesmas leis que dão a si mesmos, não obedecem a elas sempre. (Montesquieu, 1748/2005, p. 12)

Nessa passagem Montesquieu aponta para um importante aspecto relativo ao cumprimento da lei, ao constatar que o mundo inteligente não é passível de previsão, como o mundo físico, e que portanto a obediência às leis no mundo inteligente falha, por estarem destinadas a seres limitados, logo, suscetíveis ao erro. Ainda nessa distinção do mundo dos animais e dos seres humanos, o que os separam são, respectivamente, sentimento e conhecimento e este filósofo chega a mencionar o mau uso das paixões pelo homem, o que o torna mais vulnerável em sua existência. Adiante analisaremos este aspecto precípua relativo ao cumprimento da lei, também introduzindo uma discussão no campo da psicanálise, quando da discussão do cumprimento das medidas socioeducativas. De certo modo, Montesquieu já assinalava os limites, alcances e possibilidades das leis, o que nos leva a pensar que não há garantias de seu cumprimento, já que estamos nos referindo a leis próprias do mundo inteligente, que tem seus atravessamentos, não sendo, portanto, afiançáveis. Ferraz Junior (2009) reiterou o limite da lei ao afirmar que “Em primeiro lugar porque as leis são prescrições gerais, que não se podem ater às peculiaridades concretas. Em segundo, porque as normas apenas representam uma garantia formal de que certas expectativas serão respeitadas” (p. 82).

3.2.2 A Idade Moderna e a racionalização do direito

No plano das transformações políticas, sociais, culturais e também econômicas que marcaram a transição da Idade Média para a Idade Moderna, assistimos à decadência do modo de produção feudal, engolido aos poucos por uma nova política econômica nascente na Europa – o capitalismo mercantil. Promissora, por sua vez, novos rumos que a economia assinalava, também com uma nova organização política do Estado, a partir da formação dos Estados Modernos. “Na busca dos fundamentos do direito, a referência à natureza das coisas é, com efeito, substituída pouco a pouco pela referência à natureza do homem” (Goyard-Fabre, 1996, p. 40). Assim, nessa transição do

mundo medieval para a Era Moderna vemos, a partir do século XIII, uma ruptura nas fundações metafísicas do pensamento clássico, anunciando a antropologização do direito.

Na aurora do pensamento moderno constataremos a emergência e o predomínio das instituições humanas, contrapondo-se à tradição e à lei divina. Na sociedade holista, modelo anteriormente prevalente, a individualidade não era valorizada. Nesse período, nesse modo peculiar de organização social, o homem é visto como não mais que um integrante da comunidade e a ela pertencente, pronto para servi-la, conforme os preceitos da horda, e alicerçada no berço da tradição (Renaut, 1948). A noção de indivíduo e sua valorização, como nos é familiar hoje, surgiu com o advento da modernidade e da valorização expressiva do homem, cuja filosofia renascentista ocupou de trazer para o centro das atenções a sua realização através do humanismo, do individualismo e do racionalismo:

O que, no século XVI, ainda era apenas uma tendência, se tornará um filosofema fecundo no correr dos séculos XVII e XVIII. A teoria jusnaturalista da tradição clássica será subvertida pela compreensão “moderna” do conceito de direito natural que, doravante instalada numa filosofia que descobriu o homem como tema, se construirá em torno de três noções-chave: o humanismo, o individualismo e o racionalismo. A articulação entre eles irá abalar as fundações tradicionais do direito: pelo fato de, para o pensamento moderno que desperta e conhecerá um desenvolvimento rápido, a *ratio juris* só pode encontrar-se no homem, a doutrina jurídica revolucionará a maneira de pensar a origem, a natureza, a forma, e os desafios da ordem jurídica. (Goyard-Fabre, 1996, p. 43-44)

A transição da Idade Média para a Era Moderna trouxe significativas mudanças, rupturas epistemológicas, e a valorização da razão centrada no homem é uma das manifestações e produto histórico, no qual temos a figura do homem reinventada: o homem passa a ser valorizado em sua capacidade realizadora, portanto, valorizado como ser pensante! Isso acarretará um corte transversal nas concepções da filosofia do direito e, conseqüentemente, interferirá nas produções relativas à ordem jurídica, e produzirá efeitos diretos no seu *modus operandi*.

Dentre os movimentos que anunciaram concepções que deram origem à Modernidade encontramos na filosofia de Descartes (1596-1650) a descoberta metafísica do homem, operando assim uma ruptura epistemológica e filosófica

ao inaugurar uma nova corrente de pensamento, cuja premissa repousa no encontro da verdade perante a dúvida. Constatamos, portanto, ressonância em um de seus mais célebres aforismos: *Penso, logo existo*. Isto é, Descartes coloca no centro da cena o homem, agora como ser pensante: “Sou uma coisa que pensa, ou seja, que duvida, que afirma, que nega, que conhece poucas coisas, que ignora muitas, que ama, que odeia, que quer, que não quer, que imagina também e que sente” (Descartes, 1641/2000, p. 57).

Ou seja, a filosofia de Descartes configura-se como espaço privilegiado para a inauguração de uma filosofia da consciência e fundador do pensamento racionalista. “Certamente, a constituição da modernidade foi altamente complexa e longa, mas, se é preciso estabelecer um marco, Descartes se presta bem a isto” (Figueiredo, 1998, p. 28). Assim, assistimos a conquista de autonomia pelo homem, não antes conhecida. A religião, através de Deus, é que até então encarregava-se de desvendar os mistérios e proclamar uma verdade em resposta.

O Renascimento cultural trouxe à tona os valores que representariam a libertação do homem:

No desenvolvimento do humanismo renascentista viu-se não só o homem tomar a frente do palco filosófico e político, mas, enquanto se forjava uma sensibilidade mental nova, construiu-se uma rede de relações destinadas a tornar o mundo físico e humano inteligível, ordenando-o em conformidade com as exigências da razão. No contexto teórico e puramente cognitivo em que se situa então a investigação sobre o homem, o problema da ordem jurídica insere-se mais numa filosofia do conhecimento que numa filosofia prática com finalidade ética. (Goyard-Fabre, 1996, p. 45)

Nessa conjuntura histórica intrincada no emaranhado de acontecimentos e transformações sociais que culminou na valorização extrema do homem, o nascimento dos Estados Modernos resultou na criação e materialização da política, concentrando o poder no soberano, momento em que o homem permitiu tornar seus direitos, antes ilimitados, passando agora a ser tutelados pela doutrina do Estado, representante do Governo, marcando essa transição histórica.

A Reforma Protestante, cujos sinais são notáveis ainda na baixa idade média, ganha contornos emergentes na primeira metade do século XVI, tendo

sido outro importante movimento conciliatório dos grandes ideais da modernidade. Dois de seus principais expoentes foram: Martinho Lutero (1483-1546), considerável artífice de uma revolução religiosa na Alemanha, cuja ressonância alcançou outros países da Europa, e João Calvino (1509-1564), outro influente líder dessa Reforma na França e na Suíça. A reforma do catolicismo é das teses fundamentais, dentre as quais está a crença no livre-arbítrio humano e na possibilidade inédita da livre interpretação da Bíblia. Logo, a contestação dos preceitos da Igreja Católica encontra ressonância nos ideais renascentistas, ancorados no espectro de ampla valorização da razão, liberdade e individualismo.

Todas essas transformações encontraram ressonância e mesmo constituíram pano de fundo para o que se passava no Direito. Nesse preciso momento, a natureza das coisas foi suplantada pela natureza do homem, protagonista nos séculos subsequentes à história da filosofia e do direito. A modernidade, portanto, constituiu terreno propício para a emergência e consequente recrudescimento da racionalização do direito:

A filosofia dos séculos XVII e XVIII, muito crítica para com as teorias clássicas nas quais via dogmas metafísicos nefastos, pretendia sobretudo mostrar que a desvalorização da tradição jurídica provinha do erro de seus fundamentos: o direito, pensava-se então de forma cada vez mais clara, não mergulha suas raízes no grande Todo da Natureza; tampouco pede nada à transcendência divina; ela é, como dizia Grotius, um “estabelecimento humano” que os poderes da razão tornam possível. Graças a esse deslocamento das “fontes” do direito, firmam-se correlativamente o humanismo e o racionalismo: já que a razão é a determinação essencial da natureza humana, ela é, em sua irredutibilidade, o princípio do *corpus* jurídico pelo qual os homens são chamados a governar suas cidades e a organizar suas condutas. (Goyard-Fabre, 1996, p. 71)

Se, após o século XIII assistimos a essas amplas e significativas mudanças que culminaram no apogeu, na modernidade de uma filosofia da razão, da valorização extrema e unívoca do humanismo, individualismo e racionalismo, no momento seguinte assistiremos aos efeitos da radicalidade de todas essas mudanças. Configurando, pois, um espaço propício em que essa doutrina seja vítima de intensas e ampliadas críticas que acabam por apontar o ponto cego da razão, questionando seu estatuto e primazia.

3.2.3 O positivismo jurídico e a dissolução do direito

A sistematização do direito parece alcançar destino primoroso irrefutável, cujo produto é uma doutrina constitucional capaz de conciliar todos os valores centrados na soberania da razão. A criação do Estado, isto é, do representante legal do governo, surge com a finalidade de regulamentar uma normativa que corresponda às exigências de regulação das relações sociais, com o fim de instaurar a ordem. Todo esse movimento em prol de uma acirrada valorização da razão culminará, no século XIX, no positivismo jurídico, que desponta fundamentado na exigência de objetividade científica, na qual a verdade é sinônimo do conhecimento dos fatos.

Esta corrente doutrinária entende o termo “direito positivo” de maneira bem específica, como direito posto pelo poder soberano do Estado, mediante normas gerais e abstratas, isto é, como “lei”. Logo, o positivismo jurídico nasce do impulso histórico para a legislação, se realiza quando a lei se torna a fonte exclusiva – ou, de qualquer modo, absolutamente prevalente – do direito, e seu resultado último é representado pela codificação. (Bobbio, 1995, p. 119)

Portanto, a lei constitui o denominador comum, e é nela que ancoram-se os novos Estados, como Alemanha, França e Inglaterra, que convergem no entendimento de que a legislação, a codificação, e a constituição são o instrumento de progresso político, por excelência. Para a doutrina do positivismo jurídico, o direito é sinônimo de conhecimento dos fatos, portanto, avalorativo, pois assim como as ciências físico-matemáticas, o fundamento é o conhecimento objetivo da realidade. Logo, o direito como fato, isto é, tal como ele é, e avalorativo, oposto à corrente jusnaturalista que está vinculada a uma doutrina do *dever ser*, ou seja, valorativa e ideológica.

A racionalização do direito tem expressiva ressonância no constitucionalismo. Hans Kelsen (1881-1973) ratifica a inexistência de um Estado forte se não foi fundamentado na normatividade; o poder do Estado é um poder organizado segundo as prerrogativas do direito positivo, logo, o Estado qualifica-se e se define no direito, “o direito estatal-legislativo se tornou o critério único e exclusivo para a valoração do comportamento social do

homem” (Bobbio, 1995, p. 226). Em consonância com essa perspectiva essencialmente cartesiana – a busca da verdade guiada pelos preceitos da razão – o direito conforme a doutrina juspositivista, na tentativa de circunscrever ainda mais seu objetivismo, fará da unidade, coerência e completitude seus valores principais.

O que faz com que a relação designada como poder estadual se distinga de outras relações de poder é a circunstância de ela ser juridicamente regulada, o que significa que os indivíduos que, como governo do Estado, exercem o poder, recebem competência de uma ordem jurídica para exercerem aquele poder através da criação e aplicação de normas jurídicas – que o poder do Estado tem caráter normativo. O chamado poder estadual é a vigência de uma ordem jurídica estadual efetiva. Dizer que o governo estadual, que exerce o poder do Estado, tem de ser independente, significa que ele não pode juridicamente ser vinculado por qualquer outra ordem jurídica estadual, que a ordem jurídica estadual só está subordinada à ordem jurídica internacional, se é que se subordina a qualquer outra ordem jurídica. (Kelsen, 2009, p. 320)

Podemos inferir, portanto, que a base da ordem jurídica, de acordo com Kelsen assenta-se na constituição, que por sua vez, é o ponto nodal de todas as regras determinadas. Coube a Kant uma interpretação, sobretudo, da legitimidade do direito Goyard-Fabre (1996), a constituição civil, fundamento da vida em sociedade; seria a realização do direito e da liberdade humanos. A mediação da lei, a coação e a obrigatoriedade sustentariam a existência terminante do direito, em sua essência racional. “A juridicidade do direito reside em seu princípio interno de possibilidade, isto é, nas leis da liberdade próprias da razão pura prática” (Goyard-Fabre, 1996, p. 338). A normatividade é o sustentáculo e também o instrumento indispensável à soberania do Estado, logo, não há como conceber um Estado soberano sem o fundamento constitucionalista seguido de seus elementos normativos.

O absolutismo ou incondicionalismo da obediência à lei significa para a ideologia positivista também uma outra coisa: significa que a obrigação de obedecer à lei não é apenas uma obrigação jurídica, mas também uma obrigação moral. O que se quer dizer é que o homem deve obedecer às leis não só por motivos externos, mas também por motivos internos, não só porque a isto é constrangido, mas porque está convencido de que tal obediência é uma coisa intrinsecamente boa: obediência não por constrição, mas por convicção. Podemos até dizer que tal dever é sentido não como uma obrigação heterônoma, mas como uma obrigação autônoma, porque a lei se transforma numa norma moral, por cuja observância respondo diante de mim, e minha consciência: portanto, há o dever de consciência de obedecer às leis. (Bobbio, 1995, p. 226).

Freud (1930/2010) no texto “O mal-estar na civilização”, ao debruçar sobre as questões relativas à agressividade e ao esforço cultural em contê-la, nos adverte que não somente a execução de uma má ação, mas apenas o propósito de imaginar realizá-la, já são suficientes para despertar o sentimento de culpa no sujeito. Isto é, de maneira analógica, podemos vislumbrar uma semelhança quanto à noção de autonomia da lei acima descrita, uma vez que não existe apenas a dimensão exterior quanto à validade e mesmo aplicabilidade de uma lei, mas, é necessário estar atento à ressonância dessa lei na consciência individual, ou seja, a obrigação autônoma é sinônimo aqui de realização de uma norma estritamente moral. O dever de consciência de obedecer às leis corresponde, psicanaliticamente, em Freud, no reconhecimento e legitimidade de uma instância psíquica designada Super-Eu.

A filosofia moderna ocupou-se do nascimento do indivíduo e sua premente valorização conforme os ideais racionalistas e antropocentristas. Igualmente ocupou-se do Direito, ciência atravessada por esses ideais, nutriu de todas as transformações históricas e sociais que compuseram uma nova conjuntura epistemológica que culminaria na emergência do juspositivismo. A ordem jurídica irá inaugurar, fundamentada e para além do individualismo moderno, o sujeito de direito que, diferentemente do indivíduo, é um cidadão que goza de direitos e deveres. “O sujeito de direito não é simplesmente o indivíduo: é determinado, em dada situação concreta, pela norma jurídica. Resulta, portanto, de uma qualificação objetiva que o submete a uma regra de direito e faz dele um sujeito de direito” (Goyard-Fabre, 1996, p. 88)

Para uma análise detida das questões relativas ao direito, o ponto nevrálgico e inédito no espectro da radicalidade de todas as mudanças descritas foi a criação dos Estados Modernos, cujo intuito de criar uma figura na qual estaria concentrado o poder – o soberano – e através das leis se edificaria uma ordem jurídica condizente com os preceitos em voga, fruto do projeto moderno. Caberia a este mesmo Estado caberia a função de resguardar os direitos individuais? Em meio a essa acentuada valorização do homem, e a conquista de autonomia, paradoxalmente essa conquista e valorização da razão e do individualismo estão submetidas a um sistema de normas, de ordens, de condutas, regras e formas de agir. Em consonância com

questões que mobilizam esse estudo poderíamos abrir um pequeno parêntese referenciando o ECA, o qual alimenta a noção constitucional de dever submeter à lei, à regra, por exemplo a ressocialização do adolescente autor de ato infracional. Diante desse pressuposto podemos questionar onde estaria o elemento subjetivo na concepção desta legislação. Haveria algo de agressivo e de violento na normatização?

Na transição do século XIX, um momento marcadamente de valorização do positivismo jurídico assistiremos a uma abertura e entrada para o século XX de críticas que surgem no interior do próprio direito e iluminadas por ideias de outros pensadores das ciências sociais, cuja premissa fundamental repousa em uma crítica veemente à antropologia racionalista. François Géný (1861-1959) destacado jurista francês imbuído de uma enérgica crítica ao formalismo jurídico foi o precursor de uma maneira renovada de pensar o direito e as questões que o envolvem, sobretudo aquelas vinculadas à normatividade.

A escola de direito livre visa pensar a questão da lei, espelhada na constituição como doutrina dominante, sob outro espectro: o da valorização da inscrição do humano nas questões relativas ao normativismo. Além de Géný, encontramos ressonâncias dessa crítica no pensamento de Léon Duguit (1859-1928), vinculado a uma vertente socializante do direito cujo atravessamento teórico de Augusto Comte e Émile Durkheim são expressivos, “há um fundamento puramente humano da regra jurídica” (Duguit, 1911/1927, p. 151), logo, para a teoria do direito social a lei social é anterior e incontestável verdade. E, de normativas, através desta vertente as leis passam a construtivas, Goyard-Fabre (1996).

A rejeição do constitucionalismo e seu formalismo lógico é premente nessa vertente. Maurice Hauriou (1856-1929) jurista e sociólogo francês, chamou a atenção para o fato de que o direito não se resume a leis, estas o constituem, são parte e não o todo do direito logo; a sociologização do direito aponta para o aspecto precípua de transcender a legislação. Nessa mesma linha de raciocínio temos em Georges Gurvitch (1894-1965) sociólogo e jurista russo, o empenho de tecer uma espécie de natureza social do direito, ao destacar o aspecto social que constitui e atravessa o jurídico no direito. Assim,

a convergência no pensamento desses especialistas consiste em apontar o que de social está impregnado no tecido das fundações do jurídico, não há como pensar o direito desprovido de sua raiz social.

É nesse contexto de críticas que ventilam não somente no interior do próprio direito, mas expandem-se às ciências sociais no início do novo século XX, cujo fundamento consiste na crítica do ideal racionalista que imperou de modo nobre e extasiante ao longo da modernidade, e seus ecos ressoaram com resplendor numa crise moderna que colocou em xeque a soberania da razão, e abriu caminhos para se questionar, inclusive, o estatuto do positivismo jurídico. Isto é, desde suas raízes jusnaturalistas, passando pelo direito natural revisitado, da transição da Idade Média para a Idade Moderna, até alcançar a doutrina do positivismo jurídico assistimos a um questionamento de cunho epistemológico.

Michel Foucault (1975/2012) ao tecer uma veemente crítica ao código penal e vicissitudes inerentes à sua aplicação, denuncia a existência de um poder violento que rege o direito. Para ele a lei, conforme ratificado no pressuposto dos ideais juspositivistas, estaria a serviço da repressão, do controle, cuja ordem essencial corresponde ao mando, à proibição, à coação, à disciplina e à sanção, tendo todas essas ações o suporte constitucional, depositário das aspirações do direito. “O sucessor do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 1975/2012, p. 164). Assim, a modernidade trouxe para o exercício do direito o uso de técnicas e aparatos a serviço do controle; em termos foucaultianos, de adestramento e docilização dos corpos. O vitalismo foi outra corrente que emergiu com o intuito de revisitar o direito, pois atesta que o código e a constituição são instrumentos que objetivam, tecnicizam e, sobretudo, normatizam, acabando por apagar qualquer manifestação, por menor que seja, de aparição da subjetividade.

Sociologismo, historicismo e vitalismo têm, portanto, em comum uma crítica contundente ao direito, às suas formas rígidas que ocultou por trás da extrema valorização da razão a possibilidade de valorização humana, da

subjetividade. Esses três movimentos de certo modo abalaram a aparente robustez do racionalismo. Ao tratar da lei o direito ofuscou e mesmo reafirmou a cada instante o apagamento do sujeito, portanto, da ética. Ou, em algum momento atestaríamos a existência do humanismo e, portanto, desse sujeito no direito? O humanismo como um dos grandes ideais da modernidade, estampado no Renascimento Cultural, foi o caminho privilegiado para a ulterior valorização da razão e, conseqüentemente, de negação da subjetividade:

Assim, a demolição dos “sistemas jurídicos” sob as invectivas do sociologismo, do historicismo e do vitalismo vai muito além de uma guerra dirigida contra o juridismo e destinada a pulverizar a arquitetura constitucionalista do direito moderno. Ele é um dos episódios de combate travado contra o pensamento moderno. (Goyard-Fabre, 1996, p. 198)

Podemos vislumbrar que a ordem jurídica ocupou-se desde o princípio de estabelecer uma normativa que sustentasse o homem na sua relação social, que assegurasse o controle e a ordem sociais; contudo, esse apagamento do sujeito teve conseqüências que culminaram em uma contundente crise e censura dos valores modernos. Assim, antes mesmo de articular uma crítica à própria estrutura do direito essa mesma crítica amplia-se demonstrando ser, dentre outros aspectos, uma crítica aos ideais modernos que sustentam toda a ideologia da ordem jurídica moderna. Arendt (1972) atesta uma crise da cultura que se configura no limiar do século XX, após a morte de Deus devido aos deslumbres do racionalismo temos a morte do homem pelo mesmo racionalismo exacerbado.

O século XX trouxe renovada expectativa quanto às questões insurgentes relativas à modernidade. Embora ainda imbuídos desse espírito racionalista cujo apogeu encontra-se na filosofia da consciência inaugurada por René Descartes, assistimos através da crítica seminal de alguns autores como Nietzsche, Foucault, Arendt, e Heidegger, a um movimento de retomada e resgate do ser, que esteve ao longo de extensivos séculos da história da filosofia moderna sob esquecimento e clausura.

Em outras palavras, Heidegger pretende inverter a inversão filosófica que, segundo ele, a partir de Descartes, anunciou o fim da ontologia: o primado do cogito sobre o real, portanto do sujeito sobre o objeto, de fato provocou em toda a modernidade a predicação lógica do ser; foi, em nome da razão, o fim da ontologia; o esquecimento do ser estava consumado. (Goyard-Fabre, 1996, p. 202)

Michel Villey (1914-1988), eminente filósofo francês e historiador do direito, propõe um resgate do direito romano, que segundo ele compreendeu exatamente a ideia de que o ser é por excelência o lugar do direito. De acordo com Villey, o individualismo representou grave moléstia dos tempos modernos, acompanhado do racionalismo, do humanismo voluntarista e do utilitarismo. Tais aspectos inspiraram junto da tecnocracia o apagamento do ser, do sujeito humano e qualquer possibilidade de consideração de suas vontades. Em harmonia com este pensamento que faz objeção ao utilitarismo que solapa o ser, encontramos em Paul Amselek a concepção do direito estreitamente vinculada ao homem, isto é, o direito é feito pelo homem, e o espírito humano o constitui. Logo, não há como desvencilhar-se da ideia precípua pós-moderna, de realizar o resgate do ser, portanto, sob outros contornos, o resgate da ética.

A filosofia de Hegel constitui justamente a proposição desse resgate do ser, através de uma ontologia que, incompatível com a filosofia da consciência e cogito cartesianos, visa uma ruptura radical da racionalização tecnicista que efetuou o esquecimento do ser e, conseqüentemente, atestou a inflação da subjetividade nos séculos que sucederam o cenário moderno. A exegese hegeliana tem como aporte precípua a retomada do pensamento do ser, fundamentada no movimento dialético; “A filosofia do direito de Hegel tende portanto a mostrar que, como no direito positivo nada é identidade absoluta ou diferença absoluta, tudo nele é relação” (Goyard-Fabre, 1996, p. 258).

Hegel (2007) propõe pensar o direito sob o prisma da relação, sua constituição essencial, puramente pautada em uma visão dialética da vida social, atestando a existência de um direito positivo, portanto, de um direito construído. Assim o movimento dialético hegeliano coloca no centro da análise do direito a relação. Não há como conceber o direito somente pelo seu viés lógico, abstrato e pautado nas intenções do jurislador; há que se considerar, portanto, a relação dialética e dinâmica presentes. Sendo assim, o resgate do pensamento do ser emerge atrelado ao resgate também da ética, encontrando, pois, ressonância na denúncia de um caráter violento imanente ao direito. Podemos constatar que a ética constitui a peça fundamental de partida e análise para uma exegese da violência. Hegel (2007) explica que a lei só

ganha sentido na totalidade ética, levando-o a Hegel afirmar o tratamento dialético do direito e sua constituição enquanto um todo indiviso.

Através da fenomenologia husserliana, embora não tenha feito a eleição do direito como objeto *princeps* de estudo, assistimos a um movimento de reinício da filosofia, além de outras correntes de pensamento, por uma terceira via que suplantasse o idealismo e o positivismo, cuja máxima está na valorização da ciência e da técnica. Para Husserl o exame consistia em buscar um desvelamento do sentido de um fenômeno (Goyard-Fabre, 1996). Desse modo, podemos inferir que as correntes de pensamento que surgiram ainda no calor das pressuposições e valores modernos, no limiar do século XX, apesar de diversificadas em seus objetos de estudo, demonstram ponto de convergência em suas análises que consiste na negação radical da supervalorização da razão e abertura de um novo olhar para revisitar, a partir da filosofia, as ciências como um todo:

Com esse apelo a regras intersubjetivas fundamentais, a teoria da ordem social e jurídica consuma uma dupla ruptura: por um lado, com os grandes dogmatismos metafísicos, o jusnaturalismo cosmoteológico da tradição ou o jusnaturalismo antropológico – racional da modernidade; por outro lado, com as ilusões positivistas da sociologia do direito. Com efeito a essência da normatividade já não reside no ordenamento racional da Natureza, nem na razão como marca da natureza humana, nem na postulação de uma ciência dedutiva e causal da realidade social. Pertence à consensualidade das máximas da ação intersubjetiva. (Goyard-Fabre, 1996, p. 307-308)

A atualidade do pensamento que imprimiria importante mudança de cultura nos cânones filosóficos combateu, portanto, o racionalismo tecnicista na tentativa de retomar o pensamento do ser, cuja expressão maior encontra-se na valorização da ação intersubjetiva. Kelsen (1934/2009) foi a expressão máxima do positivismo jurídico ao intentar realizar uma ciência objetiva do direito, portanto, uma teoria pura do direito. “É portanto necessário convencer-se desde o princípio: a problemática fundamental com que depara uma autêntica filosofia do direito significa, logo de início, que o universo jurídico é um universo complexo que um saber de tipo operatório não conseguirá deixar inteligível”. (Goyard-Fabre, 1996, p. 360).

Desse modo, assistimos a uma tentativa de operacionalização do direito, de maneira gradativa, a uma nova roupagem do jusnaturalismo na transição da Idade Média para a Idade Moderna, um jusnaturalismo de cunho antropológico e racional, que será ofuscado pela majestosa emergência e conquista de espaço na seara jurídica do juspositivismo. Contudo, essa soberania encontra-se ameaçada no limiar do século XX justamente pela limitada tentativa de operacionalizar a ordem jurídica, conforme constatado nas linhas anteriores. O próprio Kelsen vê-se modificado quanto às suas premissas iniciais relativas ao direito

Numa correspondência datada de 1927, Kelsen escreveu: “Um dos problemas mais difíceis da ciência jurídica – mesmo que ainda não tenha sido claramente exposto até agora por falta de um fundamento metodológico – consiste em determinar como o sentido incontestavelmente normativo, no qual a ordem jurídica se reporta ao comportamento humano por ela regido, pode ser ligado ao fato, igualmente incontestável, de que um acontecimento real, correspondendo até certo ponto a essa ordem jurídica constitui o pressuposto indispensável sem o qual não se pode falar de uma ordem jurídica válida. A solução desse problema, no Estado democrático do final do século XX, implica, portanto, uma escolha filosófica que situa a obra jurídica nos caminhos de um pensamento crítico reflexivo. Ela impõe que a elaboração do direito passa pela autorreflexão, cujo exercício permite ao homem tender para a liberdade, ou seja, para a realização de sua humanidade. Essa tarefa normativa é das mais difíceis e nunca estará terminada. Mas ela é o signo dos valores do humanismo”. (Goyard-Fabre, 1996, p. 309)

Desse modo, independentemente de uma análise que se dê pelo jusnaturalismo ou pelo juspositivismo, o que vislumbramos é que o direito sempre perseguiu em suas entranças o ideal de justiça. E essas duas doutrinas “identificam ambas as noções de validade e de justiça da lei; mas, enquanto o primeiro deduz a validade de uma lei da sua justiça, o segundo deduz a justiça de uma lei na sua validade” (Bobbio, 1995, p. 227). A noção de justiça imprimiu, ao longo da filosofia do direito, o corolário de sua constituição enquanto ciência humana que se ocupou da inserção do homem no universo social, portanto, no universo da cultura, da civilização e, sobremaneira, da vivência intersubjetiva e, portanto, ética.

3.2.4 A filosofia kantiana como fundamento do direito

Dado o percurso evolutivo da história do direito já traçado, não poderíamos deixar de mencionar, ainda que por breves parágrafos, a essência do pensamento de Kant que é considerado o homem do direito. Assim, objetiva-se com esta seção apresentar muito brevemente as contribuições desse eminente pensador às questões relativas ao direito, sobretudo no que diz respeito à questão da moral, uma vez que ele cuidou de elaborar uma doutrina do direito. A questão fundamental ao referenciar Kant diz respeito à sua problematização da vida ética, caracterizando a essência da sua contribuição através da filosofia:

A distinção entre *ser* e *dever ser* é antiga na Filosofia, mas começa ter importância mais acentuada a partir da *Crítica da Razão Pura*, de Kant. É nesta obra capital que se estabelece, de maneira clara e com todo o peso de seu significado, a distinção entre *ser* e *dever ser*, entre *Sein* e *Sollen*. (Reale, 2002, p. 184)

O elemento coercitivo constitui o aspecto privilegiado no campo das acepções kantianas. A doutrina da coercitividade defende a edificação do Direito por meio da coação, segundo Reale (2002) "A teoria do Direito como coação, no clima positivista que prevaleceu em certo momento do século XIX, passou a ser dominante" (p. 630). O conceito de imperativo é a expressão clarividente da moral em Kant. Para ele o ser racional é o único capaz de possuir vontade, e é neste ponto que a filosofia kantiana repousa suas ideias basilares. Na "Fundamentação da metafísica dos costumes", Kant (1787/2010) nos aponta:

Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objectivamente necessárias, são também subjectivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom. (p. 47)

E é sobre este ponto que nos interessa recorrer à filosofia kantiana, pois a filosofia da moral produzirá efeitos diretos na formulação do direito. A noção de imperativo categórico enquanto um imperativo moral constitui, para Kant, o

fundamento do cumprimento do dever, a consciência do dever incide sobre os homens, e à lei está inextrincavelmente vinculada à noção de vontade. Uma ação possui valor moral se praticada sem inclinação, isto é, o que define seu valor moral é simplesmente ter sido praticada pelo dever.

Ora, todos os imperativos ordenam ou hipotética - ou categoricamente. Os hipotéticos representam a necessidade prática de uma ação possível como meio de alcançar qualquer outra coisa que se quer (ou que é possível que se queira). O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade. (Kant, 1787/2010, p. 50)

Se o dever referencia as ações do homem, de acordo com Kant aquele é expresso através do imperativo categórico: "O imperativo categórico é portanto só um único, que é este: age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal" (p. 59). O que se exprime deste imperativo da moralidade é seu aspecto de dever enquanto correspondente ao agir mediante uma lei universal. O imperativo assume, portanto, segundo Kant, o caráter de uma lei prática diante da qual o homem não pode se esquivar. Segundo Reale (2002),

Ora, se há imperativos categóricos, aos quais não podemos nos subtrair, impõe-se o reconhecimento de que somos livres para ser-nos possível o cumprimento do dever. Por outras palavras, se devemos agir em determinado sentido, se não podemos deixar de agir consoante a lei universal da conduta ("*age segundo uma norma que possa ter ao mesmo tempo o valor de uma lei universal*") é sinal de que somos livres; a prática do dever exige a ideia de liberdade. A Moral antiga dizia: o homem é livre e, por isto, é responsável e, sendo responsável, deve agir no sentido do bem. Kant inverte esse raciocínio: o homem é livre, porque deve, isto é, para poder dever. Diz ele que o que se impõe de maneira imediata não é outra coisa senão a consciência do dever. O dever impõe-se a nosso espírito com o mesmo esplendor com que contemplamos nos céus as estrelas. "Há duas coisas que me deslumbram", dizia Kant "as estrelas, no mundo exterior, e o imperativo do dever, a "boa vontade", no plano da consciência. (p. 628)

A filosofia prática kantiana cuidou do tratamento das questões relativas à normatividade prática e do caráter ético das condutas humanas. O direito encontra efetividade sob o princípio da coação, esta constitui o núcleo do pensamento de Kant ao constituir uma ciência jurídica e arquitetá-la sobre os princípios éticos que subsidiam a conduta humana. O direito funda-se sob uma constituição e realiza-se pela mediação da lei e da coação, segundo Goyard-Fabre (1996)

Kant respondeu não apenas à problemática da *possibilidade* do direito, mas também à problemática de sua *legitimidade*. Dizendo, como faz na *Crítica da razão pura*, que só há direito e liberdade sob uma Constituição Civil, declarando como faz em *Teoria e prática*, que só há direito peremptório pela mediação da lei civil e da coação vinculada à sua obrigatoriedade, Kant dava a entender que a fonte do valor e da efetividade do direito era racional e pura. Sabemos, graças às análises da *Doutrina do direito*, que, pela coação legal e por causa de sua função transcendental, *a priori*, o direito adquire sua efetividade jurídica. (p. 331)

3.3 Ainda sobre o Direito

"O médico deixa para o jurista a tarefa de construir,
para fins sociais, uma responsabilidade artificialmente
limitada ao Eu metapsicológico"

(Freud)

3.3.1 Benjamin e a crítica da violência

Benjamin (1921/1986), em *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*, ocupou-se de tecer uma crítica da violência, no texto intitulado "Crítica da violência – crítica do poder", adotando como vetor de análise o Direito, no qual a ética subjaz à essência dessa análise, ao mencionar que a violência é produto de causas quaisquer que interferem em relações éticas. O referido texto foi escrito no entorno de uma conjuntura política, social e cultural marcada pelo entre-guerras, momento histórico no qual a violência mobilizou o pensamento e ocupou a cena principal das discussões político-filosóficas, expressas nesse texto, particularmente pela referência a uma destruição radical do extermínio, da aniquilação total, sobretudo de uma aniquilação do direito, portanto, da justiça (Derrida, 2010).

O ponto de partida para essa crítica é a questão da natureza dos meios e dos fins da violência, isto é, Benjamin interroga se a violência constituiria um meio para fins justos ou injustos e, ainda, se a violência como meio para fins justos seria moral, enquanto princípio. Para o direito natural a utilização de

meios violentos com a finalidade de fins justos não configura um problema, contanto que não haja abuso de violência para alcance de fins injustos. Assim, o direito natural considera o poder algo proveniente da natureza, aspecto esse, portanto, que se difere diametralmente das acepções do direito positivo, que considera o poder como algo que foi criado na história, de autoria dos homens, e valoriza a crítica dos meios, conforme a passagem seguinte:

Se o direito natural pode avaliar qualquer direito existente apenas pela crítica de seus fins, o direito positivo pode avaliar qualquer direito que surja apenas pela crítica de seus meios. Se a justiça é o critério dos fins, a legitimidade é o critério dos meios. No entanto, não obstante essa contradição, ambas as escolas estão de acordo num dogma básico comum: fins justos podem ser obtidos por meios justos, meios justos podem ser empregados para fins justos. O direito natural visa, pela justiça dos fins, “legitimar” os meios, o direito positivo visa “garantir” a justiça dos fins pela legitimidade dos meios. (Benjamin, 1921/1986, p. 161)

Vemos a complexidade presente no âmago da filosofia do direito, e Benjamin (1921/1986) sugere transcender as disposições inerentes tanto ao direito natural quanto ao direito positivo. A referência a meios e fins constitui relação substancial de toda ordem jurídica na análise que busca empreender acerca da violência inerente ao direito. Nesta análise, será dada atenção especial à esfera dos meios, no que diz respeito à sua legitimidade, e excluirá a esfera dos fins, bem como o alcance de um critério de justiça. Benjamin aponta a existência de duas violências inerentes ao direito. De um lado há a violência fundadora ou instituinte do direito (*die rechtsetzende Gewalt*) e, de outro, há a violência mantenedora, também conhecida como conservadora, à qual é atribuída a tarefa de assegurar a aplicabilidade, permanência e manutenção do direito (*die rechtserhaltende Gewalt*). Como escreve Derrida (2010),

Pois, para além do propósito explícito de Benjamin, proporei a interpretação segundo a qual a própria violência da fundação ou da *instauração do direito (Rechtsetzende Gewalt)* deve envolver a violência da *conservação do direito (Rechtserhaltende Gewalt)* e não pode romper com ela. É próprio da estrutura da violência fundadora solicitar sua própria repetição e fundar o que deve ser conservado, conservável, destinado à herança e à tradição, à partilha. (p. 89)

Para Benjamin, ao direito importa monopolizar o poder para fins de garantia de sua existência, uma vez que o poder nas mãos dos indivíduos constitui uma ameaça e perigo à ordem judiciária. Portanto, não estaria o interesse do direito pela regulação da vida social vinculado à ideia de controle

social? Uma tentativa de excluir as violências individuais, mantendo a ordem e o poder sob sua jurisdição, através do monopólio da violência sem, contudo, prezar pelos fins justos e legais, mas sim protegendo o próprio direito, a partir do exercício de violência enquanto autoridade:

Todos os fins naturais das pessoas individuais entram em colisão com fins jurídicos, quando perseguidos com maior ou menor violência [...] o direito considera o poder na mão do indivíduo um perigo de subversão da ordem judiciária [...] Poder-se-ia dizer que um sistema de fins jurídicos é insustentável quando, em algum lugar, fins naturais ainda podem ser perseguidos pelo meio da violência [...] o interesse do direito em monopolizar o poder diante do indivíduo não se explica pela intenção de garantir os fins jurídicos, mas de garantir o próprio direito. Possibilidade de que o poder, quando não está nas mãos do respectivo direito, o ameaça, não pelos fins que possa almejar, mas pela sua própria existência fora da alçada do direito. (Benjamin, 1921/1986, p. 162)

Nesse sentido, quais dispositivos estariam a serviço dessa tarefa? Benjamin menciona o militarismo como instituição a serviço do Estado e responsável pela instituição e manutenção do direito: “O militarismo é a compulsão para o uso generalizado da violência como um meio para os fins do Estado” (p. 164). Trata-se do uso da violência como meio para fins jurídicos, ato esse fundamentado na obrigatoriedade do serviço militar. Se no primeiro instante a função da violência é a instauração do direito, sua segunda função consiste em conservá-lo, aqui, através do serviço militar obrigatório. Assim, podemos vislumbrar, segundo Benjamin, “uma duplicidade na função da violência”, isto é, o uso da violência como meio, através da obrigatoriedade do serviço militar e, como fim, com o objetivo de salvaguardar o Estado, ou melhor, salvaguardar o próprio direito, que é pura aplicação do poder.

A pena de morte, o direito de greve, o serviço militar e a polícia, são alguns dos pontos discutidos por Benjamin a fim de demonstrar que o que está em jogo é uma relação sempre vinculada ao uso do poder e ao uso, portanto, da violência que caracteriza e sustenta o direito. A pena de morte atua como mecanismo similar, pois a interrogação de seu uso não vai em direção ao seu caráter punitivo e às leis, mas contesta o direito em seu âmago, ao referir o poder de reger sobre a vida e a morte. O direito de greve concedido pelo Estado também atua em direção semelhante: “o operariado organizado é, pelo visto, o único sujeito jurídico – além do Estado – a quem cabe um direito ao

poder” (Benjamin, 1921/1986, p. 163). Direito não de exercício do poder, mas de uso da violência a fim de alcançar determinados objetivos: “A greve, no entanto, mostra que a violência é capaz disso, que ela tem condições de instituir relações jurídicas e de modificá-las, por mais que o sentimento de justiça possa se achar ofendido com isso” (p. 164).

Assim, o direito de greve dá acesso ao operariado para o estabelecimento de uma relação jurídica que o qualifica sujeito jurídico, situação que indica a possibilidade de mudanças. Entretanto, o motivador para acatar a greve seria impedir a emergência de uma relação violenta por parte do operariado, e podemos observar que ainda acatando a greve o Estado reage de modo violento, por mais que reconheça o poder concedido. Há, desse modo, uma observada violência do Estado contra a greve, e, em contrapartida, uma violência do operariado contra o Estado. Na mesma direção temos ainda a lógica de funcionamento do serviço militar e da polícia, que são poderes para fins jurídicos.

Embora se diferenciem quanto à sua natureza, o que os pontos abordados por Benjamin têm em comum são o uso da violência como mantenedor de uma ordem, violência essa que está na fundação e seu uso é vital para a conservação do direito. A problemática do direito não se exime, portanto, das questões relativas ao poder e, ainda que esse poder possa circular em outras instâncias como o direito de greve, é de capital importância a presença da violência, pois do contrário assistiríamos à sua decadência:

Todo poder enquanto meio é ou instituinte ou mantenedor de direito. Não reivindicando nenhum desses dois atributos, renuncia a qualquer validade. Portanto, qualquer poder enquanto meio, mesmo no caso mais favorável, tem a ver com a problemática geral do direito. E mesmo que, nesta altura da investigação, não se possa enxergar com certeza o alcance dessa problemática, o direito – depois do que foi dito – aparece sob uma luz ética tão ambígua, que se impõe a pergunta se, para a regulamentação de interesses humanos conflitantes não existem outros meios, não violentos. (Benjamin, 1921/1986, p. 167)

Certo do papel exercido pela violência tanto no que diz respeito à fundação quanto à conservação do direito, Benjamin lança-se à proposição de pensar se não haveria outros meios não violentos para lidar com interesses conflitantes, isto é, se existiria uma solução não violenta:

Será que a solução não-violenta de conflitos é em princípio possível? Sem dúvida. As relações entre pessoas particulares fornecem muitos exemplos. Um acordo não violento encontra-se em toda parte, onde a cultura do coração deu aos homens meios puros para se entenderem. Aos meios legítimos e ilegítimos de toda espécie – que são, todos, expressão da violência – podem ser confrontados como meios puros os não violentos. A atenção do coração, a simpatia, o amor pela paz, a confiança e outras qualidades a mais são seu pressuposto subjetivo. Sua manifestação objetiva é determinada pela lei (cujo enorme alcance não pode ser discutido aqui) de que meios puros não sirvam jamais a soluções imediatas, mas sempre a soluções mediatas. (p. 168)

Tecendo uma reflexão convergente a Benjamin, encontramos em Ferraz Junior (2009) a ideia de uma violência que, antes mesmo de comparecer na ordem do direito, presentifica-se como constituinte do comportamento humano. Para ele a violência aparece no direito sob duas faces: por um lado, corresponde a um instrumento de execução e, por outro, como manifestação simbólica da ordem, como ele mesmo esclarece. E, à violência inerente ao direito está atrelado um elemento ambíguo que diz tanto de um fator que favorece a ordem social quanto o contrário, um fator de extermínio dessa mesma ordem social; logo, a violência habita dois extremos. Um outro aspecto muito delicado e decorrente desse corresponde à distinção entre a violência razoável e jurídica da não razoável e antijurídica, o que aponta a existência da violência como elemento intrínseco ao direito. A violência, portanto, estará presente em maior ou menor grau, ela é constituinte, é uma espécie de energia que circula nas relações de poder travadas na sociedade e, a depender para quais propósitos atua assumirá ora sua face razoável, jurídica e, portanto, aceitável dentro de certos limites, ora assumirá a face daquele tipo de violência não razoável, antijurídica e, portanto, não admissível e que extrapola os limites estabelecidos dentro de uma determinada ordem. Continua esse autor:

A violência não entra no direito pela porta da lei, nem da instituição nem dos valores. Ela pressupõe os três fatores numa só correlação. O ato legal que viola a instituição por medida violenta, ou o ato violento amparado nas instituições criminosas que desrespeitam os valores socialmente aceitos são, todos eles, antijurídicos. Como são, também, os atos de força que se amparam em valores sem respaldo legal. Todos correm o risco de entrar na escalada da violência, à medida que seja baixa sua cota de legitimidade legal, institucional e valorativa. (Ferraz Junior, 2009, p. 83)

Desse modo, a violência constituiria combustível essencial para a subsistência do direito. Assim, podemos retomar uma das questões que abre

esta seção e lançá-la novamente: a regulação social almejada pelo direito refere-se ao alcance de fins jurídicos ou da preservação de fins naturais? Trazendo esta reflexão diretamente a um dos objetos desta pesquisa, o ECA, ao prever e instituir as medidas socioeducativas o faz com qual objetivo? O propósito de que um jovem realize o cumprimento de uma medida socioeducativa corresponderia às suas necessidades ou às expectativas de controle social e, portanto, de manutenção da ordem jurídica?

A análise benjaminiana permite-nos inferir que violência e poder estão intimamente vinculados e travados em uma relação de causa e efeito, isto é, à institucionalização do direito assistimos a manifestação da violência. Assim, a violência é o sustentáculo do poder instituído pelo direito. A crítica de Benjamin desferida ao direito desconstrói uma imagem ingênua passível de ser concebida no tocante à função primordial atribuída ao direito, isto é, devemos avaliar com muito cuidado e sensibilidade a tarefa de regulação da ordem social atribuída a esta ciência jurídica, pois esta não se realiza desprovida de efeitos. E, como foi possível vislumbrar, os efeitos são amplamente acompanhados de uma violência velada e legitimamente justificada:

O pensamento que identifica poder e violência é o mesmo que defende a opinião de que a violência é o fato fundamental da cultura. Em linhas gerais, este pensamento assenta-se numa afirmação que se apresenta como violência empírica. Toda cultura é formada por instituições compostas de normas ou regras: ora, o que dita as regras e garante seu funcionamento é o poder; como todo poder repousa, em última instância, na violência, é a violência que funda e determina a vigência de qualquer ordem sócio-cultural. (Costa, 1986, p. 48)

3.3.2 Arendt e o estatuto da violência

Escrito entre os anos de 1968 e 1969, em um período posterior ao desfecho de duas grandes guerras mundiais, cenário em que a ética ocupa o pano de fundo no qual o medo da emergência de novas situações de conflito e mesmo de guerras é eminente, Hannah Arendt em “Sobre a violência” (1969-

1970/1994) propõe pensar a violência operando sua distinção fundamental da noção de poder, do vigor, da força e da autoridade, que, para ela, não são sinônimos. Ambos – violência e poder – assumem uma oposição radical, uma vez que o poder é próprio de cada comunidade política, aspecto diretamente ligado à capacidade humana para atuar em conjunto. Na ausência do poder, isto é, na dissolução do poder que implica a fragmentação da comunidade, pois o poder emana do povo, temos instalada uma situação de violência. Para Arendt (1969-1970/1994), à violência cabe a destruição do poder e não sua criação. A falha do poder, resultante da incapacidade de agir em conjunto, possibilita a emergência da violência. “A forma extrema de poder é o Todos contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos” (p. 35).

A violência distingue-se do poder, do vigor, da força e da autoridade devido ao seu caráter instrumental, isto é, a violência dispõe de instrumentos para o alcance de um fim predeterminado, ela pode destruir o poder, mas jamais assumirá a função de (re) criá-lo. Diferentemente do poder que não dispõe de instrumentos, que não pode ser possuído, e que devido ao seu caráter de fragilidade pode vir a se esgotar, por isso Arendt se referenciar mais a um “potencial de poder”. As instituições políticas são a materialização do poder, e o sustento delas está diretamente ligado ao poder advindo do povo:

Mais uma vez, não sabemos aonde estes desenvolvimentos podem nos conduzir, mas sabemos, ou deveríamos saber, que cada diminuição no poder é um convite à violência – quando menos já simplesmente porque aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos, sejam eles os governantes ou os governados, têm sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência. (Arendt, 1969-1970/1994, p. 63)

A perda do poder implica violência. Esta é a máxima do pensamento político dessa autora ao refletir sobre a violência. O poder não tem a violência como fonte, assim, poderíamos equacionar quanto mais poder menor a violência, e o contrário resulta verdadeiro. Assim temos que a distinção entre violência e poder implica uma relação dialética na qual poder ocupa lugar primordial e predominante, pois é justamente quando o poder não mais é sustentado que advém no segundo plano a violência.

Essa crítica arendtiana da apologia da violência remonta ao surgimento das comunidades, assim como Platão justificou o nascimento das comunidades devido ao fato de o homem não ser autossuficiente. Segundo ela, Hobbes foi o único filósofo político que se ocupou do tema da morte, tratando da existência de um medo à morte violenta, o que segundo ele justificaria a união dos homens em comunidade. “Mas não é a igualdade diante da morte que é decisiva para Hobbes; é a igualdade do medo, resultante da igual capacidade de todos para matar, que persuade os homens no estado de natureza a unirem-se em uma comunidade política” (p. 51).

A noção de violência está intimamente referenciada às ações humanas e às relações tanto de natureza intersubjetiva quanto às que se estabelecem nas relações sociais mais amplas. Ao conceituar violência Aristóteles menciona a existência de movimentos naturais e movimentos violentos. No primeiro, os objetos tendem a ocupar um lugar e destino naturais, e o outro de tipo violento tende a afastá-lo desse objetivo. Em Mora (1941/2001), citado por Abbagnano (2015), encontramos o seguinte conceito de violência:

1. Ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Nesse sentido, Aristóteles distinguia o movimento *segundo a natureza* e o movimento *por V.*: o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural; o segundo afasta-os (*De cael.*, 1, 8, 276, a 22) (v. Física) 2. Ação contrária à ordem moral, jurídica ou política. Nesse sentido, fala-se em “cometer” ou “sofrer V.”. Algumas vezes esse tipo de V. foi exaltado por motivos políticos. Assim, Sorel fez a distinção entre a V. que se destina a criar uma sociedade nova e a *força*, que é própria da sociedade e do estado burguês. “O socialismo deve à V. os altos valores morais com que oferece salvação ao mundo moderno” (*Réflexions sur la violence*, 1966, trad. it., p.133). (Abbagnano, 2015, p. 1002-1003)

O surgimento das comunidades e, sobremaneira, a emergência do Estado, ratificam a violência pelos que detêm o poder, inclusive agindo com o intuito de legitimar tal violência consoante o exercício do poder, o que nos permite inferir que a violência repousa no âmago do Estado e é, portanto, intrínseco às ações deste (Mora, 1941/2001). A violência é considerada um meio e não um fim, e pode ser justificável e até mesmo inevitável se estiver atrelada à manutenção de uma ordem legítima.

Em que se diferenciam “violência” e “poder”? No começo, na implantação de todo Regime, o poder é pura e simplesmente visto da situação anterior – violência. Mas o regime, uma vez estabelecido, se

autolegitima. Com isso a violência nua, primária, elementar deixa de ser exercida, pois o poder legitimado se considera purificado de violência” (Jose Luis Aranguren, “Sobre la evitabilidad o inevitabilidad de la violencia”, *El futuro de la Universidad y otras polémicas*, 1973, p. 144). Isso não quer dizer, continua mostrando Aranguren, que a violência desapareceu de todo: o que ocorre é que ela ficou “atrás”, “esquecida”, de modo que a autolegitimada violência de cada dia aparece, pura e simplesmente, como *enforcement* da Lei, como *defesa* da ordem pública” (*op.cit*, p.145). (Mora, 1941/2001, p. 423)

Vinculado à concepção de violência encontramos sua finalidade no que consiste à defesa da ordem pública, isto é, ao Estado, através do exercício do poder pela violência razoável e jurídica (Ferraz Junior, 2009). O limite é bastante tênue entre a violência razoável e jurídica e a não razoável e antijurídica. Vislumbramos o ato de violência como um meio legítimo para a manutenção e defesa da ordem, e assim, o uso da violência como meio para conservação da ordem, portanto, do direito.

4. A experiência no CREAS

"Alguns anos vivi em Itabira,
principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro
Noventa por cento de ferro nas calçadas,
Oitenta por cento de ferro nas almas"

(Carlos Drummond de Andrade, 1967)

4.1 Preâmbulos

Como já dito na apresentação, os primórdios desta proposta de pesquisa assentaram-se no interesse em investigar a realidade da violência infanto-juvenil no município de Itabira, a partir de uma curta, porém intensa experiência como técnica do Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no CREAS. Proposta esta que lapidou-se e encontrou na ideia de responsabilidade o grande eixo de discussão e problematização desta tese. Contudo, ainda que a noção de responsabilidade protagonize este estudo, o tema da violência intersubjetiva subjaz nossas investigações, e justifica a sua inserção no campo de atuação no CREAS Itabira.

Itabira é uma cidade de porte médio, situada no interior do Estado de Minas Gerais, região Sudeste do país, localizada a 110 km de distância da capital do Estado, Belo Horizonte. Com uma população estimada em 118.481 habitantes para o ano de 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵, nos últimos anos Itabira apresentou crescimento progressivo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cujo dado corresponde a 0,756 para o ano de 2010. Data de fins do século XVII a descoberta do que mais tarde viria a ter o nome de Itabira, marcada por suas riquezas minerais, que levaram à exploração das minas de ouro, inicialmente e, depois, à exploração das reservas do minério de ferro:

Itabira é uma cidade típica mineira; mineira de Minas Gerais e das minas de ouro, minério de ferro e pedras preciosas. Nascida no século XVIII com a exploração do ouro, Itabira consolida-se como uma cidade monoindustrial a partir da instalação da Companhia Vale do Rio Doce, em

¹⁵ IBGE, Diretoria de pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Recuperado em maio 2015, de < www.ibge.gov.br >

1942, quando essa empresa passa a predominar na economia e a influenciar os demais aspectos da vida local. (Silva, 2004, p. 22)

Com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale S.A, assistiu-se ao grande incentivo para o desenvolvimento social, econômico e estrutural da cidade. Além de marcadamente conhecida no cenário nacional por suas grandes riquezas minerais e reservas ferríferas, Itabira é a terra natal de um dos mais célebres poetas brasileiros, Carlos Drummond de Andrade. A indústria extrativa mineral, considerada a maior do país, representa ainda o grande vetor da economia local, mas ainda que durante muitas décadas a economia da cidade tenha girado em torno da exploração do minério de ferro, assistimos ao crescimento de outras frentes de desenvolvimento econômico, por exemplo a expansão do ensino superior. Recentemente houve a instalação do campus da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) possibilitando a abertura de uma nova esfera de investimento e retorno para o município: o crescimento e desenvolvimento do ensino superior, podendo despontar no cenário nacional como referência no plano educacional.

No início do século XXI, observa-se uma configuração do município, aliás uma tendência nacional, que é a ocupação do espaço predominantemente urbano. De sua população total em 1991, residiam na cidade 75%; em 2013 esse percentual saltou para 84% Unicef (2015). Os números expressam o aumento da população residindo nos centros urbanos, mudança que implica pensar nos impactos advindos dessa ocupação, tais como: aspectos diretamente vinculados à infraestrutura como saneamento básico, educação, saúde, lazer, cultura e o acesso a bens e serviços, condições de trabalho, enfim, todos estes itens culminam no quesito qualidade de vida. É fato que as condições de vida não são homogêneas para os públicos que habitam os centros urbanos. O êxodo rural é motivado pela busca de condições e qualidade de vida melhores, já que no campo tais condições resumem-se à precariedade, dado o modelo econômico capitalista, responsável pela industrialização e migração populacional concentrando-se na área urbana.

Dados recentes divulgados pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, em maio de 2016, através do *Relatório da Distribuição*

Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014 revelaram uma evolução positiva do índice Gini do Brasil nos últimos dez anos. No ano de 2004 o país registrava o índice de 0,545 e obteve redução gradativa até alcançar, em 2014, o índice de 0,490. Contudo, apesar de expressivos avanços o Brasil ainda apresenta um nível de desigualdade notório (Brasil 2016b).

A principal conclusão é que a concentração de renda e riqueza entre os mais ricos é substancial, sobretudo no último milésimo de renda. Em média, o 1% mais rico acumula 14% da renda declarada no IRPF e 15% de toda a riqueza. A elevada desigualdade no topo da distribuição de renda tende a limitar a igualdade de oportunidades na sociedade e pode ser um inibidor do crescimento econômico. (p. 18)

Quando comparado a outros países em situação de desenvolvimento similar à do Brasil, este destaca-se apresentando os maiores índices de desigualdade social do mundo. Resultante de condições assimétricas de acesso aos bens e serviços, bem como infraestrutura básica, assistimos a uma grande parcela da população que se instala em locais insalubres no entorno da cidade, formando aglomerados habitados por aqueles que estão excluídos, situação que impacta diretamente a gestão e o planejamento de recursos para o desenvolvimento do município. Os adolescentes que constituem o público desta pesquisa situam-se majoritariamente nessa esfera marcada pela exclusão no espaço urbano, configurando uma situação de vulnerabilidade social, culminando muitas vezes, no envolvimento precoce dos jovens com a criminalidade, embora isto não se observe na integralidade das situações.

O alto índice de mortalidade da população predominantemente jovem (Vaz, 2010; Unicef, 2015; Waiselfisz, 2016) não somente no município de Itabira, reflete as estatísticas nacionais e representa um dos efeitos diretos da desigualdade social do país e consequente entrada de crianças e jovens na criminalidade. Além dos altos índices de mortalidade para a população jovem, um dado que chama a atenção e coloca o município em destaque nas estatísticas de âmbito nacional é que “As taxas de suicídio em Itabira, município com cerca de 100.000 habitantes, são mais elevadas do que as da população brasileira” (Souza, 2007, p. 1333).

Ao acessar o relatório de Vaz (2010), produto de uma pesquisa desenvolvida em Itabira pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI), intitulada “Diagnóstico da realidade social da criança e do adolescente de Itabira/MG”, podemos vislumbrar o panorama da criança e do adolescente neste município em período recente. Índices expressivos apontados por números do envolvimento cada vez mais precoce de crianças e adolescentes comprometidos na criminalidade e episódios de violência, que vão desde roubo até a prática de homicídio. Dados recentes revelam que houve o recrudescimento dos atos de violência, sobretudo aqueles praticados por adolescentes, de modo que o momento presente apresenta-se bastante diverso daquele de sete anos atrás, com sensível piora em extensão e intensidade¹⁶. Este contexto justifica veemente necessidade e interesse pelo fenômeno da violência, a partir dos adolescentes autores de ato infracional neste município, que constitui o objeto deste estudo.

4.2 Os antecedentes históricos à implantação da política de assistência

A partir de 1980, testemunhamos a abertura política e o processo de redemocratização no Brasil, após extenso período de vigência do governo militar. Nesse cenário favorável a mudanças, não somente no campo político, assistimos à promulgação, em 1988, da Constituição Federal que irá inaugurar importantes transformações, sobretudo no que diz respeito aos direitos e à assistência social que, nesse instante, se vincula a políticas públicas que visam à garantia dos direitos do cidadão, sendo função inédita do Estado assumi-las como um dever, como nos indica o parágrafo seguinte. O CREAS, produto de uma política nacional, é o órgão responsável por acolher adolescentes designados pela Promotoria de Justiça e/ou Ministério Público (MP) para cumprimento de medida socioeducativa, em decorrência da prática de ato infracional. Trata-se de uma política concebida num contexto muito específico da história recente do país, conforme descrita no capítulo anterior.

¹⁶ Informação fornecida por Diogo Moreira, professor titular do curso de Direito da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI), e delegado Civil no município, em entrevista concedida em maio de 2014.

A Caritas Diocesana de Itabira – entidade municipal ligada à ordem religiosa e à Pastoral do Menor, com o objetivo de prestar assistência e dar atenção ao público infanto-juvenil do município, assumiu a tarefa de acolher esses jovens em conflito com a lei por meio da execução do “Projeto Âncora”, responsável pelo trabalho de cumprimento de medidas socioeducativas, LA e PSC. Em 2008, esta entidade estabeleceu convênios com a prefeitura local e o Governo do Estado possibilitando a ampliação do Projeto. Somente a partir de setembro de 2013 o CREAS assumiu o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA), tempo mínimo de seis meses, e de prestação de serviço à comunidade (PSC), tempo máximo de seis meses.

A partir de então, a equipe técnica do CREAS de Itabira, responsável por gerir e executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), amplia seu atendimento a diferentes programas que visam à retirada de indivíduos e famílias de contextos diversos de violência. A equipe é composta por uma coordenadora, um advogado, seis técnicos da psicologia, cinco técnicos do serviço social e um técnico especializado em pedagogia. À época de início da realização da pesquisa no CREAS havia um número aproximado de 100 jovens autores de ato infracional em acompanhamento pelo programa de medidas socioeducativas, sendo responsabilidade de duas técnicas, uma psicóloga e uma assistente social realizar o acompanhamento do cumprimento da medida.

4.3 A experiência no CREAS – Itabira, suas vicissitudes e ressonâncias

“Se não vejo na criança uma criança,
é porque alguém a violentou antes,
e o que vejo é o que sobrou
de tudo que lhe foi tirado.
Diante dela, o mundo deveria parar
para começar um novo encontro,
porque a criança é o princípio sem fim
e o seu fim é o fim de todos nós”

(Herbert de Souza)

4.3.1 O nascimento da pesquisa no CREAS

Localizo na minha experiência como técnica do CREAS o espaço no qual as questões que animam esta tese foram gestadas e experimentadas. A minha inserção neste trabalho começou com um tempo para terminar: 6 (seis) meses é o período que permaneci¹⁷. Como técnica no CREAS trabalhei com crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal iminentes decorrentes de situações de violência diversas, dentre as quais o abuso e exploração infantil, negligência e violência doméstica. Neste universo simbólico de miséria humana esbarrava com muita frequência a presença de adolescentes autores de ato infracional nas famílias em acompanhamento pelo CREAS.

O período final dessa experiência coincide com a minha candidatura no doutorado. Minha proposta de pesquisa, esboçada no projeto preliminar, objetivava um estudo de cunho teórico, privilegiando a metapsicologia freudiana para as questões relativas à alteridade e constituição subjetiva. Após o primeiro ano de doutorado foi possível amadurecer essa proposta, dando-lhe contornos mais ampliados, o que significa ultrapassar o plano estritamente teórico e propor uma investigação de campo que ampliasse o estudo das peculiaridades da alteridade em jovens autores de ato infracional.

Retornei ao CREAS após aproximadamente 18 meses do encerramento do meu contrato, e apresentei à coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Prefeitura Municipal de Itabira, a proposta desta pesquisa. Recebendo o aval positivo e apoio para a realização do trabalho, fui então conduzida ao CREAS e apresentada à equipe de trabalho, iniciando em 14 de julho de 2014 o trabalho de pesquisa participante no CREAS; frequentei diariamente a instituição, aproximei-me da equipe de técnicos, principalmente daqueles vinculados ao programa de medidas socioeducativas, à época uma psicóloga e duas assistentes sociais.

¹⁷ Antecipei em duas semanas minha saída, devido à aprovação para atuar como professora substituta no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Além da permanência diária na instituição, fui convidada a participar das reuniões de equipe, que ocorriam semanalmente, o que auxiliava no entendimento das questões relativas à realização e dinâmica do trabalho, pois o CREAS compreende três programas: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Programa de Medidas Socioeducativas e o Serviço de Proteção para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias. Além dessas reuniões de equipe, havia também reuniões semanais do Programa de Medidas Socioeducativas. Participar desses encontros possibilitou-me a aproximação com os profissionais, participação nas discussões, tendo sido a partir desse espaço que comecei a acompanhar os casos em atendimento no programa pelos técnicos, e iniciar a pesquisa documental nos prontuários.

O trabalho começou pela pesquisa do arquivo de adolescentes já desligados do programa, num total de 393 prontuários consultados. Como uma ação metodológica paralela, a pesquisa aos prontuários daria o pano de fundo e ideia geral de como ocorre todo o trabalho, desde o acolhimento do adolescente, execução da medida, até o seu desligamento. Tive acesso também às planilhas que contêm todas as informações dos adolescentes atendidos no programa. Esse material é atualizado trimestralmente e enviado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) e traz informações sobre os adolescentes e seu perfil o que, após análise, possibilitam o aperfeiçoamento do serviço de atendimento aos jovens acompanhados.

Pela análise das planilhas, e da pesquisa de prontuários, foi possível apontar alguns elementos em comum na vida desses jovens em acompanhamento nesse serviço: a maior parte dos adolescentes autores de ato infracional são do sexo masculino; possuem, em média, 17 anos de idade; renda familiar de até dois salários mínimos; a grande maioria está fora da escola; a maior parte se diz pardo e está fora do mercado formal de trabalho. Abuso, espancamento, abandono, situações de negligência, desestruturação do espaço familiar são um denominador comum na história de vida desses jovens. A partir da pesquisa documental foi possível inferir que quanto maior a complexidade do ato infracional cometido, maior o tempo de afastamento da escola.

A partir da pesquisa documental aos prontuários, pude destacar dois eixos comuns: a dinâmica familiar e a evasão escolar, indicativos da falência de duas grandes instituições imprescindíveis ao desenvolvimento saudável do indivíduo. O primeiro refere-se ao fato de o espaço familiar apresentar-se muito desorganizado, com pais divorciados, o que não permite afirmar que pais nessa situação não têm condições de educar seus filhos, mas, neste contexto, a separação dos pais contribuiu para a falta de assistência aos filhos; pais ausentes na vida desses jovens, ou outros membros da família que assumiram a tarefa de cuidar serem dependentes químicos e estarem envolvidos também com a violência e a criminalidade. A ausência da figura paterna foi um dado recorrente, configurando um contexto social e familiar muito vulnerável. O segundo aspecto – a evasão escolar – é outro elemento que chama muito a atenção. A grande maioria dos adolescentes acolhidos para o cumprimento de medida socioeducativa não mais frequentava a escola, ou, se a frequentavam, o faziam parcialmente, apresentando problemas como indisciplina e desinteresse significativo pelas atividades escolares. Isso demonstra a falta de investimento desses jovens no espaço escolar. Crimes por envolvimento com o tráfico e furtos configuram o número maior de ocorrências policiais e processos, estando no topo da lista das ocorrências, como evidenciou a pesquisa aos prontuários.

Após esse período inicial de pesquisa documental, em setembro de 2014 foi autorizado pela coordenação do CREAS que se realizasse as Entrevistas de Acolhimento dos adolescentes que chegavam à Instituição por meio de encaminhamento da justiça, a fim de começar a delinear as questões acerca do método de pesquisa. Após a realização de dez entrevistas de acolhimento, selecionei sete adolescentes: dois, designados ao cumprimento de Liberdade Assistida (LA), e cinco ao cumprimento de Prestação de Serviço à comunidade (PSC). Após a audiência com o Juiz, ou por meio da promotoria, o adolescente recebe o “Termo de Audiência” com o qual deverá apresentar-se ao CREAS, acompanhado do responsável, para ser acolhido pelo programa.

O acolhimento consiste em instruir, orientar, explicar o que é uma medida socioeducativa, suas modalidades de cumprimento, o tempo de duração, a frequência, bem como qual é a função do programa e como será

realizado o acompanhamento. Ao assumir essa tarefa de realizar o *acolhimento* no serviço, foi possível observar e extrair alguns aspectos e impressões dos adolescentes que chegam, como a representação do dever de cumprir uma medida. Para a grande maioria dos adolescentes que acompanhei, durante o período da realização do acolhimento, pude perceber que para eles o CREAS não passa de mais uma instituição normativa, para a qual instala-se o dever ou a obrigação de reparação do ato cometido. Alguns chegaram pela primeira vez cabisbaixos, falando baixo e respondendo de maneira sucinta às perguntas e esclarecimentos, restringindo-se ao “sim” e ao “não”. Houve adolescente que chegou ao primeiro atendimento muito insatisfeito, para não dizer indignado e furioso, com o tratamento dado pelo juiz na audiência e pelos policiais no momento de apreensão. Possivelmente o mesmo tratamento tenha sido lhe dado na escola ou em casa, constituindo uma rede de falta de afeto, desatenções e violência intersubjetiva.

Nas entrevistas de acolhimento pude constatar que a grande maioria dos jovens, em suas falas sobre o ato infracional, disse ter pensado que *“não vai dar em nada, já que sou de menor”*. Isso denuncia uma lógica de funcionamento que ratifica a impunidade desses jovens, o que os influencia no modo como se posicionam perante a imposição da justiça pelo cumprimento da medida socioeducativa. A atmosfera de impunidade acaba por reforçar uma cultura social que não detém o ato e, por consequência, contribui para a sua reincidência.

Alguns chegam preocupados ao Programa, sentindo-se em dívida com a justiça; já outros, por necessidade de *“limpar a ficha”*, pedem ansiosos pelo início da medida. Foi possível apreender que a intensidade do envolvimento do adolescente com a situação de vulnerabilidade aponta seu compromisso no cumprimento da medida, isto é, durante os meses de inserção na instituição, observamos que quanto mais envolvido com a criminalidade, menores são as chances de o adolescente cumprir a medida designada pela justiça. Aos poucos, à medida que eu realizava as entrevistas de acolhimento, e em seguida iniciava o período de cumprimento da medida socioeducativa com o adolescente, vislumbrei o tamanho do desafio que se colocava à minha frente, ou seja, da posição que eu ali assumia como profissional: como trabalhar a

questão da responsabilização com o adolescente, o grande emblema do ECA, uma vez que pude constatar no trabalho de acolhimento dos adolescentes que este não consiste, de modo algum, em um trabalho simples. Isto é, toda legislação e diretrizes para este trabalho apontam claramente a responsabilização do adolescente como o diferencial dessa política pública, consoante preconizado pelo ECA; contudo, como efetivar na prática isso? E por essa razão questionamos ao longo de todo o trabalho se a responsabilização coloca-se para o adolescente como uma questão. Se a punição indicaria a esse adolescente algo do campo da responsabilidade atrelada ao ato infracional, ou seria um castigo?

Isto é, o cumprimento da medida socioeducativa, conforme estipulado pelo poder judiciário, não corresponde necessariamente, por parte do adolescente, ter se responsabilizado pelo ato infracional. Portanto, o cumprimento da medida não significa responsabilizar-se pelo ato. Assim, quando ainda na pesquisa aos prontuários verifiquei em muitos casos a reincidência do ato infracional na história de muitos adolescentes. Isso me pensar sobre a responsabilização preconizada pelo ECA, e o trabalho de responsabilização possível de ser realizado junto ao adolescente, questão que configurou e culminou na problemática central desta tese: como tratar da responsabilidade dos adolescentes autores de ato infracional?

Para o acompanhamento da modalidade de LA, recebo os adolescentes para atendimento com frequência semanal, cujo tempo pode chegar até aproximadamente 50 minutos. Já para os adolescentes em cumprimento de PSC, os atendimentos têm um intervalo maior, a cada quinze dias ou mais, dependendo das necessidades e demandas do adolescente. Após o acolhimento, ele é orientado a trazer no próximo atendimento o original e cópia de seus documentos pessoais: identidade, CPF e comprovante de residência. A próxima etapa é realizar o preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), espécie de prontuário do adolescente no qual são registrados seus dados pessoais e informações de arquivo, isto é, outras instituições, órgãos e serviços da rede de atendimento pelos quais o adolescente tenha passado, dados relativos à sua composição familiar e renda. Enfim, são levantados junto ao adolescente informações relevantes sobre sua história de vida, bem como

traçadas metas e compromissos que serão desenvolvidos ao longo do cumprimento da medida, o que está previsto no ECA, configurando a possibilidade de um projeto de vida para aquele jovem.

4.3.2 As motivações para o ato infracional

Podemos arrolar uma série de fatores etiológicos para a prática do ato infracional se ainda assim consideramos a esfera subjetiva contida nessa ação. Mas é possível constituir um pano de fundo comum ao contexto de vida desses adolescentes. A desestruturação familiar e a ausência da figura paterna na constituição da família mostra que a mãe é convocada a assumir um papel duplo na educação de seus filhos, o que, no entanto, parece insuficiente. O uso e abuso de drogas, o envolvimento com a criminalidade aparecem como uma resposta potencial nesse contexto de vida, revelando uma constituição subjetiva marcada significativamente pela violência.

Tem-se observado que famílias de baixa renda, vivendo na periferia das grandes cidades, apresentam frequentemente uma organização familiar em que a ausência do genitor, por abandono ou outra motivação, provoca deslocamento na divisão habitual dos papéis, se temos em mente a família tradicionalmente centrada na figura do pai. A mãe passa a ocupar uma situação *sui generis*: já que a única responsável pelos filhos, passa a ser chamada “cabeça do casal”. Praticamente sem ajuda do companheiro, ela se esmera em assegurar um mínimo de hábitos, ordenados segundo suas próprias crenças (...) Pareceu-lhes que era o caso de apontar a carência de um pai simbólico, pai que regesse as leis de uma inscrição subjetiva numa genealogia. (Garcia, 1997, p. 30).

A tentativa de responder às motivações para a prática do ato infracional, que inicialmente constituiu questão precípua desta pesquisa, encontra ressonâncias em alguns aspectos, tais como os citados acima. Sabemos que nem todos os jovens que provêm de um contexto socioeconômico e cultural desfavorável responderá de modo igual às condições de vida a que foram expostos. Contudo, a pesquisa aos prontuários revelou números que apontaram os seguintes dados: jovens provenientes das classes econômico-sociais mais baixas e negros representam a maior parte nos índices para a

prática do ato infracional, e não podemos estar alheios a esse dado. Objetivamos criar condições para poder formular hipóteses relativas às razões subjacentes ao ato infracional. Na tentativa de responder a essa complexa questão, elaboramos uma hipótese fundamentada na pesquisa documental e participante, de que o ato infracional constitui uma resposta do sujeito, e somente será possível ser apreendida se considerada em seu contexto singular.

Este constitui um dos maiores, ou talvez o maior desafio do trabalho junto aos adolescentes que são acolhidos para o cumprimento da medida socioeducativa. A promulgação do ECA imprime um novo e distinto sentido para as providências a serem assumidas com a prática do ato infracional. Essa legislação preconiza a importância de o jovem se responsabilizar pelo ato cometido e construir um projeto de vida diverso do caminho escolhido por ele até aqui. Contudo, como destacado acima, a natureza do trabalho do técnico requer uma postura que questione o adolescente, e não que busque elementos para enfatizar o caráter punitivo do ato.

Talvez um dos pontos mais delicados seja considerar que as políticas públicas destinadas a tratar especificamente das questões que acometem os adolescentes autores de ato infracional implica que o jovem responda pelos seus atos. Contudo, esses jovens não participaram da elaboração dessas políticas, e quando nos reportamos à prática e trabalho com esses adolescentes no cumprimento destas políticas, podemos verificar a distância que se instala entre o que está colocado na construção das ideias e sua execução. Isto é, antes de considerarmos um trabalho de retificação subjetiva, como preconiza o ECA, devemos considerar a necessidade de um trabalho de reconstrução social.

Winnicott já apontava a relação entre ato delinquente e pedido de reconhecimento. Para ele a tendência antissocial e a delinquência têm o objetivo de provocar um desarranjo no estabelecido, uma desarrumação no espaço, que paradoxalmente seriam expressão de *esperança* no meio ambiente, pois o ato antissocial forçaria o meio a prestar atenção e a se ocupar do autor desses movimentos. Ao refletir sobre qual deve ser a resposta a este apelo, Winnicott era enfático ao propor um manejo que seria social, muito mais do que intrapsíquico. (Finger, 2014, p. 14)

Portanto, o trabalho de responsabilização aponta para a necessidade de construção de um significado do ato infracional, particularizando ao máximo a experiência da MSE e de intervenção do técnico durante seu cumprimento. Contudo, não devemos estar alheios ao contexto histórico-social que influencia diretamente nas situações que estariam no fundamento das motivações para sua prática, como enfatizou Winnicott na passagem acima; logo, para além de uma intervenção que atua no plano intrapsíquico é preciso também privilegiar os efeitos do atravessamento da esfera social nas questões vinculadas à violência.

Dado o percurso de trabalho com os adolescentes, um dos caminhos possíveis seria pensar em como possibilitar que uma questão possa ser colocada para o adolescente e para sua família, isto é, “Como possibilitar a função instauradora de um sujeito graças à intervenção do Direito?” (Nogueira, 2003, p. 15). Ora, temos questionado na prática o quão delicada e complexa é esta tarefa. Tratar-se-ia de responsabilizar o adolescente ou de construir condições para que ele possa questionar o seu ato. Isto seria uma tentativa de responsabilização?

O programa de medidas socioeducativas, enquanto política pública, apresenta aspectos inovadores na assistência ao adolescente, ao inaugurar uma política de assistência que visa a valorização da subjetividade dos adolescentes em conflito com a lei, bem como proposta de um trabalho de responsabilização subjetiva, o que destacaria como o grande vetor de possibilidades de mudanças e reconstrução subjetiva. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2010),

Buscou-se construir uma metodologia que criasse novas oportunidades, contando com um instrumental que enfatiza a subjetividade, a vivência do universo simbólico, a possibilidade de construção de novas rotas para crianças e adolescentes e de um trabalho de responsabilização subjetiva, aliado à inserção em ações e programas voltados para a inclusão em diferentes dimensões. (p. 10)

A política de assistência social hierarquiza as proteções, que estão divididas em proteção social básica, que visa a prevenção de situações de risco e a proteção social especial, destinada ao trabalho com famílias e indivíduos que se encontram em situação iminente de risco social e pessoal.

Nesta última modalidade, há uma subdivisão em média e alta complexidade, onde se situam as medidas socioeducativas em meio aberto, o LA e PSC. O ECA, Lei Federal n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990, é a materialização da Doutrina da Proteção Integral, que trata das mudanças na sociedade brasileira relativas à criança e ao adolescente, conforme descrito anteriormente, e ilustrado no seguinte parágrafo:

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 2014b, p. 4)

A inovação consiste em considerá-los sujeito de direitos, devendo ser reputada sua condição peculiar de desenvolvimento, incluindo, ainda, a noção de proteção social e jurídica, de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Interessante destacar que é preciso esclarecer detalhadamente para o adolescente, e para os responsáveis, em que consiste a medida socioeducativa, seus propósitos, fundamentos, funções, caráter e exigências. Um aspecto que surgiu com frequência nos *acolhimentos* foi a preocupação de ter de trabalhar “de graça”, isto é, a noção de trabalho aqui é puramente uma obrigação física, e à medida que o jovem inicia o acompanhamento surge a noção da possibilidade de um trabalho de responsabilização subjetiva. Para aqueles que permitem, já que para alguns “pagar” a justiça e se livrar da medida é o principal propósito de sua vinda ao Programa.

4.4 Aspectos introdutórios do método

As questões que inicialmente inspiraram esta investigação puderam resumir-se a uma pergunta de grande porte, dada sua vastidão e complexidade: qual(ais) seria(am) as motivação(ões) para a prática de atos infracionais por adolescentes? Tarefa que de modo preliminar implicou apreender a complexidade dos fenômenos inerentes à adolescência e as transformações dela decorrentes. Responder a esta, bem como a outras

questões que adviriam, requeria pensar no método, isto é, qual o caminho seria escolhido a fim de alcançar a(s) resposta(s) possível(eis). Eis que se delineou um grande desafio oriundo de um campo de questões que foram lançadas gradativamente, à medida que o método de pesquisa começou a ser desenhado.

Havia um público eleito: adolescentes autores de ato infracional, e este trabalho se realizaria nos entraves de um quadro institucional bem demarcado: o CREAS. Inicialmente não havia me dado conta da complexidade que se apresentava à minha frente: o atravessamento institucional ainda nas origens da construção de uma metodologia de pesquisa, pois eu estava absorvida nas questões relativas ao adolescente e o seu ato que, por instantes, mantive descontextualizada do espaço institucional que mais tarde configurou um atravessamento expressivo da pesquisa.

Em primeira instância eu não havia sido convidada ou convocada por nenhuma instituição para desenvolver esse trabalho. Não partiu dos técnicos, nem dos coordenadores, e tampouco dos gestores, problematizar o que ora traduz-se nesta investigação. Pedi licença ao órgão responsável pela instituição, apresentei minha proposta preliminar de estudo, a qual encontrou ressonâncias nas questões enfrentadas no atendimento à criança e ao adolescente deste município, principalmente quanto à vulnerabilidade social que constitui o denominador comum do público atendido pelos programas.

Trata-se, portanto, de uma demanda de interesse pessoal, e que responde diretamente a um desejo de saber decorrente de experiência anterior como técnica desse serviço, conforme apresentado no início deste trabalho, cujas ressonâncias se fizeram notar no *a posteriori*. Encontrar respostas possíveis diante de uma pergunta vasta implicava delinear uma metodologia de trabalho que possibilitasse intervir no contexto do quadro institucional, isto é, a escuta dos adolescentes circunscrever-se-ia no plano do espaço institucional que poderia, por sua vez, produzir efeitos diretos advindos desse espaço. E, de fato, a minha escuta aos adolescentes vinculava-me diretamente ao lugar institucional; eu estava ali não ocupando uma posição imparcial, escutá-los dentro do CREAS delimitava um pertencimento e quadro institucionais.

A minha inserção no CREAS como pesquisadora que, ocupando um lugar inusitado, estava acompanhada de um pertencimento ou mesmo identificado à rede mais ampla de atendimento. Eu constituía para os adolescentes um elemento a mais na engrenagem na qual eles estavam engajados, e muitas vezes, a partir da experiência advinda da escuta dos adolescentes, pude apreender a representação social construída por eles: à minha figura estava associado o elemento normativo.

Consequentemente, eu estava lado a lado com o poder judiciário, juízes, promotores, delegados, polícia, enfim, ao lado de todos aqueles aos quais os adolescentes eram convocados a responder diante da lei, da autoridade. A desconstrução dessa imagem exigiu um intenso e difícil exercício, pois estava diretamente vinculada à problematização metodológica que se estampava à minha frente. Assim, o quadro institucional e seu atravessamento aponta desafios e mesmo esboça a possibilidade de construção do método.

Pensar a clínica a partir da minha prática sempre correspondeu referenciar a psicanálise e trazê-la como pano de fundo para o tratamento das questões teóricas e técnicas que se desenhavam. Desde o princípio, quando ainda da minha experiência no último ano da graduação em Psicologia, na qual lancei-me ao desafio de atuar na clínica com pacientes psicóticos e/ou neuróticos graves de um serviço de atendimento de urgência, o Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM), me propus a pensar a clínica sob outra configuração sem, contudo, colocar em risco seus elementos fundantes: a associação livre, a atenção flutuante e a transferência. Prática que remetia o exercício da clínica fora do *setting* convencional, portanto, o que designou-se chamar de “clínica extensa” ou “clínica ampliada”. Os pacientes ali acolhidos compunham um público assaz heterogêneo: desde a idade, demandas, estruturas e tipos clínicos, e o desafio de trabalhar a intervenção nesse meio era igualmente desafiador.

Ali naquele tempo, a experiência como estagiária consistia na realização de atendimentos clínicos, e demais tipos de abordagens que poderiam acontecer dentro ou fora do consultório convencional, e também através de atividades como oficinas de arte e artesanato, oficina de teatro, enfim, qualquer

dispositivo ou tipo de intervenção que possibilitasse exercer a função de cuidado, inserida em uma lógica de trabalho e intervenção que não correspondiam ao exercício da clínica conforme o *setting* convencional do consultório. Era preciso, pois, um exercício de invenção permanente, o que delineava a configuração da clínica extensa no espaço da dinamicidade que lhe é inerente. Quanto a essa clínica, reitera Campos (2012), “Então se trata de um princípio, um esforço, uma postura, a de restituir ao sujeito atendido o lugar de *sujeito*, particularmente sujeito do inconsciente e sujeito que fala” (p. 34).

Alguns anos depois, agora diante de outro público e em outra instituição com suas especificidades: adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa, e com exigências similares às esboçadas anteriormente quanto à intervenção em um contexto não convencional. Encontrei-me lançada diante de velho-novo desafio: me vi novamente imersa na realização de um trabalho que implicava pensar a possibilidade de construir condições da psicanálise adentrar nesta experiência enquanto método de pesquisa e investigação.

Comecei a pensar em diferentes modos, arranjos e configurações de intervenção possíveis: faria grupos ou trabalharia com os adolescentes individualmente? Como eu faria para responder à questão primeira desta pesquisa? Gradualmente foi possível ater-me ao fato de que esta pesquisa esboçava-se em um terreno híbrido, como escreve (Caffé, 2003; 2014), fronteiro a outros campos de saber que não envolviam somente a psicologia, mas estava atuando junto a técnicos do serviço social, do direito e da pedagogia, configurando um campo multidisciplinar de atuação e intervenção. De modo que

Este breve levantamento de situação aponta inequivocamente para o fato de que, no concreto, a “clínica ampliada” é sempre uma clínica no espaço institucional. Isto tem consequências pesadas sobre as práticas do cuidado psicológico que podem ser ali construídas. Uma primeira questão a ser considerada é então: qual a distância entre o cuidado que a instituição oferece e o cuidado que o sujeito demanda? (Campos, 2012, p. 35)

Mergulhada nesta esfera interdisciplinar e delineada pela clínica ampliada, como eu faria para resguardar a solidez e o estatuto da psicanálise

no exercício desta clínica que nos convoca a responder de um outro lugar?

4.4.1 A escuta dos adolescentes como elemento preliminar à construção do método

Após autorização para a realização da pesquisa iniciamos um período de inserção e pesquisa participante no CREAS, passei a frequentar diariamente a instituição, comecei a familiarizar-me com as questões relativas ao trabalho com os técnicos, nas reuniões de equipe, e vislumbramos a abertura de espaço para a realização do trabalho. Durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2014, foi feita a análise de prontuários institucionais, conforme descrição anterior, tanto de adolescentes já acompanhados pelo Programa e desligados, como de adolescentes em acompanhamento vigente.

Essa etapa da pesquisa, de caráter documental, acrescida do relato e vivência da prática dos técnicos que trabalham diretamente com os adolescentes no CREAS, possibilitaram-nos destacar alguns parâmetros gerais de análise. O material assim obtido nos auxiliou na construção de uma primeira ferramenta de pesquisa, que poderíamos designar como uma lista de questões que funcionariam como um conjunto de perguntas disparadoras, de tal forma que nem todas deveriam ser contempladas, e tampouco sua ordem deveria ser obedecida. Seria igualmente possível a inserção de novas questões, que dependendo de sua especificidade, poderia emergir do contexto, demarcando um método de entrevista semiestruturada, como havíamos vislumbrado preliminarmente. Com o objetivo de nos auxiliar na realização dos propósitos apresentados, esse instrumento abordaria os seguintes itens:

- a.** Relato da história de vida;
- b.** O que significa ter cometido um ato infracional?;
- c.** O que levou a praticá-lo? [motivações];
- d.** Qual sua expectativa para o cumprimento da MSE – medida socioeducativa?

- e. Qual a função do CREAS e do programa de medidas socioeducativas?
- f. Observa alguma mudança após a prática do ato infracional?
- g. Como se vê em sua vida, momento presente e futuro?
- h. O que representa cumprir uma medida socioeducativa?
- i. Como avalia sua vida antes e depois do ato infracional?

Definimos preliminarmente um número de até quatro adolescentes para esta pesquisa, que contempla a eventualidade de desistência no decorrer de sua realização¹⁸. A seleção seria feita baseado nas entrevistas de acolhimento realizadas no CREAS, a partir do assentimento dos adolescentes que manifestassem o interesse em participar. O propósito inicial seria a realização de entrevistas individuais não só com os adolescentes, mas também com seus responsáveis. Em um período de até seis meses a frequência poderá variar de semanal a quinzenal, tendo duração aproximada de cinquenta minutos a uma hora.

Para a etapa seguinte da pesquisa a estratégia consistiu em selecionar os sujeitos em função de dois grupos:

- 1) adolescentes que já estão em acompanhamento, por meio da leitura de prontuários;
- 2) adolescentes que iniciarão o acompanhamento na instituição a partir do acolhimento.

4.4.2 A construção do método a partir do referencial teórico psicanalítico

A psicanálise constitui dispositivo para compreender e dar sentido à realidade humana. Com sua metodologia Freud trouxe a possibilidade de tratamento antes não vislumbrado: o cuidado do corpo psíquico, algo que

¹⁸ Aos sujeitos que aceitarem participar da pesquisa serão explicitadas noções de sigilo e compromisso ético, para posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que se encontra anexo.

extrapola os limites do corpo orgânico e exige um método condizente com suas necessidades de tratamento.

O inconsciente é a porta de entrada para o entendimento do sujeito psíquico; é uma instância que abriga o lugar de um não saber. Nesse sentido, a fim de delinear caminhos possíveis que nos permitam responder aos questionamentos que inspiram esta pesquisa, visando a apreensão de aspectos motivadores para a prática do ato infracional, faremos uso da pesquisa orientada pelo método psicanalítico, conforme esclarecem Figueiredo & Minerbo (2006). Este requer a “presença implicada” de um sujeito em atividade analítica que possa exercer uma função de continência, escuta e acolhimento, além de intermediar as partes envolvidas no processo: “sujeito”, “objeto” e o “meio”. Estes constituem aspectos centrais que distinguem a utilização da pesquisa com o método psicanalítico da pesquisa em psicanálise, esta última resultando em uma metodologia voltada à produção de conhecimento teórico, não implicando a presença de um psicanalista para sua realização. Segundo esses autores,

Estamos nos referindo, naturalmente, às relações transferenciais (e seus equivalentes) e contratransferenciais que dão a marca da singularidade ao que se *descobre* e ao que se *inventa* e *cria* em uma “pesquisa com o método psicanalítico”. Chamaríamos, assim de “pesquisa com o método psicanalítico” uma atividade em que se constituem e se transformam “objetos”, “pesquisadores” e “meios” ou “instrumentos” de investigação (conceitos, técnicas etc). (p. 261-262)

A ideia de “matriz de estratégias de investigação”, desenvolvida por esses autores, aproxima-se sensivelmente da concepção de método que desejamos traçar nesta investigação; uma metodologia que privilegia, portanto, aspectos qualitativos. A noção de *estratégias* nos permite conceber o método de pesquisa como uma ferramenta em construção simultânea à ação de intervir, portanto destacada pelo seu aspecto dinâmico, guiada primordialmente pela escuta, a qual apontará critérios de investigação à medida que tanto “sujeitos” quanto “objetos” estão sendo transformados. As *estratégias*, então, possibilitam o espaço para a descoberta e para a invenção, prática íntima ao fazer psicanalítico. Neste sentido, trata-se da concepção de um método peculiar a esta modalidade de pesquisa, em um contexto de alguma forma

análogo ao que se espera favorecer na situação analítica que sustenta todo o fazer do pesquisador.

Encontramos ressonância e familiaridade quanto à especificidade e exigência à figura do psicanalista na contemporaneidade, na seguinte passagem de Green (2008) “não há capítulo de uma obra geral sobre a psicanálise que tenha mudado tanto quanto o que diz respeito à prática do psicanalista” (p. 37). Nesse sentido vislumbramos que a clínica da contemporaneidade, inclusive a clínica extensa, expressa a necessidade de repensar continuamente a atuação do psicanalista nos diversos contextos nos quais é demandada sua presença e intervenção.

Quadros psicopatológicos manifestam-se em estreita vinculação com as especificidades dos modos de subjetivação inerentes à cultura atual que designamos as manifestações clínicas da contemporaneidade: toxicomania, transtornos alimentares, transtornos de ansiedade generalizada, compulsões, e novas práticas clínicas emergentes. No cenário de implementação de políticas públicas – atendimento ao público em situação de vulnerabilidade social como violência doméstica, crianças e adolescentes em situação de violação de direitos e risco social iminente – é que se localiza esta pesquisa. Ainda nesta referência temos uma discussão bastante difundida nos últimos tempos, em consequência deste novo contexto clínico de atuação do psicanalista, que traduz a oposição entre psicanálise pura e psicoterapia, culminando no que Green (2008) denominou respectivamente de ouro puro da psicanálise em contraposição ao couro.

A Teoria dos Campos idealizada por Fabio Herrmann, tem como espinha dorsal conceber a prática clínica psicanalítica sob o prisma de uma recriação e renovação constantes da teoria e da técnica. A elasticidade seria, então, o novo nome para a concepção de uma prática clínica dinâmica e em constante movimento, e subsidiaria sua concepção de método psicanalítico. Esta ideia vincula-se intimamente com as exigências colocadas pelo nosso objeto de investigação. Herrmann (1991) expressa sua oposição a tudo aquilo que contribui para a padronização da análise e combate as escolas, valorizando o que possibilita transcender o convencional da prática no consultório. E

recupera a essência e valor do método psicanalítico a partir de seus étimos: *metá* (aquilo que está além, o fim) e *hódos* (caminho), logo, o método seria o caminho para o alcance do fim. Nesses termos, diz Herrmann (2001):

O fundo de todo o sentido psicanalítico é somente nosso método – ou, do contrário, uma presunçosa arbitrariedade. E que, quando se chega ao fim de uma tradução do psiquismo, a verdade que surge é sempre o próprio método, revestido a cada vez da figura psíquica por ele descoberta. (p. 11)

Nesse sentido, teorias e técnicas adviriam do uso do método, e a interpretação assume figura privilegiada, uma vez que possibilita operar uma quebra de sentido naquilo que é dito pelo paciente; logo, através da interpretação o que surge é uma ruptura. Herrmann (2003), em *Clínica psicanalítica: a Arte da Interpretação*, afirma “Isto é a arte da interpretação: mais um dedilhar da alma alheia do que uma formulação pseudocientífica sobre o discurso do paciente” (p. 90). Desse modo vislumbramos que a teoria dos campos trabalha com a ideia de um campo cuja temporalidade corresponde a uma não linearidade.

Campo significa uma zona de produção psíquica bem definida, responsável pela imposição das regras que organizam todas as relações que aí se dão; é uma parte do psiquismo em ação, tanto do psiquismo individual como da psique social e da cultura. (Herrmann, 2001, p. 58-59)

O conceito de campo designa aquilo que estrutura o encontro humano, seja ele intersubjetivo, social, cultural ou político. Como produto da interpretação temos a ruptura, “onde haja ruptura de campo, a imersão dos possíveis acompanha-se de efeito de transferência: transferência é o campo da eficácia emocional dos possíveis” (Herrmann, 1991, p. 34). Ali temos lançada a noção de transferência que constitui elemento seminal da prática clínica, pois revela a dimensão de cuidado, constituinte fundamental da noção de cura em psicanálise. Curar no uso psicanalítico do termo significa, *ipsis literis*, cuidar do desejo, isto é, conforme Herrmann (1991) “é o tratamento analítico mesmo, sua dimensão essencial de eficácia concreta” (p. 305).

A dificuldade, então, é recuperar a dimensão do singular, que só se torna possível à medida que o sujeito encontra alguém a quem possa endereçar suas palavras, suas dores, seu desejo. É nesse contexto que entra em cena a transferência como veículo de fundamental importância para a prática psicanalítica. (Campos, 2012, p. 45)

Os efeitos curativos e de cuidado são concebidos pelo método psicanalítico, e para a teoria dos campos consiste na ação eminentemente interpretativa compreendida como ruptura de campo. Escreve Herrmann (1991): “campo é o inconsciente em sua ação concreta” (p. 109). E para esta teoria o que promove esta ruptura de campo por excelência é o campo transferencial que configura de modo privilegiado o campo psicanalítico.

Deste modo, a noção de “verdade” trabalhada pela pesquisa com o método psicanalítico privilegia uma verdade que advém dessa situação, fundando-se na concepção de verdade psíquica. Nas palavras de Herrmann (2012),

Verdade psíquica não é sinônimo de fortes emoções, como na novela das oito, nem de um conjunto arbitrário de regras de comportamento, como no manual de boas maneiras. Ela é, no momento, o regime de criação: I//V//D. Nosso V, tensão entre I e D, é o movimento em que as propriedades da invenção, ou seja, do método interpretativo, se vão esclarecendo à medida em que seus derivados teóricos são arriscados em novas descobertas, e são refutados ou corrigidos por elas. (p. 76)

Portanto, é um vínculo assaz peculiar que se estabelece entre o pesquisador, as teorias e os objetos. A noção de “matriz de estratégias de investigação” transcende a ideia convencional de método de pesquisa, e avança no sentido da produção de aberturas, descobertas e invenções. Na tensão entre ambas, localiza-se a matriz interpretativa inerente a esse método, concepção próxima daquela desenvolvida por Herrmann (2012), cujas transformações operadas no sujeito e objeto justamente nos permitem anunciar as vicissitudes desta modalidade de pesquisa:

Mas qual a natureza da transformação do objeto? Interpretar significa olhar para o fenômeno investigado fora do seu campo habitual. O olhar do psicanalista é um olhar fora da rotina, que desopacifica o objeto. Ele ressurgue diferente, desconstruído, transformado. O sujeito também se transforma na medida em que se torna capaz de ver coisas que não via antes. (Figueiredo & Minerbo, 2006, p. 260)

Nesse caso, a utilização do método psicanalítico se estende à escuta de jovens adolescentes em conflito com a lei no âmbito de uma instituição. Não somente o enquadre é modificado, como as condições para a sua execução. Levar a psicanálise e seu método de investigação para realidades onde ela se faz necessária, como a de jovens adolescentes em cumprimento de medida

socioeducativa, ratifica a função social da universidade, com suas estratégias de pesquisa e extensão, no sentido de uma intervenção no contexto social, como esclarece Loffredo (2012b):

Nesse caso, a questão de que se trata é de como viabilizar a *extensão* do saber psicanalítico para onde uma demanda de escuta se apresente, de modo a que seu método seja convocado, o que envolve pesquisa, necessariamente, no plano da elasticidade da técnica e da plasticidade do *setting*. (p. 220)

A elasticidade e plasticidade constituem elementos que expressam uma clínica em movimento e permanente reinvenção, dada a diversidade da configuração dos contextos que demandam a intervenção clínica. Em outra passagem Herrmann (2003) ratifica a importância substancial quanto à plasticidade do *setting* na consideração do método psicanalítico, o que implica uma irônica colocação àqueles que atuam na contramão desta plasticidade, “humaníssima espécie de estupidez que faz procurar no claro o que no escuro se perdeu” (p. 33). Portanto, a concepção de Clínica Extensa, conforme desenvolvida por Herrmann (2003), vinculada à proposta de exercício do método psicanalítico fora do *setting* convencional, fundamenta nossa proposta de investigação.

A construção do método implicou percorrer o fundamento da sua prática, isto é, a própria clínica, que subsidiou a ferramenta de trabalho com os adolescentes. A escolha preliminar por quatro sujeitos de pesquisa possibilitou deixar a escuta – instrumento primordial do pesquisador – criar critérios, o que significa afirmar que “a empiria psicanalítica é a clínica” por excelência, como escreve Lowenkron (2004), ou seja, “a direção da pesquisa psicanalítica é a experiência psicanalítica, [...] é ela que fornece os eixos fundamentais para seu norteamento no registro teórico” (p. 24). Essa abertura permite que a seleção seja tanto de casos já inseridos no Programa e em acompanhamento quanto dos casos que chegarem para o acolhimento.

Assim, à medida que as estratégias de investigação do método que confere singularidade epistêmica à psicanálise são delineadas, esboçadas e experimentadas, temos condições de vislumbrar seu alcance:

O método fertiliza a produção teórica e, ao mesmo tempo, a ficção teórica permite que o método tenha o estatuto que ele tem. A relação de interferências recíprocas entre ambos sendo fundamental, não é possível que se faça nem referência ao método de modo destacado, descontextualizado teoricamente, nem a uma teoria desencarnada de um método. (Loffredo, 2004, p. 16)

Pretendemos que a pesquisa com o método psicanalítico se reporte necessariamente a essa perspectiva. Como o referencial psicanalítico atuará como ferramenta teórico-metodológica primordial nos aportes a que se propõe esta pesquisa, contribuindo na condução das entrevistas e na análise do material coletado, o roteiro acima pretende instrumentalizar a abertura para uma escuta que possibilite a emergência e a criação de *eixos de análise*, articulados às ressonâncias dos contextos da família e da escola¹⁹. Essa proposta de trabalho, vinculada à operação do método analítico no contexto da Clínica Extensa, em estreita articulação com a concepção de pensamento clínico (Green, 2002), ratifica o tipo de racionalidade resultante da pesquisa em psicanálise.

Dessa forma, o material obtido nas entrevistas será examinado para dar encaminhamento às questões que deram origem a esta pesquisa, que pretende criar condições de acesso a configurações e sentidos do ato infracional, sobretudo no que diz respeito à questão da responsabilização do adolescente perante a prática do ato infracional.

4.5 Histórias de vida

Para esta seção, apresentaremos quatro casos de adolescentes; três deles iniciaram o cumprimento da medida socioeducativa sob minha orientação, e o terceiro estava finalizando o cumprimento de uma medida de internação. Os quatro acederam diante do convite para participar da pesquisa, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

¹⁹ As entrevistas poderão ser gravadas mediante autorização prévia do entrevistado.

4.5.1 Rodolfo

“Fui desandando, fui envolvendo, até chegar ao ponto de cair num abismo sem salva-vidas para me ajudar”.

“A vida do crime pode te dar tudo de bom, mas do jeito que ela te dá ela também te tira, da mesma forma. Como se diz, te dá com as duas mãos e tira com uma”.

(Rodolfo)

Em resposta ao persistente pedido do seu filho Rodolfo, a sra. M procurou pelo CREAS a fim de dar início ao cumprimento da medida socioeducativa designado pelo Ministério Público. Em outubro de 2014 acolhi Rodolfo e sua mãe, apresentei o CREAS, esclareci sobre as funções, propósitos, e objetivos deste serviço, bem como discutimos sobre a medida socioeducativa e como se daria o seu cumprimento. Nessa ocasião, e ao final desse atendimento, Rodolfo olhou nos meus olhos e disse que imaginava algo bem diferente do que era aquele serviço, pensou que iria lá para fazer oficina de artesanato. Em resposta eu disse que poderíamos, sim, fazer artesanato, mas que a matéria-prima desse trabalho consistiria, essencialmente, de sua história. Ele então respondeu-me com um sorriso afetuoso e um pouco intrigado, que tudo bem!

Aos 15 anos de idade Rodolfo cometeu o ato infracional por porte de arma. Quando estava na escola a polícia o apreendeu e além da arma havia drogas; somente após dois anos foi acolhido pelo CREAS para o início do cumprimento de sua medida LA, pelo prazo mínimo estipulado judicialmente de seis meses. É o caçula de quatro filhos, sendo uma moça e outros três rapazes; tem 17 anos e está matriculado na 7ª série, na Escola dr. José de Grisolia, no período noturno, reside em uma das mais perigosas regiões do município de Itabira, e é onde está instalado o Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor (COMBEM), instituição que acolhe o público em situação de vulnerabilidade social, serviço que está inserido na rede municipal de atendimento. Desde o seu primeiro ano de vida Rodolfo frequenta o COMBEM,

e hoje, além de participar das atividades e projetos ofertados, trabalha na instituição.

Das lembranças da infância diz que era muito bagunceiro, batia nos colegas e não gostava de ir para a escola. Aos 12 anos de idade conheceu as “pessoas erradas” e aos 14 envolveu-se com as *“coisas erradas”*. Relata que foi sua escolha entrar para o mundo crime. Primeiro começou a usar droga, depois começou a vender drogas, *“eu queria crescer na vida fazendo a coisa errada, eu fui preso, só lá eu pensei e vi que aquilo não era pra mim, que o que eu tava fazendo era errado, lá ninguém podia me ajudar, minha mãe queria me ajudar, mas não podia”*, os seus dois irmãos também tiveram uma trajetória no mundo do crime, um envolveu-se com o tráfico de drogas e o outro foi preso por porte ilegal de armas.

A ida para o tráfico de drogas foi incentivada por amigos e Rodolfo, em nenhum momento, sentiu medo ou pensou em voltar atrás, pois, como era menor de idade, estava certo de que não haveria consequências maiores, uma vez que não seria preso. No Acolhimento, a mãe de Rodolfo disse que havia perdido o seu filho primogênito em um grave acidente de moto, e que Rodolfo havia ficado bastante abatido, pois os dois eram muito próximos, e após essa perda considerou imprescindível o acompanhamento no CREAS. Sobre esse episódio, Rodolfo disse que após perder o irmão sua vida não tinha mais sentido, *“vendo minha mãe sofrer por perder meu irmão, e se eu continuasse do jeito que eu tava na criminalidade minha mãe só teria desgosto”*. Filhos de pais com poucas condições financeiras, a mãe trabalha como cozinheira e o pai é pedreiro, ainda criança seus pais se separaram e coube à mãe cuidar dos filhos que se distanciaram do pai, tendo retomado a convivência há pouco tempo, momento que coincidiu com a morte do irmão.

Inicialmente, quando eu o questionei sobre possíveis razões para o seu envolvimento com a criminalidade, culminando com a medida socioeducativa, Rodolfo não tem uma resposta pronta, diz não saber. Ao longo do cumprimento da medida esta resposta parecia estar se delineando pouco a pouco. Ao pensar sobre as condições de vida e o que poderia ter motivado a escolha pelo crime, sem hesitar Rodolfo diz que a falta de oportunidade, falta de apoio da

família, contribuiu para essa escolha, e como os seus pais ganham muito pouco o envolvimento com o tráfico seria uma oportunidade de ganhar dinheiro. Gastava todo o dinheiro que ganhava, gostava de ir nadar com os amigos; próximo à sua casa tinha um senhor que alugava sua piscina nos finais de semana, e era lá que eles passavam a maior parte do dia. E quando questionado sobre o que poderia tê-lo levado para esse caminho:

Muito desgosto, separação dos meus pais, se eles tivessem juntos eu não tinha cometido esse erro, se tivesse um pouco mais de amor, de apoio, não da minha mãe, mas do meu pai, eu acho que eu não era nada disso que eu fui antes, se ele tivesse comigo desde criança, tivesse me visto crescer, completar idade, não tinha acontecido nada disso.

Rodolfo lembra que quando era menor o seu pai não gostava que ele e seus irmãos ficassem na rua, sempre ouviu dele a palavra não: era não para jogar bola, não para brincar na rua, não para assistir à TV, não, não e não. Em associação à ida para o crime Rodolfo revela que havia uma motivação, algo que justificaria sua escolha, ao dizer: “*eu queria mostrar pro meu pai que eu não era mais criança*” e que sua vontade era ser reconhecido.

Ao longo desse acompanhamento que estendeu-se por oito meses no CREAS, pude constatar algo que aconteceu, não apenas com o Rodolfo, mas com muitos outros adolescentes com os quais pude conversar no CREAS: que não há uma resposta de imediato que justifique ou esclareça a(s) motivação(ões) para a prática do ato infracional. Muitos adolescentes silenciam diante desta pergunta e, em seguida, dizem que não sabem respondê-la. Inclusive, conforme discutimos em outra seção, na tentativa de apontar a etiologia da infração na adolescência temos que ela é multifatorial, e a essência dessa escolha está na história singular de cada adolescente. Neste sentido, ratificamos a importância da escuta do adolescente de fazer o seu saber chegar ao judiciário, o que constitui peça-chave do trabalho da medida.

Se as motivações para a prática do ato infracional são de natureza inconsciente, a escuta do adolescente parece configurar um potencial de trabalho para a realização de uma medida que não confere um trabalho

técnico. Ao final, estava matriculado no primeiro ano do ensino médio e havia sido contratado no COMBEM. Inscreveu-se para uma prova para um curso de mecânica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e disse sentir-se muito bem. Reatou o namoro com uma antiga garota que, segundo ele, o ajudou muito, levando-o para a igreja, *“quero crescer, aqui é um lugar diferente da escola, da rua, aqui eu posso refletir, aqui eu tô numa posição melhor”*. Ao final de oito meses Rodolfo encerrou o cumprimento da medida de LA; a prática do ato infracional foi rompida e a construção de um projeto de vida realizou-se, acompanhado do retorno à escola e conquista de um trabalho. Não pouco comum, assistimos a busca de muitos adolescentes pela religião como uma tentativa de ter um referencial, um ponto de apoio, a fim de dar conta do mal-estar proveniente da experiência de ruptura com a prática do ato infracional. Neste caso, a religião operou como um alicerce, diante da morte do irmão e sua permanência no crime *“nessa época eu ainda estava no crime, via minha mãe sofrendo por causa do meu irmão, e vi que eu não podia continuar assim”*.

4.5.2 Marcelo

"Ninguém pode me ajudar senão eu mesmo"

(Marcelo)

Marcelo chegou ao CREAS em agosto de 2014, para ser acolhido devido à prática de ato infracional por porte de arma. Contava na época com 16 anos de idade e estava acompanhado de sua mãe. Foi-lhe imputada uma medida de liberdade assistida, com prazo mínimo estipulado judicialmente de seis meses. Filho único, à época estava cursando o 9º ano na Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio (EEMZA). Os pais não foram casados, e ainda na gravidez o seu pai sofreu um aneurisma, deixando sequelas, que, contudo, não o impediram de conviver com o filho. No momento de acolhida foi feita a apresentação do CREAS, esclarecimentos e orientações sobre como seria o trabalho, objetivos, finalidades.

Na escuta individual, Marcelo, de muito poucas palavras, apresenta-se solícito, educado e colaborativo, *“gosto de zoar, de fumar maconha, não gosto de ir pra escola, nem de estudar, nem de ler”*. Marcelo apenas respondia quando questionado, não observei inicialmente a preocupação com a sua situação: a autoria de um ato infracional. A impressão que eu tinha é que ele não colocava em questão o que lhe acontecera, isto é, não estava em questão, não estava sendo, portanto, problematizado. Neste sentido, a construção do PIA foi um grande desafio, pois eu não poderia incorrer no equívoco de sugerir qualquer meta; seria necessário trabalhar para que uma questão surgisse a partir do Marcelo, pois eu assim considerava o início de um trabalho possível. Eu constataria, ao ouvi-lo e também à sua mãe, que havia uma vontade de mudar de escola, pois ele apenas entrava em sala de aula para marcar presença; disse que os professores são desinteressados. Logo, apostei que pensar essa possibilidade de mudança de escola poderia abrir outras oportunidades, e ser o espaço para gestar alguma – ainda que pequena – mudança no que estava dado.

O pai compareceu acompanhando o filho, relatou as dificuldades que a mãe passou para criá-lo, e devido às poucas condições financeiras seus pais, avós do Marcelo, sempre prestaram ajuda e apoio. Quando a mãe ia trabalhar deixava o filho com os avós durante o dia, e foi assim durante muitos anos, até ele completar 12 anos. Nesse atendimento pedi ao Marcelo que escrevesse uma pequena história sobre quem ele era, disse que não tinha nada para escrever, mas que aos poucos foi surgindo. Quando questionado sobre como era ir ao CREAS ele responde *“Ah, tem que vir!”*. Nessa ocasião ele fala que acha que não vai adiantar ir ao CREAS, pois *“ninguém pode me ajudar senão eu mesmo”*; ressaltai a importância dessa fala. Até então havia observado que o Marcelo ia ao CREAS sem falhar, muito colaborativo, mas com a finalidade de cumprir com a formalidade, e muito incentivado pela mãe.

Porém, essa sua colocação fez-me pensar na possibilidade de implicação, até então ausente, e assentimento subjetivo diante do ato infracional. E questionei, por muito tempo, se responsabilizar consistia na formalidade do cumprimento da medida socioeducativa. Em outro atendimento, perguntei se ele conhecia o ECA; ele respondeu-me que não, dei a ele uma

cópia e começamos a conversar sobre esse Estatuto. Vieram à tona as noções de direito e dever. Depois de sua leitura, conversamos sobre o ato infracional, as medidas socioeducativas, e as noções de transgressão, liberdade e dignidade. À medida que eu o escutava foi ficando claro que para ele o ato infracional correspondia a algo proibido, e a liberdade era sinônimo de poder fazer o que quisesse.

O comportamento de Marcelo na escola, conforme relato da pedagoga daquela instituição de ensino, datado de período anterior ao acolhimento no CREAS, descreveu frequência à escola; contudo, falta de compromisso e iniciativa para a realização das atividades escolares e rendimento escolar insatisfatório. Além de dispersão em sala de aula, e conversa com os colegas, entra e sai da aula. Quando o professor ou outro funcionário intervém, Marcelo reage com agressividade verbal e às vezes utiliza de força física. Não respeita as regras e limites estabelecidos no ambiente escolar, o que dificulta a relação dele com professores e demais funcionários; chega atrasado e muitas vezes opõe-se a entrar na escola, permanecendo na praça ao lado.

A medida de LA teve início no mês de setembro, e em fins de outubro Marcelo começou a faltar, sem justificativa. Nessa ocasião sua mãe foi ao CREAS e relatou uso intenso de maconha, que o filho não tem ido à escola e que está na companhia de “más pessoas”, continua frequentando o curso profissionalizante no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o trabalho como menor aprendiz em um supermercado. Logo em seguida deixou a medida no CREAS, o curso no SENAC e o trabalho como menor aprendiz no supermercado. Relata ainda que há dois meses procurou pelo Conselho Tutelar a fim de conseguir a expedição de uma Carta Precatória para internação de Marcelo em uma clínica de reabilitação, o que lhe foi negado.

O adolescente começou a faltar aos atendimentos, passava noites e madrugadas na rua sem avisar a mãe, que relatava piora do comportamento do filho. Após um período ausente, Marcelo retorna ao CREAS e, em um atendimento, relata que não vai mais cumprir a medida, pois o que ele precisa é sair das ruas e pede ajuda. Devido à não implicação no cumprimento da medida, e constatada a situação de risco cada vez maior em que Marcelo se

expunha, encaminhei um relatório para o Ministério Público informando da não adesão à medida e solicitando intervenção, com urgência.

Em seguida fiz um encaminhamento ao Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Entretanto, Marcelo se opôs tanto a comparecer ao CREAS quanto ao CAPSi, deixando seus pais e avós bastante angustiados. Estes também procuraram o serviço e relataram piora no comportamento de Marcelo, que passava bastante tempo na rua fazendo uso de drogas.

Anterior ao acolhimento no CREAS, pouco menos de dois meses, há registros de encaminhamento psiquiátrico do CAPSi solicitando intervenção para tratamento/internação decorrente do uso de substâncias psicoativas. Há também registros da Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Itabira, de encaminhamento para uma comunidade terapêutica, devido à falta de condições socioeconômicas da família em arcar com o tratamento. Em outro documento, o Centro de Acolhimento SOS Drogas, em parceria com o Centro de Referência Estadual em Álcool e Outras Drogas (CREAD), órgão do Estado de Minas Gerais, comunicou triagem e possível início do tratamento. Contudo, não houve adesão ao tratamento, e algumas semanas depois houve a convocação para audiência na qual foi atribuída ao Marcelo a medida socioeducativa de LA.

Em atendimento individual, a mãe diz que o filho é um bom menino, mas que há aproximadamente um ano ele começou a usar maconha, não tem tido boas notas e frequência na escola, e está andando com *“más companhias”*. Acrescenta ainda que o comportamento do filho mudou muito, principalmente em relação a ela. Antes era muito carinhoso e que há um tempo tem observado certo distanciamento dele, e que ele está completamente mudado. Manifesta sua expectativa e aposta quanto ao cumprimento da medida socioeducativa, pois lamenta o rumo da história do filho: primeiro a descoberta do uso da maconha e agora a apreensão por porte de arma. Nas suas palavras, *“meu sonho pra ele é que ele seja honesto, um filho dói é na alma de uma mãe. Se o erro foi meu é porque é amor demais, eu dei tudo”*.

No final do mês de maio de 2015, Sônia procurou-me no CREAS, dizendo que após a entrada de Marcelo no Centro Socioeducativo, devido a uma tentativa de homicídio, ele havia abandonado a medida de LA no CREAS, bem como o curso no SENAC e o trabalho como menor aprendiz, *“ele não quis voltar lá nem para receber, começou a ameaçar todo mundo na rua, ficou muito estranho, comecei a ter medo dele porque ele me ameaçava também”*. Há dois meses o adolescente foi internado, conforme medida de privação de liberdade por tempo indeterminado, após tentar matar um rapaz que lhe devia R\$ 30,00 de compra de droga. Disse que o filho está com a *“mente ruim”*, e que só fala em matar fulano, sicrano e beltrano. Marcelo ainda não havia sido acolhido pelo serviço de psicologia. Disse ter tido uma outra impressão da internação *“eu estou muito preocupada já com a volta dele, porque lá na verdade não é tratamento, eu imaginei que fosse tratamento, mas é prisão mesmo”*. Está muito preocupada com a volta do filho para casa, pois o garoto que o filho tentou matar mora próximo à sua casa e soube por algumas pessoas que quando o Marcelo voltar ele será morto, e diz que não tem condições de mudar de residência. Afirmou que somente agora deu-se conta de como é ruim estar longe do filho, a saudade é cada vez maior à medida que o tempo passa. Suas condições para visitá-lo são muito restritas, pois depende da liberação no trabalho e disponibilidade de carro na prefeitura para conduzi-la até o Centro, o que nem sempre coincide com os dias de visita.

A mãe, aflita pelo comportamento de risco a que se expunha Marcelo, decidiu entregá-lo. Após uma noite em claro, enquanto o filho ainda dormia, foi até à delegacia de polícia e denunciou o armazenamento de drogas, armas, no forro da cozinha de sua casa, e toda a situação na qual estava envolvido o seu filho, autorizando a polícia a empreender busca em sua casa. Chegando lá, toda a droga e armas foram apreendidas e Marcelo confessou a tentativa de homicídio, *“se eu não fosse lá entregar ele numa hora dessas ele tava morto”*. A mãe soube por vizinhos, depois da apreensão do filho, que havia pessoas vigiando-o na porta de casa para matá-lo e que só não o fizeram porque Marcelo dormiu o dia todo devido ao uso de drogas. Quando questionada sobre o motivo de ter procurado a polícia, responde: *“eu tava sentindo que ele ia*

morrer, segui minha intuição” e sobre o que poderia ter levado Marcelo a escolher esse caminho de envolvimento com a criminalidade, a mãe diz:

Você sabe que ninguém conhece um filho igual a mãe! Eu sei por que. Ele ficou assim por causa de dois assaltos que teve lá em casa, um seguido do outro, e eles levaram tudo, foi quando ele era menor, um ele tinha 11 anos e o outro 12, ele falava não chora não, mamãe, porque eu vou crescer, vou comprar um revólver e eu vou matar os dois, depois disso ele sempre falou em matar. Aí trabalhei, comprei tudo de novo, passou um ano eles levou tudo, ele cresceu sempre falando muito nisso. Então, não sei se é isso, mas que isso ajudou muito eu tenho certeza! Criou uma revolta muito grande dentro dele, porque até então ele era um menino que você chegava com um ventilador e punha dentro de casa ele ficava falando daquilo por mais de um mês, noh, mãe, isso aqui é nosso, cuidado para não estragar! Ele tinha um amor muito grande pela casa. Quando ele era pequeno a gente morou de aluguel e às vezes de favor, então, eu sofri muito e ele junto comigo. Ele falava, um dia nós vamos ter a nossa casa, algumas vezes ele presenciou eu chorar por algumas humilhação, e ele pequenininho me abraçava e falava não chora não, mamãe, nós vamos ter a nossa casa! Então, tipo assim, eu tenho certeza que esses dois assaltos contribuiu muito! (sic)

A mãe relata mudança de comportamento do filho após esses assaltos. Seus desenhos passaram a ter armas e tiros; diz que ele ficou muito diferente depois do último assalto. E que a revolta sentida pelo filho é algo que vem dele querer vingar-se. É um pensamento fixo de Marcelo matar os três – o traficante e os dois ladrões – disse a mãe em sua última visita ao Centro Socioeducativo, e que feito isso ele poderia ir para a cadeia. Nesse sentido, a passagem abaixo de Winnicott (1961/2011) vai ao encontro da idéia de uma ruptura, uma espécie de fratura que pode ser localizada na experiência do ato infracional:

Por trás da tendência anti-social há sempre uma fase de saúde seguida de uma ruptura, após a qual as coisas nunca mais foram as mesmas. A criança anti-social busca, de um modo ou de outro, com violência ou sem ela, obrigar o mundo a reconhecer sua dívida; ou tenta fazer com que o mundo reconstrua a estrutura rompida. Portanto, na raiz da tendência anti-social jaz esta privação ou carência. (p. 125)

À procura de uma explicação para o que aconteceu ao filho, ela diz

Eu fui a melhor mãe que eu pude, horas nenhuma eu deixei ele, não sinto que a culpa é minha, não, não dá pra entender isso, não! O Marcelo foi criado assim, igual filho de rico, ele sempre teve tudo, ele não precisava disso. Ele falou pro juiz que ele começou a vender droga porque eu não dava dinheiro para ele, então tipo assim ele tinha tudo. Até dinheiro eu dava, o pai dava, mas depois que a gente ficou sabendo que ele tava usando droga ninguém deu mais. (sic)

A mãe de Marcelo começou a falar de sua história, do sonho de ser mãe, da vida na roça trabalhando junto com o pai. Sua mudança para Itabira surgiu como uma oportunidade para estudar, completar o supletivo. Ela foi, fez amizades, acabou de estudar e permaneceu por lá, e hoje são 23 anos morando lá. Conheceu o pai de Marcelo em um carnaval e, embora não tenham vivido juntos, descobriu a gravidez. Então perguntei qual foi seu sentimento ao descobrir que estava grávida

Fiquei muito feliz, porque desde os dez anos de idade o meu sonho é ser mãe. Eu criança eu já sonhava ser mãe. Eu pensava, quando eu tiver um menino eu vou deixar ele fazer tudo que ele quiser, é certo e errado, porque minha mãe não deixava eu fazer nada. Não podia brincar, não podia ir na casa de vizinho, não podia ir em festinha de ninguém, eu só ia à missa dia de domingo com ela, e assim eu fiquei até os 16 anos, só saía com ela. Aí eu tive o Marcelo, mas na verdade eu nunca deixei ele fazer o que ele quer, até os 14 anos eu controlei ele assim no duro, depois ele ficou assim de uma vez, não tem nem explicação, foi muito rápido. O tempo que o Marcelo começou a mexer com droga e que ele transformou assim foi um ano, foi muito rápido. (sic)

Desde o início desta entrevista é expressiva a preocupação da mãe de Marcelo quanto à sua permanência no Centro Socioeducativo, isto é, ela vê a internação como um local seguro e de possibilidade de reabilitação, não quer que ele lhe faça visitas em casa – o que é permitido após decorrido um tempo na medida de internação – pois acha que isso pode atrapalhar o processo, e ele pode se envolver em outras situações. Quando eu mencionei o tempo máximo de uma medida de internação, que é de até três anos, ela manifestou sua vontade de que ele permanecesse lá até os 18 anos. Pude inferir que

nesse momento o Centro Socioeducativo é o lugar que pode oferecer-lhe segurança, o que ele não tinha antes de ir para lá, pelo contrário, estava em situação de alto risco.

No decorrer de sua fala a mãe demonstra o quanto está triste e abalada com esta história. Disse que a princípio pensou que ficaria bem, mas depois uma dor muito grande tomou conta dela. Desde novembro de 2014, quando tudo começou a piorar, tem tido problemas de saúde, como hipertensão e problemas para dormir. Ao visitá-lo na primeira vez no Centro Socioeducativo constatou o ressentimento do filho, que a ameaçava através de muitas cartas, correspondências que ela não quis receber. Ele lhe disse que ela é culpada por ele estar lá. Na visita seguinte, ao vê-la, após 40 dias de internação, ele chorou pela primeira vez e muito; disse que havia se arrependido e que não iria mais mexer com drogas, mas que vai matar os três, e que a ama muito, ao que ela me diz: *“É muita saudade, eu fico escutando a voz dele chegando em casa e perguntando ‘ôh mãe, o que tem pra comer’?, é um sofrimento muito grande”*.

Outra grande mudança relatada pela mãe de Marcelo corresponde à sua vida na comunidade onde mora. Antes do acontecido as vizinhas reuniam-se nas portas das casas para conversar, e diz que agora ela tem vergonha de fazê-lo, não mais sai de casa. O que aconteceu influenciou diretamente na sua vida social, hoje diz que está sozinha, evita sair para a rua e encontrar vizinhos, embora não haja nenhum tipo de ameaça, mesmo por parte daqueles que juraram seu filho de morte. E finaliza dizendo:

Tem hora que eu fico revoltada com ele [Marcelo] que eu fico sentindo assim que ele acabou com a vida dele e com a minha junto, porque, tipo assim, como é que eu vou viver agora? A dor agora é muito maior, se ele morrer eu morro junto.

4.5.3 Rodrigo

“Eu num sei nem dizer o que que é direito”

(Rodrigo)

Rodrigo, 17 anos, chegou ao CREAS acompanhado de sua mãe, através de um encaminhamento judicial para cumprir a PSC por quatro meses e meio. Diz-me que a polícia o surpreendeu e o conduziu à delegacia depois de localizar em meio a seus pertences, os seguintes objetos: um punhal, uma faca, 20 pedras de *crack*, 32 balas e uma arma. Expressava impaciência e muita irritabilidade, respondendo às perguntas durante a entrevista de acolhimento de modo bastante sucinto, quase restringindo-se ao “*sim*” e ao “*não*”. Relatou estar muito “*indignado*” com a juíza, pois durante a audiência disse-lhe que enquanto ele não parasse de fazer o que estava fazendo ele não iria parar de comer formiga. No momento da acolhida observei que Rodrigo estava bastante incomodado, desconfortável e impaciente. A impressão que tive nessa primeira entrevista foi de que ele queria cumprir a MSE tão logo pudesse e concluí-la. No encontro seguinte, observando o mesmo comportamento anterior de incômodo diante do convite para falar sobre si, e antes de iniciar o PIA, perguntei se ele conhecia o ECA, respondendo que não. Propus, então, trabalharmos alguns aspectos do ECA. Perguntei o que ele pensava sobre direito, ao que respondeu, “*eu num sei nem dizer o quê que é direito, eu vim aqui é pra prestar o serviço*”. Eu não estava conseguindo trazer esse sujeito para a MSE; aliás, eu não conseguia acessá-lo, o que dificultou muito o início da MSE e mesmo a condução de um trabalho que me fazia sentir que estava “pisando em ovos” com aquele garoto.

Eu pensava muito sobre o que dificultava a realização de um trabalho, e muitas questões vinham à mente: o que significava para aquele jovem cumprir uma MSE? Aquilo era uma pena, punição, castigo? Qual era a sua história, o que afinal o motivaria a carregar na mochila um punhal, uma arma, um cartucho com 32 balas etc? E mais, o que eu despertava nele? Mais uma figura representativa da lei, depois da juíza, do promotor, da polícia... que apresentavam a ele uma cobrança, uma obrigação de reparar um ato infracional? Se ele não sabia o que é direito, será que estava interessado em responder diante de mais alguma coisa além da MSE? Aliás, havia alguma demanda, uma pergunta que mobilizava esse adolescente? Àquela época eu

acreditava que não havia nada além da pressa por cumprir uma medida, sem a menor necessidade de pensar sobre ela!

Rodrigo escolheu uma instituição para cumprir sua medida, um local e atividade que se aproximava de seus interesses: um clube. No dia e horário acordado com a instituição chegamos eu e o Rodrigo. Ele conheceu o clube e conversou com o funcionário responsável por acompanhá-lo, e depois de todos os detalhes ajustados ele iniciaria o cumprimento da MSE na semana seguinte. Após dois meses de tentativa de trabalho junto a esse jovem, frequente à instituição e cumprindo sua PSC, envolveu-se em uma discussão com o presidente dessa instituição e sua medida foi suspensa. A discussão decorreu do fato de tratarem Rodrigo como um “apenado”.

Desde o primeiro contato, observei que o cumprimento da MSE configuraria um desafio para Rodrigo. Em todos os momentos seguintes em que os atendimentos foram agendados, Rodrigo compareceu sempre com a urgência de cumprir a medida, sem se propor a refletir sobre sua experiência. Ele respondia bem quando chamado para os atendimentos, faltou em alguns, e havia muito pouca adesão ao trabalho a que se propõe a medida. Apresentou alguns empecilhos para a realização de seu trabalho, não respeitando os horários e não apresentando frequência regular. Os profissionais da entidade que o acompanhavam na realização das atividades queixavam-se de seu comportamento, por vezes ríspido e desrespeitoso, ao demonstrar não estar disposto a atender as tarefas propostas.

Observei que ele ainda estava envolvido com a criminalidade, apresentando pouco interesse no cumprimento da medida; uma semana comparecia e outra não. Pude observar que a entidade apresentava sempre queixas relativas ao comportamento desse adolescente, e no primeiro instante de sua apresentação pude entrever que a sua presença incomodava, talvez pelo seu jeito de se vestir, de usar gírias, cortes na sobrancelha, que, posteriormente, descobri servir como código, como uma identificação, diferenciação e, de certo modo, aquilo era um símbolo que lhe outorgava um lugar, de pertença e status na sua comunidade. A exclusão, o preconceito e a discriminação por ele sofridos estiveram presentes na sua fala desde o primeiro

atendimento, seja pela justiça, pela polícia, pela sociedade civil e, agora, pelos funcionários que o acompanharam no cumprimento da medida socioeducativa etc.

Não obstante, o que esse jovem denuncia é a vertente de um ser humano que não consegue existir, de um cidadão que habita a cidade à sombra, à margem. Excluído de uma rede de afetos e de cuidados, o relato desse adolescente ratifica que todos os lugares pelos quais passou – a delegacia de polícia, a audiência com o juiz e outros dispositivos que representam a lei – não foram capazes de convocá-lo a responder pelo seu ato como sujeito, pois em nenhuma destas esferas ele foi considerado como tal. No espaço da cidade onde não há lugar para o cidadão, tampouco terá espaço de emergência para o sujeito:

O sujeito não é o cidadão. Um e outro representam duas posturas, emergência ou constituição de um sentido. O cidadão é, de início, um, qualquer um: o sujeito é singularidade que se afirma por ocasião de um acontecimento a que ele passa a dever fidelidade. (Garcia, 1997, p. 23)

Isto é, a atitude é justamente resgatar o caráter subjetivo e afastar, desse modo, qualquer tentativa de adaptação dos adolescentes, o que promoveria o massacre subjetivo e iria de encontro às ideias preconizadas pelo ECA. Nessa atmosfera de cuidado temos um sujeito pensado na sua singularidade.

E nessa dimensão fundadora do sujeito podemos pensar que, na ausência de uma explicação para as motivações para o ato, tem-se a oportunidade de convocar esse adolescente a responder diante do seu ato. Nesse sentido, a transgressão torna possível a inscrição desse sujeito na lei, “o sujeito pode transgredir a lei como forma de inscrever-se nela, passando depois a respeitá-la” (Garcia, 1997, p. 46). Diante disso podemos indagar: de quê serve a lei, ou a Lei, ou, para quem serve? Nesse contexto podemos considerar que “a primeira consequência da lei terá sido fazer do selvagem um homem e, conseqüentemente, criar uma cultura; a interdição do incesto estabelece uma linhagem e com ela uma descendência”. (Garcia, 1997, p. 39)

Assim, se voltarmos a Rodrigo podemos pensar que, para ele e muitos outros, o que se pede, em primeira mão, é que o adolescente se responsabilize pelo seu ato sem, contudo, necessariamente convocá-lo para sua posição de um sujeito que interpela o seu ato e a ele procura responder por meio do cumprimento da medida. E, se estamos falando em responsabilização, é digno a todo adolescente autor de ato infracional aceder à sua posição de sujeito ao cumprir uma medida? Afinal, a responsabilidade pode ou não ser uma questão para o sujeito, “Já se anotara anteriormente, quando se procurava formular uma Ética possível para a Clínica do Social: a Ética deve avaliar o que pode um sujeito e o que desse poder ele é capaz de querer” (Garcia, 1997, p. 49).

4.5.4 Henrique

“A minha janela dá porta para a rua...”

(Henrique)

A história de Henrique começou a partir do meu convite transmitido por sua tia L. Conheci Henrique ainda no papel, história transcrita no prontuário institucional do CREAS, alojado no arquivo de “inativos” ou “desligados do programa”, o que significa que o acompanhamento havia sido encerrado. Lá estava documentado um número sem fim de atos infracionais, medidas socioeducativas cumpridas pela metade, uma infância e adolescência atravessadas por desafetos, descuidos e muitos, muitos conflitos intra e extrafamiliares, que culminaram na prática de um homicídio, e uma internação que, através da medida de privação de liberdade, portanto, compulsória, interrompeu uma série de outros possíveis atos infracionais.

Em janeiro de 2015, a coordenadora do CREAS pediu-me a gentileza de responder a um ofício do juizado que solicitava informações sobre o adolescente. Esse pedido foi endereçado a mim, pois assim haveria a possibilidade de eu conversar com a tia do adolescente, naquela ocasião integrante da equipe do CREAS. Convidei-a e expliquei o motivo daquela conversa e ela, diante da demanda judicial, concordou em informar-me. E eu não queria apenas responder a esse ofício e atender a um pedido da

coordenação do Programa, já que ali eu estava na condição de apreender e por isso disponível, pois ali existia uma possibilidade de ultrapassar o documental e oferecer uma escuta.

Foram três horas de escuta ininterruptas. L. contou-me em detalhes a história de vida do sobrinho e de sua família, e pude constatar que a situação de Henrique era motivo de muito sofrimento para ela e sua família. Ao final, sentindo-me confortável em ousar diante de tudo o que eu havia escutado, fiz o convite para que Henrique participasse da pesquisa. Ela reagiu ao convite de modo entusiasmado e disse que na sua primeira oportunidade o transmitiria ao sobrinho, e este aceitou. Em ofício, informei ao juiz que ele estava em medida de internação desde 10 de março de 2013 e que aguardava o término da medida. Segundo informações técnicas, isso poderia acontecer em breve, pois foi relatado pela equipe de técnicos que Henrique já estava em condições de encerrar sua medida.

No mês seguinte, em fevereiro, L. informou-me que Henrique sairia em breve, e em 6 de fevereiro de 2015 ele saiu do centro socioeducativo e retornou ao convívio de seus familiares, que agora residem na cidade de Belo Horizonte, por motivo de segurança do jovem e de sua família, que temem represálias. Fui recebida em sua casa para a primeira entrevista a Henrique, agendada para o final do mês de março daquele ano. No primeiro momento, mencionei aspectos relativos ao sigilo, esclareci ao jovem os motivos que me levavam até ali, o que significa e para que serve uma pesquisa de doutorado, e como propunha e sugeria que trabalhássemos dali em diante. Ele aceitou e, de prontidão, após um pedido meu para que iniciasse do ponto que quisesse, começou a narrar sua história de vida.

Henrique tem 17 anos, prestes a completar a maioridade, e uma história de vida muito intensa. Neste instante, após quase dois anos cumprindo medida de internação, o seu ponto de partida, foi descrever a sua vida a partir do momento em que sua trajetória na prática do ato infracional começou. Criado pelos avós, Henrique relata que sempre foi uma criança inquieta, sua indisciplina é anterior à história das medidas socioeducativas. Brigas, desentendimentos, começaram na escola quando ainda era pequeno. Tinha

dez anos de idade, quando discutiu com professores, com colegas, com todo mundo “comecei a revoltar, não sei por que, é, tipo, comecei tipo, comecei a ficar diferente prá caramba, tipo, de uma vez, assim, fiquei, sei lá” (sic). Ele nasceu quando sua mãe tinha 16 anos de idade e não o assumiu, assim como o pai, à época com 18 anos. Considera que seus avós são seus pais e hoje, ao sair da internação, voltou a morar com eles. Por algumas vezes, tentativas foram feitas para que ele passasse a viver com sua mãe e seu pai, embora os dois tenham se separado após o seu nascimento e constituído outra família. Sua mãe tem outros três filhos, e cada um deles é filho de um pai diferente.

Contudo, todas as vezes em que foi morar com a mãe e outras com o pai, iniciativa que em nenhum momento foi sua, disse-me, não deu certo e ele sempre voltava para a casa dos avós um ou dois dias após sair. Seu pai sempre comparecia a pedido da avó para lhe corrigir, bater, quando se envolvia em alguma situação errada. A sua relação com seus pais sempre foi permeada pelo conflito, sobretudo com sua mãe e, até hoje, os dois não conseguem estabelecer uma relação de mãe e filho, pautada por exemplo de respeito e consideração. Entre eles, as brigas, desentendimentos e conflitos são frequentes, caracterizando uma convivência marcada pelo abandono, desamparo e descuido. Por mais de uma vez durante seu relato, Henrique refere-se a essa situação de abandono e aparente descaso como um fator de risco para o caminho que escolheu: a criminalidade:

Eu nem considero minha mãe como mãe, eu mais minha mãe brigava muito, meu pai também, ele ficava sabendo que eu tava usando droga, pelos colegas dele lá das antiga, no bairro lá, que via eu usando droga, meu pai chegava em casa e me batia, minha avó ligava pro meu pai e ele ia lá e me batia, aí tipo assim, teve muitos fatores, não foi só um não, tipo, e eu queria descontar em alguma coisa, aí eu comecei a usar mais droga, mais droga, cada vez mais, e mais, e aí teve uma época que meu pai virou pra mim e falou que não queria saber mais de mim não, que eu já tava demais já, que não queria mais saber de mim, minha mãe virou pra mim e disse que não queria mais saber de mim, eu tava só esperando minha tia falar isso só que minha tia não falou isso comigo não, minha tia sempre teve comigo, sabe? minha tia e minha avó (sic)

Aos 12 anos de idade, começou a fumar maconha, andar na companhia de pessoas “*não muito viáveis, bandido mesmo*” (sic). Conheceu muita gente e, certa vez, em uma oportunidade que surgiu, começou a vender drogas. Essa venda de drogas, estimulada pela companhia de um rapaz maior de idade, rendeu-lhe dinheiro permitindo-lhe ter acesso a bens, iniciando assim uma corrida e mesmo um ciclo vicioso: quanto mais se tem, mais se quer! O caminho pode ser assim resumido: consumo de drogas, inicialmente a maconha, e depois o uso da cocaína, venda de drogas, envolvimento em outros tipos de atos, como o roubo e companhia de pessoas cada vez mais comprometidas com a criminalidade, em uma situação sendo conduzida cada vez mais aos extremos, às fronteiras. O mundo experimentado e vivenciado por Henrique era conduzido pela satisfação de pequenos prazeres, dinheiro e tudo aquilo que ele podia comprar. Um mundo de consumação do prazer, da droga e das infrações, que, segundo o adolescente,

Vai embora mais rápido do que vem, foi tudo muito rápido, aí comecei a usar cocaína, muita cocaína, tava fazendo muita coisa errada, indo em muito lugar que eu nem conhecia, mais gente ainda, da pesada, e minha tia sempre me ajudou, fraga? toda hora que ela chegava, porque ela almoçava na minha casa, ela trabalhava naquele escritório de advocacia lá perto da sua casa lá embaixo lá, ela sempre me ajudava ela sempre trabalhou nesse meio aí, ela sempre me dava bom conselho, conversava comigo prá caramba, às vezes eu não queria conversar com ela e mesmo assim ela insistia em conversar comigo, dava altas boas ideias, conversava comigo prá caramba, só que tipo assim não sei véio eu tava meio cego, fraga? aí tipo assim, eu escutava mas, eu não entendia o que ela queria dizer não, entendeu? meio que era em vão, ela gastava o tempo dela conversando comigo, não sei eu não entendia ou se eu não queria entender aí ela falava, falava, falava, falava prá caramba.

As infrações começaram ainda na escola. Pequenas brigas, discussões e desentendimentos eram motivos para seus pais serem convocados a comparecer e, na ausência destes, sua avó e sua tia é que iam buscá-lo. Com o passar do tempo, esses comportamentos de indisciplina na escola foram se tornando frequentes, até que resultou em expulsão, mudança de escola e posterior abandono do espaço escolar. No momento em que Henrique está mais envolvido com a criminalidade, a escola não mais faz parte de sua rede

de relações. Sua convivência familiar caracteriza-se por constantes desentendimentos, desobediência aos avós, que não mais exerciam quase nenhum tipo de controle e autoridade sobre o adolescente. Conforme passagem acima, as intervenções de sua tia que tinha muito acesso e a quem ele escutava, pareciam não mais fazer sentido, ou mesmo ressonância. Henrique conta que se despedia de seus avós à noite e ia dormir; na verdade, fechava-se em seu quarto e em seguida pulava sua janela que dava porta para a rua, lançado que estava nas madrugadas, ocupado em “fazer dinheiro” (sic) com a droga que vendia.

Certa noite em que Henrique havia usado droga, reunido com alguns colegas na porta de sua casa, conversava com outros quatro quando um deles que somente andava armado pediu-lhe que guardasse a arma em sua casa, o que concordou. Deixou-a sobre o padrão de luz e, caso precisasse, estaria ao alcance. Logo após um pequeno grupo de jovens se aproximou e seu colega pediu que ele pegasse a arma. Segundo ele, eram conhecidos, chegaram falando alto e Henrique aproximou-se e falou diretamente a um deles, “e aí, cê guenta bala no peito?”, dizendo ter feito uma brincadeira, e quando o adolescente tentou sair da mira encostou na arma e houve o disparo. Esse acontecimento, que preencheu um sábado anteriormente sem importância, foi relatado por Henrique:

Só que quem tava vindo lá em cima não era cara que tinha confusão, problema, era uns cara que a gente já conhecia do próprio bairro, aí tipo por brincadeira, eu fui brincar com o menino e a arma tava com o cão puxado, e tipo assim, ela fica muito sensível qualquer encostadinha ela dispara. Tava com o cão puxado aí eu fui brincar com o menino, e aí Marcos, você aguenta bala no peito? só que assim, não sei se ele assustou ele foi e de um tapa na arma na hora que ele deu um tapa na arma meu dedo tava no gatilho aí foi apertou o meu dedo aí foi disparou, paaah, aí deu um fogão, bummh, disparou, aí pegou na testa dele, aí ele caiu no chão, eu fiquei desesperado, entrei pra dentro de casa, na hora que eu vi não tinha ninguém já, os cara já tinha tudo vazado, eu entrei pra dentro de casa, do lado da minha casa tem uma clínica do DETRAN, aí eu joguei a arma na clínica do DETRAN, eu tava drogado, eu tinha usado cocaína, aí tipo eu joguei a arma, aí tipo eu só esperei né véio, eu já sabia que alguma coisa ia acontecer, na hora que eu

olhei da minha janela do quarto tinha aquele tanto de gente na rua foi quase na porta da minha casa praticamente, foi na porta da minha casa, né! aí eu vi aquele tanto de gente e falei noh, agora fudeu, me ferrei! aí a polícia chegou, me pegou, beleza, pahh, me levou aí também eu tava pinchando eu tinha pinchado lá no Fórum da cidade, tinha escrito um tanto de coisa, e tinha deixado minha presa, que é meu nome de pichação era Zica aí em cima da negocinha do meu quarto tinha escrito Zica e as polícia foi e viu também, aí eles falaram com minha avó assim que eles tava me levando por causa da pichação, só que ela não ficou contente com a resposta ela saiu e viu o que tinha acontecido. (sic)

Em referência a esse dia Henrique diz: *“Aquele foi um dia cabuloso”* (sic). Henrique disse que havia usado muita droga no dia anterior, em dose maior de cocaína do que estava habituado, mas que na hora do disparo ele não estava sob efeito da droga, diz que recorria à droga nas situações em que estava nervoso. A maconha usava diariamente, mas a cocaína era de vez em quando, mas que quando usava cocaína era sempre em altas doses, *“arrumava problema dentro de casa, e descontava na droga, usava droga pra caralho na rua, agora a cocaína era mais em festa”* (sic). A interpretação que faço ao escutá-lo, ao longo das entrevistas em que ele se refere a esse acontecimento, ele fala sempre na terceira pessoa, e em nenhum momento ele conjuga na primeira pessoa o ato de ter matado. Assim compreendo como está associado à morte a ideia de um acidente. Henrique disse que até esse acontecimento tudo em sua vida tinha acontecido muito rápido. O momento em que a polícia chegou em sua casa, fez sua apreensão, o conduziram à delegacia ele diz não saber o que lhe aconteceria. Sabia da existência de um Centro para menores na cidade vizinha à capital mineira, Sete Lagoas. Esse ato parece ter interrompido uma cadeia de eventos em sua vida e o que lhe acontecera, uma medida de internação aos 15 anos de idade, mudaria radicalmente os destinos de sua adolescência e de sua vida nos anos seguintes.

Estava claro o contexto e cenário de acontecimentos que anunciam e delineiam, aos poucos, a conjuntura de vida de Henrique, suas condições, atos e possíveis motivações. Sabemos que sua janela dá porta para a rua, cenário

onde Henrique protagonizou muitos acontecimentos, lugar onde, mesmo que por instantes, ele encontrou um lugar de pertencimento, de atuação e, por que não, de reconhecimento, ainda que pautados pela efemeridade. Este trabalho poderá revelar, dentre outros aspectos, se é possível vislumbrar uma janela que dê porta para sua entrada no lar de onde saiu e para as questões que o mobilizam no instante presente.

Após oito dias na delegacia Henrique foi encaminhado para o Centro Socioeducativo na região metropolitana de Belo Horizonte; este acontecimento marca o início de uma grande mudança em sua vida, segundo o adolescente. No Centro havia comida, água, roupa, mas de acordo com ele a violência dos agentes socioeducativos era uma constante, assim como a humilhação e pressão sofridas por ele. Relatou episódios de rebelião entre os jovens em que os agentes socioeducativos responderam com violência. Usavam arma, o que não é permitido, “eles [agentes socioeducativos] davam cabada de arma na cabeça da gente”, apenas o uso de algemas é consentido, o que ratifica o funcionamento do Centro como uma prisão. Relatou ainda que no seu primeiro ano de internação fez muita bagunça, desrespeitou regras e técnicos, até perder a chance de passar o Natal com a família. A partir de então assumiu outra postura; lia muitos livros, e quando não estava lendo estava pensando, pensando na sua vida quando saísse de lá, pois aquele tornou-se seu objetivo, nas suas palavras:

Eu acho que esses sofri,...esses momentos assim vai te moldando, sabe? tipo, você pensa, meu Deus, que que eu tô fazendo da minha vida? tô sem ver minha família, até pra eu beber uma água eu tenho que me humilhar, tenho que pedir, pra ir no banheiro. Você vai pensando nisso daí e começa a cair a ficha, sabe? nas coisas que você passa lá dentro lá, mesmo porque não é o certo, é errado, tipo, cê vai se ferrar, uma hora ou outra cê cai, mas tipo, é isso que eu acho que acontece, cê vai pensando os detalhes assim, meu Deus! Às vezes você não dá muita importância, mas cê para pra pensar, muito feio mesmo. (...) É uai, teve, é foi lá dentro mesmo, eu pensei noh, meu Deus do céu! tá bom já, não tem necessidade de fazer mais nada não, mesmo porque eu não preciso disso, não sei nem por que eu fiz isso tudo que eu fiz, parei, e comecei a ficar tranquilo. Noh, chega uma hora que cê cai na real, a ficha cai. Pensei, mas foi igual lá na hora assim foi igual como

acontecía comigo antes eu só pensava tipo em vão, pensava mas não tomava atitude nenhuma para mudar. Eu pensei, meu Deus, o que que eu fiz? mas acabou que nem eu consegui responder, aí não deu nada, aí depois que começou o sofrimento mesmo que eu fiquei nessa, você só dá valor quando perde as coisas, aí que eu perdi minha família, meus amigos, fiquei longe de todo mundo, comecei a pensar aí é foda. (...) Se eu não tivesse caído lá dentro podia tá morto uma hora dessas, podia porque do jeito que eu tava, tava muito terrível, eu aprontei demais. (sic)

Henrique menciona a fundamental presença da sua família durante a permanência no Centro, e mesmo antes, ainda no cumprimento das medidas socioeducativas em que ela era chamada a acompanhá-lo *“por que tipo assim a medida é tipo um conjunto né véio, é você e sua família”*. Quando ainda estava *“aprontando”* diz que sua família conversava com ele, procurava ajudar de algum jeito mas diz que não sabe por que, mas nunca *“deu ouvidos”*, e que por isso hoje era para ele ser diferente e que não soube usar o apoio deles. E quando se refere à sua família dirige-se à sua avó, seu avô e sua tia L, com quem mantinha correspondência frequente, através de cartas e telefonemas, durante sua permanência no Centro.

Anteriormente ao adoecimento do seu avô, que hoje está acamado, ele levava Henrique para todos os lugares, era sua companhia e referência, *“tipo assim, sei lá, ele colocava ordem, meu avô era tipo, o dono da casa, aí depois que ele adoeceu o convívio ficou ruim prá caramba” (sic)*. Muitas brigas em casa e sua relação com sua mãe, a quem considera uma irmã, já muito conturbada piorava acentuadamente. Diz que sua mãe não tem responsabilidade, que ela teve filho muito cedo, que fazia uso intensivo e frequente de bebida alcoólica, saía para as *“noitadas”* e deixava os filhos. Henrique diz não saber o motivo de ela não ter querido ou não podido criá-lo, *“se ela tivesse corrido atrás era pra ela ter me criado não precisava tá nessa situação, não precisava ter acontecido..num sei véio!” (sic)*. Com aparente mágoa Henrique diz que ela, sua mãe, sempre espera por um pequeno *“escorregão”* seu para ela poder falar mal.

Quando traz seus planos para um futuro próximo, Henrique menciona, inclusive, a possibilidade de tornar-se um agente socioeducativo *“fazer isso,*

mas eu queria voltar lá [Centro Socioeducativo], sei lá, diferente sabe? nohh, ia ser interessante demais” (sic). Expressa o desejo de ser visto como alguém que mudou, que hoje está diferente, retornar ao Centro em outra posição e condição, de alguém que esteve lá e que hoje pode contribuir, o que manifesta um velho-novo desejo de reconhecimento. Uma questão que percorreu as entrevistas, sem no primeiro instante ter tido uma resposta delineada, ganha contorno à medida que Henrique fala: qual o por quê do ato?

O foda é tipo assim eu não sei o que eu arrumava, véio, que tipo, essa é uma grande incógnita na minha vida também, tipo eu já escutei muito conselho, minha avó uma vez queria até me internar numa clínica, pra eu poder ficar tranquilo, lá em Lavras, aí eu não quis, entendeu? Ah, véio, sei lá, é uma pergunta que até hoje eu não respondi, por que que eu fiz o que eu fiz, entendeu? porque eu não tinha necessidade de fazer nada disso, cheguei a falar “foi a droga!” é fácil né véio, mas tem algo mais que tipo, todo dia eu penso, eu me pergunto, noh, era muito conselho minha tia, nossa, muito conselho, todo dia conversava comigo, minha avó também conversava comigo pra caramba, não faltou, não tinha porque, às vezes pela assim, vão supor, às vezes a pessoa tem uma dificuldade financeira e tudo, aí a pessoa não consegue arrumar um serviço, ela necessita disso, né véio, necessita de ganhar dinheiro então ela corre pro errado, né véio, pra fazer, mas tipo assim eu não precisava de fazer isso não, entendeu? eu não precisava não, tudo o que eu queria meu avô me dava, minha avó, arrumava um jeito e me dava. (sic)

Essa pergunta ganha contorno e gradativamente configura-se uma possibilidade de resposta. E em seguida Henrique começa a discutir sobre as medidas socioeducativas, que na sua opinião não adiantam muita coisa não, pois é preciso, a seu ver, ter oportunidade e isso significa ter escola de qualidade, acesso ao trabalho, lazer e cultura etc. E ao trazer isso para a sua história de vida ele diz que não pensa que lhe faltou alguma oportunidade; financeiramente teve o que precisava, mas que o problema foi a família e as companhias que teve, *“Mas eu não posso chegar pra você e falar que tipo faltou oportunidade pra mim estudar e trabalhar, não, porque não faltou! Eu sempre tive oportunidade, eu só nunca agarrei, entendeu?” (sic).* No seu entendimento foi necessário passar pela experiência do Centro Socioeducativo,

pois do jeito que estava ele poderia ser morto a qualquer momento, e o que foi preciso para mudar teve de partir dele,

A ressocialização contribuiu prá caramba, mas só como eu te falei, tem que partir da gente, não adianta você ir pra lá e falar e esperar que eles te mudem porque eles não vão te mudar, você tem que se mudar, repensar suas atitudes e tudo o mais, tem que partir de dentro de você. Aí depois eu fui entender que ela [a Psicóloga que o acompanhou no Centro Socioeducativo] realmente queria mudar os outros, ajudar na mudança, não só vinha fazer o que tinha que fazer, tipo só por profissionalismo mesmo, ela levava tipo a mais, além disso daí, pro pessoal ela levava, sei lá, ela queria realmente ajudar você, porque tem gente que você sabe só quer fazer o serviço dele ali e sair fora, não está nem aí procê e foda-se o resto, mas ela não, tipo, ela era diferente prá caralho, ela queria te fazer mudar de ideia de qualquer jeito, tipo, a qualquer custo, te guiava lá dentro pra você poder pensar, poder refletir, muita gente não entendia isso, achava que ela queria só prejudicar você, mas se você parava pra pensar ela tava é te ajudando. (sic)

A retificação do ato infracional transcende o caráter punitivo e normativo. E, nesse sentido, há que atestarmos uma contribuição e especificidade significativas da psicanálise para o entendimento dessas questões, sobretudo aquelas relativas às motivações para a prática do ato infracional. Considerar que a violência faz parte da economia libidinal do sujeito em questão torna elemento essencial para o trabalho de responsabilização e reconstrução subjetivas desse adolescente.

Um fato interessante se repetiu diversas vezes no acolhimento realizado aos adolescentes encaminhados para o cumprimento da MSE: quando questionados acerca das motivações, ou motivação para o ato eles não souberam, de imediato, explicar suas razões. Aliás, pudemos observar que durante o cumprimento da medida socioeducativa alguns desses adolescentes buscaram uma resposta, porém o que se constatava é que eles não conseguiam construí-la de modo tangível e inteligível, dando a impressão de não saberem, efetivamente, o que os levaram a praticar o ato infracional.

Pudemos constatar que resta ao adolescente que foi encaminhado pela justiça e acolhido, cujo ato infracional tenha sido cometido há pouco tempo,

muito pouco ou quase nenhum recurso para poder responder às motivações. Enquanto o adolescente que já possui uma distância temporal do ato cometido consegue utilizar recursos e responder diante do ato. Isto é, demandar num primeiro instante uma resposta do jovem em relação ao seu ato, ou atos praticados pode incorrer, quase invariavelmente, em um não saber explicar o motivo desse ato.

5. A interface psicanálise & direito

5.1 Dos fundamentos do mal-estar na civilização e a gênese do sentimento de culpa em Freud

Subjacente a qualquer discussão que intentemos no terreno da psicanálise freudiana, dificilmente escaparemos da concepção do inconsciente enquanto um operador de análise *prínceps* desta epistemologia. E, por sofrer transformações ao longo de toda maturação e desenvolvimento da teoria psicanalítica, operou uma espécie de corte transversal na sua teoria. Como já mencionamos anteriormente, de herdeiro fidedigno dos preceitos modernistas Freud, após a descoberta do inconsciente, assume uma postura crítica quanto a esses mesmos ideais de racionalidade que sustentaram a concepção do ego. Na primeira tópica freudiana o ego é sinônimo de dispositivo da racionalidade, pois nesse momento do desenvolvimento da teoria psicanalítica as preocupações concerniam a certa tradução dos eventos inconscientes em conscientes, isto é, o mecanismo consistia em tornar consciente um evento inconsciente.

Contudo, a emergência da segunda tópica freudiana alicerçada no conceito de pulsão de morte (Freud, 1920/2010), além da concepção dos mecanismos de defesa, bem como os conceitos de pulsão e repetição, assistimos ao atravessamento do ego pela sexualidade e o inconsciente. Temos aqui uma inversão teórica, pois o ego não mais opera como dispositivo e representante da racionalidade; aliás, podemos indicar a irracionalidade mesma que subjaz à esfera psíquica inconsciente. Uma nova concepção do sujeito, inclusive, é tributária dessa transformação radical pela qual passou o conceito de inconsciente.

Primordial localizar a obra freudiana no contexto histórico mais amplo, pois cria condições e torna clarividente o movimento assumido por Freud dentro das acepções da teoria psicanalítica e as transformações pelas quais atravessou. O cenário que constitui pano de fundo é a modernidade já

anunciando uma intensa crise nos finais do século XIX e início do século XX. Poderíamos mencionar como um dos maiores sintomas, se não o maior, que sinalizou posteriormente essa grave e visceral crise dos ideais modernos: as duas grandes guerras mundiais. Em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte” (1915b/2010) no cerne da emergência dos eventos beligerantes, Freud apresenta ao leitor uma reflexão que acaba por apontar a grave crise: a baixa moralidade com que se mostraram os Estados, grandes guardiões dos padrões e princípios morais, pertencentes à mais alta camada da civilização, perpetraram a violência em uma guerra declarada cujos efeitos se farão notar ao longo da história de todo o século XX, (Hobsbawm, 1995).

A evidência da supressão da moral pelos Estados é expressa nesta passagem freudiana, “O Estado civilizado tinha essas regras morais como base de sua existência, intervindo seriamente quando se ousava atacá-las, e declarando amiúde ser impróprio até mesmo sujeitá-las ao exame da inteligência crítica” (Freud, 1915b/2010, p. 212). E um outro e não menos importante aspecto abordado por Freud, cujo efeito faz-se notar como resultado dos eventos acima, é a modificação da humanidade na sua atitude perante a morte, pois a realidade da guerra trouxe consigo a necessidade de não negar a morte, portanto, desvelou a atitude de seu enfrentamento. À ideia da morte não se encontra representação no inconsciente, de acordo com o texto “O eu e o id” (1923/2011):

A frase altissonante que diz: “Todo medo é, no fundo, medo da morte” dificilmente tem sentido, de toda forma não se justifica. Parece-me correto, isto sim, separar o medo da morte da angústia de ante o objeto (angústia real) e da neurótica angústia libidinal. Ele oferece à psicanálise um difícil problema, pois a morte é um conceito abstrato de teor negativo, para o qual não se acha uma correspondência inconsciente. O mecanismo do medo da morte só poderia ser este: o Eu dispensa em larga medida o seu investimento libidinal narcísico, isto é, abandona a si mesmo, como a um outro objeto em caso de angústia. Penso que o medo da morte se dá entre o Eu e o Super-eu. (p. 72)

Ainda nesse texto, Freud abordará um elemento que subsidiará suas aceções alguns anos mais tarde em “O mal-estar na civilização” (1930/2010). Em 1915, Freud constatou, em pleno fervor de uma guerra que avançava e assolava a vida de milhares de civis, a vulnerabilidade dos laços, e para a manutenção da civilização a ação conforme a prescrição das normas morais

torna-se imprescindível. Consequentemente, a suscetibilidade à cultura requer a transformação do instinto, o que vai de encontro à essência do homem: sua condição de existência atravessada pelos impulsos instintuais. A renúncia instintual configura-se, pois, o alicerce sobre o qual assenta-se o projeto da civilização.

Em “Por que a guerra?” (1932/2010) Freud dá sequência às reflexões tecidas acima, e a situação político-social não se difere daquela vivida há 17 anos. O contexto beligerante aponta a fragilidade na qual se encontra a situação da cultura nesse momento. Esse torna-se o tema privilegiado que fomentou o diálogo de Freud e Einstein, pelas correspondências compartilhadas. Para Einstein, a grande questão parece advir de sua preocupação quanto ao que poderia livrar a humanidade da ameaça da guerra, já que os Estados civilizados passaram por cima da moralidade, e ele não vislumbra outra saída senão uma renúncia incondicional por todas as nações. Em resposta, Freud argumenta sobre existência de uma inclinação agressiva e destrutiva presente nos homens, o que subjaz sua matriz pulsional.

O ponto convergente dessa correspondência parece ser a atenção e preocupação dispensadas à aniquilação da moral, enquanto valor fundante da civilização. Freud conjectura, ao abordar a questão da violência ali premente, apontar um caminho possível, “a superação da violência mediante a transferência do poder para uma unidade maior, que é mantida por vínculos afetivos entre seus membros” (p. 421); assim, o poder da comunidade decorrente de sua união, apresenta-se capaz de combater a violência.

É nessa conjuntura histórica, no interregno de duas grandes guerras mundiais que o texto “O mal-estar na civilização” (1930/2010) destrinçou um elemento em voga na história da humanidade devido ao contexto histórico-cultural marcado pelos eventos beligerantes: a agressividade, paralelo a transformações conceituais no interior da própria teoria psicanalítica, como é o caso o conceito de pulsão²⁰ de morte. Um texto de feições eminentemente

²⁰ Utilizarei o termo pulsão para a tradução de *trieb*, do original em alemão, embora o termo instinto seja utilizado pelo tradutor das obras editadas pela Companhia das Letras, bastante referenciadas nesta tese, e portanto aparecerá necessariamente nos títulos dos textos e nas citações.

sociológica e antropológica, mas que não dispensa o operador conceitual de onde parte toda a teoria psicanalítica: a clínica. Nesse sentido, esse insigne texto constitui exemplar análise sobre a teoria freudiana da cultura, na qual encontramos à mostra a condição humana em sua mais ampla e incisiva asserção, segundo a lente psicanalítica. O programa do princípio do prazer é aquele que imprime a finalidade da vida, para Freud (1930/2010), contudo, sua primazia e satisfação colocam plenamente em risco o projeto civilizatório: “A satisfação irrestrita de todas as necessidades se apresenta como a maneira mais tentadora de conduzir a vida, mas significa pôr o gozo à frente da cautela, trazendo logo o seu próprio castigo” (p. 32). Desse modo, o princípio da realidade é a referência mais próxima aos princípios da civilização.

Ideia que constitui a espinha dorsal das reflexões freudianas tecidas neste texto corresponde, por um lado, às exigências pulsionais, e, por outro, às restrições da civilização. Este representa o grande e inexorável embate diante do qual o sujeito encontrar-se-á: dividido entre a pungente necessidade de satisfação das pulsões e, simultaneamente, à severidade colocada pela exigências da civilização, o que implica a contenção mesma dessas pulsões:

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro; tendemos a considerá-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem. (Freud, 1930/2010, p. 31)

Nesta passagem Freud nos apresenta aquele que configura fonte de entraves e conflitos no desenvolvimento da civilização, e é motivo de sofrimento inexorável para o homem: a relação intersubjetiva. Quando Freud discute a atitude hostil do homem perante a civilização, ele está se referindo ao movimento do homem de saída da natureza recorrer à civilização para sua defesa, contudo, encontrará nela razões para seu sofrimento, dentre elas aquilo que concerne à sua relação com os outros homens. Por paradoxal que possa parecer a relação entre os homens ainda que causa de sofrimento é aquilo que regula o convívio social.

O retorno do homem à natureza não corresponderia garantias de que estaria livre do sofrimento que o acomete no plano da cultura: “Dessa constatação deveríamos concluir apenas que o poder sobre a natureza não é a condição única da felicidade humana, assim como não é o único objetivo dos esforços culturais” (Freud, 1930/2010, p. 46). Inclusive, o progresso da ciência, promessa de transformação e controle do homem sobre a natureza não logrou êxito, pelo contrário, produziu um engodo e não fez do homem uma criatura plenamente feliz, como se suspeitou a eufórica primazia da razão.

Restou ao homem, portanto, acomodar-se à sua condição de membro de uma ordem civilizatória que lhe exige o sacrifício à satisfação das pulsões. Se a relação entre os homens é fonte de mal-estar, nela se encontra também a possibilidade de, uma vez juntos, através do cultivo do espírito comunitário pelos homens, tornar a vida humana possível, pois o poder do indivíduo é superado pelo poder da comunidade que configura-se como direito inalienável, já que uma vez estipulado não poderá ser violado. Aqui, então, é gestada a concepção de justiça que constitui a exigência primeira posta pela civilização, uma transição terminante quanto aos desígnios da civilização, o movimento do particular – o indivíduo para a coletividade – os homens reunidos em uma comunidade. Nas palavras de Freud (1930/2010),

O curso posterior da evolução cultural tende a tornar esse direito não mais a expressão da vontade de uma pequena comunidade – casta, camada da população, tribo –, que novamente age como um indivíduo violento face a outros grupos talvez mais numerosos desse tipo. O resultado final deve ser um direito para o qual todos – ao menos todos os capazes de viver em comunidade – contribuem com sacrifício de seus instintos, e que não permite – de novo com a mesma exceção – que ninguém se torne vítima da força bruta. (p. 57)

Restrições à liberdade são outro imperativo da civilização, e uma das saídas possíveis apontada por Freud (1930/2010) é a sublimação desses instintos, o que ratifica que o projeto civilizatório fundou-se na indispensável renúncia ao instinto. Logo, a este respeito temos em Freud (1930/2010) o seguinte:

Outros instintos são levados a deslocar, a situar em outras vias as condições de sua satisfação, o que na maioria dos casos coincide com a nossa familiar *sublimação* (das metas instituídas), e em outros se diferencia dela. A sublimação do instinto é um traço bastante saliente da evolução

cultural, ela torna possível que atividades psíquicas mais elevadas, científicas, artísticas, ideológicas, tenham papel tão significativo na vida civilizada. Cedendo à primeira impressão, seríamos tentados a dizer que a sublimação é o destino imposto ao instinto pela civilização. (p. 59-60)

A construção da civilização é um projeto essencialmente humano, e para alcançar este estágio de desenvolvimento foi preciso não somente lançar-se ao convívio na comunidade, mas, antes diferenciarse do mundo animal, influências estas que fundamentam o processo de formação da civilização. A adoção da postura ereta marca essa mudança de estágio e de diferenciação do mundo animal, pois ao erguer-se o homem, antes quadrúpede, agora assume a condição de um animal bípede, cuja visão é o órgão de sentido agora prevalente e não mais o olfato. Assim, operou-se um recalque orgânico pelo afastamento dos órgãos sexuais, que inclusive é o sustentáculo do recalque psíquico. A visão como órgão de sentido principal implicou uma mudança de hábito; serão preceitos da civilização a beleza, a ordem e a limpeza: tudo o que vincula-se à sujeira é incompatível com a civilização. A fundação da família através do amor e do cumprimento à satisfação das necessidades genitais, aliada à influência da sobrevivência humana pelo trabalho configuram esse projeto ampliado a que deu-se o nome de civilização.

Além da fundamental renúncia e repressão das pulsões sexuais, fundamento do projeto civilizatório, outra exigência é observada e apontada por Freud e corresponde à necessária união entre os membros da civilização através da libido inibida em sua finalidade, assim “mobiliza em grau máximo libido inibida na meta, para fortalecer os vínculos comunitários através de relações de amizade” (Freud, 1930/2010, p. 72). Outro aspecto fundamental diz respeito a uma cota de agressividade que está na essência dos humanos. Portanto, não é sem fundamento que Freud trabalhará e mesmo criticará a necessidade de uma espécie de amor incondicional a constituir as relações intersubjetivas, conforme um dos mandamentos, “Ama teu próximo como a ti mesmo”. O que subjaz a esta exigência ética é a negação da agressividade inata ao ser humano. Entretanto, o que a psicanálise traz à mostra é exatamente a impossibilidade de eliminar esse contingente de agressividade inato ao ser humano; referimo-nos, então, a um componente da economia pulsional que expressa as vicissitudes da segunda tópica do aparelho psíquico

freudiano. “Em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente inibem são ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie” (Freud, 1930/2010, p. 77).

Tendência inata ao homem: o mal, a agressão, a destruição e a crueldade, “a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana” (Freud, 1930/2010, p. 91). Diante disso, poderíamos inclinar-nos à seguinte questão: de que modo a civilização sobreviveria mediante uma cota instintiva de agressividade operante nos seres humanos? A agressividade não corresponderia a um forte obstáculo de ameaça à desintegração e à sobrevivência do projeto civilizatório?

A existência desse pendor à agressão, que podemos sentir em nós mesmos e justificadamente pressupor nos demais, é o fator que perturba nossa relação com o próximo e obriga a civilização a seus grandes dispêndios. Devido a essa hostilidade primária entre os homens, a sociedade é permanentemente ameaçada de desintegração. O interesse do trabalho em comum não a manteria; paixões movidas por instintos são mais fortes que interesses ditados pela razão. A civilização tem de recorrer a tudo para pôr limites aos instintos agressivos do homem, para manter em xeque suas manifestações, através de formações psíquicas reativas. (Freud, 1930/2010, p. 77-78)

O homem civilizado dispensou considerável cota de felicidade em prol da segurança, ao contrário do homem primitivo que desconhecia a restrição aos instintos; entretanto, a parcela de segurança de que dispunha era mínima. Para o homem civilizado mais segurança significa abrir mão da felicidade. Logo, a evolução cultural, determina a luta vital da espécie humana, substanciada pela restrição ampliada dos instintos. Em vista disso, se a civilização exige a convivência dos homens em comunidade, e somente a união desses homens configura a grande força do coletivo, não nos esqueçamos de que uma considerável cota de agressividade ronda esses mesmos homens, como e através de que meios a cultura inibe ou até mesmo elimina essa agressividade? A essa questão Freud 1930/2010 nos aponta um caminho:

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto

como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada. (p. 92)

Diante da fundamental interrogação lançada por Freud sobre quais métodos se valeria a cultura diante da agressividade, vemos, pois, que o combate a essa energia original que transita entre os sujeitos, inata ao ser humano, deve ser compelida a fim de que se realize o projeto civilizatório. Por consequência, o embate entre as instâncias psíquicas Eu e SuperEu tem como produto a consciência de culpa. Segundo Freud (1923/2011) “a tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como *sentimento de culpa*” (p. 46), que emerge como método de inibição e proteção contra a agressividade, e com o intuito de salvaguardar a cultura.

O sentimento de culpa assume uma função primorosa: é a garantia do laço social! Tanto a intenção quanto o alcance do objetivo tornam-se equivalentes, pois, perante o SuperEu, instância psíquica à qual nada pode ser velado, assim o ato mau é equivalente à má intenção.

Conhecemos, então, duas origens para o sentimento de culpa: o medo da autoridade e, depois, o medo ante o Super-eu. O primeiro nos obriga a renunciar a satisfações instintuais, o segundo nos leva também ao castigo, dado que não se pode ocultar ao Super-eu a continuação dos desejos proibidos. Vimos igualmente como é possível entender a severidade do Super-eu, os reclamos da consciência. Ela simplesmente dá continuidade ao rigor da autoridade externa, a que sucedeu e que em parte substitui. (p. 97)

Podemos apontar duas origens do sentimento de culpa: a primeira estaria vinculada ao medo da autoridade, logo, seu efeito direto constitui na renúncia aos instintos; a segunda advém do medo do Super-eu, que também levaria ao castigo. A gênese do sentimento de culpa localiza-se na vivência do complexo de Édipo, cuja constituição do Super-eu, herdeiro da experiência edípica, assinala a consciência de culpa no sujeito. Nesses termos,

Talvez seja aqui bem-vinda a observação de que o sentimento de culpa nada é, no fundo, senão uma variedade topográfica da angústia, e em suas fases posteriores coincide inteiramente com o *medo ao Super-eu*. Na relação

com a consciência, a angústia exibe as mesmas extraordinárias variações. De algum modo a angústia se acha por trás de todo sintoma, mas ora reivindica ruidosamente para si a consciência inteira, ora se oculta de modo tão perfeito que nos vemos obrigados de angústia inconsciente ou – se quisermos ter uma mais limpa consciência [*Gewissen*] psicológica, já que a angústia é em princípio uma sensação – de possibilidade de angústia. (p. 108)

Pouco adiante, encontramos importante colocação de Freud acerca do mecanismo da repressão e sua vinculação, além da formação de sintomas, a produção de sentimento de culpa,

No curso do trabalho psicanalítico aprendemos, para nossa surpresa, que talvez toda neurose esconda um quê de sentimento de culpa inconsciente, que por sua vez fortalece os sintomas ao usá-los como castigo. Agora é plausível formular a seguinte proposição: quando uma tendência instintual sucumbe à repressão, seus elementos libidinais se transformam em sintomas, seus componentes agressivos, em sentimento de culpa. Ainda que seja apenas aproximadamente correta, esta frase merece o nosso interesse. (p. 113)

Em “Os criminosos por sentimento de culpa” (1916/2010) encontramos a culpa problematizada em extensão por Freud em “O mal-estar na civilização” (1930/2010), como motor da ação criminosa. No atendimento a pacientes Freud observou o relato de ações lícitas: furtos, fraudes, incêndios, no período de vida passado desses pacientes, que remontava à juventude. Inicialmente, a Freud (1916/2010) não havia chamado a devida atenção e tampouco despertado a importância que mais tarde esses eventos assumiram. A partir do trabalho analítico foi possível apreender que a motivação para a prática estava vinculada ao elemento proibitivo, e a realização de tais atos trazia uma espécie de alívio ao praticante. Esses sujeitos sofriam de uma consciência de culpa, anterior ao cometimento do delito, que inicialmente não encontrava explicação. “O constante resultado do labor psicanalítico foi de que esse obscuro sentimento de culpa vem do complexo de Édipo, é uma reação aos dois grandes intentos criminosos, matar o pai e ter relações sexuais com a mãe” (Freud, 1916/2010, p. 285).

Podemos constatar que inicialmente Freud partilhou dos preceitos que defendiam os ideais modernos de progresso científico, cujo representante maior era a razão e a promessa de felicidade ao homem, mediada pelo saber científico. Contudo, o desenvolvimento da teoria psicanalítica e a noção de inconsciente produziram uma ruptura com esses ideais e, subsequentemente,

um questionamento de seus efeitos na sociedade moderna. A fidedignidade de Freud à filosofia moderna pôde primeiro ser identificada em relação aos seus propósitos à incipiente psicanálise: a de que esta configuraria segundo Birman, um discurso científico, (2005). “A moral sexual cultural e o nervosismo moderno” (1908/2015). É possível extrair da leitura desse texto a ideia de que Freud teria alcançado a solução para o conflito entre as pulsões e a civilização; entretanto, com sua segunda tópica e o conceito de pulsão de morte fica evidenciada a impossibilidade dessa solução.

O texto de 1930 expressa que o embate estabelecido entre a pulsão e a ordem da civilização não é passível de ser eliminado, pois é um conflito de ordem estrutural e inerente à cultura. Segundo Campos (2007), em referência direta ao mal-estar na civilização, exprime que Freud “defende a tese da gestão interminável do conflito pelo sujeito, uma vez que o conflito entre natureza e pulsão e cultura/civilização configura-se de forma estrutural, sem possibilidade de ultrapassagem da posição original de desamparo” (p. 188). O que está explícito nesse texto de 1930 é a irredutibilidade do mal-estar na civilização, do desamparo originário do sujeito, e o incontestável atravessamento do Outro na constituição subjetiva, alteridade esta inscrita também na possibilidade de existência do circuito pulsional. Segundo Birman (2005) “é preciso explicitar que as interpretações freudianas sobre os impasses do sujeito no mundo da civilização constituem, de fato e de direito, comentários críticos sobre a inscrição do sujeito na modernidade” (p. 204).

Nesse sentido, Freud pensou a modernidade pelo viés do sujeito e da pulsão, e despertou o pensamento sobre a inscrição do sujeito e, portanto, da subjetividade no campo da cultura. Após quase noventa anos da publicação de “O mal-estar na civilização” (1930/2010) podemos atestar a atualidade do pensamento de Freud, sobretudo nas questões relativas ao campo da ética, que aproxima-se e produz ressonâncias sobre as questões relativas à moral, similar às suscitadas por Kant (1785/2007) em *Fundamentação da metafísica dos costumes* no qual discutirá com intensidade o problema do imperativo moral, como explicita Fulgêncio (2001):

Podemos, assim, dizer que, em Freud, temos dois tipos de moral: uma associada à lei paterna, herdeira do Complexo de Édipo, e outra, esta sim, de acordo com o imperativo categórico kantiano, como uma lei da racionalidade das condutas. Ainda que as afirmações iniciais de Freud sobre a lei moral no homem, associada ao tabu e ao Complexo de Édipo, não estejam de acordo com o sistema kantiano, ele não se afasta de Kant, pelo contrário, tenta se apoiar no filósofo; e suas afirmações de 1933, lançando votos a uma *ditadura da razão*, são inegavelmente kantianas. (p. 15)

É com observada perseverança e também firmeza que Freud (1930/2010), nesse texto, faz o desfecho deixando em aberto os desafios inevitáveis perante os quais a cultura deverá buscar sua sobrevivência, pois parece não ter sido suficiente o controle das forças da natureza; o homem na sua inscrição assume riscos diante dos quais esse controle e comando desaparecem,

A meu ver, a questão decisiva para a espécie humana é saber se, e em que medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos humanos de agressão e autodestruição. Precisamente quanto a isso a época de hoje merecerá talvez um interesse especial. Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrer a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso; daí, em boa parte o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo. Cabe agora esperar que a outra das duas “potências celestiais”, o eterno Eros, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal. Mas quem pode prever o sucesso e o desenlace? (p. 122)

5.2 Sobre o conceito de responsabilidade

Para o que nos interessa e aproxima de nosso objeto de investigação no que diz respeito à responsabilidade, o texto freudiano abordado acima nos aponta um caminho interessante de análise: a constituição da cultura, apesar de entraves como o problema da agressividade, exige dos homens a superação desta agressividade originária a fim de fomentar o projeto civilizatório, diretamente relacionado à responsabilidade.

Embora Freud não tenha mencionado em “O mal-estar na civilização” (1930/2010), ou em outros textos, a palavra responsabilidade, podemos extrair sua problemática da complexa rede conceitual implicada na teoria psicanalítica.

Talvez o sentimento de culpa seja a noção que mais se aproxime e se vincule à responsabilidade. Nesse sentido a culpa em Freud seria um veículo para a responsabilidade?

Se estamos trazendo para a reflexão estes dois campos de saber, um dos primordiais aspectos que devemos pôr em análise seria o conceito de responsabilidade. No dicionário Ferreira (2004) encontramos a seguinte definição:

1. Qualidade ou condição de responsável. 2. *P. ext.* Condição de causador de algo (esp. dano); culpa. 3. Aquilo (tarefa, ação) pelo qual alguém é responsável; obrigação, dever. 4. *Jur.* Condição jurídica de quem, sendo considerado capaz de conhecer e entender as regras e leis e de determinar a própria vontade e ações, pode ser julgado e punido por algum ato que cometeu. (p. 703)

No dicionário de filosofia Abbagnano (2015) o conceito de responsabilidade indica que esta é a possibilidade de prever efeitos de um comportamento e a partir de então corrigi-lo. Responsabilidade e imputabilidade ainda que possam ser referenciados e aproximados, são distintos. Para a imputabilidade é atribuída determinada ação a um agente, tendo-o como causador. O termo responsabilidade, recente na história do pensamento, apareceu pela primeira vez no final do século XVIII, inicialmente vinculado à política, e posteriormente na Filosofia fazendo alusão direta à concepção de liberdade, uma vez que atrelada a esta temos implicado o ato de escolher.

Portanto, o conceito de R. inscreve-se em determinado conceito de liberdade, e mesmo na linguagem comum chama-se alguém "responsável" ou elogia-se seu "senso de R." quando se pretende dizer que a pessoa em questão inclui nos motivos de seu comportamento a previsão dos possíveis efeitos dele decorrentes (cf. o fascículo citado da *Revue Internationale de Philosophie*, especialmente os artigos de McKeon, Abbagnano e Weil. Para a distinção entre imputabilidade e R., cf. Scheler, *Der Formalismus in der Ethik*, pp.504 ss.) (v. INTENÇÃO). (Abbagnano, 2015, p. 855)

5.3 A responsabilidade jurídica

A concepção de responsabilidade atravessa os dois campos epistemológicos em análise nesta investigação: psicanálise e direito. Vimos

anteriormente que a responsabilidade é um conceito transclínico, segundo o ponto de vista de Cottet (2008), e faz menção aos campos jurídico, ético e também clínico, a partir da convocação da responsabilidade no sujeito da psicanálise.

Devido às transformações sociais permanentes na cultura e a necessidade de adequação das leis e dos regimentos, a noção de responsabilidade apresenta-se dinâmica e flexível, a fim de atender a essas exigências que implicam diretamente a convivência social. A ideia de responsabilidade civil expressa essa dinamicidade, e na relação dialética entre o cumprimento do dever do cidadão e a garantia de seus direitos, observamos o compromisso constitucional em assegurá-los. O instituto da responsabilidade civil tem como principal característica a ideia de reparação de algum dano causado a alguém. Segundo Stoco (2007), temos a seguinte definição:

A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim *respondere*, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana. (p. 114)

A noção de responsabilidade abrange as ciências jurídicas, e, para o que nos interessa nesta tese, no cerne da interseção da psicanálise e direito, o campo jurídico das ciências penais apresenta uma acepção de responsabilidade vinculada ao direito penal que mais aproxima das questões aqui evocadas.

5.3.1 A doutrina finalista de Hans Welzel

A doutrina da ação finalista do alemão Hans Welzel (1904-1977) consistiu na revisão da teoria moderna do delito. Essa doutrina influenciou diretamente as acepções na doutrina do direito penal brasileiro, segundo Oliveira (2012). Essa doutrina ocupou-se detidamente do direito penal para “menores”. A partir da leitura das obras de Welzel encontramos algumas linhas conceituais que nos permitem aproximar a discussão acerca da noção de responsabilidade e, ainda, verificar ressonâncias possíveis para a interseção

entre o direito e a psicanálise. Encontramos, inclusive, normativas e referências ao direito penal para menores, cujos reflexos alcançaram as concepções do direito penal brasileiro no tocante a esse público.

A elaboração do sistema de direito penal por Welzel, (2004) cuja característica principal concerne a um direito penal de base ontológica, de acordo com o prefácio de Gonzalo D. Fernández confere realce em relação a outras doutrinas. A filosofia e as questões que despertaram seu interesse, inquietações e simultaneamente fundamentaram sua teoria, podem ser resumidas nos seguintes pontos: a relação entre ser e dever ser; a natureza do dever, e a base de validade do direito. As elaborações de Welzel acerca do direito penal alcança notoriedade por portar um caráter subjetivo que faz oposição a uma ciência jurídica que comunga da racionalidade radical da modernidade, afastando o aspecto subjetivo, a crença de que a doutrina seria suficiente para resguardar a eficácia prática da teoria. O finalismo rompe com as ideias da escola causalista, herdeira do pensamento positivista, por considerar a ação um processo essencialmente natural, mecânico e voluntário que imprimia transformações na realidade exterior. Para ele, a finalidade constitui o motor da ação, ao contrário da voluntariedade anteriormente valorizada. Para Gonzalo D. Fernández (2004),

É certo, portanto, que o finalismo irrompe com a certeza de que a ciência do direito penal apoia suas bases no ser e que dali provém a garantia de correção científica da teoria jurídico-penal. Como também é verdade – e serve para aventar qualquer prejuízo ideológico –, que Welzel reivindicava o reconhecimento do homem como pessoa responsável, requisito mínimo que deve atender a ordem social, se não quer somente coagir através do poder, mas obrigar como direito. (p. 13)

O conceito de ação final preconizado pela teoria de Welzel constitui a estrutura ôntica fundamental, o que ratifica a novidade dessa doutrina: trazer para a centralidade da reflexão acerca da ciência penal o homem, que jamais deixou de ocupar esse lugar de protagonismo. Inclusive o contexto histórico-filosófico do início do século XX, a partir de alguns eminentes filósofos que traduziu o projeto de uma nova ontologia. A nova filosofia, que emergiu no século XX, tratou de problematizar o radical imperativo metafísico da convivência entre os homens que propuseram o resgate do ser, cujo desaparecimento havia sido decretado pelo racionalismo moderno.

Para Welzel (2004) “A ação humana é exercício de atividade final” (p. 41), de modo que para esta doutrina o homem possui um “saber causal prévio”, já que ele tem a capacidade de prever e antecipar, dentro de alguns limites, as consequências dessa ação e, por isso, poder conduzi-la conforme seus interesses. E o que constitui o sustentáculo da ação, para esse autor, é a vontade. A direção final de uma ação pode ser pensada e articulada conforme duas diretrizes: a primeira, de foro interno, localiza-se no plano das ideias e consiste em considerar o que se quer alcançar com uma determinada ação, os meios necessários para implementá-la, e suas consequências possíveis. A segunda diretriz, de foro externo, corresponderia a realização propriamente dita da ação. Assim, “a finalidade se baseia na capacidade da vontade de prever, dentro de certos limites, as consequências de suas intervenções no curso causal e de dirigir, por conseguinte, este, conforme a um plano, à consecução do fim” (p. 42). Logo, à ação está vinculada o ato de vontade e a noção de previsibilidade em relação às possíveis consequências a ela atreladas:

O único que me interessa na doutrina da ação é colocar em relevo o princípio estrutural, geral, da ação humana, quer dizer, de sua direção, e demonstrar que a “ação”, também em seu curso “externo”, é um acontecer dirigido pela vontade, por conseguinte, uma unidade de vontade interna e feito externo. (Welzel, s.d, p. 223)

Em vista disso poderíamos lançar a seguinte questão. Qual a contribuição da doutrina finalista da ação para as questões que mobilizam esta investigação? Se a problemática da responsabilidade é a questão que se instala na vizinhança da psicanálise e do direito, o ato, neste caso o ato infracional, está posto no centro de nossas questões, uma vez que está intimamente atrelado à noção de responsabilidade. E no tocante a isso, para Welzel (2004) “a estrutura final da conduta humana tem que ser levada em conta necessariamente pelas normas do direito penal. As normas jurídicas, isto é, as proibições e os mandatos de direito dirigem-se às ações” (p. 47).

Uma das transformações operadas por essa doutrina foi incorporar o dolo no tipo constituindo seu elemento subjetivo:

O tipo – tanto se está descrito na lei de um modo exaustivo, como se há de ser completado pelo juiz – é o conteúdo das normas proibitivas do direito penal, por exemplo, das proibições: não deves matar, furtar, cometer adultério, conduzir sem observar o cuidado devido, etcétera. Ambas, as

normas proibidas e o tipo (matéria das normas), pertencem à esfera *ideal* (espiritual-irreal). O tipo é uma figura *conceitual*, que descreve formas possíveis de conduta humana. A norma *proíbe a realização* destas formas de conduta. Se realiza-se a conduta descrita conceitualmente no tipo de uma norma proibitiva (por exemplo, a ação de matar um homem), esta conduta real entra em contradição com a exigência da norma. Daí deriva-se “o caráter contrário à norma” da conduta. (p. 74)

Desse modo, a inovação trazida pela escola finalista diz respeito à incorporação do dolo no tipo, isto é, se o dolo corresponde à intenção, a vontade voltada para uma finalidade delitiva, assim, deveria integrar o tipo. Nosso objetivo, ao apresentar de modo sucinto a doutrina finalista de Welzel, consiste em aproximar essa teoria dos nossos interesses de pesquisa que não contempla, contudo, uma apresentação extensiva de seus conceitos. Considerando a necessidade dessa aproximação, encontramos a noção de culpabilidade amplamente trabalhada por Welzel, o que nos coloca diante das considerações acerca da noção de responsabilidade.

A antijuridicidade é definida nesta doutrina quando identifica-se uma discordância na relação entre a ação e o ordenamento jurídico. Embora a antijuridicidade aproxime-se da noção de culpabilidade há uma distinção fundamental, conforme nos aponta Welzel (2004), que as coloca em planos de análise distintos:

A culpabilidade não se conforma com esta relação de concordância objetiva entre a ação e o ordenamento jurídico, mas que faz ao autor a censura pessoal de não ter omitido a ação antijurídica apesar de ter podido omiti-la. A culpabilidade contém, em seguida, uma dupla relação: a ação do autor não é como exige o direito, embora o autor podia tê-la realizado de acordo com a norma. Nesta relação, do não dever ser antijurídica por *poder* ser jurídica, consiste o caráter específico de censura da culpabilidade. (p. 125)

A culpabilidade envolve, pois, a necessidade de aplicação de uma sanção, uma punição, observando que a teoria da culpabilidade está baseada no princípio de responsabilidade, de acordo com as considerações de Oliveira (2012), acerca da teoria welzeliana, “segundo o qual o homem é responsável pela juridicidade de suas decisões, dentro dos limites de sua capacidade de conhecimento ético-social” (Welzel, 2004, p. 167).

O princípio da responsabilidade torna, por um lado, responsável o sujeito pelo fato de o conteúdo de suas resoluções de vontade não estar

conforme o ordenamento jurídico (sempre que o autor, de acordo com a medida de sua capacidade de conhecimento ético-social, puder conhecer a antijuridicidade de sua conduta) e, por outro lado, limita sua responsabilidade pela realização, de acordo com o cuidado devido, de suas decisões juridicamente irrelevantes, ao perigo para bens jurídicos especialmente importantes. Com isso, a teoria da culpabilidade fixa claramente, de modo positivo e negativo, os limites da responsabilidade ético-social da pessoa. (p. 171-172)

Descumprir um dever implica à pessoa que violou uma responsabilidade. A responsabilidade jurídica se dá em decorrência de uma infração da norma pelo autor a qual sancionava o impedimento à realização de determinada conduta. A responsabilidade jurídica consiste, pois, na infração à norma e consequente sanção, punição.

Como dito anteriormente, a doutrina finalista de Welzel ocupou-se do direito penal para menores, teoria que influenciou o direito penal no Brasil, tendo sido base para a elaboração do ECA. Nessa doutrina observamos o reconhecimento da particularidade que a adolescência requer. Para a puberdade é indispensável um trato diferenciado, sobretudo nas questões que tangem à justiça. Para esse autor a puberdade envolve uma série de transformações que alteram e influenciam diversas esferas do desenvolvimento do indivíduo, tanto física, psíquica ou social. O menor não pode ser julgado com o mesmo critério adotado para o adulto, isto é, a justiça deverá tratar com excepcionalidade a puberdade e as questões que dela advierem e envolverem o trato perante o poder judiciário. Dadas as intensivas mudanças que envolvem a relação do adolescente tanto com o meio interno quanto com o meio externo, é necessário tratar desse período do desenvolvimento com a maior particularidade que se possa dispensar:

O menor se desfaz das vinculações infantis para com os pais, educadores e amigos da criança e começa a maturar em direção aos vínculos permanentes, em seu ofício, matrimônio e comunidade política. Psiquicamente se caracteriza o tempo da puberdade através de uma alta labilidade da posição psíquica, o despertar da consciência (reflexo) do eu, o desejo de independência e de importância e a ânsia de viver acontecimentos, a falta de reflexão nas ações, e a manifestação do instinto sexual. O menor que em seu interior se independe, permanece socialmente, no exterior, dependente em alto grau da casa de seus pais, do lugar de aprendizagem, da escola. A personalidade realmente independente está todavia em desenvolvimento, a integração interior da vida social todavia em execução. (Welzel, 1956, p. 265-266)

A adolescência, portanto, é um período do desenvolvimento humano que comporta uma situação social e psíquica especiais, o que interfere diretamente no trato quando envolvido em alguma questão relativa à justiça. Ainda que reconhecido o alto potencial de transformações iminentes a esse período, considerando que o conteúdo de sua culpabilidade é menor que o de um adulto, e reconhecido seu caráter de excepcionalidade, o jovem é capaz de identificar “o valor e desvalor de suas ações” (p. 266), e assim responder pelos seus atos perante a comunidade. As medidas disciplinares, medidas educativas constituem os meios através dos quais o poder judiciário lida e atua junto ao menor que infringiu alguma norma, resguardados o caráter de aplicação conforme proporcionalidade e particularidade do ato.

5.4 Sobre o criminoso em Lacan e o nascimento da responsabilidade subjetiva

"Nada é mais humano que o crime"

(Jacques-Alain Miller, 2008)

Em Freud vimos que a segunda tópica assumiu um potencial de subversão ao produzir um corte epistemológico a partir do conceito de pulsão de morte, o que implicou uma grande reviravolta no interior da teoria freudiana, e influenciou diretamente no desenvolvimento da psicanálise pós-freudiana, cujos produtos destacados constituem-se no mal-estar e no desamparo. A presença trágica, inexorável e inevitável do Outro é admitida na trama simbólica e constitutiva do sujeito, a alimentar e pôr em operação a trama do circuito pulsional.

Do sentimento de culpa em Freud podemos estabelecer uma conexão direta com o conceito de responsabilidade trabalhado por Lacan. A problemática da responsabilidade, então, produz ressonâncias no interior da teoria psicanalítica a partir de Lacan. Segundo Cottet (2008) “A responsabilidade é um conceito transclínico, ao mesmo tempo jurídico e ético.

Além de sua definição pela lei positiva, Lacan busca para ele um estatuto contingente no sujeito” (p. 20). Em “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia” (1950a/1998), e “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia” Lacan (1950b/2003), encontramos as referências diretas ao conceito de responsabilidade desenvolvido pela teoria lacaniana.

O contexto histórico e cultural subjacente à escrita deste texto configura problemas sociais pelos quais passava a França em meados da década de 50 do século XX, designados por Lacan como sintomas sociais: hospitais-prisões, a penalização do doente mental, as alterações do código civil vigente à época, e a inserção e intervenção de psicanalistas nas prisões. Esses sintomas constituem e mesmo sinalizam para Cottet, a importância de se inaugurar o conceito de responsabilidade na psicanálise, (Cottet, 2008), e apontam direta relação entre o tratamento e a penalização do crime à estrutura de poder estabelecido, “No cruzamento da clínica e do político, o crime questiona uma realidade social que tem nessa época o papel que será destinado mais tarde ao Outro simbólico” (p. 17). Desse modo, a contribuição seminal à questão da criminologia pelo viés da responsabilidade transcende o ato para poder pensar a intervenção da psicanálise no espaço social, portanto, na cidade. Saindo de uma esfera particular – o sujeito, – em direção ao universal – social.

A referência sociológica é fundamental para se pensar o crime e o criminoso, “tanto a etnografia quanto a história nos dão o testemunho de que as categorias do crime são sempre relativas aos costumes e às leis existentes” (Lacan, 1950b/2003, p. 130). A lei e o crime são dois elementos fundamentais e constitutivos do homem no espaço da cultura, conforme já nos apontou Freud em “Totem e tabu” (1912-1913/2012), onde encontramos no parricídio e no incesto crimes primordiais que instauram a lei universal e, conseqüentemente, assistimos ao início da história do homem a partir do crime e da lei. Escreve Lacan (1950a/1998) “Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo” (p. 128). Esta revela-se contribuição fundamental para se pensar a questão da responsabilidade e

quanto o assentimento subjetivo é imprescindível para a significação da punição.

A psicanálise é então investida de um duplo papel: primeiramente, demonstrar o caráter “simbólico do crime”, quer dizer, nessa época, o desconhecimento pelo sujeito da estrutura edipiana de seu ato. O sujeito é assim humanizado e reinscrito no universal edipiano, mesmo se lhe é dada uma interpretação privada. Em segundo lugar, em uma intenção polêmica, a interpretação do ato revela mais ou menos as tensões mesmas da sociedade, ou, mais ainda, “a função criminogênica” da sociedade; é o que já havia estabelecido o artigo de 1948, “A agressividade em psicanálise” (Cottet, 2008, p. 6)

A cura do delinquente, segundo a acepção lacaniana, consiste justamente em buscar no sujeito a integração à sua responsabilidade. Nesse ponto nevralgico a psicanálise traz o essencial da sua contribuição: “evidenciando a existência de crimes que só têm sentido se compreendidos numa estrutura fechada da subjetividade” (Lacan, 1950b/2003, p. 128). Assim, não é possível pensar no ato como um fato ou acontecimento isolado, ele é resposta a um determinado contexto e inalienavelmente convoca sua dimensão de subjetividade.

Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo. Quer o criminoso, com efeito, se constitua ele mesmo no executor da punição que a lei dispõe como preço do crime – como no caso do incesto cometido nas ilhas Trobriand entre primos matrilineares, e cujo desfecho Malinowski nos relata em seu livro *capital* nessa matéria, sobre *O crime e o costume nas sociedades selvagens* (e não importam as motivações psicológicas em que se decompõe a razão do ato, tampouco as oscilações de vendeta que as maldições do suicida podem gerar no grupo) –, quer a sanção prevista por um código penal comporte um processo que exija aparelhos sociais muito diferenciados, esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição. (Lacan, 1950b/1998, p. 128)

Em relação direta ao ECA, conforme trabalhado em capítulo anterior, observamos que essa normativa atravessa as questões ligadas ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Observamos que o tema da responsabilidade atravessa toda a legislação concernente ao ECA, pois a novidade é a disposição nos artigos dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, os quais podemos listar: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e proteção no trabalho. Esses direitos devem ser assegurados à criança e ao adolescente, portanto, são de responsabilidade do

Estado, da família e da sociedade. Vimos igualmente que ao Estado, à família e à sociedade cabem, a partir da Constituição de 1988 o dever de assegurar a proteção e a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

A noção de responsabilidade designada pelo ECA está intimamente vinculada ao conceito de responsabilidade jurídica, isto é, ao adolescente será designada uma medida socioeducativa caso cometa uma contravenção penal. Assim, pressupõe-se que o jovem conheça as regras e leis e seja capaz de entender os riscos se não obedecer. Nesse sentido, o trabalho com o adolescente deve começar na tentativa de apreender qual é a sua posição em relação ao seu ato e a medida dele recorrente. É tentar entender o significado daquele ato e como o jovem se posiciona perante ele, a justiça, a medida, e o seu dever de cumpri-la.

A retificação subjetiva implica necessariamente o ato de se responsabilizar: “Somente a psicanálise, por saber como revirar as resistências do *eu*, é capaz, nesses casos, de libertar a verdade do ato, comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo” (Lacan, 1950b/2003, p. 129). É tentar localizar onde se apresenta ou mesmo se se apresenta a questão da responsabilidade. Afinal, poderíamos indagar: só haverá o cumprimento da medida, uma vez reconhecida a responsabilidade pelo cometimento daquele ato; Como escreve Cottet (2008):

A humanização já se disse, implica a responsabilidade. Não quer dizer que a irresponsabilidade desumaniza forçosamente. Nada é mais humano que um delírio passional. É à assunção da responsabilidade que visa o castigo: o irresponsável pode vir a ser responsável. A implicação do sujeito em seu ato permanece então, para Lacan, como um elemento essencial da penologia. Sua crítica da perícia tem esse sentido. Na época da psiquiatria “compreensiva” e antipositivista, Lacan lamentava que se recorresse tão pouco às luzes da psicanálise. (p. 12)

Refletir acerca da noção de responsabilidade para a Psicanálise implica ligar o sujeito ao seu ato. Dessa maneira, à responsabilidade está implicado o ato de escolher e nisso a Psicanálise se encarrega de nos conduzir às entranhas do sujeito inconsciente, evidenciando ainda que o sujeito não reconheça de modo manifesto a natureza inconsciente que subjaz em suas

escolhas e condutas. Talvez este seja o ponto nevrálgico desta investigação, uma vez que nos possibilita a perspectiva de que à prática do ato infracional envolveria motivações inconscientes e, nesse caso, qual o contexto mais favorável para acessá-los na medida em que atendemos esses sujeitos em inóspitas condições.

Hoffmann (2012), convida-nos a pensar que ao sujeito estaria implicada uma ética da responsabilidade. Embora sejamos atravessados pela instância inconsciente e, talvez possamos dizer, apesar de sermos atravessados por ela na nossa condição de sujeito, devemos nos responsabilizar pelos efeitos desse atravessamento. Freud, ao discutir o caráter moral presente nos sonhos, indaga o leitor acerca de sua responsabilidade pelos seus próprios sonhos e aponta o seguinte:

É claro que a pessoa tem de se considerar responsável pelos impulsos maus de seus sonhos. Que outra atitude se poderia ter para com eles? Se o conteúdo onírico – corretamente entendido – não é inspirado por outros espíritos, então é parte de meu ser. Se procuro classificar como boas e más as tendências que em mim se encontram, segundo critérios sociais, então devo ter responsabilidade pelos dois tipos; e se digo, defendendo-me, que o que em mim é desconhecido, inconsciente e reprimido não é meu “Eu”, então não me acho no terreno da psicanálise, não aceitei suas explicações e podem me abrir os olhos a crítica de meus semelhantes, a confusão de meus sentimentos e os distúrbios em meus atos. Posso aprender que o que estou negando não apenas “é” dentro de mim, mas ocasionalmente “atua” também a partir de mim. (Freud, 1925/2011, p. 326-327)

Assim, quando somos chamados na posição de sujeitos a responder pelos nossos atos, escolhas, atitudes, condutas, esse posicionamento expressa o quão responsáveis somos pelo que nos atravessa; responsáveis, inclusive, por nossas formações inconscientes, como é o caso exemplar dos sonhos. Nesta perspectiva assevera Souza (2001): “A condução do tratamento psicanalítico é orientada pelo que se pode chamar de uma *ética da responsabilidade* que visa a chamar o sujeito a se responsabilizar por suas escolhas”. Na condição de sujeito somos responsáveis pelo sintoma, a escolha da neurose como bem nos indicou Freud (1917a/2014), cuja ideia está contemplada na formulação da equação etiológica, evidencia a responsabilidade para a qual é convocado o sujeito em análise, no tocante à escolha pela neurose, como discute Freud na 23ª das Conferências

Introdutórias à psicanálise (1917a/2014) em que a escolha pela neurose histérica é colocada sob uma lente de aumento.

Devemos levar em conta que a medida socioeducativa não traz em sua essência apenas o ato de punir e, por isso mesmo, é que ela vem substituir a pena, presente no antigo Código de Menores. O caráter punitivo está presente, se analisamos pela ótica da obrigatoriedade do cumprimento da medida pelo jovem autor do ato infracional. Mas ao cumprimento da medida está contemplada a noção de construção de um projeto de vida para o adolescente, que tem como objetivo traçar um novo caminho que envolveria, dentre outros aspectos, a sua (re)inscrição na dimensão da alteridade e do laço social: “Trata-se de um laço ao outro. Responsabilidade afinal é isto: a condição humana de responder ao mundo público do Outro pelo ato que, da sua posição de sujeito, da sua condição singular, escapou à lei de uma dada ordem social” (Barros, 2011, p. 108).

Nesse sentido, podemos vislumbrar que quando o adolescente é considerado em sua esfera de sujeito, ele é convidado a responder desse lugar de responsabilidade subjetiva, e não apenas responder à responsabilidade normativa do ordenamento jurídico. Trabalhar a noção de responsabilidade na psicanálise implica, inevitavelmente, convocar o sujeito do inconsciente que faz oposição ao sujeito jurídico, isto é, o sujeito consciente, pois o direito não convoca aquele. Torna-se, pois, fundamental distinguir a verdade do crime no que toca à sua face policial, e a verdade do criminoso na sua face antropológica, ou seja, a verdade do criminoso não está na realidade dos fatos, e sim convoca a dimensão de sua realidade psíquica, pois aí estão localizados seus aspectos simbólicos e referentes diretos à esfera inconsciente, onde se aloja resposta possível ao ato e sua relação com o criminoso. Em referência à psicanálise do criminoso, aponta Lacan (1950b/2003):

A verdade a que a psicanálise pode conduzir o criminoso não pode ser desvinculada da base da experiência que a constitui, e essa base é a mesma que define o caráter sagrado da ação médica – ou seja, o respeito pelo sofrimento do homem. A psicanálise do criminoso tem limites que são exatamente aqueles em que começa a ação policial, em cujo campo ela deve se recusar a entrar. Por isso é que não há de ser exercida sem punição, mesmo quando o delinquente, infantil, por exemplo, se beneficiar de uma certa proteção da lei. Mas é porque a verdade que ela busca é a verdade de

um sujeito, precisamente, que ela não pode fazer outra coisa senão manter a ideia da responsabilidade, sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso. (p. 131)

A noção de responsabilidade habita, portanto, o âmago da proposição psicanalítica no tratamento possível do criminoso. Esta noção liga o sujeito ao seu ato e promove sua reinserção na dimensão do laço social, ao abrir a possibilidade de resposta do sujeito perante o seu ato, logo, do circuito da alteridade, e reitera sua condição de sujeito e não de assujeitado, segundo a verdade do crime na face policial. Desse modo, a noção de responsabilidade possibilita a emergência do sujeito na sua condição humana.

5.5 Ressonâncias

Dado o percurso, vislumbramos o exercício delicado da tessitura de uma interface entre dois campos híbridos – psicanálise e direito – nos quais se instala a prática do trabalho junto ao adolescente autor de ato infracional. Após passada em revista a constituição da história da política de assistência social no Brasil, bem como o modo de funcionamento do aspecto jurídico acrescido da prática com os adolescentes, podemos vislumbrar que para o problema de pesquisa gestado nesta tese cumpre-se o dever de acomodar o desafio que esta investigação nos lança: fazer conversar a função normativa e a função da escuta analítica. É neste ponto que se instala o aspecto capital da pesquisa.

O problema de pesquisa sobre o qual repousa esta investigação se instala em um contexto institucional híbrido e convoca à interface dois campos de saber cujos operadores conceituais são divergentes. De um lado, temos o campo jurídico, acompanhado de suas concepções, objetos e finalidades e, de outro, o campo psicanalítico, portando igualmente suas especificidades. Quando estes dois campos distintos encontram-se na interface cujo cenário é a prática institucional, lança-se o desafio de operá-los. A noção de conflito permeia essa interface e assume a posição de protagonismo tanto no direito quanto na psicanálise (Caffé, 2003).

Na instância jurídica o conflito se expressa no campo das relações intersubjetivas em que há presente um confronto; são interesses divergentes e, portanto, foram levados ao poder judiciário a fim de encontrar uma resolução, uma solução final. Está instalada uma divergência entre as partes que compõem o conflito. Por outro lado, na instância psicanalítica o conflito se configura no plano intrapsíquico, da subjetividade, no qual constata-se a presença de forças psíquicas que constituem oposição dentro de um mesmo sujeito (Caffé, 2003). Se nos aproximarmos do modo como a instância jurídica se presentifica nesta investigação, podemos inferir que ao adolescente autor de ato infracional não resta outra alternativa de resposta a não ser cumprir a medida, que aqui é sinônimo de corresponder à norma jurídica. Para esta instância não compete a compreensão do fenômeno do ato infracional, isto é, o que motivou o adolescente à sua prática, ela limita-se ao cumprimento da medida, o que basta-lhe. Conforme esclarece Reale (2002)

Não resta dúvida que o Direito é formado de regras que não exigem sempre a adesão plena da vontade individual, bastando às vezes a conformidade extrínseca, mas nem por isso há entre Direito e Moral uma contradição inevitável. Se alguém vem a ser condenado pela prática de um crime, não se exclui a sua responsabilidade alegando-se ter havido remorso e reconhecimento da justiça da pena imposta, assim como há cumprimento de pena, quer esteja o agente conformado ou em revolta: ao Direito basta o cumprimento da pena, mas são sempre razões morais que legitimam a sua aplicação. Cumprida a pena, transcorrido o prazo da condenação, mesmo sem arrependimento ou emenda, o Direito dá-se por satisfeito, por ter coagido o culpado a responder por seus atos, obrigando-o a *ser fiel* a si mesmo: o Direito, em sua exterioridade aparente, atinge o âmago da subjetividade *moralmente* concebida, embora possa estar em conflito com a subjetividade empírica do infrator. (p. 630)

No horizonte de suas ações o direito é referenciado por se identificar com uma instituição social regida pela coação, pela sanção, e o elemento normativo que fundamenta a conduta humana, cuja finalidade é a resolução de conflitos sociais alcançando o menor grau de perturbação possível (Reale, 2002). Portanto, para o direito o adolescente cumprir a medida é sinônimo de se responsabilizar pela infração cometida. À instância psicanalítica cumprir a medida seria sinônimo de responsabilização frente ao ato cometido?

Em síntese, as práticas psicanalíticas e jurídicas trabalham centralmente com uma ideia de formação e tratamento de conflitos humanos, visam à produção e à dissolução dos mesmos no seio de seus respectivos processos institucionais, buscam uma certa “verdade” ou saber acerca

desses conflitos que deve orientar a solução dos mesmos, instituindo meios, finalidades e procedimentos distintos na procura de seus resultados. (Caffé, 2003, p. 191)

O trabalho como técnica no CREAS levantou questões cruciais que mobilizaram um retorno à instituição a fim de colocá-las no plano de uma problematização. Inicialmente, após o conhecimento da política de assistência, e especificamente o trabalho que se realizaria nas dependências do CREAS junto às famílias cujas crianças e adolescentes encontravam-se em um contexto de violação iminente de direitos, questioneimei-me como se daria essa intervenção. Observei os colegas, e à medida que o trabalho acontecia, constatei que não havia ali uma oferta de cuidado, embora o profissional estivesse certo de que sua conduta era a melhor possível, afinal, ali havia sim boas intenções. A esse respeito, faz-se oportuna a referência à ética da psicanálise postulada por Lacan, conforme explicitado por Moretto (2008):

Ele diz que o analista não sabe o que é bom para o outro, não tem o juízo da ação e, portanto, não tem como ordenar o bem para o outro. A Ética da Psicanálise não é a Ética do Bem. O psicanalista não se presta a transformar o seu trabalho num trabalho adaptativo, referenciado em padrões de patologia e normalidade que cada vez mais se distanciam da singularidade do desejo de cada um. Em Psicanálise existem normas, sem dúvida alguma, mas estas se limitam às normas do desejo de cada um. E se um analista tem de fazer um juízo, é um juízo sobre sua própria ação. (p. 53)

A partir dessa experiência e o contato com os demais dispositivos da rede, pudemos constatar que a maioria dos técnicos, em suas diferentes funções, seja psicólogo, assistente social, pedagogo, advogado, não conhece as diretrizes da política que rege o serviço ao qual está vinculado. Os princípios, como pudemos apreciar no capítulo dedicado a esse tema, são admiráveis, para não dizer belíssimos, porém não funcionam na prática. Ao aproximarmos-nos da assistência social vemos que a questão torna-se ainda um pouco mais delicada se comparada à política de assistência à saúde, por exemplo, pois a assistência social trabalha com propostas voltadas para o bem-estar, para a proteção. Por exemplo na constatação de violência intrafamiliar, está previsto nessa política o trabalho visando o fortalecimento dos vínculos familiares. Ora, isto se torna muito complicado na prática! Em um ambiente de violência como trabalhar o seu oposto, o fortalecimento de vínculos familiares? Não há como fortalecer algo que não existe! Assim, a

proteção social básica assume um protagonismo fundamental nessa política, uma vez que o fortalecimento de vínculos, por exemplo, encontrará possibilidade de trabalho apenas em situações em que a situação iminente de violência ainda não está instalada.

Em um contexto de trabalho no qual o desafio é muito grande constatamos uma rotatividade no quadro de funcionários. Pudemos observar pelas condutas e intervenções que há técnicos atuando de acordo com o que eles próprios consideram ser o “melhor”, para um usuário do serviço. Isso pode ser entendido como sinônimo de uma intervenção que não está carregada de cuidado, e sim de boas intenções que podem assumir o lugar de uma atitude prepotente, e mesmo violenta. O que assistimos na prática é uma repetição de ações que ratificam uma atitude que preconiza o assistencialismo e não a assistência. O conhecimento das diretrizes da política nos permitiu entrever que não se trata de uma proposta de promoção/reinserção social, e sim de uma promessa de reinserção social, uma política que teoricamente garante a promoção, a inclusão, os direitos...

Após esse percurso de investigação foi possível constatar que enfrentamos problemas estruturais que impedem de fato a realização da proposta da política de assistência no Brasil, após a promulgação da Constituição cidadã. A atmosfera de proteção preconizada por essa Constituição não assumiu o protagonismo necessário para sua realização na esfera da assistência, mas encontra ressonância no âmbito do assistencialismo amplamente praticado. Histórica e praticamente essa dimensão de proteção aos direitos, sobretudo aqueles dedicados à criança e ao adolescente, assumiu centralidade no Brasil muito recentemente. Como vimos em capítulo anterior, o que constitui o tecido da formação da sociedade brasileira no que tange a esses públicos é justamente essa ausência de proteção, de cuidado, portanto, do reconhecimento de seus direitos. O intervalo histórico de 1988 a 2017 é muito pequeno para ter êxito no alcance dessa dimensão e conquista de direitos do cidadão, sobretudo crianças e adolescentes. Assistimos lentamente essa mudança que se constitui, de fato, em uma mudança de cultura. Logo, podemos notar uma lacuna abissal instalada após a Constituição de 1988.

Na prática encontramos a herança de uma distinção não plenamente feita entre pena e medida socioeducativa, isto aponta a necessidade, a urgência em efetivar e fortalecer a rede de atendimento em um trabalho integrado, conjunto, possibilitando-lhe consistência. Outro aspecto que poderia ser trabalhado é o fortalecimento de vínculos entre a rede de assistência e a comunidade, a sociedade civil, uma vez preconizada a responsabilidade inédita desta em relação à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Observa-se um distanciamento entre a comunidade e a rede de serviços, neste caso o CREAS. Grande parte da população desconhece a política, não sabe em que consiste uma medida socioeducativa e qual sua grande diferença da pena. Desse modo, uma possível ação para convidar a comunidade a participar seria, a inserção do trabalho voluntário, como existe em outros municípios, por exemplo Belo Horizonte, cuja experiência está publicada²¹ e alcançou êxito. Este seria um dos modos possíveis de aproximação entre comunidade e serviço; haveria outras maneiras, como é o caso da realização de campanhas para divulgação da política de assistência.

Estamos diante de um problema bastante grave, pois constatamos uma dissociação entre os princípios que regem as políticas públicas. Quem idealiza e constrói essa política conhece seus princípios, entretanto, os técnicos que a executa, em sua grande maioria a desconhece. Assim, é possível localizar um ponto crucial que compromete o funcionamento da política de assistência. É possível observar o modo como os servidores públicos que atuam como técnicos lidam com o trabalho: transformam-no em emprego, não priorizam a formação, isto é, estudo, realização de cursos e capacitações, que neste caso é permanente e é o que possibilita condições melhores de trabalho, atuação e intervenção, diante dos desafios colocados na prática cotidiana.

Moretto & Prizskulnik (2014), em uma contribuição importante para pensar sobre a entrada e a inserção de funcionários na dimensão da política de saúde e, principalmente que não são sinônimos, permite-nos tecer uma

²¹ Secretaria de Direitos Humanos. (2010). *Medidas socioeducativas em meio aberto: a experiência de Belo Horizonte*. Editado por Carla Andréa Ribeiro, Márcia de Souza Mezêncio e Mário César R. Moreira; coordenação de Mônica Brandão, Belo Horizonte, MG: Santa Clara. vol. 1 Secretaria de Direitos Humanos. (2010). *Medidas socioeducativas em meio aberto: a experiência de Belo Horizonte* / Editado por Ely Fernandes da Silva, Kátia Zaché e Maria Lúcia Carvalho Ziller. Belo Horizonte, MG: Santa Clara. vol. 2

analogia com a política de assistência social. Entrar na instituição é completamente diferente de inserir-se nela, pois esta última implica transferência de saber e de trabalho, como nos esclarece:

A entrada de um psicanalista numa instituição de saúde não corresponde, necessariamente, à sua inserção, assim como o lugar do psicanalista numa equipe de saúde não corresponde a uma vaga disponível no quadro funcional de uma instituição. É um lugar que precisa ser construído de modo a que ele, o psicanalista, possa operar. Chamamos de inserção o processo de construção desse lugar. (p. 289)

Desse modo, podemos constatar que é um modelo comprometido desde a sua concepção. É preciso assumir como uma importante questão, por exemplo, a não adesão do usuário ao serviço, o que não é problematizado. É conhecida demanda advinda por parte de alguns técnicos sobre a necessidade de uma supervisão institucional, e esta atitude abre a possibilidade de questionar o que não estaria dando certo, tornando-se necessária a intervenção de um outro de fora deste serviço. Nesse contexto o conceito de transferência ilumina a prática e possibilita rever o sentido do trabalho.

Falta transferência dos técnicos com a proposta, com as políticas que orientam o trabalho e também transferência dos usuários com os técnicos. Toda contribuição só se faz por meio de uma transferência. Em que medida podemos falar de dimensão clínica na assistência social? Em que medida pode-se falar de dimensão clínica no trabalho de um psicanalista em uma instituição como o CREAS? A dimensão clínica implica necessariamente localizarmos a demanda de trabalho. De onde parte a demanda, ou melhor, de quem é a demanda? Do usuário do serviço não parte nenhuma demanda, ele é encaminhado pelo judiciário, ele tem o dever de apresentar-se para o cumprimento da medida; desse modo, a demanda também não é da instituição, inclusive está previsto que o usuário irá chegar em algum momento. Assim, é uma instituição onde coisas estão previstas para acontecerem.

O lugar do analista na equipe é um lugar de trabalho, de promoção de trabalho, e a inserção só é possível como consequência, a partir do estabelecimento de um campo de reação transferencial no qual o lugar de onde o psicanalista opera não corresponde, necessariamente, ao lugar no qual a equipe o coloca. (Moretto & Prizskulnik, 2014, p. 296)

Podemos, então, pensar na direção possível de construção de uma demanda por parte do adolescente que irá cumprir uma medida socioeducativa. Por consequência, atestamos que a dimensão clínica em uma instituição como o CREAS atravessa o trabalho do técnico no sentido de indicar que aquele trabalho não pode ser uma simples aplicação de uma medida, e que cumprir uma medida tem consequências, inclusive não previstas, afinal, no lugar de quem cumpre uma medida pode emergir um sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa emerge de um contexto de provocações despertadas em uma intensa e rica experiência de trabalho que culminou na extensão da investigação aqui empreendida. A noção de responsabilidade, que despontou como protagonista, aguçou uma reflexão que convocou a interface de dois campos de saber: psicanálise e direito. Foi possível empreender uma delicada interseção dessas duas áreas que resultou em um exercício de pensar e repensar a Política de Assistência Social no Brasil.

Após percorrer este longo trajeto vislumbramos que é necessário levar a efeito uma série de mudanças que envolvem implantação e implementação de serviços e ações para que essa política se realize de modo efetivo. Isto é, como vimos, a atmosfera de transformação trazida pela Constituição de 1988 resplandeceu a expectativa de mudanças no plano histórico-social que atingiu as diferentes esferas da sociedade: saúde, educação, assistência e seguridade social. O ECA, legislação herdeira desses preceitos, não poderia deixar de refletir esse ideário revolucionário, e no tocante à criança e ao adolescente tratou de colocá-los na posição de sujeito de direitos.

Especialmente o adolescente autor de ato infracional, para o qual a política anterior ao ECA privilegiava meios punitivos, nessa nova conjuntura a responsabilidade emerge como um grande aspecto a ser valorizado, isto é, ao adolescente autor de ato infracional é destinada uma política cujo princípio corresponde trabalhar a responsabilização daquele perante o ato praticado. É nesse espaço que a interlocução entre psicanálise e direito nos aponta possibilidades de intervenção no campo da realização do trabalho junto ao adolescente infrator.

Partindo da leitura normativa da legislação, o ECA dispõe dos princípios, da garantia dos direitos da criança e do adolescente, assumindo a responsabilidade perante este público, juntamente com a sociedade civil e a família. No tocante à execução encontramos nas políticas públicas,

especialmente a política de assistência social, o lugar da realização dessa proposta de efetiva garantia de direitos.

A teoria psicanalítica, a partir das chaves teóricas exploradas nesta pesquisa: *acting out*, passagem ao ato, angústia, desamparo, alteridade, trauma, laço social, vulnerabilidade social, ambiente, família, possibilitou apreendermos as motivações envolvidas na prática do ato infracional. O hiato estabelecido entre a psicanálise e o direito, uma interface de campos híbridos, revelou que a responsabilização do adolescente diante da prática do ato infracional requer a intervenção de uma política pública que posicione esse sujeito em seu devido lugar: de sujeito de direitos. À psicanálise reserva-se o papel, justamente, de apreender o ato infracional articulado à história do sujeito. A experiência no acolhimento e atendimento aos adolescentes em cumprimento de MSE evidenciou que o saber advindo sobre o ato praticado não é um saber que está dado ao adolescente, pois de imediato ele não sabe de suas motivações; esse saber tem a possibilidade de ser apreendido à medida que o atendimento ao cumprimento da MSE se realizam.

O direito ocupa-se de configurar, em termos normativos, o dever do cidadão perante a legislação, ou seja, a Constituição. No que diz respeito ao adolescente autor de ato infracional, basta como medida de responsabilização, que ele cumpra o que lhe foi determinado. Mas como bem asseverou Welzel em sua doutrina finalista da ação, os atos do homem não são atos fortuitos, e sim atos que possuem uma motivação, uma finalidade. E o que a teoria psicanalítica nos revela é a dimensão inconsciente que atravessa o ato infracional, por isso somente *a posteriori* poderá produzir-se um saber acerca das motivações sobre o ato praticado.

Diante dessas questões sobre as quais esta pesquisa se debruçou, constatamos a importância de se pensar a política de assistência social de maneira integrada, isto é, interdisciplinar. As inovações advindas com o espírito de transformação social da Constituição Federal de 1988 atesta essa necessidade de atuação multidisciplinar para se pensar e implementar as mudanças formuladas. Sob o ponto de vista metodológico verificamos a importância da escuta ao adolescente como elemento fundamental no

processo de cumprimento e significação da prática do ato infracional. Portanto, o método de investigação psicanalítico, por meio da interpretação, revelou que a responsabilização não significa em cumprir a medida, e sim nos efeitos produzidos tanto pelo ato quanto o seu cumprimento. Nesse sentido nos indica Caffé (2014):

Para tanto, o analista se coloca na posição de retornar o saber ao próprio sujeito, o que produz as condições de um saber subjetivado, que leva em conta as condições singulares de sua origem. Uma expressão disso é a construção da temporalidade do *a posteriori*, que reflete as condições de um tempo fortemente marcado pelas referências subjetivas em questão. (p. 185)

Um outro aspecto relevante que foi verificado no tocante ao trabalho institucional é a importância do fortalecimento da rede de atendimento, tanto a rede da assistência quanto os outros atores das políticas públicas a ela interligados, como saúde e educação. A integração à comunidade também é outro aspecto que possibilitaria o fomento a ações que fortaleçam a rede e, principalmente, produza efeitos no trabalho institucional, por exemplo, por meio da oferta de trabalho voluntário, como é o caso do município de Belo Horizonte, que integra a comunidade ao oferecer a possibilidade do trabalho como orientador social no programa de liberdade assistida.

A rica interface tecida pela psicanálise e o direito nos apontou a complexidade da proposta e implantação das políticas públicas. O Brasil historicamente é um país cuja sociedade fundou-se no plano de uma desigualdade social ampla e profunda, em cuja atmosfera inicial o campo dos direitos não era contemplado. Somente com a instauração do Estado Democrático de Direito inaugurou-se a possibilidade de colocar os direitos como prioridade do cidadão, e implementá-la requer uma mudança no plano da cultura. A conjuntura atual do país nos planos político e social evidencia esse desafio, dentre outros, ao assistirmos uma crise no sistema de segurança pública, diante das inúmeras mortes advindas dos conflitos instalados nos diferentes presídios, o que atesta uma crise da segurança pública sem precedentes que, por mais uma vez, convoca o Estado para o desafio de fomentar a realização e efetivação da política pública de segurança, assistência, seguridade social, saúde e educação.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2015). *Dicionário de Filosofia* (6a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Aberastury, A., Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Andrade, C. D. (1967). *Obras Completas*. Rio de Janeiro, RJ: J. Aguilar.
- Arendt, H. (1972). *La crise de La culture: huit exercices de pensée politique*. Paris: Gallimard.
- Arendt, H. (1994). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará. (Trabalho original publicado em 1969-1970).
- Ariès, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Les Éditions du Seuil.
- Ariès, P. (1971). *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIe siècle*. Paris: Les Éditions Du Seuil.
- Aristóteles. (2012) *Ética a Nicômaco*. (6a ed., T. Guimarães, trad). São Paulo, SP: Martin Claret. (Trabalho original publicado em 350 a.c)
- Assoun, P. L. (1996). *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar.
- Badiou, A. (1995). *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Barros, F. O. de (Org.). (2001). *Contando "causo"...Psicanálise e Direito: a clínica em extensão*. Belo Horizonte, MG: Unicentro Newton Paiva, Del Rey.
- Barros, F. O. de (Coord.). (2003). *Tô fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Barros, F. O. de. (2011). Não existe sujeito sem responsabilidade! In A. G. Bemfica (Org.), *Psicologia Jurídica: ética, transmissão e política* (pp.103-118) Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Bauman, Z. (1998a). *Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (1998b). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Benjamin, W. (1986). *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo, SP: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1921).

Birchal, P. (2010). *Exploração lúdica e afetividade em crianças de creche*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br.

Birman, J. (2005). O mal-estar na Modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15 (Suplemento) p.203-224.

Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Birman, J. (2008). Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano. In M. R.Cardoso, & F. Marty (Orgs.), *Destinos da adolescência* (pp.81-105). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

Birman, J.(2009a). *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência, e crueldade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Birman, J. (2009b). *Cartographie Du contemporain: Espace, douleur et détresse dans l'actualité*. Parangon: Lyon.

Birman, J. (2014a). Drogas, performance e psiquiatria na contemporaneidade. *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, XVII, número especial, 23-37.

Birman, J. (2014b). *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Bobbio, N. (1995). *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. (Compiladas por Nello Morra; M.Pugliesi, E.Bini, C. E. Rodrigues, trad. e notas). São Paulo, SP: Ícone.

Bonavides, P. (2012). *Curso de direito constitucional*. (27a ed.). São Paulo, SP: Malheiros editores.

Brasil. (1979). Código de menores. Lei nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out. 1988.

Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

Brasil. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social.

Brasil. Lei de diretrizes e Bases da educação. Lei Federal n. 9394 de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

Brasil. Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Estatuto do Desarmamento.

Brasil. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social Norma Operacional Básica. Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Brasília, julho de 2005.

Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Brasília, MDS, 2009. 56p.

Brasil. Lei n. 12.594/12. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília-DF: CONANDA, 2012.

Brasil. (2014). Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

Brasil. (2016a). Conselho Nacional de Assistência Social Conferências Nacionais de Assistência Social: Dados sobre as Conferências e suas deliberações. set/2016. acesso em 30 de setembro de 2016.

Brasil. (2016b) Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014. Maio 2016. 19p.

Caffé, M. (2003). *Psicanálise e Direito: a escuta analítica e a função normativa jurídica*. São Paulo, SP: Quartier Latin.

Caffé, M. (2012). O encontro entre a Psicanálise e o Direito nas práticas judiciais. *Revista da Defensoria Pública* 5(1), pp. 61-69.

Caffé, M. (2014). *Crítica à normalização da psicanálise*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Campos, E. B. V. (2007, jan.jun.). Birman, J. Mal-Estar na Atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 304 p (Resenha). *Psychê*, XI, 20, pp. 185-189.

Campos, D. T. F. (2012). O cuidado e o sujeito: questões acerca da clínica ampliada. In M. Winograd, & M. de Souza. (Orgs.). Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico (pp. 33-48). Rio de Janeiro, RJ: Cia. de Freud.

Campos, E. B. V. (2013, jul.set.). A concepção de sublimação no trabalho de Jean Laplanche. *Psicologia em Estudo*, 18(13), pp. 465-474.

Cardoso, M. R. (2001). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora, FAPERJ.

Cardoso, M. R. (2006). *Adolescentes*. São Paulo, SP: Escuta.

Cardoso, M. R. (2008). Transgressão pulsional e geracional: a perpetuação da adolescência. In R. Cardoso, & F. Marty (Orgs.), *Destinos da adolescência* (pp. 69-80). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

Cardoso, M. R. (2014). Dependência e adolescência: a recusa da diferença. *Ágora—Estudos em Teoria Psicanalítica*, XVII, número especial, pp. 63-74.

Ceccarelli, P. R. (2007, jun.). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 40(72), pp. 89-102.

Coelho Junior, N. E., & Figueiredo, L.C. (2004). Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações* 9(17), pp. 9-28.

Conselho Federal de Psicologia (2013). Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP. *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília, DF: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2016). Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos, e responsabilidades. J. O. Moreira, M. J. Salum, M. J. G., & Oliveira, R. T. (Orgs.). Brasília, DF: CFP.

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (2016). Conferências Nacionais de Assistência Social - Dados sobre as Conferências e suas Deliberações.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Recuperado de <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

Costa, J. F. (1986). *Violência e psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.

Cottet, S. (2008). Criminologie lacanienne. *Mental, Revue Internationale de Santé Mentale e Psychanalyse Appliquée*, FEEP, 21, 17-37.

Del Priore, M. (2012). A criança negra no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela and L. Sato (Orgs.). *Diálogos em psicologia social* [online]. (pp. 232-253). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em <http://books.scielo.org>.

Derrida, J. (2010). *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.

Descartes, R. (2000). *Meditações metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1641).

Descartes, R. (2008). *Discurso sobre o método*. (A. N. Ditchfield trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1637).

Drawin, C. R. (2016). A não evidência dos direitos humanos: proposta para uma reflexão filosófica. Conselho Federal de Psicologia. *Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos, e responsabilidades*. (pp. 32-45). J. O. Moreira, M. J. G. Salum, & R. T. Oliveira (Orgs.). Brasília, DF: CFP.

Duguit, L. (1927). *Traité de droit constitutionnel*. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing. (Trabalho original publicado em 1911).

Ferraz Junior, T. S. (2009). *Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 3a ed. São Paulo, SP: Atlas.

Ferreira, A. B. de H. (2004). *Miniaurélios: o minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Posigraf.

Figueiredo, L. C. (2007). A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, XI(21), pp. 13-30.

Figueiredo, L. C. M., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em Psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise* 39(70), pp. 257-278.

Figueiredo, L. C. M., & Santi, P. (1998). *Psicologia: uma nova introdução*. São Paulo: Educ.

Finger, L. M. (2014). *O adolescente e a medida socioeducativa de internação: um encontro com a psicanálise*. Curitiba, PR: Editora CRV.

Foucault, M. (2012). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).

Freda, F-H. (2009). L'adolescent freudien. *Mental. Revue Internationale de Psychanalyse Quel avenir pour l'adolescence?* Fédération Européenne des Écoles de Psychanalyse. Décembre, 23, pp. 11-16.

Freud, S. (2003). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1891).

Freud, S. (1974). Rascunho E. Como se origina a angústia. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v.1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1894?)

Freud, S. (1974). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada "Neurose de angústia". In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v.III). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895 [1894]).

Freud, S. (1974). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v.1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).

Freud, S. (1974). *A interpretação dos sonhos*. In Freud, S., *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v.4). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).

Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-172). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).

Freud, S. (2015). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 8: O delírio e os sonhos na *Gradiva*, análise de uma fobia de um garoto de cinco anos e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 359-389). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908).

Freud, S. (2010). A dinâmica da transferência. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia [“O caso Schreber”], artigos sobre técnica e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 133-146). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912).

Freud, S. (2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 11: Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-123). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912-1913).

Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-50). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 51-81). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915a).

Freud, S. (2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 209-246). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915b).

Freud, S. (2010). A Repressão. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza trad., pp. 82-98). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915c).

Freud, S. (2010). O inconsciente. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 99-150). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915d).

Freud, S. (2010). Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica. II. Os criminosos por sentimento de culpa. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 253-286). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916).

Freud, S. (2014). Os caminhos da formação de sintomas. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 13: Conferências introdutórias à Psicanálise, Sérgio Tellaroli trad., revisão de P.C Souza, pp. 475-499). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917a).

Freud, S. (2010). Uma dificuldade da psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 240-251). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917b).

Freud, S. (2014). Conferências Introdutórias à Psicanálise. Terceira Parte: Teoria Geral das neuroses: A angústia. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 13: Conferências Introdutórias à Psicanálise, P. C. de Souza, trad., pp. 519-544). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917c).

Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S.(2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol.15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-113). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).

Freud, S. (2011). O eu e o id. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-74). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).

Freud, S. (2011). Alguns complementos à interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 318-334). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925).

Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 17: Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos, P.

C. de Souza, trad., pp. 13-123). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).

Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-122). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).

Freud, S. (2010). Porque a guerra? [Carta a Einstein]. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 417-435). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1932).

Freyre, G. (2015). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, SP: Global Editora.

Fulgêncio, L. (2001). Comentários críticos das referências textuais de Freud a Kant. São Paulo, *Psicologia USP*, 12(1), pp. 1-23.

Garcia, C. (1997). *Clínica do Social*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Garcia, C. (2003). Rede de redes. In F. O. de Barros, *Tô fora: o adolescente fora da lei - o retorno da segregação*. Belo Horizonte, MG: Del Rey.

Garcia-Roza, L. A. (2001). *Introdução à metapsicologia freudiana* (v.1). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Gény, François. (1954). *Méthode d'interprétation des sources Du droit prive positif: essai critique*. Paris: Librairie générale de droit & de jurisprudence. (Trabalho original publicado em 1899).

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: Ed.Unesp.

Giddens, A. (1997). *Modernização reflexiva*. São Paulo, SP: Ed Unesp.

Goffman, E. (2007). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Goyard-Fabre, S. (2002). *Os fundamentos da ordem jurídica*. (C. Berliner, trad.; revisão da tradução Emantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes.

Guerra, A. M. C. (2016). O ECA, o Estado, e a Sociedade: desafios à cidadania positiva. J. O. Moreira, M. J. G. Salum, & R. T. Oliveira. (Orgs.). *Conselho Federal de Psicologia*. Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos, e responsabilidades (pp. 220-235). Brasília, DF: CFP.

Green, A. (2002). *La pensée clinique*. Paris: Odile Jacob.

Green, A. (2008). Orientações para uma psicanálise contemporânea: desconhecimento e reconhecimento do inconsciente. Sandler, P. C. (Org.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. Rivarola, A. M. R. (trad.)...[et al.].

Gurvitch, Georges (1935). *L'expérience juridique et la philosophie pluraliste du droit*. Paris: A. Pedone.

Hauriou, Maurice (1896). *La Science sociale traditionnelle*. Paris: Librairie générale de La société Du Recueil general dès lois et arrêts. (Trabalho original publicado em 1896).

Hegel, G.W. F. (2007). *Sobre as maneiras científicas de tratar o direito natural: seu lugar na filosofia prática e sua relação com as ciências positivas do direito*. (A. Bavaresco e S. B. Christino, trad. e apresentação). São Paulo: Edições Loyola.

Herrmann, F. (1991). *Andaimes do real: o método da psicanálise*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.

Herrmann, F. (2001). *Introdução à teoria dos campos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2003). *Clínica psicanalítica: a arte da interpretação* (3a ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. (Trabalho original publicado em 1991).

Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In F. Herrmann, & T. Lowenkron (Orgs.). *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp. 43-83). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2012). Sobre a verdade como tensão entre invenção e descoberta (I/V//D). *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(3), pp. 65-77.

Hobbes, T. (1983). *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. (J. P. Monteiro e M. B. Nizza da Silva, trad., 3a ed. São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1651).

Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2a ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Hoffmann, C., & Lauru, D. (2013). Nouvelles subjectivités adolescentes. *Figures de la psychanalyse*. Logos, Nouvelle Série. ÉRÈS. n. 25.

Hoffmann, C. (2005, jan.jul.). “Eu” devo assumir a responsabilidade do inconsciente. *Ágora*, XIII(1), pp. 41-46).

Hoffmann, C. (2012, jan.jul.). O sujeito e seus modos de gozo. *Ágora*. XV(1), pp. 9-13.

Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações*. Porto Alegre: Artmed.

IBGE. *Indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPEA (2016, março). *Atlas da violência*. Brasília, DF. n.17.

Kant, I. (2007). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. (P. Quintela, trad.). Lisboa Portugal. Edições 70. (Trabalho original publicado em 1785).

Kant, I. (2010). *Crítica da razão pura*. (M. P. dos Santos e A. F. Morujão, trad., 7a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1787).

Kelsen, H. (2009). *Teoria pura do direito*. São Paulo: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).

Knobloch, F. (1998). *O tempo do traumático*. São Paulo, SP: EDUC.

Lacan, J. (1998). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 127-151). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J., (2001). Les complexes familiaux dans La formation de l'individu. In J. Lacan, J.-A. Miller. *Autres écrits* (pp. 23-84) Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1938).

Lacan, J. (1998). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.127-151.

Lacan, J. (2003) Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.127-131.

Lacan, J., Miller, J.-A. (2008). *O seminário. Livro 7. A ética da psicanálise* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960).

Lacan, J., Miller, J.-A.(2005). *O seminário. Livro 10. A angústia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).

Laplanche, J. & Pontalis, J. (1982). *Vocabulário da Psicanálise* (3a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Laplanche, J. (1998). *Problemáticas I: a angústia*. (3a ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes.

Laplanche, J. (1989). *Problemáticas III: a sublimação*. (A. Cabral., trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Lash, C. (1983). *Cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.

- Lauru, D. (2013). Nouvelles subjectivités adolescentes. *Figures de la psychanalyse*. Logos. Anankè, Nouvelle Série. ÉRÈS, n°25.
- Lejarraga, A. L. (1996). *O trauma e seus destinos*. Rio de Janeiro, RJ: Revinter.
- Lepastier, S. (1991). L'adolescence: une pathologie urgente? *Psychiatrie Française*, Sp/91, pp. 127- 131).
- Levinas, E. (2001). *Le temps et l'autre*. Paris: Quadrige/PUF.
- Loffredo, A. M. (2004). Debate: Ler Freud. Apreensões em torno do originário. *Jornal de Psicanálise*. 37(68), pp. 11-30.
- Loffredo, A. M. (2012a). Anotações sobre a leitura freudiana da angústia. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, 44(I), pp. 105-130.
- Loffredo, A. M. (2012b). Transmissão da psicanálise e universidade. *Jornal de Psicanálise*, 45(82), pp. 211-222.
- Loffredo, A. M. (2013). Contribuições do pensamento freudiano para a teoria psicanalítica da atualidade. In C. C. E. Mouammar, & E. B. V. Campos (Orgs.). *Psicanálise e questões da contemporaneidade*. 1(1), 101-116.
- Loffredo, A. M.(2014). *Figuras da sublimação na metapsicologia freudiana*. São Paulo, SP: Escuta: Fapesp.
- Lowenkron, T. S. (2004). O objeto da investigação psicanalítica. In F. Herrmann, & T. Lowenkron (Orgs.). *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp. 21-31). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Lyotard, J.F. (1979). *La condition postmoderne*. Paris: Minuit.
- Marty, F. (2008). O genital, impasses e acesso. In M. R. Cardoso. *Destinos da adolescência* (pp. 55-68). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Mayer, H. (2001). Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In M. R. Cardoso. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp.81-101). Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora.
- Melgaço, P., & Almeida, B. R. (2016). O Plano Individual de Atendimento (PIA) nas Medidas Socioeducativas: para o adolescente, com o adolescente ou sobre o adolescente? In J. O. Moreira, M. J. G. Salum, & R. T. Oliveira (Orgs.). *Conselho Federal de Psicologia*. Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos, e responsabilidades (pp. 198-207). Brasília, DF: CFP.
- Mezan, R. (2002). Sobre a epistemologia da psicanálise. In R. Mezan, *Interfaces da psicanálise*. (pp.436-519). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Mezan, R. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), pp. 227-241.

Miller, J.-A. (2008, Nov.). Rien n'est plus humain que le crime. *Mental*, 21.

Minerbo, M. (2006). Espaço e objetos transicionais na análise de adolescentes *borderline*. In M. R. Cardoso (Org.). *Adolescentes* (pp. 89-107). São Paulo, SP: Escuta.

Ministério da Justiça (2014, junho) Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias IFOPEN – Departamento Penitenciário Nacional.

Ministry of Foreign Affairs. (2001) *Children in institutions*. Estocolmo: International Development Cooperation.

Montesquieu. (2005). *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1748)

Mora, J. F. (2001). *Dicionário de Filosofia: Q – Z* (Vol.4). São Paulo: Loyola. (Trabalho original publicado em 1941).

Moraes, J. C. S. (2016). Os direitos de liberdade interditados de crianças e adolescentes: In J. O. Moreira, M. J. G. Salum, & R. T. Oliveira (Orgs.). *Conselho Federal de Psicologia. Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos, e responsabilidades* (pp. 60-77). Brasília, DF: CFP.

Morelli, A. (2007). Responsabilidade. *Afreudite*, III (5/6), pp. 77-88.

Moretto, M. L. T. (2008). *O que pode um analista no hospital?* (3a ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Moretto, M. L. T., & Prizskulnik, L. (2014). Sobre a inserção e o lugar do psicanalista na equipe de saúde. *Tempo Psicanalítico*, 46(2), pp. 287-298.

Nogueira, C. S. P. (2003). O adolescente infrator. In F. O. de Barros (2003). *Tô fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação* (pp. 13-24, F. O. Barros, coord.). Belo Horizonte, MG: Del Rey.

Oliveira, C. F. B., & Brito, L. M. T. (2013). Judicialização da vida na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 33 (núm.esp.), pp. 78-89.

Oliveira, R. D. (2012, dez.). Culpabilidade, livre-arbítrio e responsabilidade jurídica: notas sobre o pensamento jusfilosófico de Hans Welzel. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, 6(1), pp. 107-124.

Onu. (1989). Convenção Internacional sobre os direitos da criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.

Penna, P. S. V. (2011). *Da concepção de subjetividade à questão da alteridade: a Psicanálise e a teoria crítica da cultura*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC-Minas, Belo Horizonte.

Pilloti, F., & Rizzini, I. (Orgs.). (1995). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro, RJ: IIN/EDUSU/ Amais.

Platão. (2001) *República*. (M. Perine, trad. e adaptação em português; A. Valverde, coord.). São Paulo: Scipione (Trabalho original publicado em 380 a.C).

Rassial, J. J. (2012). Ensaio psicopatológico sobre as condutas no meio suburbano. In C. M. Fernandes, & J. J. Rassial (Orgs.). *Crianças e adolescentes: encantos e desencantos* (pp. 63-76). São Paulo, SP: Instituto Langage.

Reale, G.; Antiseri, D. (2005). *História da filosofia: do humanismo a Kant* (7a ed.). São Paulo, SP: Paulus.

Reale, M. (2002). *Filosofia do direito* (20a ed.). São Paulo: Saraiva.

Renaut, A. (1998). *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Enfoques Filosofia). Rio de Janeiro: DIFEL. (Trabalho original publicado em 1948).

Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. PUC-Rio; São Paulo, SP: Loyola.

Rizzini, I., & Limongi, C. (2016). Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. *R. Katal*, 19(1), pp. 33-42.

Rizzini, I., & Vale, J. B. (2014 jul.dez). Redução da Maioridade Penal: uma velha questão. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, 15, pp. 9-29.

Rouanet, S. P. (2006). Os traumas da modernidade. In A. M. Rudge (Orgs.). *Traumas*. São Paulo, SP: Escuta.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge.

Roussillon, R., & Chouvier, B. (2008). *Corps, acte et symbolisation: Psychanalyse aux frontières*. Belgique: De Boeck.

Santos, B. de Souza. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2010). *Medidas Socioeducativas em meio aberto: A experiência de Belo Horizonte*. volume 1. Metodologia. Belo Horizonte, MG: Santa Clara.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Brasília, DF.

Sennett, R. (1980). *O declínio do espaço público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record.

Silva, A. S. M. (2011). *Dicionário semibilíngue para brasileiros: francês*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.

Silva, M. G. S. (2004). *A terceira Itabira: os espaços político, econômico, socioespacial e a questão ambiental*. São Paulo, SP: Hucitec.

Souza, E. R. de., Minayo, M. C. de S., & Cavalcante, F. G. (2007). O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de Itabira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Suppl.), pp. 1333-1342.

Souza, O. (2001). Notas sobre algumas diferenças na valorização dos afetos nas teorias psicanalíticas. In B. Bezerra Jr., & C. A. Plastino (Orgs.), *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje* (pp. 225-298). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

Souza, M. A. de. (2013). Os jovens infratores e suas leis numa perspectiva histórica. In: *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. Curitiba, PR: Editora CRV.

Souza, M. A. de. (2016). 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: História, Política e Sociedade. In *Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos, e responsabilidades*. Brasília, DF: CFP.

Stoco, R. (2007). *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. 7a ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais.

Unicef. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Unicef, Rio, 2009.

Unicef. (2015, julho). ECA 25 anos. Estatuto da criança e do adolescente: avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil. Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte II (APA) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora; Vânia Martins Bueno Funaro...[et al.]. (3a ed. rev. ampl.Mod.) São Paulo: SiBiUSP, 2016, 89p. : il. -- (Cadernos de estudos; 9)

Vaz, A. C. N. (Coord.). (2010, jun.). *Diagnóstico da realidade social da criança e do adolescente de Itabira/MG* (Relatório de pesquisa). Itabira, MG: Funcesi. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://antigo.funcesi.br/Portals/1/Relatorio-Diagnostico-2011-2.pdf>.

Veronese, J. R., & Lima, F. da S. (2009). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), pp. 29-46.

Viganó, C. (2010, mar.). A construção do caso clínico. *Opção Lacaniana Online NovaSérie*, 1(1). Recuperado de: <http://www.opcaolacaniana.com.br/nranterior/numero1/texto6.html>.

Vilhena, J. de., Z., M. H., & Novaes, J. de V. Violência e subjetivação: questões para uma clínica com populações de baixa renda. In M. Winograd, & M. de Souza (Orgs.). *Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico* (pp. 125-142). Rio de Janeiro, RJ: Cia. de Freud.

Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da Violência 2013*. Secretaria-Geral da Presidência da República. Flacso, Brasília.

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016*. Homicídios por armas de fogo no Brasil. Flacso, Brasil.

Welzel, H. (1956). *Derecho Penal*. Parte General. (C. F. Balestra, trad.). Buenos Aires: Roque Depalma Editor.

Welzel, H. (?) Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales (Tomo XXI, Fascículo II, Mayo-Agosto, MCMLXVIII). Sección Doctrinal. La Doutrina de la acción finalista, hoy. pp. 222-229.

Welzel, H. (2004). El nuevo sistema Del derecho penal: una introducción a la doctrina de La acción finalista.

Whitaker, C. (2010). *O campo infracional: sistema de justiça e a prática judiciária à luz da psicanálise*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Winnicott, D. W. (1987). *Privação e delinquência*. (A. Cabral, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (1980). A tendência antissocial. In: *Pediatria e psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1956)

Winnicott, D. W. (2011). Família e a maturidade emocional. In *A família e o desenvolvimento individual* São Paulo, SP: Martins Fontes. pp. 129-138. (Trabalho original publicado em 1960).

Winnicott, D. W. (2011). Adolescência: transpondo a Zona das calmarias. In *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. pp. 115-127. (Trabalho original publicado em 1961).

Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1965).

Zornig, S. M. A-J. (2014). O abuso de substâncias tóxicas na adolescência: uma tentativa de incorporação do objeto. *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, (Vol. XVII (número especial), pp. 51-62.

ANEXO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Instituto de Psicologia
Autorização para Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa em nível de DOUTORADO intitulada *“Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma perspectiva psicanalítica da política de assistência social”*, desenvolvida sob a responsabilidade da pesquisadora Priscila Souza Vicente Penna²², sob orientação da prof^a. Livre-Docente Dr^a Ana Maria Loffredo²³. Esta pesquisa tem por objetivo investigar as motivações para a prática do ato infracional por jovens adolescentes, e será realizada utilizando-se de métodos qualitativos de investigação, cuja ferramenta principal será a realização de entrevistas. O motivo que nos conduz ao estudo do fenômeno da violência intersubjetiva está relacionado ao número crescente de jovens envolvidos em atos infracionais, e esta proposta de investigação visa inclusive a colaboração e fomento à proposição de políticas de assistência e promoção ao jovem adolescente.

Este estudo será realizado, conforme autorização prévia, nas instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado à rua das Margaridas, n° 65, Bairro São Pedro, Itabira/MG, CEP 35900-120, seguindo as seguintes disposições conforme a *Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS n°466/2012*:

- 1) Será concedida garantia plena de liberdade ao participante da pesquisa, podendo este recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- 2) Serão assegurados o sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa;
- 3) Este documento, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi elaborado em duas vias, as quais serão rubricadas em todas as suas páginas e

²² Psicóloga (CRPMG.29.615 - 4ª). Doutoranda pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) (NUSP.7914822). E-mail: priscila.penna@usp.br. Laboratório de Psicanálise e Análise do Discurso (LAPSI), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, Av. Professor Mello Moraes, n° 1721, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo - SP, telefone (31)8815.0429.

²³ Professora Livre-Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, Av. Professor Mello Moraes, n° 1721, CEP 05508-030, Cidade Universitária - São Paulo - SP. E-mail: analoffredo@usp.br. Telefone (11) 3091.4355, Fax (11) 3813.8895.

assinadas na última página pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, devendo cada parte ficar de posse de uma via;

4) Das entrevistas realizadas, todo o material será manuseado somente pelo pesquisador responsável e, se houver material de áudio, este será destruído após a conclusão dos trabalhos;

5) Os resultados da pesquisa serão divulgados sob os preceitos éticos da ciência e em conformidade à legislação brasileira (em vigor) sobre tal assunto. Portanto, em nenhum momento aparecerá o nome do pesquisado ou quaisquer dados que possam levar a sua identificação ou de outras pessoas citadas;

6) Ao concluir esta pesquisa, o material resultante será entregue à Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Para fins de esclarecimentos de dúvidas relacionados às questões éticas do projeto, disponibilizamos o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Av. Professor Mello Moraes, nº 1721 - Bloco G, 2º andar, sala 27, CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. E-mail: ceph.ip@usp.br - Telefone (11) 3091.4182

Por fim, caso concorde com a realização das entrevistas e com a finalidade para a qual elas se destinam, peço a gentileza de assinar o termo abaixo.

Atenciosamente,

Priscila Souza Vicente Penna

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. Estou ciente de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
Nome	Assinatura da Testemunha	Data